

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2021**

Londrina- Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Prefeito - Marcelo Belinati Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretário - Carlos Felipe Marcondes Machado

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Diretor Superintendente - Carlos Felipe Marcondes Machado

Diretora Geral - Rosilene Aparecida Machado

Diretora de Atenção Primária à Saúde - Valéria Cristina Almeida de Azevedo
Barbosa

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde - Eliane Sandra
Vieira

Diretora de Planejamento e Gestão em Saúde - Evilin Santos da Silva Gorckis

Diretora de Regulação da Atenção à Saúde – Andressa Fiorio Zocoler Gozalez

Diretora de Serviços Complementares de Saúde - Cláudia Denise Garcia

Diretora de Vigilância em Saúde – Fernanda Fabrin da Silva

Diretora Financeira e de Gestão de Compras e Serviços - Sandra Regina dos
Santos Silva

Diretor de Logística e Manutenção em Saúde - Patrick Fernando da Silva

Diretor de Urgência e Emergência em Saúde - Cleiton José Santana

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Laurito Porto de Lira Filho – Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Presidente - Carlos Felipe Marcondes Machado

Coordenadora - Sandra Regina dos Santos Silva

Relatório Anual de Gestão 2021

ORGANIZAÇÃO:

Evilin Santos da Silva Gorckis, Bruna Aparecida dos Reis, Cristiana Castello Branco Nascimento, Irinelson Lopes, Maria Angelina Zequim Neves e Emilly Sales Aguiar.

ELABORAÇÃO:

GABINETE: Rosilene Aparecida Machado.

CMS: Sandra Aparecida de Oliveira Bavia, Anderson Luiz Oliveira Silva

DAPS: Valéria Cristina A. A. Barbosa; Anderson Rodrigo Niconadelli Nobre, Daniela S. Carvalho Gomes, Elisangela Bazzo Gazola, Eni do Carmo de Souza, Ivana Paula Furlan Rodolpho, Jucelei Pascoal Boaretto, Juliana O. Marques, Karina Feijó Ogliari, Luciana do Carmo de Oliveira, Paulo Christino Neto, Priscila Alexandra Colmiran, Tatiane Almeida do Carmo, Vanessa de Oliveira Ursi e Vania Cristina da Silva Alcântara

DGFCS: Sandra Regina dos Santos Silva e Wilson França Maciel

DGTES: Eliane Sandra Vieira, Drusyla Schaiblich Bernardes Coelho, Evelyssa Aparecida Sanches, Luciana Mestre Ferreira e Maria Aparecida da Costa Perini.

DLMS: Patrick Fernando da Silva, Ana Paula Cruz dos Santos, Carolina Monteiro Laba Vasques, Daniele C. O. Zampar, Douglas Leão Cardozo, Erika Fabiane Sato de Lima, Gerson Paulo de Souza, Lucas Américo Silva, Luiz Carlos dos Santos Filho, Matheus Henrique Silva, Norivaldo Maziero, Paulo Henrique Moreira e Renan Santana

DPGS: Evilin Santos da Silva Gorckis, Bruna Aparecida dos Reis, Cristiana Castello Branco Nascimento, Irinelson Lopes, Maria Angelina Zequim Neves

DTI: Glauco Carlos Silva, Adriana Araújo Azevedo Kruppa e André Luciano Nadal.

DRAS: Andressa Fiorio Zocoler Gonzalez, Ana Paula Martinho Mrtvi, Camila Moliani Ferri, Carla Ransolin Vardanega, Cristina Yurica Murayama, Elândio Cleber Camara, Fadhia Karina Antunes Ingrid Moriya Dea, Isabeli Mariani Furlan dos Santos, Janio Quadros Romanha, Maria de Fatima Aquino Alvim e Rosangela Aparecida de Sousa Cardoso.

DSCS: Claudia Denise Garcia, Adriana Silvia Carvalho Pires, Aline Loiola Moura Bianconi, Eduardo Cristofoli Silva, Elizabeth Marie Kumagai Shibayama, Fabio Rodrigo da Silva, Juliana Perez Moreira Baratto, Karine Pinheiro Ferreira, Marly Aparecida Scandelai Coronado, Moacyr José Dias, Pollyanna Anderson Alves, Regina Adelaide Adario e Silvana Aparecida Valentim.

DUES: Cleiton José Santana, Allan Gehring, Delfino Mattos, Dulcinéia de Andrade Barbosa e Sérgio Augusto Nogueira de Azevedo.

DVS: Fernanda Fabrin da Silva, Claudia Haggi Fávero Monteiro, Juliana Aparecida Segré Reis, Lyonel Nicholas de Freitas, Márcio Adriano Porfirio da Silva, Maria

Relatório Anual de Gestão 2021

Fátima Iwakura Tomimatsu, Marinaldo Rodrigues de Matos, Nino Medeiros Ribas, Rodrigo Ultramar e Suzana Verlingue Rodrigues.

PARTICIPANTES DAS REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO:

Representantes do Segmento dos Usuários: Laurito Porto de Lira Filho; Edvaldo Viana; Wagner Aguiar de Almeida.

Representante do Segmento dos Trabalhadores: Luiz Alfredo Gonçalves;

Representante do Segmento Gestor: Evilin Santos da Silva Gorckis

Representante do Segmento Prestador: Maria Aparecida Oliveira Ramalho; Luiz Soares Koury.

Data da aprovação em reunião do CMS: 24/03/2022

Número da Resolução da aprovação: Resolução CMS Nº 03/2022

Homologação dos representantes do CMS no DigiSUS: Pilar Nadir Soldório (titular) e Wagner Aguiar de Almeida (suplente)

Relatório Anual de Gestão 2021

SUMÁRIO

	Identificação municipal	12
	Considerações	14
1	INTRODUÇÃO	16
2	ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	18
2.1	Odontologia	20
2.2	Apoio Social	21
2.3	Estratégia Saúde da Família e Núcleos Ampliados à Estratégia Saúde da Família e Atenção Básica.	23
2.3.1	Equipe Consultório na Rua	24
2.3.2	Programa Mais Médicos para o Brasil	26
2.4	Práticas Integrativas Complementares	27
2.5	Atenção à Saúde do Adulto	30
2.6	Atenção à Saúde da Criança	35
2.7	Atenção à Saúde da Mulher	38
2.8	Rede de Proteção e Enfrentamento à Violência	43
2.9	Ações de destaque na Atenção Primária à Saúde	44
2.10	Produção da Atenção Básica	58
3	ATENÇÃO À MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA REDE PRÓPRIA	60
3.1	Serviço Municipal de Atenção Domiciliar (SAD)	60
3.2	Policlínica Municipal	62
3.3	Laboratório Municipal - CENTROLAB	64
3.4	Centro de Referência Dr. Bruno Piancastelli Filho (CRBPF)	65
3.5	Rede de Atenção à Saúde Mental	67
3.5.1	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)	68
3.5.2	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III)	70
3.5.3	Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i)	72
3.5.4	Pronto Atendimento de Saúde Mental	73
3.6	Maternidade Municipal Lucilla Balalal (MMLB)	74
4	REDE PRÓPRIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	77
4.1	Complexo Regulador de Urgência e Emergência	84
4.2	Aeromédico no SAMU 192	86
4.3	Ações do Núcleo de Educação em Urgência e Emergência (NEU)	87
5	AÇÕES E PROGRAMAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	91
5.1	Ações e Programas de Vigilância Epidemiológica	91
5.1.1	Núcleo de Informações em Mortalidade (NIM)	91
5.1.2	Ações de Vigilância Epidemiológica	92
5.1.3	Coordenação de Imunização	93
5.1.4	Ações do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador	94

Relatório Anual de Gestão 2021

5.1.5	Ações e Programas de Vigilância Sanitária	94
5.1.6	Ações e Programas de Vigilância Ambiental (VIGAM)	96

6	INFRAESTRUTURA DE POIO DA REDE PRÓPRIA DE SAÚDE	99
6.1	Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)	99
6.1.1	Projeto Fênix	100
6.1.2	Farmácia Municipal de Londrina	101
6.1.3	Almoxarifado	103
6.1.4	Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)	103
6.1.5	Consórcio Paraná Saúde	104
6.1.6	Programa Farmácia do Paraná	104
6.2	Gerência de Transporte	105
6.2.1	Gestão da frota da Secretaria Municipal de Saúde	105
6.2.2	Transporte e logística	106
6.3	Gerência de Serviços de Apoio	106
6.3.1	Patrimônio e vigilância patrimonial	106
6.3.2	Manutenção predial e de equipamentos	107

7	GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE	108
7.1	Estágios e Educação Permanente e Continuada	111
7.1.1	Estágio curricular não obrigatório remunerado	111
7.1.2	Estágio curricular obrigatório não remunerado	111
7.1.3	Liberação para atividades externas e afastamento para estudos	115
7.1.4	Comissão de Residência Médica (COREME)	115

8	SISTEMA DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE	117
8.1	Serviços que compõem a rede de assistência própria e complementar de média e alta complexidade SUS	117
8.2	Ações realizadas em 2021	122
8.3	Pandemia SARS-CoV-2	130
8.4	Produção hospitalar e ambulatorial	136
8.5	Auditorias	140

9	DEMOGRAFIA E PERFIL DE MORBIMORTALIDADE DE LONDRINA EM 2021	142
9.1	Perfil de morbidade	144
9.2	Perfil de mortalidade	146
9.2.1	Mortalidade geral	146
9.2.2	Mortalidade materna	150
9.2.3	Mortalidade infantil	151
9.3	Internações hospitalares	154

10	PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE	157
-----------	---------------------------------------	-----

Relatório Anual de Gestão 2021

10.1	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: recursos federais e estaduais	157
10.2	Propostas para incremento temporário para custeio de Unidades de Saúde do município de Londrina	171
10.3	Portarias de Custeio - Despesas	176
10.4	Obras e recursos para investimento	178
10.5	Prestação de contas de convênios	180
10.6	Programa de Gerenciamento dos Resíduos de Saúde	181
10.7	Geoprocessamento em Saúde	183
10.8	Atividades desenvolvidas e em desenvolvimento em Geoprocessamento	186
10.9	Comissão de Análise de Diretrizes de Loteamentos (CADIL)	185
10.10	Plano Diretor	186
10.11	Tecnologia da Informação	187
11	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	190
11.1	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	190
12	AUDITORIAS	195
13	OUVIDORIA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E TRABALHADOR DA SAÚDE/SAUTS	196
13.1	Atividades realizadas pela Ouvidoria em 2021	196
14	PACTUAÇÃO DE INDICADORES E RESULTADOS, 2021	197
15	PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2021 (PAS)	202
15.1	Avaliação da Programação Anual de Saúde 2021 (PAS)	202
16	PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL	228
16.1	Audiências Públicas	228
16.2	Conselho Municipal de Saúde (CMS)	228
16.2.1	Comissões Técnicas	229
16.2.2	Resumo das atividades de 2021	229
16.2.3	Resoluções	229
16.2.4	Deliberações do CMS, Gestão 2021	233
17	ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS	242
17.1	Recomendações para o próximo exercício	247
18	ANEXOS	249
18.1	Resolução CMS Nº 005/2021	249

Relatório Anual de Gestão 2021

Índice de ilustrações

Tabela 1	Número de atendimentos odontológicos realizados pelas equipes de Atenção Primária em Saúde. Londrina, 2021	21
Tabela 2	Produção do Centro de Especialidades Odontológicas do Município. Londrina, 2021	21
Quadro 1	Número de atendimentos realizados pelo Apoio Social. Londrina, 2021	23
Quadro 2	Produção de atendimentos e procedimentos da eCnaR, por quadrimestre. Londrina, 2021	25
Figura 1	Mapa da distribuição por UBS das PIC em Zona Rural. Londrina 2021	29
Figura 2	Mapa da distribuição por UBS das PIC em Zona Urbana. Londrina 2021	30
Tabela 3	Consumo de métodos anticoncepcionais do Programa de Planejamento Familiar. Londrina, 2021	42
Tabela 4	Número de atendimentos realizados no ambulatório de reabilitação pós COVID – maio a dezembro de 2021	56
Tabela 5	Número de consultas realizadas por profissionais de nível superior, na Atenção Básica. Londrina, 2021	58
Tabela 6	Número de procedimentos consolidados, realizados na Atenção Básica. Londrina, 2021	58
Tabela 7	Número de visitas domiciliares realizadas por ACS, na Atenção Básica. Londrina, 2021	58
Tabela 8	Número de atividades coletivas realizadas na Atenção Básica. Londrina, 2021	58
Tabela 9	Número de atendimentos NASF-AB. Londrina, 2021	59
Tabela 10	Número de pacientes encaminhados ao SAD. Londrina, 2021	61
Tabela 11	Altas do SAD conforme destino e motivações. Londrina, 2021	62
Tabela 12	Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional. Londrina, 2021	62
Tabela 13	Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional (fisioterapia e equipe de apoio). Londrina, 2021	62
Tabela 14	Produção da Policlínica. Londrina, 2021	63
Tabela 15	Produção de exames, CENTROLAB. Londrina, 2021	65
Tabela 16	Número de atendimentos e ações realizadas pelo Programa IST/AIDS e Tuberculose. Londrina, 2021	66
Tabela 17	Número de atendimentos e procedimentos realizados no ambulatório IST/AIDS. Londrina, 2021	67
Tabela 18	Número de preservativos distribuídos no setor IST/AIDS. Londrina, 2021	67
Tabela 19	Número de atendimentos no Centro de Testagem e Aconselhamento. Londrina, 2021	67
Tabela 20	Número de atendimentos ambulatoriais no setor de Tuberculose. Londrina, 2021	67
Quadro 3	Ações de capacitação realizadas pelo CAPS AD. Londrina, 2021	69
Tabela 21	Produção do CAPS AD. Londrina, 2021	70
Tabela 22	Produção do CAPS III. Londrina, 2021	71

Relatório Anual de Gestão 2021

Tabela 23	Produção do CAPS Infantil. Londrina, 2021	72
Tabela 24	Produção total de PA e ambulatório de Saúde Mental. Londrina, 2021	73
Tabela 25	Produção de Atenção Psicossocial por forma de organização	73
Quadro 4	Indicador Hospitalar da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai. Londrina, 2021	76
Tabela 26	Número de consultas realizadas nas Unidades 16, 18 e 24 horas. Londrina, 2021	80
Tabela 27	Número de consultas de Ortopedia nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2021	81
Tabela 28	Número de exames de RX realizados nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2021	81
Tabela 29	Número de procedimentos realizados na UPA Maria Angélica Castoldo (UPA Centro-oeste). Londrina, 2021	81
Tabela 30	Número de procedimentos realizados na UPA Francisco de Arruda Leite (UPA Sabará). Londrina, 2021	82
Tabela 31	Número de procedimentos realizados no Pronto Atendimento Infantil. Londrina, 2021	83
Tabela 32	Número de procedimentos realizados no PA Leonor. Londrina, 2021	83
Tabela 33	Número de ocorrências da Central de Regulação do SAMU Regional Norte Londrina (SAMU 192). Londrina, 2021	85
Tabela 34	Produção das ambulâncias do SAMU Londrina. Londrina, 2021	86
Quadro 5	Ações de capacitação realizadas pelo Núcleo de Educação em Urgência. Londrina, 2021	88
Tabela 35	Cobertura vacinal do Município em menores de 1 ano. Londrina, 2021	94
Tabela 36	Inspeções realizadas, por tipo de estabelecimento. Londrina, 2021	95
Tabela 37	Licenças concedidas, por tipo de estabelecimento. Londrina, 2021	95
Tabela 38	Avaliação de projetos arquitetônicos. Londrina, 2021	96
Quadro 6	Aplicação de recursos da Assistência Farmacêutica Básica. Londrina, 2021	100
Figura 3	Percentual de ruptura de medicamentos. Londrina, de 2018 a 2021	101
Figura 4	Número de atendimentos realizados na Farmácia Municipal. Londrina, 2021.	102
Quadro 7	Recurso IOAF: valores recebidos, itens adquiridos e com previsão de aquisição. Londrina, 2021	105
Tabela 39	Promoção na carreira por conhecimento a partir de janeiro. Londrina, 2021	108
Quadro 8	Profissionais de Saúde trabalhando no SUS. Londrina, 2021	110
Quadro 9	Instituições de cursos técnicos, de graduação e residência que pleitearam estágio junto à SMS. Londrina, 2021	112
Quadro 10	Capacitações realizadas na SMS. Londrina, 2021	113
Quadro 11	Serviços de saúde. Londrina, 2021	118
Quadro 12	Serviços de Saúde por tipo de estabelecimento e gestão. Londrina, 2021	119
Quadro 13	Rede física prestadora de serviços ao SUS, por natureza jurídica. Londrina, 2021	120
Quadro 14	Leitos de internação: públicos, privados e filantrópicos. Londrina, 2021	121

Relatório Anual de Gestão 2021

Quadro 15	Rede física de estabelecimentos de saúde, por tipo de estabelecimento. Londrina, 2021	121
Quadro 16	Número de vagas por instituição em Londrina, no ano de 2021. Londrina, 2021	125
Quadro 17	Mutirão de catarata. Londrina, 2021	129
Quadro 18	Mutirões em 2021 – execução financeira. Londrina, 2021	129
Quadro 19	Gastos judiciais com tratamentos em saúde (consultas, exames, cirurgias e tratamentos não medicamentoso), por ano. Londrina, 2021.	129
Quadro 20	Recursos Coronavírus repassados ao Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP). Londrina, 2021	130
Quadro 21	Controle de leitos UTI COVID-19 HURNP, conforme Portarias de Custeio. Londrina, 2021	131
Quadro 22	Recursos para enfrentamento da pandemia, repassados a hospitais. Londrina, 2021	133
Quadro 23	Recursos de Emendas Parlamentares a prestadores de serviço de saúde. Londrina, 2021	135
Quadro 24	Produção de urgência e emergência por grupo de procedimentos. Londrina, 2021	137
Quadro 25	Produção sob gestão municipal da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, por grupo de procedimentos. Londrina, 2021	137
Quadro 26	Internações hospitalares (SUS) por especialidades médicas, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, de 2017 a 2021	138
Quadro 27	Internações hospitalares (SUS) por complexidade de procedimento, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, 2017 a 2021	139
Quadro 28	Internações hospitalares (SUS), por procedência do paciente. Londrina, 2017 a 2021	139
Quadro 29	Número de AIH dos procedimentos realizados no tratamento de infecção pelo novo Coronavírus, com código COVID-19. Londrina, 2020 e 2021	139
Quadro 30	Etnia da população residente em Londrina. Londrina, 2010.	142
Quadro 31	População estimada por sexo e faixa etária de Londrina. Londrina, 2021	142
Quadro 32	Número de nascidos vivos por residência da mãe. Londrina, de 2017 a 2021	143
Figura 5	Pirâmide etária, Londrina, 2020	143
Quadro 33	Frequência de notificação de casos suspeitos de doenças/agravs de notificação compulsória, de residentes no Município, nos anos de 2020 e 2021*. Londrina, 2021	144
Quadro 34	Principais causas de internação hospitalar de residentes no Município, morbidades segundo Capítulo da CID-10. Londrina, 2017 a 2021	146
Figura 6	Coefficiente de mortalidade geral de residentes no Município. Londrina, 1995 a 2021	147
Figura 7	Mortalidade proporcional, segundo faixa etária. Londrina, 2000 e 2021	148
Figura 8	Total de óbitos por acidentes de transporte e homicídios, ocorridos	149
Quadro 35	Óbitos segundo grupos de causas (Cap CID10), residentes no Município. Londrina, 2017 a 2021*	149

Relatório Anual de Gestão 2021

Figura 9	Coeficiente de Mortalidade Materna (CMM por 100.000 nascidos vivos), de residentes no Município, por triênios. Período de 1986 a 2021.	151
Figura 10	Coeficientes de Mortalidade Infantil de municípios. Londrina, 1990 a 2021*	152
Quadro 36	Coeficientes de Mortalidade Infantil neonatal e pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), residentes no Município. Londrina, 2010 a 2021*	152
Figura 11	Mortalidade Infantil de residentes no Município, segundo grupos de causas. Londrina, 2021*	153
Quadro 37	Coeficientes de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Região Sul, Estado do Paraná e Londrina, 2010 a 2021*	153
Quadro 38	Internações de municípios, segundo o Capítulo CID 10 e por faixa etária. Londrina, jan/2021 a out/2021	154
Figura 12	Internações de municípios por causas selecionadas (CID10). Londrina, 2017 a 2021*	155
Figura 13	Internações por causas selecionadas e sexo, residentes em Londrina, 2021*	155
Figura 14	Internações por causas selecionadas e idade, residentes em Londrina, 2021*	156
Quadro 39	Recursos federais e estaduais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Londrina, 2021	157
Quadro 40	Detalhamento Recursos Estaduais, aquisição de equipamentos. Londrina 2021	170
Quadro 41	Detalhamento Recursos Estaduais, transporte sanitário. Londrina 2021	171
Quadro 42	Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para incremento MAC cadastrados em 2021. Londrina, 2021	172
Quadro 43	Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para incremento PAB cadastrados em 2021. Londrina 2021	175
Quadro 44	Portarias de Custeio – Despesas. Londrina, 2021	176
Quadro 45	Obras e recursos para investimento. Londrina, 2021	178
Quadro 46	Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Vinculadas à Saúde, comparando os exercícios 2020 e 2021	190
Quadro 47	Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde, comparando os exercícios 2020 e 2021 e Percentual de Despesas por Subfunção em 2021	191
Quadro 48	Receitas de Transferências de outras Esferas de Governo para a Saúde (Transferências Regulares e Automáticas, Pqto. Serviços e Convênios), comparando os exercícios 2020 e 2021	192
Quadro 49	Despesas com saúde não computadas no cálculo do mínimo comparando os exercícios 2020 e 2021	193
Quadro 50	Demandas recebidas pela Ouvidoria. Londrina, 2021	196
Quadro 51	Indicadores 2021: pactuação e resultados. Londrina, 2021	197
Quadro 52	Data de apresentação na Casa Legislativa. Londrina, 2021	228

Relatório Anual de Gestão 2021

IDENTIFICAÇÃO MUNICIPAL

Informações Territoriais

UF: Paraná		Município: Londrina	
Área 1.652,6 km ²	População 580.870 hab	Densidade populacional 306,52 hab/ km ²	Regional de Saúde 17 ^a RS Londrina

Secretaria de Saúde

Razão Social da Secretaria: Fundo Municipal de Saúde de Londrina	CNPJ: 11.323.261/0001-69
Endereço da Secretaria: Avenida Theodoro Victorelli, 103 Jardim Helena – Londrina, PR	CEP: 86027-750
Telefone: (43) 3372-9434	E-mail: gabinete@saude.londrina.pr.gov.br
Página da Secretaria de Saúde no site da Prefeitura:	https://saude.londrina.pr.gov.br/

Secretário Municipal de Saúde

Nome: Carlos Felipe Marcondes Machado	Data da posse: 02/01/2021
O secretário de Saúde referente ao ano do relatório de gestão é o mesmo? Sim (X) Não ()	

Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do Fundo Municipal de Saúde	
Lei Nº: 4.897	Data da Lei: 17/12/1991
CNPJ: 11.323.261/0001-69	Nome do Gestor do Fundo: Carlos Felipe Marcondes Machado
O Gestor do Fundo é o Secretário de Saúde? (X) Sim () Não	Cargo do Gestor do Fundo: Secretário Municipal de Saúde

Informações do Conselho Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do Conselho Municipal de Saúde			
Lei Nº: 4.911		Data da Lei: 27/12/1991	
Nome do Presidente: Laurito Porto de Lira Filho		Segmento: Usuário	
Data da última eleição do CMS: 27/07/2021		Telefone: 3378-0100	
E-mail: conselho@saude.londrina.pr.gov.br			
Número de conselheiros por segmento:			
Usuários	Governo	Trabalhadores	Prestadores
28	4	14	10

Relatório Anual de Gestão 2021

Conferência Municipal de Saúde

Data da última Conferência Municipal de Saúde: 23 e 24/03/2019

Casa Legislativa

Data de Apresentação na Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
31/05/2021	29/09/2021	25/02/2022

Plano de Saúde

A Secretaria de Saúde possui Plano Municipal de Saúde?	Sim (X)	Não ()
Vigência do Plano Municipal de Saúde:	2018 a 2021	
O Plano de Saúde está aprovado?	Sim (X)	Em análise () Não aprovado ()
Resolução de aprovação do PMS pelo Conselho Municipal de Saúde:	Número: 10/2017 Data: 12/07/2017	
Resolução de aprovação da atualização do PMS 2018-2021 pelo Conselho Municipal de Saúde:	Número: 11/2020 Data: 20/08/2020	

Programação Anual de Saúde

A Secretaria de Saúde tem Programação Anual de Saúde 2021?	Sim (X)	Não ()
A Programação Anual de Saúde 2021 está aprovada?	Sim (X) Em análise () Não aprovada ()	
Resolução de aprovação da PAS/2021 pelo CMS:	Nº 05/2020 Data: 30/04/2020	
A Secretaria de Saúde possui Programação Anual de Saúde 2022?	Sim (X) Não ()	
A Programação Anual de Saúde 2022 está aprovada?	Sim (X) Não ()	
Resolução de aprovação da PAS/2022 pelo CMS:	Número: 009/2021 Data: 24/06/2021	

Informações sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários

O município possui PCCS próprio da Saúde?	Sim (X)	Não ()
Se não possuir, tem Comissão de elaboração do PCCS?	Sim ()	Não ()

Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:	17ª RS Londrina
O município participa de algum consórcio?	Sim (X) Não ()
O município está organizado em regiões intramunicipais?	Sim (X) Quantas? 6 Não ()

CONSIDERAÇÕES

O município de Londrina está localizado na região norte do Estado do Paraná (PR), a 377,77km da capital Curitiba. Ocupa uma área de 1.652,6km² cerca de 1% da área total do Estado, na zona urbana apresenta uma área de 164,33km² e uma zona de expansão urbana 80,68km², totalizando 245,01km². A população municipal é de 580.870 habitantes (estimativa do IBGE para 2021), sendo a segunda cidade mais populosa do Paraná, com densidade demográfica de 306,52 hab/km².

Londrina é uma das cinco cidades mais importantes da região Sul, juntamente com Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis e Joinville. Destaca-se como um centro em desenvolvimento de negócios, tecnologia, pesquisa, saúde, sendo uma importante referência educacional a nível nacional e internacional. A cidade de Londrina é um importante polo de desenvolvimento regional, exercendo influência direta sobre mais de 1.111.577 pessoas residentes em sua Região Metropolitana (RML), segundo última estimativa (2019) do Tribunal de Contas da União (TCU/DATASUS). Sofre, no entanto, os impactos dessa condição: a velocidade do processo de urbanização, o crescimento da aglomeração urbana própria e no seu entorno, as ameaças ao meio ambiente como ocupação de fundos de vale, a pressão sobre seu sistema viário, a deterioração do centro histórico, e as limitações orçamentárias para fazer frente a esses déficits.

O Município está inserido na 17^a Regional de Saúde, que abrange também os municípios de Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.

Os recursos financeiros da área da saúde são centralizados no Fundo Municipal de Saúde, que tem CNPJ próprio desde de 2009. Desta forma, a gestão dos recursos do SUS, a partir do Fundo Municipal, é de responsabilidade do Município e o controle social é feito pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS), eleito e composto por representantes dos segmentos da sociedade de forma paritária. A atual composição do Conselho conta com 28 representantes dos usuários, 14 dos trabalhadores, 10 dos prestadores e 04 representantes da gestão. Em reunião extraordinária, em 27 de julho de 2021, houve eleição da Comissão Executiva do CMS para a gestão 2021 a 2022.

A gestão participativa e o controle social são fundamentais nesse contexto, uma vez que permitem os planejamentos horizontal e ascendente. É imprescindível o desenvolvimento de práticas solidárias e compartilhadas entre os parceiros que compõem o SUS, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde, sob gestão eficiente e transparente, de forma a reduzir as desigualdades loco-regionais.

A prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como os Relatórios Detalhados Quadrimestrais, que apresentam dados quantitativos de serviços realizados e ofertados à população, além de resultados de alguns indicadores, passam por apreciação nas Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal (CMS). Posteriormente, são apresentados quadrimestralmente em sessões de audiência pública na Câmara Municipal de Londrina, que, no ano de 2021 foram mantidas em ambiente virtual, transmitidas em dois canais de comunicação da Câmara Municipal de Londrina: [facebook.com/camaralondrina](https://www.facebook.com/camaralondrina) e <http://bit.ly/youtubecml>. A divulgação das audiências é feita nas reuniões do CMS, pelos meios de comunicação e publicação em Diário Oficial do Município.

Relatório Anual de Gestão 2021

A audiência que apresentou os dados do primeiro quadrimestre de 2021 foi realizada em 31 de maio, referente ao segundo quadrimestre realizada em 29 de setembro e a do terceiro quadrimestre realizada em 28 de fevereiro de 2022. A documentação relativa à Audiência Pública fica arquivada no Conselho Municipal de Saúde (CMS) e na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), bem como disponibilizada no *site* oficial da SMS.

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é o instrumento de elaboração anual, que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados por meio da execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta a necessidade de eventuais redirecionamentos no Plano de Saúde. Para que a gestão seja eficiente, é preciso estabelecer um processo dinâmico de conhecimento da realidade e possibilidades, planejar, traçar metas, executá-las com competência e, sob monitoramento e avaliação justos e permanentes, aferir resultados e adequar o planejamento sempre que necessário, pois a realidade e suas condicionalidades não são estáticas.

No Relatório Anual de Gestão (RAG) são registradas as ações executadas no ano, resultados e avanços alcançados conforme a análise realizada. Assim, o conteúdo do RAG subsidia eventuais ajustes no planejamento municipal da Saúde e a elaboração da PAS para o período subsequente.

O Relatório está sistematizado de forma a apresentar a organização da Rede Municipal de Atenção à Saúde, os programas e ações prioritários, o perfil dos indicadores e as ações de vigilância em saúde implementadas no Município. Apresenta, também, dados quantitativos de produção de serviços municipais de assistência à população na Atenção Básica (AB) e de média complexidade, assim como a produção dos demais prestadores ambulatoriais do SUS e da atenção hospitalar de média e alta complexidades. Para a produção das informações em saúde deste documento, são utilizados como fonte de dados sistemas do SUS, como o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e do Sistema de Informação Atenção Básica (e-SUS AB), do sistema municipal de Saúde (Saúde Web), além de alguns sistemas específicos de determinados programas de saúde. São também consultados o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), uma vez que o perfil de morbimortalidade e os principais dados epidemiológicos de um município traduzem o nível de saúde de sua população.

As avaliações da Programação Anual de Saúde (PAS) de 2021, dos indicadores de saúde pactuados para o mesmo ano, bem como as áreas de investimentos previstas no Plano Plurianual (PPA) e executadas em 2021, constam no presente RAG. Este Relatório contempla, ainda, informações sobre os recursos financeiros recebidos e executados, de acordo com previsão orçamentária aprovada e sistematizada, conforme Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos (SIOPS).

Para direcionar e planejar as ações na Saúde, o Plano Municipal de Saúde é o documento norteador e é elaborado considerando-se as propostas aprovadas na Conferência Municipal de Saúde pelos segmentos legitimamente representados. O processo de planejamento é dinâmico e permite adaptações e adequações frente a situações imprevistas e o ano de 2021 se manteve como um ano mundialmente atípico, devido à pandemia, situação que foi classificada no ano anterior pela organização Mundial da Saúde (OMS) como Emergência de Saúde Pública de Impacto Internacional (ESPII) e pelo Ministério da Saúde como Emergência de Saúde Pública de Impacto Nacional (ESPIN), que exige muitas medidas de prevenção e enfrentamento da doença entre a população.

Durante o ano de 2021 foi necessário esforço maior do que o habitual por parte da SMS, sem descontinuar nenhum serviço, para manter as ações programáticas, as principais ações de promoção à saúde, prevenção de agravos e

Relatório Anual de Gestão 2021

resposta à demanda espontânea, uma vez que as doenças prevalentes continuaram coexistindo com o agente causador da pandemia, o SARS-Cov-2. Assim, com a articulação entre os pontos de atenção à saúde, foi mantida a continuidade do cuidado disponibilizado à população, com oferta de serviços respaldados por protocolos peculiares a cada área e complementares entre si.

A vacinação contra COVID-19 foi abrangente na população, realizada de forma estratégica e organizada. Foram aplicadas 459.805 primeiras doses, 408.084 segundas doses, 100.779 terceiras doses, além das 13.126 doses do fabricante Janssen, que é dose única. O total de aplicações somou 981.794 doses.

O presente Relatório publiciza os resultados obtidos no ano de 2021 por esta SMS, tendo buscado executar as pactuações firmadas na PAS para o mesmo ano, sob o empenho de equipes de saúde sérias e competentes. Entretanto, considerando o cenário descrito, algumas metas pactuadas foram prejudicadas, em face da necessidade de priorizar as ações específicas de enfrentamento da pandemia.

Este Relatório, na versão do formato DigiSUS, será preliminarmente apreciado pela Comissão de Avaliação de Instrumentos de Gestão do Conselho Municipal de Saúde (CMS), assim como a Avaliação da PAS 2021, para, então, serem submetidos à apreciação do CMS em Reunião Ordinária nº 333, no mês de março de 2022, quando será emitido o parecer final por meio de Resolução do CMS.

E, para que se cumpra a Lei, após o parecer do CMS, o documento final estará disponibilizado por meio eletrônico no DigiSUS e homologado e validado por um Conselheiro designado para esse fim, conforme regulamentado pela Portaria Nº 575, de 29 de março de 2012. O Relatório ficará também disponibilizado no *site* oficial do Município de Londrina na forma digital.

2. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

A Atenção Primária à Saúde (APS) está organizada no município de Londrina seguindo os princípios e diretrizes do Serviço Único de Saúde (SUS), é a principal porta de entrada do sistema público de saúde e principal ordenadora do cuidado. Está inserida no organograma municipal como integrante da Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS), tem sob sua responsabilidade 53 Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde estão inseridas as equipes de Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família, 1 Centro de Especialidade Odontológica (CEO), o Apoio Social, 1 Unidade de Matriciamento das Equipes Saúde da Família (UMESF) e um ambulatório de reabilitação pós COVID. Das UBS, 2 recebem a Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher (Aquiles e Novo Amparo) e 2 recebem a Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Itapoã e Padovani), sendo que nessas UBS residentes não vinculados ao organograma da Atenção Primária atuam profissionalmente, enquanto integrantes da Comissão de Residência Médica (COREME). Ambas Residências são desenvolvidas em parceria com a Universidade Estadual de Londrina.

A organização e implementação das ações na Atenção Básica requerem uma divisão em coordenações e gerências de modo a atender as diversas portarias, notas técnicas e projetos implantados no Município, além das diretrizes e protocolos sugeridos pelo Ministério da Saúde, no intuito de trazer à população grande gama de serviços e ampliando, assim, o escopo de ações, favorecendo o acesso aos usuários. Atualmente a APS está organizada no seguinte formato: Diretor, Assessoria Técnica, Gerências Regionais, Gerência de Odontologia, Gerência de Programas Especiais, Coordenação de Odontologia, Coordenação de Unidades Básicas de Saúde, Coordenação de Saúde da Mulher, Coordenação de Apoio Social, Coordenação de Saúde da Criança, Coordenação Programa Saúde da Família (PSF)/Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) e Coordenação de Saúde do Adulto.

Pautada nos princípios da integralidade, universalidade e longitudinalidade, a Atenção Básica (AB) atua no cotidiano das pessoas, tanto de forma coletiva, como individual, realizando práticas integradas com equipe multiprofissional e intersetorial, de modo a promover a saúde dos indivíduos, prevenir doenças, garantir proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação da população de territórios definidos, sobre os quais assume responsabilidade sanitária.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) se mantém como a estratégia prioritária para organização, pois possibilita contato direto com os usuários, conseqüente formação de vínculo e corresponsabilização quanto às necessidades de saúde. Integra ações programáticas e demanda espontânea no rol de atendimento, prima pelo cuidado multidisciplinar centrado no usuário, ampliando escopo de ações a serem desenvolvidas por toda a equipe. As ações contempladas nos programas específicos são desenvolvidas por equipes da ESF, equipes de Saúde Bucal e equipes multiprofissionais dos NASF AB, atuando nas 53 UBS, sendo 41 na região urbana e 12 na região rural.

O desenvolvimento das ações na APS é principalmente voltado a grupos populacionais de maior vulnerabilidade ou interesse epidemiológico. São desenvolvidos programas com controle e avaliação de resultados, como o Controle de Hipertensão e Diabetes, Saúde da Mulher (pré-natal, detecção precoce de câncer ginecológico e mama, planejamento familiar), Saúde da Criança (puericultura, imunizações e vigilância ao recém-nascido de risco), Controle da Tuberculose e

Relatório Anual de Gestão 2021

Hanseníase e a Saúde Mental. Há também ações desenvolvidas para controle de dengue, das IST/HIV e AIDS (orientação, coleta de exame e apoio sorológico), manejo do tabagismo, assistência ao portador de asma, saúde do idoso, assistência farmacêutica, fisioterapia, terapia comunitária, assistência social e atenção odontológica. Em 2021, também foram desenvolvidas inúmeras ações referentes à pandemia, outras de capacitação e inserção de atualizações do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), no intuito de qualificar as informações inseridas no Sistema e-SUS.

Com o início da vacinação contra o COVID-19 houve gradativa melhora da pandemia, observada nas estatísticas epidemiológicas, foi possível retomar as ações, campanhas, consultas eletivas e coleta de exames da APS, assim como a ampliação de alguns serviços.

Sobre o financiamento do SUS para a APS, mesmo com a introdução do novo modelo determinado pela Portaria Ministerial Nº 2.979/2019, que instituiu o Programa Previne Brasil e da alteração da Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, os valores de repasse permaneceram inalterados para a Atenção Primária, devendo entrar em vigor novas regras a partir de 2022, em virtude da pandemia. O novo modelo vincula o financiamento ao acompanhamento dos usuários e mudança das condições de saúde, aferidas por meio de indicadores, estabelecendo o repasse de três formas: captação, ações estratégicas e indicadores. A Portaria Nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, dispõe sobre Indicadores do Pagamento por Desempenho no âmbito do Previne Brasil.

Repasse por captação é o valor base repassado por indivíduo cadastrado e vinculado a uma equipe da ESF, sendo que esse valor pode ser majorado, caso seja constatada situação de vulnerabilidade, conforme cadastramento nos programas Bolsa Família e BPC. O Município se enquadra na tipologia urbana que considera o pagamento de até 4.000 pessoas por equipe. O repasse do recurso é anual e reavaliado pelo Ministério da Saúde a cada quadrimestre.

Repasse por ações estratégicas refere-se à execução dos programas aos quais os municípios aderiram, como: Saúde Bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Equipe Consultório na Rua (eCnaR), Prótese Dentária, Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Ações de Atenção Integral a Saúde do Adolescente em Situação de Privação de Liberdade, Programa Saúde na Escola (PSE), Informatiza APS, Incentivo à Residência Médica e Multiprofissional e outros programas, conforme a situação epidemiológica das municipalidades, como observado no ano com o advento da pandemia.

O repasse referente aos indicadores está atrelado à avaliação de desempenho das equipes da ESF, considerando 7 indicadores relacionados à saúde da gestante, da mulher, criança e doenças crônicas.

Devido à pandemia, o Ministério da Saúde adiou a implantação da nova Portaria Nº 2.979/2019 e manteve o valor do repasse ao Município com base na Portaria Nº 166, de 27 de janeiro de 2021, que trata da alteração de prazo para alcance da meta de cadastro dos usuários do SUS no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), previsto no Art. 4º da Portaria Nº 3.263/GM/MS, de 11 de dezembro de 2019, que estabeleceu o incentivo financeiro de custeio federal para implementação e fortalecimento das ações de cadastramento dos usuários do SUS no âmbito da APS. Também prorrogou o prazo através da Portaria Nº 2.396, de 22 de setembro de 2021 do repasse de recursos por

indicadores, considerando o contexto da ESPII e ESPIN decorrentes da rápida disseminação do novo Coronavírus.

2.1 ODONTOLOGIA

A Atenção Odontológica da rede pública municipal é composta por 58 profissionais dentistas, auxiliares e técnicos em saúde bucal que compõem as equipes da Estratégia Saúde da Família Bucal (ESB) e equipes de Saúde Bucal Infante Juvenil, nas regiões urbana e rural. Ambos formatos têm o intuito de atender o público adulto e de 0 a 21 anos, infante juvenil, respectivamente.

As equipes ofertam cuidado e tratamento de Atenção Primária integral à população e são apoiadas pelo serviço especializado dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) municipal e da UEL, onde há profissionais especialistas em periodontia, cirurgia bucal, endodontia, prótese, serviço de radiologia e atendimento a pacientes com necessidades especiais. Ambas unidades do CEO ofertam atendimento especializado para usuários encaminhados por equipes de odontologia da Atenção Básica, mediante avaliação prévia e sob critério de risco, por meio de regulação *on-line*. (Tabelas 1 e 2).

Devido à pandemia, o serviço odontológico, como os demais, foi reorganizado para atender as medidas sanitárias necessárias para diminuir a disseminação do SARS-CoV-2. No primeiro semestre de 2021 o CEO se dedicou ao atendimento de casos de urgência e emergência reguladas da população geral e 5 UBS passaram a ser referência odontológica de urgência/emergência para sintomáticos respiratórios, sendo que pacientes com dor não deixaram de ser atendidos, assim como foi continuado o atendimento às gestantes inseridas no programa municipal de pré-natal.

Outro ponto de atenção odontológica para demanda espontânea em situações de urgência/dor acima de 6 anos e encaminhamento regulado é o Centro Odontológico Universitário da UEL (COU). Em 2021 foram encaminhados 30 pacientes para endodontia, 137 para cirurgia, 119 para periodontia e 189 para estomatologia. As urgências infantis (menores de 6 anos) são encaminhadas para o Pronto Socorro da Bebê Clínica (UEL).

No mês de novembro foi iniciada a obra para readequação de ambientes clínicos no CEO, utilizando recursos provenientes das Portarias MS, Nº 3.008, de 4 de novembro de 2020 e a de Nº 3.017, de 4 de novembro de 2020, ambas destinadas exclusivamente para esse fim. A readequação se fez necessária para atender recomendações da ANVISA e da Nota Orientativa nº 39/2020-SESA PR.

Após as melhorias, será possível retomar o ritmo de atendimento nas especialidades Odontológicas, que ficou prejudicado devido às antigas instalações não corresponderem às normas sanitárias necessárias devido à COVID-19. As obras, que serão concluídas no próximo ano, possibilitarão o aumento da capacidade de atendimentos simultâneos, com reduzida exposição a risco de contaminação de pacientes e profissionais durante os procedimentos. Assim, maior será o número de usuários atendidos, que aguardam o serviço odontológico especializado.

Para procedimentos em que seja indicada a realização em ambiente hospitalar, os usuários são encaminhados para o Hospital Zona Sul (HZS), via fluxo regulatório da SMS.

Relatório Anual de Gestão 2021

Tabela 1. Número de atendimentos odontológicos realizados pelas equipes de Atenção Primária em Saúde. Londrina, 2021.

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Consultas odontológicas	4.588	8.556	15.256	28.400
Procedimentos odontológicos	2.975	10.899	42.489	56.363

Fonte: e-SUS

Tabela 2. Produção do Centro de Especialidades Odontológicas do Município. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Atendimentos Clínicos	187	311	617	1.115
Procedimentos	380	1.041	2.137	3.559
Próteses	0	175	65	393

Fonte: e-SUS

No primeiro quadrimestre de 2021 o atendimento eletivo odontológico esteve suspenso, em razão da pandemia e, por essa razão, não houve produção de próteses naquele período.

Com vistas a um atendimento integral, longitudinal e com foco em prevenção, a SMS mantém um profissional Técnico em Saúde Bucal (THD) na Maternidade Municipal Lucilla Ballalai. Este profissional realiza orientação de higiene bucal às puérperas, para que sejam realizadas nos recém-nascidos após a amamentação. Foram realizadas 1.833 orientações de higiene bucal em 2021.

Ainda, como atividades da equipe gestora em odontologia, foram realizadas reuniões do Grupo Técnico que está trabalhando na atualização do Protocolo Odontológico, em propostas de educação em saúde bucal para trabalhadores; reuniões intersetoriais para melhoria no atendimento da rede municipal de odontologia, recebimento de estagiários de instituições de ensino em odontologia, além de visitas técnicas nas clínicas odontológicas das UBS.



2.2 APOIO SOCIAL

O Apoio Social tem o papel de contribuir com a população, favorecendo acesso a informações e serviços de saúde. Atua de forma intersetorial nos diferentes níveis de atenção e demais políticas sociais.

As demandas sociais mais frequentes que emergem para atendimento no Apoio Social estão relacionadas aos fenômenos de desproteção social, tais como: abandono e negligência de paciente, ausência de cuidador, violência doméstica,

resistência à adesão de tratamentos de saúde (pré-natal, IST, tuberculose, etc), dificuldade de acesso a benefícios e serviços públicos (medicamentos, materiais hospitalares, órteses, vale transporte urbano, dietas especiais, etc); transporte para tratamento de saúde (consultas, exames, hemodiálise, fisioterapia, radioterapia, entre outros) e orientação quanto aos direitos assistenciais e previdenciários, etc.

Em 2021, mesmo durante a pandemia, não houve restrição ou paralisação das atividades executadas pelo Apoio Social.

Com o intuito de facilitar o acesso ao fornecimento de medicação, em 2021 a estratégia utilizada foi a liberação escalonada para dois ou três meses, dependendo da disponibilidade dos itens solicitados. Tal ação diminuiu o fluxo de pessoas no Apoio Social e na Farmácia Municipal, evitando aglomerações e beneficiando os pacientes com o fornecimento prolongado. As demais medicações continuaram sendo avaliadas conforme a demanda da rede de serviços do Município.

O serviço de Transporte Clínico Agendado (TCA) foi mantido sem alteração no fluxo das solicitações, conforme a Nota Orientativa nº 20, do Governo do Estado PR, garantindo os tratamentos contínuos essenciais, como hemodiálise, quimioterapia e cobaltoterapia, consultas e exames eventuais. Quanto ao atendimento de fisioterapia, os pacientes foram transportados conforme solicitação das clínicas conveniadas, destacando as necessidades prioritárias para atendimento presencial.

Como forma de melhoria ao acesso e considerando a equidade, o Apoio Social, em parceria com a Diretoria de Regulação e Auditoria em Saúde (DRAS), realizou análise dos pacientes atendidos nas clínicas conveniadas que necessitavam de TCA e que eram atendidos nas especialidades de reabilitação global e fisioterapia. Com a retomada gradativa dos atendimentos pelas clínicas, foram realizadas visitas domiciliares para reavaliação da necessidade do tratamento reabilitador e firmado um Termo de Uso do Transporte com as famílias dos usuários, para que o benefício seja mais organizado e equânime.

O Apoio Social também atua fornecendo apoio técnico às equipes de Saúde da Família, na Atenção Básica e na articulação intersetorial com as demais políticas públicas, fazendo-se representar em reuniões remotas de conselhos municipais e de direitos e comissões e grupos de trabalho, como: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Idoso, Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família e Comitê Local do Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes internados por Medida Socioeducativa (AFAI).

Quanto ao Programa AFAI, as ações foram retomadas junto às UBS, com diagnóstico e plano de ação para as 81 famílias cadastradas no Programa, envolvendo 23 UBS. Foi importante, também, a participação no Grupo de Trabalho para criação de fluxo de atendimento intersetorial às gestantes em situação de desproteção social.

A gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, também de responsabilidade do Apoio Social, compreende a formatação das listas, treinamento das equipes das UBS para o acompanhamento das famílias beneficiárias e alimentação de dados no sistema federal do Programa Bolsa Família na Saúde. O público para acompanhamento obrigatório pela saúde são crianças de 0 a 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos. O acompanhamento compreende o monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças, por meio da pesagem e verificação da altura e do estado nutricional. As mulheres de 14 a 44 anos são chamadas para realização de exames preventivos, pré-natal para as gestantes e acompanhamento das nutrizes. Neste ano de 2021, foi dado enfoque na migração entre os sistemas

Relatório Anual de Gestão 2021

PEC e E-Gestor, registrando-se o acompanhamento dos beneficiários que procuraram a UBS para atendimentos eletivos (consultas, vacina, pré-natal, etc). Devido à situação sanitária devido à pandemia, por orientação do Ministério da Saúde, os acompanhamentos continuaram acontecendo, conforme disponibilidade das UBS, evitando campanhas de pesagem e aglomerações nas UBS e nos territórios. Na segunda vigência, o acompanhamento das condicionalidades voltou a ser obrigatório. Foi feita a sensibilização das equipes nas UBS para retomarem a rotina de acompanhamento das famílias beneficiárias.

Quadro 1. Número de atendimentos realizados pelo Apoio Social. Londrina, 2021.

Ações desenvolvidas	Número de atendimentos
Atendimentos sociais, estudo socioeconômico, orientação e encaminhamento a benefícios e serviços diversos.	7.114
AFAI	81 famílias
Participação em conselhos, comissões, reuniões, discussões de casos, etc	63
Visitas domiciliares	30
Atendimento social para liberação de medicamentos	3.656
Gestão, alimentação e monitoramento dos dados do Programa Bolsa Família na Saúde (número de beneficiários com perfil saúde para acompanhamento)	1ª Vigência (jan a jun): <ul style="list-style-type: none">• 32.201 beneficiários para acompanhamento• 75,15% de cobertura• 344 gestantes estimadas, 466 acompanhadas (135,47% de cobertura) 2ª Vigência (jul a dez): <ul style="list-style-type: none">• 32.387 beneficiários para acompanhamento• 81,56% de cobertura• 344 gestantes estimadas, 565 acompanhadas (164,24% de cobertura)

Fonte: E SUS / E GESTOR

Quanto ao Quadro 1, a estimativa de gestantes é prevista pelo Ministério da Saúde, baseado no IBGE, sendo que para o ano de 2021 foram estimadas 344 gestantes. Como foi acompanhado maior número do que o estimado em ambas vigências, justifica-se que a porcentagem de cobertura de gestantes tenha excedido 100%, tanto na 1ª como na 2ª vigência.

2.3 ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E NÚCLEOS AMPLIADOS À ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF AB)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) manteve-se como estratégia que o Município adotou para a reorganização da APS, tendo como diretrizes e princípios o atendimento e formação de vínculo com indivíduos, famílias de um território adscrito. Com cuidado centrado na pessoa, possibilita o olhar e a reorganização dos processos de trabalho favorecendo a resolutividade dos serviços e, conseqüentemente, a qualidade de vida e satisfação do usuário.

As equipes da ESF estão distribuídas nas 53 UBS e oferecem apoio às equipes multiprofissionais, chamadas Núcleo de Atenção ao Saúde da Família e Atenção Básica (NASF AB), que ampliam o escopo de ações na Atenção Primária. Os profissionais do NASF AB são organizados com foco no território, de modo a prestar apoio matricial às equipes, assim como atendimento individual, compartilhado e interdisciplinar. As equipes do NASF-AB são compostas por farmacêuticos, nutricionistas, educadores físicos, psicólogos e fisioterapeutas e o número de equipes variou de 78 a 92 durante o ano.

No período de maio a agosto de 2021 o NASF AB, teve os atendimentos eletivos suspensos devido à pandemia e foram reiniciados os atendimentos presenciais de setembro em diante. Além do retorno dos atendimentos individuais eletivos nas UBS, as atividades do canal do *YouTube*, “Exercício & Saúde”, foram mantidas, chegando a 2.088 inscritos no canal e 82.046 visualizações. Também foi mantido o projeto prevenção à Covid-19, atingindo um público de 6.624 participantes/multiplicadores, abrangendo cerca de 52.524 funcionários.

Em relação a pacientes com síndrome pós-COVID persistente, com necessidade de tratamento reabilitador, as equipes NASF fizeram o matriciamento de 396 participantes e iniciaram reabilitação em maio, no Ambulatório de Reabilitação pós-COVID localizado na Policlínica, por fisioterapeutas, educadores físicos e psicólogos, totalizando 2.786 atendimentos até o fim do ano.

Conforme mencionada anteriormente a mudança do modelo de financiamento com o Programa Previne Brasil, as equipes da Atenção Básica desenvolveram, no ano de 2021, ações para ampliar o cadastramento das famílias, de modo a cumprir a meta de 4.000 cadastros individuais por equipe da ESF, ou 2.000 pessoas por Equipe de Atenção Básica.

Com o avanço dos registros epidemiológicos em relação da COVID-19, não foi possível manter o atendimento presencial individual por profissionais, porém, com a reorganização, foi possível com alguns grupos, assim, como as visitas domiciliares e ações no território, principalmente após início da imunização contra COVID-19. Com a volta gradativa dos atendimentos, foi necessário realizar busca ativa dos indivíduos para o monitoramento individual, continuidade do atendimento aos crônicos e a atenção ao atendimento de causas agudas, como as respiratórias, o que ocasionou grande mobilização por parte da Atenção Básica no município.

Quanto ao sistema de informação da Atenção Básica, o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) está implantado em todas as UBS das regiões urbana e rural. Houve neste ano um movimento para ampliação do sistema à UPA Sabará. A ampliação do sistema na rede favorece o registro do histórico de saúde do paciente e organiza os dados, fornecendo relatórios segundo o número de atendimentos prestados. Como meta para 2022, está a ampliação para a UPA Centro-Oeste e Maternidade.

2.3.1 Equipe Consultório na Rua

A equipe Consultório na Rua (eCnaR) faz parte da composição da APS e é responsável pelo atendimento de saúde de cidadãos que fazem da rua seu espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, apresentando diversas necessidades devido às condições de saúde. Por apresentarem especificidades quanto à vulnerabilidade social, rompimento familiar, situação

Relatório Anual de Gestão 2021

precária de higiene e falta de alimentação saudável, requerem um olhar ampliado e acolhedor com formação de vínculo.

No mês de dezembro foi incorporado um profissional médico à equipe, favorecendo a ampliação e resolutividade dos serviços ofertados pela eCnaR. A partir dessa inserção profissional, o Município solicitará ao Ministério da Saúde a transposição de modalidade, passando da II para a III. Desta forma o Município passou a contar com uma Equipe modalidade II, composta por 1 enfermeira, 1 psicóloga, 1 assistente social, 2 auxiliares de enfermagem e 1 educadora social; e uma Equipe modalidade III, que difere da II por contar com 1 médico, além dos demais profissionais.

O trabalho da equipe consiste em atendimento *in loco*, de acordo com a demanda a ser atendida: consulta pré-natal, busca ativa de portadores de IST e tuberculose e atividades de promoção e prevenção em saúde. Além do atendimento *in loco*, há também ações compartilhadas e integradas com as equipes das UBS e Saúde Mental e Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

A equipe de Consultório na Rua desenvolve ações semanais no Centro POP, em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), realizando orientação e atendimentos em saúde, redução de danos e Rodas de Terapia.

Ainda em parceria, foram realizadas ações de abrigamento emergencial com a SMAS e Diretoria de Urgência e Emergência (DUES), para sintomáticos respiratórios ou positivados para COVID-19 e em situação de rua. Foram realizadas aproximadamente 500 avaliações, consultas médicas e de enfermagem de todas as pessoas que aceitaram acolhimento em abrigos. Além de visitas semanais com consultas médicas, foram realizados testes rápidos de HIV, Hepatite B e C e Sífilis, coleta e controle de exames laboratoriais e agendamento de consultas especializadas.

Quadro 2. Produção de atendimentos e procedimentos da eCnaR, por quadrimestre. Londrina, 2021.

	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Atendimentos Individuais	355	538	296	1.189
Procedimentos	562	834	673	2.069

Fonte: e-SUS AB

Outra importante ação realizada em 2021, foi a “Operação Noite Fria”, quando a SMAS ampliou as vagas em abrigo em virtude do inverno rigoroso e contou com a Saúde para a realização de testagem rápida de todos os interessados em pernoitar nos abrigos. Tal ação possibilitou a captação de sintomáticos respiratórios e casos positivos, permitindo o atendimento em tempo oportuno, evitando a disseminação da COVID-19 entre os indivíduos nos abrigos.



2.3.2 Programa Mais Médicos para o Brasil

O município aderiu ao Programa Mais Médicos em 2013, e atualmente o programa passou a ser denominado Mais Médicos para o Brasil, ampliou geograficamente a atuação de profissionais médicos e fortalece a APS, favorecendo o atendimento do usuário em tempo oportuno. Por atuar de forma integral, a participação desses profissionais no Município contribui a resolutividade dos problemas de saúde.

Na APS estão inseridos 26 profissionais, distribuídos em 25 UBS, entre urbanas e rurais e foi muito importante a atuação desses médicos durante a pandemia, entre outras atuações inerentes à Atenção Primária.

2.4 PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES (PIC)

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no SUS foi aprovada em 2006 pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria Nº 971 e complementada pelas Portarias Nº 849 e 702, por meio das quais são incluídas 29 práticas para promoção de saúde e prevenção de doenças.

A SMS desenvolve dentro das UBS as PIC, ampliando o escopo de ações da APS. São desenvolvidas por profissionais com formação em Terapia Comunitária Integrativa: auriculoterapia, acupuntura, *Shantala* e meditação. Além dessas, há também o emprego da dança como forma de terapia, que tem sido realizada por educadores físicos.

Devido à pandemia, algumas práticas ficaram suspensas, sendo retomadas em outubro, com a abertura do Ambulatório Pós-COVID, com encontros quinzenais, como estratégia de apoio aos pacientes com sequelas.

- **Terapia Comunitária Integrativa (TCI)**

A Terapia Comunitária Integrativa (TCI) é aplicada no cotidiano das UBS, é utilizada como técnica para construção de laços sociais, apoio emocional, troca de experiências e prevenção ao adoecimento. Aplicada em seis passos semiestruturados: acolhimento, identificação e escolha do tema, contextualização, problematização, agregação e conotação positiva e avaliação final, é uma metodologia de fácil aprendizagem que colabora na promoção da saúde e autonomia do cidadão.

O Município oferta a TCI desde 2002 e realiza atividades de intervisão, que consiste em atualizar os servidores capacitados em TCI para a aplicação da técnica junto aos usuários.

Em 2021, foi promovido o curso com 80 servidores inscritos: *Técnicas do cuidar: introdução às práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde*, que buscou sensibilizar os servidores para as práticas integrativas já utilizadas nos serviços e ampliar o conhecimento sobre o tema, de forma que possam ser inseridas dentro dos serviços próprios.

No entanto, durante o ano os encontros de Terapia Comunitária estiveram suspensos, com previsão de retorno em 2022, conforme quadro epidemiológico.

- **Acupuntura**

A acupuntura é uma prática que compõe a medicina tradicional chinesa e se resume em estímulo da pele através de agulhas metálicas de fino calibre, manipuladas manualmente ou por meio de estímulos elétricos. No Município tal prática é empregada em atendimentos individuais por profissionais devidamente habilitados, que aplicam a técnica conforme avaliação profissional.

- **Auriculoterapia**

A auriculoterapia é uma técnica que faz parte da Acupuntura Sistêmica e consiste na estimulação de pontos específicos da orelha, com o emprego de sementes de mostarda, aplicadas para aliviar dores ou como coadjuvante no tratamento de problemas físicos e/ou psicológicos, como ansiedade, enxaqueca, obesidade ou contraturas. Desenvolvida na Atenção Básica, por equipe multiprofissional, está presente em 37 UBS, entre rurais e urbanas.

Durante o ano foram realizados 3.906 atendimentos.



- **Shantala**

Shantala é uma técnica de massagem corporal criada para promover o vínculo entre mãe e filho.

Foi implantada no Município em 2019 e é aplicada durante a puericultura nas UBS, proporcionando maior vínculo entre o binômio mãe-bebê, pois trabalha o toque, favorece a troca de carinho, afeto e promove a estimulação sensorial da criança.

- **Meditação**

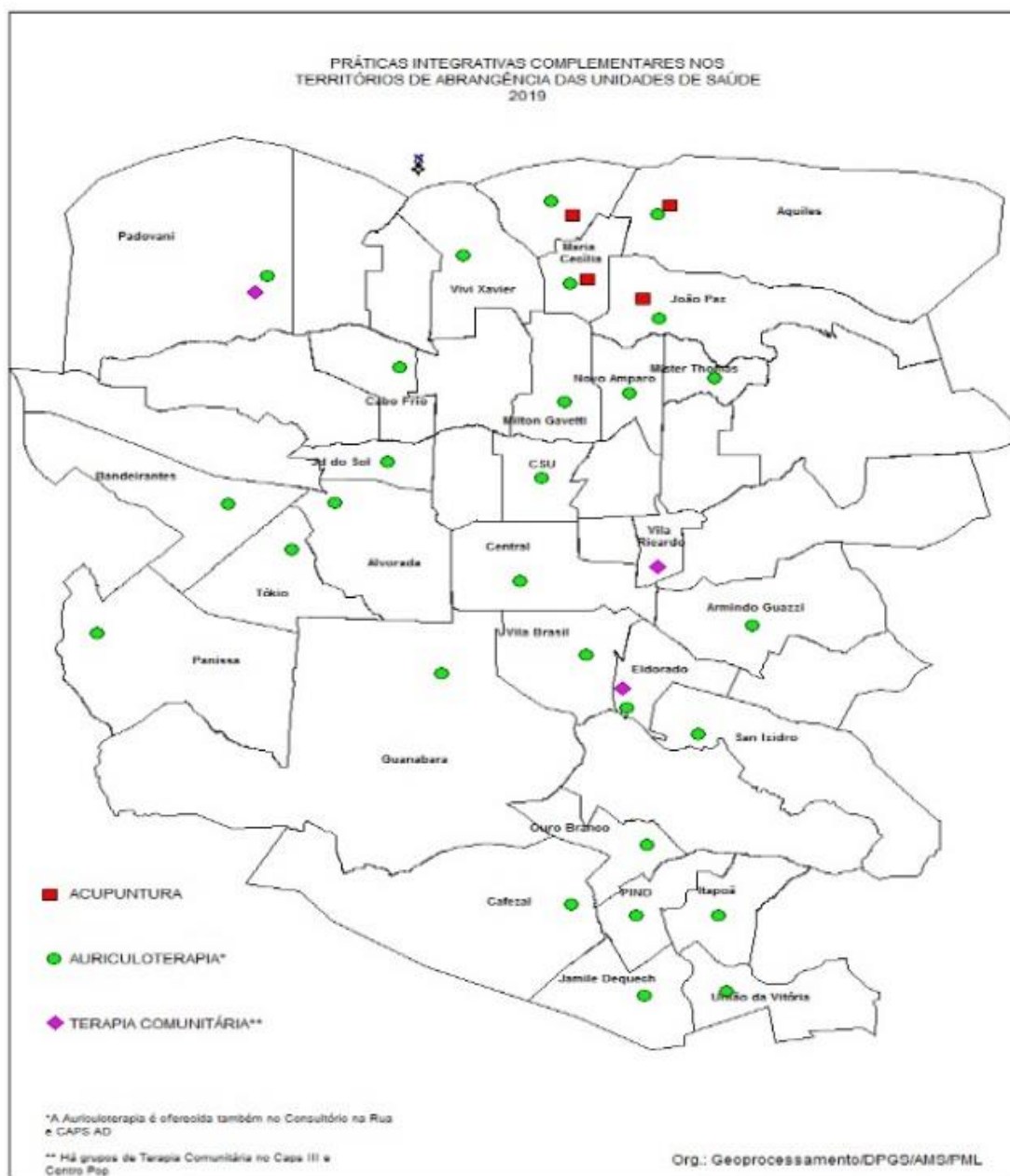
A meditação é uma prática milenar, descrita por diferentes culturas tradicionais. Tem como finalidade facilitar o processo de autoconhecimento, autocuidado, autotransformação e aprimorar as inter-relações pessoal, social, ambiental, tornando-se eficiente na promoção de saúde. A prática da meditação amplia a capacidade de observação, atenção, concentração e a regulação entre corpo-mente-emoções.

Em 2021, devido a atual pandemia, foi realizado um curso na modalidade remota, pela Escola de Governo da Prefeitura Municipal de Londrina, com duas turmas, totalizando 635 inscritos, e foi ofertada tanto a servidores municipais quanto comunidade.

Figura 1. Mapa da distribuição por UBS das PIC Zona Rural. Londrina, 2021



Figura 2. Mapa da distribuição por UBS das PIC em Zona Urbana. Londrina, 2021



2.5 ATENÇÃO À SAÚDE DO ADULTO

A Atenção Integral à Saúde do Adulto tem como principal meta a prevenção dos agravos que acometem, principalmente, pessoas com hipertensão arterial, diabetes mellitus, tuberculose, hanseníase e na saúde do homem.

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) apresentam alta prevalência e representam um dos principais problemas de saúde pública, gerando

Relatório Anual de Gestão 2021

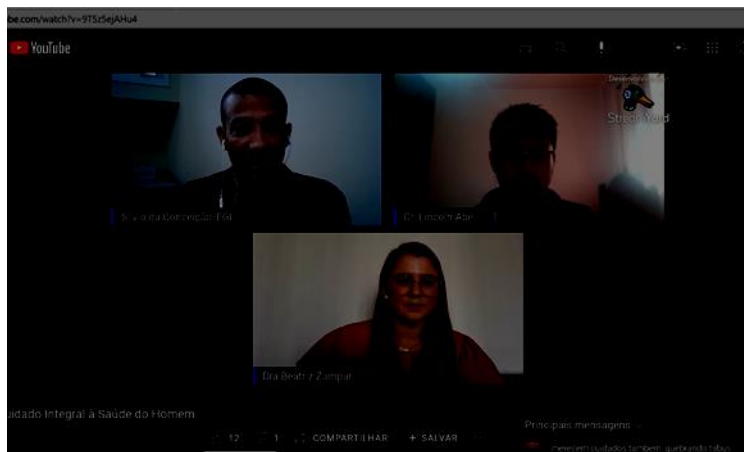
elevado comprometimento na qualidade de vida, causando impacto econômico negativo nas famílias, comunidades e sociedade como um todo.

Portanto, torna-se imprescindível a vigilância das DCNT e elaboração de estratégias de prevenção, controle, limitação de danos e de incapacidade para as atividades de vida cotidiana.

Considerando os desafios instalados frente à prevenção de agravos, somados ao envelhecimento populacional, a SMS tem atuado de modo a organizar os serviços de saúde de forma a atender a crescente demanda com qualidade e resolutividade.

Com foco nas diretrizes ministeriais que orientam o trabalho em Redes de Atenção à Saúde, nas linhas de cuidado às doenças crônicas e com ações de vigilância das doenças infecciosas mais prevalentes, a APS contribui qualidade de vida e aumento na expectativa de vida.

Agregar a Saúde do Homem à saúde do adulto, que visa a prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, manutenção, promoção e proteção da saúde, foi uma proposta do Ministério da Saúde. Assim, como estratégia para a captação do público masculino, foi promovido em novembro, mês dedicado à Saúde do Homem, um evento *on line* com o tema “Saúde Integral do Homem”, destinado à capacitação e sensibilização dos profissionais da APS.



- **Atenção ao Idoso**

O público de maior vulnerabilidade dentro da Saúde do Adulto está o grupo dos idosos, que na APS é acompanhado pelas equipes da Atenção Básica e ESF. O atendimento eletivo que esteve suspenso por conta da pandemia foi retomado, possibilitando o atendimento dos idosos com problemas de saúde identificados pelas equipes, assim como o retorno das visitas domiciliares aos idosos com mobilidade reduzida. Quantos às ações coletivas com idosos, foram reiniciadas no segundo semestre, respeitando as precauções de prevenção contra a COVID-19.

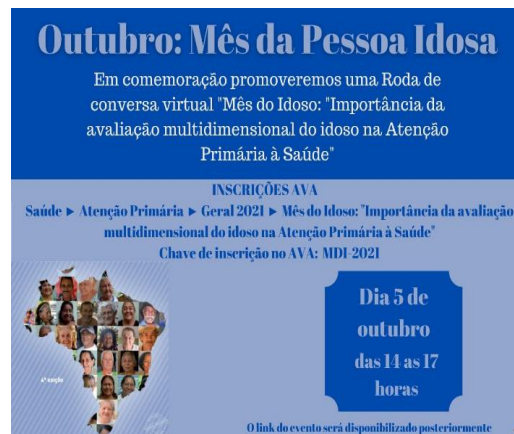
Mesmo antes da retomada das consultas presenciais, foi mantido o rastreamento de idosos em situação de vulnerabilidade com a utilização do instrumento de estratificação do idoso VES 13.

Seguindo as orientações da Secretaria Estadual de Saúde (SESA), foram realizados monitoramento e rastreamento de COVID-19, com coleta de RT PCR-COVID-19 de todos os residentes e funcionários das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) do município de Londrina, totalizando 23 ILPI,

rastreamento de aproximadamente 590 idosos e 540 trabalhadores. Importante ressaltar que, além das ações de monitoramento, foi realizada a vacinação contra COVID-19 e Influenza em todo esse público.

Em alusão ao mês do Idoso, outubro, foram promovidas ações coletivas comemorativas nas UBS e um evento *on line* com o tema: “Importância da Avaliação Multidimensional do Idoso na Atenção Primária à Saúde”, em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Médio Paranapanema (CISMEPAR), com a participação de 50 profissionais da APS.

A SMS disponibilizou agendamento *on line* para a vacinação contra Influenza, direcionando a aplicação para as UBS Ernani Moura Lima e Casoni, a algumas instituições de ensino de Saúde (faculdades Pitágoras/Unopar e INESUL).



- **Programa de combate à Tuberculose**

É feito monitoramento mensal de investigação dos sintomáticos respiratórios, avaliando-se quantidade, qualidade e positividade das amostras de escarro. Porém, devido à pandemia, os mutirões para coletas de escarro não foram realizados, nem as atividades coletivas que são realizadas anualmente.

O protocolo para assistência do paciente com tuberculose (TB) está em processo de finalização, com previsão para implantação em 2022.

Foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho de Tuberculose para discussão das fragilidades na linha de cuidado dos pacientes com suspeita e diagnóstico de TB e a equipe do Ambulatório de Tuberculose participou das reuniões regionais com as coordenações das UBS, sobre os fluxos de atendimento, para sanar dúvidas e reforçar o vínculo entre os serviços.

- **Programa de combate à Hanseníase**

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa, que causa manchas esbranquiçadas ou avermelhadas na pele. Pode também manifestar alterações de sensibilidade como calor, frio e dor, sensação de formigamento, fisgadas ou dormência nas extremidades. A doença também pode provocar o surgimento de caroços e placas em qualquer local do corpo e diminuição da força muscular, levando à incapacidade ou dependência.

Em 2016 o Ministério da Saúde oficializou o Janeiro Roxo, mês de conscientização sobre a hanseníase, com campanha educativa voltada à sociedade sobre a doença e incentivando a busca dos serviços de saúde em caso de sintomas.

No Município, as ações alusivas ao Janeiro Roxo ainda foram restritas, em razão da pandemia, sendo realizadas orientações em sala de espera e durante o acolhimento. Os pacientes foram questionados sobre sinais sugestivos da doença e, quando necessário, houve encaminhamento para avaliações específicas.

O atendimento individual para casos suspeitos e avaliação de contatos foi mantido durante todo o ano.

No segundo semestre de 2021, o GT de Hanseníase retornou os encontros *on line*, seguindo modelo híbrido e a última reunião do ano foi presencial com a participação das diretorias da APS, Vigilância em Saúde, 17ª Regional de Saúde PR, UEL e CISMPEPAR.

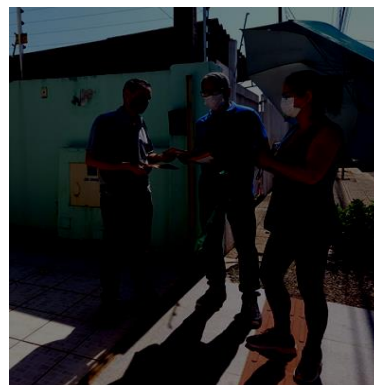
Também foi oficializada mais uma parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), com projetos de mestrado e doutorado, com proposta de intervenção junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com oficinas de processo de trabalho programadas para o primeiro semestre de 2023.

- **Programa de combate à Dengue**

A dengue, uma doença viral aguda, ainda é um dos principais problemas de saúde pública local e tem relação muito próxima com os hábitos de vida da população. De acordo com o levantamento de dados realizado pelo setor de Endemias, observa-se que muitos municípios ainda têm o hábito de manter água parada nos quintais de casa, favorecendo criadouros do *Aedes aegypti*. Desta forma, em Londrina, no ano de 2021, investiu-se nas ações integradas entre APS e Vigilância Epidemiológica, com ações de bloqueio realizadas nas localidades com maior número de notificações de casos suspeitos.

No mês de novembro, houve o “Dia D contra o *Aedes aegypti*”, quando as equipes da APS realizaram ações educativas em sala de espera e nos territórios com maior índice de notificações.

No final do segundo semestre foi iniciado o processo de descentralização da digitação no sistema SINAN–arboviroses, devendo ser concluído no primeiro semestre de 2023. Foi realizado treinamento pela Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) para as unidades Padovani, União da Vitória, Ernani, Lerroville, Milton Gavetti e Panissa.



- **IST, HIV / AIDS e Hepatites Virais**

As ações de educação em saúde sobre esse grupo de doenças são muito importantes, e, em virtude da relevância dessas patologias, é imprescindível o olhar atento dos profissionais de saúde quanto à realização de teste rápido e tratamento em tempo oportuno. Porém, devido à pandemia, a oferta para testagem rápida para detecção de Infecção Sexualmente Transmissível (IST) ficaram reduzidas nas UBS, mas a solicitação de sorologias e orientações individuais quanto à prevenção às IST foram mantidas, bem como a oferta de preservativos femininos e masculinos em locais de fácil acesso nas UBS.

- **Controle de Hipertensão e Diabetes**

Como mencionado anteriormente, a implantação do Programa Previne Brasil vinculou o atingimento de determinadas metas à captação de recursos para a Atenção Básicas, entre elas o alcance de 7 indicadores.

Referente aos indicadores das doenças crônicas, estão os Indicadores 6 e 7:

- Indicador 6: percentual de pessoas hipertensas com aferição da pressão arterial a cada semestre
- Indicador 7: percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada, no período de 12 meses

Embora a Portaria Nº 2396/2021 tenha prorrogado o prazo para a avaliação dos indicadores, a SMS realizou treinamentos *on line* e presenciais para os profissionais, com objetivo de qualificar o atendimento e registro no prontuário eletrônico (PEC) de usuários com diagnóstico de hipertensão arterial e diabetes.

O dia mundialmente dedicado ao Diabetes é 14 de novembro e, naquele mês, as UBS foram orientadas a intensificar o registro no PEC, de modo que seja possível a identificação de pacientes com diagnóstico de Diabetes, bem como a solicitação do exame de hemoglobina glicada para avaliação da situação de saúde, conforme preconizado no Indicador 7, do Previne Brasil.

- **Combate ao Tabagismo**

O Município participa do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, instituído pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), como iniciativa de promoção à saúde, visando reduzir a prevalência de tabagismo e da morbimortalidade decorrente desse hábito.

Em 2021, trinta profissionais da APS foram capacitados para abordagem cognitiva comportamental na cessação do uso de tabaco, participando do curso virtual ofertado pelo Ministério da Saúde.

Como nas demais atividades coletivas, os grupos do tabagismo também precisaram ser suspensos, porém os atendimentos individuais foram mantidos, assim como as abordagens individuais feitas pelos profissionais capacitados.

2.6 ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA

Em 2021, o Município ainda lidou com diversas dificuldades impostas pela pandemia, porém, ainda assim, foram desenvolvidas ações dentro dos 7 eixos preconizados pela Política Nacional de Atenção Integral À Saúde da Criança (PNAISC), ou seja: atenção humanizada e qualificada desde à gestação ao parto/nascimento e ao recém-nascido; promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável; não parando os atendimentos de promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral, com um cronograma de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança preconizado até dois anos ou mais de idade da criança e a classificação de risco; oferta de atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas, bem como em situação de violências; prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz; atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade; investigação, prevenção e vigilância de todos os óbitos infantis, fetais e maternos e a intensificação de ações de melhoria para cobertura de vacinação infanto-juvenil.

Em 2021, também foram implantados novos serviços para manter o acompanhamento dos usuários prioritários na APS, em virtude da pandemia. Destaca-se a adesão ao Projeto Acolher, com atenção voltada a crianças e adolescentes em risco de vulnerabilidade e maus tratos. Adesão ao Projeto Prefeito Amigo da Criança, com enfoque às garantias voltadas à saúde da criança e adolescente.

As campanhas de vacinação também foram intensificadas, para ampliar cobertura vacinal em atraso e atualização das carteirinhas. Nas UBS, houve oferta programada, com agendamento prévio, para evitar aglomerações e garantir proteção aos usuários. A Campanha Nacional de Vacinação contra influenza e multivacinação, também ocorreu com agendamento prévio pela internet, por meio do Portal da Prefeitura de Londrina.

Em relação à atenção integral dos adolescentes em conflito com a lei, o Município foi habilitado no ano anterior (Portaria Nº 2680, de 02 de outubro de 2020), tem o Plano Municipal Operativo (POM), como parte do Plano Nacional de Atenção Integral ao Adolescente em Conflito com a Lei (PNAISP). Foram realizadas ações previstas no Plano Anual de Trabalho (parte integrante do POM), como a imunização contra a COVID-19 e contra influenza da população adolescente em regime de internação, internação provisória e semiliberdade. Foram também realizadas testagens rápidas para casos de suspeitos de COVID-19 e ações educativas de forma virtual, ministradas pelos médicos residentes da Residência Médica de Família e Comunidade. A UBS de referência do CENSE I foi substituída com objetivo de agilizar o atendimento necessário à Unidade Socioeducativa (USE), dada a grande demanda da UBS de referência anterior. O GT que conduz as questões relacionadas às USE manteve-se ativo durante a pandemia, atento ao atendimento das demandas e mantendo comunicação.

As crianças e os adolescentes são um público vulnerável a várias situações de violência, em decorrência das particularidades próprias à fase de desenvolvimento. A violência contra criança e adolescente tem sido tema de diversas discussões, pois causam impactos muito negativos, por vezes irreversíveis, na saúde física, mental e emocional das vítimas. Diante disto, o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e Adolescentes

Relatório Anual de Gestão 2021

Vítimas ou Testemunhas de Violência organizou fluxos para o atendimento e proteção e ofertou um curso de qualificação para atendimento dessas situações.

O Município aderiu ao Ciclo 2021/2022 do Programa Saúde na Escola (PSE), com 43 escolas. Reconhecendo a importância do cuidado na primeira infância e na perspectiva de potencializar a promoção da saúde e prevenção de doenças, o PSE para este novo ciclo, altera as ações para garantir cuidado integral. A adesão da Unidade de Saúde ao Programa Saúde na Escola (PSE) e Crescer Saudável promove o fortalecimento da integração e articulação entre os setores da Saúde e da Educação no nível local, e as ações planejadas e executadas têm maior visibilidade e reconhecimento.

No Ciclo de 2021 foi obrigatória a realização da Ação de Prevenção à COVID-19 nas escolas, e mais 2 ações desenvolvidas, entre as temáticas abaixo:

- I. Saúde ambiental;
- II. Promoção da atividade física;
- III. Alimentação saudável e prevenção da obesidade;
- IV. Promoção da cultura de paz e direitos humanos;
- V. Prevenção das violências e dos acidentes;
- VI. Prevenção de doenças negligenciadas;
- VII. Verificação da situação vacinal;
- VIII. Saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/IST;
- IX. Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas;
- X. Saúde bucal;
- XI. Saúde auditiva;
- XII. Saúde ocular; e
- XIII. Prevenção à COVID-19.

Mesmo com as atividades de ensino de forma remota na maior parte do ano, devido à pandemia, as ações foram realizadas com qualidade. O PSE faz parte da programação das atividades das UBS com práticas de promoção à saúde e prevenção de agravos e doenças. As Secretarias Municipais de Saúde e Educação (SME) realizam um trabalho integrado e articulado a fim de alcançar as metas e a realização das ações que contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento integral e para o enfrentamento das vulnerabilidades da comunidade escolar que comprometem o pleno desenvolvimento dessa faixa etária.

Outro foco de atenção da APS foi em relação à obesidade infantil como reflexo da pandemia; condição complexa, com sérias dimensões sociais e psicológicas, que têm afetado todos os grupos etários e socioeconômicos. O excesso de peso entre crianças e adolescentes nas escolas tem alcançado prevalência preocupante. Em razão disso, a SMS e SME realizaram planejamento integrado para desenvolvimento de ações de prevenção da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) decorrentes do excesso de peso.

Entre as DCNT, destacam-se a diabetes e doenças cardiovasculares, que, por sua vez, estão associadas à maior chance de incapacidade futura e morte prematura. Entre as estratégias mais efetivas para prevenção e controle da obesidade infantil estão o monitoramento do estado nutricional, ações de promoção da alimentação saudável, práticas corporais e atividade física na escola.

As ações desenvolvidas no Programa Crescer Saudável são:

- I. Avaliar o estado nutricional (peso e altura) das crianças menores de 10 anos, matriculadas em escolas participantes do PSE;

Relatório Anual de Gestão 2021

II. Avaliar os marcadores de consumo alimentar das crianças menores de 10 anos, matriculadas em escolas participantes do PSE;

III. Ofertar atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável para as crianças matriculadas em escolas participantes do PSE;

IV. Ofertar atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas para as crianças matriculadas em escolas participantes do PSE;

V. Realizar atendimento individual de crianças menores de 10 anos identificadas com obesidade.

O Comitê de Estímulo ao Aleitamento Materno de Londrina (CALMA) da SMS tem atuação reconhecida em prol do aleitamento materno, que contribui para prevenir mortalidade infantil. O Comitê promove a troca de experiências interinstitucionais, promovendo integração e contribuindo para a reflexão do processo de trabalho das instituições participantes. O CALMA oferece apoio às instituições de saúde em relação à implementação de ações de promoção, proteção e manejo do aleitamento materno. As reuniões do Comitê foram realizadas de forma virtual ao longo do ano, quando foram realizados momentos científicos para discussão de assuntos relevantes relacionados ao aleitamento materno. O Projeto Peito Aberto, um trabalho voluntário com conversas entre mulheres que amamentam e/ou que tenham dificuldades e dúvidas sobre o aleitamento, gestantes acompanhadas pela APS e uma profissional, foi uma iniciativa interessante em 2021 para incentivar a amamentação, que envolve também pais, avós e rede de apoio. O Agosto Dourado teve por tema o “Código Internacional: 40 anos de proteção do aleitamento materno contra o marketing”, quando as equipes da APS foram estimuladas a falar sobre o Aleitamento Materno e houve distribuição de macacões infantis para as crianças em aleitamento.



As UBS, porta de entrada para os serviços da rede municipal de saúde, fazem o acolhimento, acompanhamento e atendimento das crianças de risco habitual, intermediário e alto risco dos territórios de abrangência e, para essa classificação foi proposto um fluxo para identificação e atendimento de crianças de

alto risco, divulgando-o para os serviços de atendimento de pediatria nas urgências. Esse fluxo veio aprimorar a relação dos serviços de saúde com os pais de crianças que apresentam resistência/dificuldade à adesão ao tratamento, ao calendário vacinal e/ou que residam em locais de vulnerabilidade, e a atenção humanizada tem reflexo no bem-estar e saúde da criança.

O Município oferece serviços para auxílio diagnóstico, tratamento e atendimento com médicos especialistas contratados, bem como serviços complementares da rede privada, buscando garantir a integralidade das ações, qualidade e resolutividade nos atendimentos.

Com o intuito de qualificar o atendimento em hebiatria e acompanhamento dos adolescentes nas UBS, foi apresentada uma proposta de coleta de dados desse público para cadastramento e atualização dos existentes no sistema e-SUS. Assim, foi realizada uma força-tarefa conjunta entre equipes da APS e da Educação, para o cadastramento de adolescentes da faixa etária de 10 a 19 anos.

Também em 2021 foi ofertado aos servidores, a capacitação do Programa Diagnóstico Precoce do Instituto de Câncer de Londrina, nos meses de novembro e dezembro. O Programa Diagnóstico Precoce, cujo projeto "Dos Pés à Cabeça: assistência qualificada e cuidado integral à criança e ao adolescente com câncer", do Instituto de Câncer de Londrina, tem o objetivo de capacitar profissionais das UBS para identificarem precocemente o câncer na criança e no adolescente.

Ainda como ações da saúde da criança, a SMS esteve representada no seminário: "Plano Decenal: Seu papel no Fortalecimento da Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes no Estado do Paraná", evento que ocorreu de forma virtual e no mês de novembro e transmitido pelo *You Tube* da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF).

2.7 ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER

Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, as mulheres são a maioria da população brasileira (50,77%) e são a maior clientela do SUS, seja para cuidar da própria saúde ou para buscar assistência a familiares. De acordo com a população total estimada para o Município, 263.642 são mulheres (52%), entre as quais 164.487 em idade fértil (10 a 49 anos), o que representa aproximadamente 62,4% dessa população.

As mulheres têm maior expectativa de vida do que os homens e estão sujeitas às patologias específicas da sua fisiologia, como câncer do colo uterino e de mama, doenças e agravos relacionados à gravidez, parto e pós-parto, além do adoecimento por outros fatores.

A política de saúde da mulher do Município tem como objetivo principal a prevenção de agravos e promoção de saúde, desenvolvendo ações de atenção integral, multiprofissional e transdisciplinar, vinculadas às redes de assistência intersetoriais, desenvolvidas pelas equipes da ESF e Atenção Básica, apoiadas pelo NASF AB.

- **Atenção ao pré-natal e puerpério**

Pautada na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a SMS trabalha com os indicadores de mortalidade materna para avaliar as condições de saúde dessa população. As causas de morte de mulheres indicam o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade. Razão de Mortalidade Materna (RMM) elevada está associada a precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade.

A Rede Cegonha (Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011) é uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. No Paraná, essa rede recebe o reforço e implementação do Estado, sendo intitulada, Linha de Cuidado à Saúde da Mulher e Atenção Materno Infantil.

A Linha de Cuidado à Saúde da Mulher e Atenção Materno Infantil propõem a organização de ações do pré-natal, puerpério e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no primeiro ano de vida. Nessas ações estão previstos a captação precoce da gestante, o acompanhamento no pré-natal com, no mínimo, 7 consultas, realização de 22 exames, classificação de risco de gestantes e crianças, garantia de ambulatório especializado para as gestantes e crianças de risco e garantia do parto por meio de um sistema de vinculação ao hospital conforme o risco gestacional.

A APS realiza o acolhimento de mulheres com atraso menstrual, realiza o teste rápido de gravidez, que auxilia no diagnóstico precoce da gravidez e possibilita o início do pré-natal em tempo oportuno. A partir do teste positivo, é realizada a estratificação do risco gestacional, classificando as gestantes de acordo com fatores de risco observados e atribuída a vinculação ao pré-natal e ao hospital para o atendimento, em caso de intercorrências durante a gestação e parto.

No ano anterior foi criada a Central de Monitoramento Materno Infantil, serviço criado em decorrência da pandemia, para manter acompanhamento das usuárias. O serviço, que foi estendido até maio de 2021, prestou orientações a gestantes e puérperas, busca ativa de faltosas, além de possibilitar tele atendimento para dúvidas sobre o puerpério e aleitamento materno. Com o encerramento dos trabalhos da Central de Monitoramento, as atividades retornaram para à Atenção Básica, que não deixou de prestar assistência ao pré-natal e puerpério realizados, realizando contato com outros serviços sempre que necessário, como maternidade, CRAS, Apoio Social, entre outros, sempre que necessário, mesmo no decorrer da pandemia.

As consultas de pré-natal de risco habitual ocorrem em todas as UBS, que também realizam visitas domiciliares para acompanhamento das gestantes, realizam busca ativa das faltosas e acompanham as puérperas, além de atendimentos individuais ou em grupo pelas equipes do NASF-AB. Para auxiliar o acompanhamento do pré-natal das gestantes classificadas no risco intermediário, as UBS contam com o apoio do Ambulatório do Centro Materno Infantil (CISMEPAR) e PUC. As gestantes que apresentam alto risco são encaminhadas para acompanhamento nos ambulatórios de patologia obstétrica do Hospital de Clínicas da UEL (HC-UEL) e no Alto da Colina do Hospital Evangélico.

Para avaliação e acompanhamento das ações da Linha de Cuidado à Saúde da Mulher e Atenção Materno Infantil, o Comitê Regional de Governança da Rede Mãe Paranaense da Macrorregional Norte reúne gestores, profissionais de saúde e representantes dos serviços locais e de outros municípios. Essa articulação entre gestores e serviços contribui para a implementação de ações que melhoram a qualidade da assistência no pré-natal, ao binômio mãe-filho, redução de indicadores de morbimortalidade materna, prevenção de situações de *near miss*, melhor gerenciamento de recursos e busca de parcerias. Outra forma de melhorar a qualidade do atendimento é o matriciamento, tornando a rede de serviços municipais mais eficiente e resolutive.

No ano de 2021, a Secretaria participou das reuniões do Comitê de Governança e manteve um GT para discussão de questões pertinentes ao tema e agilizar medidas de intervenção na rede.



http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_saude/daps/fluxogramas_manual_cuidado_pre_natal_e_puerperio_aps-18-09-18.pdf

- **Matriciamento em ginecologia e obstetrícia**

O apoio matricial em ginecologia e obstetrícia está inserido no Município desde 2015 e tem como principal objetivo ser apoio das equipes de referência da APS, tanto no suporte assistencial, quanto no técnico-pedagógico e, quando necessário, é realizado atendimento individual pela equipe de matriciadores na Unidade Municipal de Matriciamento e Ensino ao Saúde da Família (UMMESF), que funciona no prédio da Policlínica Municipal.

O atendimento na UMMESF compreende planejamento reprodutivo, infecções sexualmente transmissíveis (IST), avaliação e solicitação de exames, inserção de DIU, entre outras demandas, sendo que o fluxo para o atendimento naquele serviço inicia nas UBS, sendo inserido no sistema de regulação para a efetiva continuidade.

A equipe de matriciamento elaborou material referente à pré-natal e ginecologia para médicos e enfermeiros, para estudo *on line*. Esse material está disponibilizado na Intranet da Prefeitura de Londrina, acessível aos profissionais que atuam nas equipes da APS e à Escola de Governo.

Devido à pandemia e restrição sanitária para realização de atividades presenciais, foi mantido o apoio matricial por telefone aos profissionais da APS,

sendo prestados 1.139 atendimentos na UMMESF no período de janeiro a dezembro de 2021.

- **Prevenção e controle de câncer de colo uterino e de mamas**

O câncer de colo de útero, também conhecido por câncer cervical, é uma doença de evolução lenta que acomete, sobretudo, mulheres acima dos 25 anos, tendo por principal agente causador o Papilomavírus Humano (HPV).

Embora sua incidência esteja em declínio, o câncer de colo de útero ainda figura entre as enfermidades que mais acometem e matam mulheres no Brasil. É o terceiro tumor mais frequente na população feminina, atrás do câncer de mama e do câncer colo retal e a quarta causa de morte por câncer entre mulheres no Brasil.

Estão mais expostas ao risco para o câncer de colo uterino mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos, associando-se fatores de risco relacionados à infecção pelo HPV e outros. A imunidade, fatores genéticos, comportamentos sociais (tabagismo) e sexual parecem influenciar os mecanismos, ainda incertos, que determinam a regressão ou a persistência da infecção, assim como a progressão para lesões precursoras e o próprio câncer.

O uso de preservativo nas relações sexuais, coleta periódica de exame de citopatológico de colo de útero e a vacinação contra o HPV são formas de prevenção desse tipo de câncer. A vacinação, simultânea a ações para o rastreamento do câncer do colo do útero são medidas que deverão refletir na redução da incidência dessa doença nas próximas décadas.

A coleta de citologia oncótica, exame clínico das mamas com orientação para o autoexame e solicitação de mamografia são realizados por profissionais médicos e enfermeiros. O serviço é realizado em todas as 53 UBS e também em instituições vinculadas ao serviço municipal de saúde, como a UMMESF, o Ambulatório Alto da Colina, Unidade de Mama do CISMENPAR e PUC. As mamografias são realizadas em clínicas locais conveniadas ao SUS.

Os serviços de referência para encaminhamento de pacientes com resultados alterados de citologia são o CISMENPAR e Hospital de Câncer de Londrina (HCL), onde são realizadas colposcopias e Cirurgia de Alta Frequência (CAF) e a referência terciária está sob responsabilidade do HCL. Para os resultados de mamografias alteradas, os serviços de referência são a Unidade de Mama do CISMENPAR, HC/UEL e HCL.

Até o mês de dezembro foram realizadas 18.352 coletas de exames de citologia oncótica de mulheres com idade entre 25 e 64 anos, faixa etária prioritária para esse exame. A população estimada para coleta nesta faixa etária é de 33.989. Quanto ao exame de mamografia, foram realizados 9.950 exames de rastreamento dentro da faixa etária preconizada, de 50 a 69 anos, sendo pactuada a realização de 15.655 exames ao ano para esta faixa etária (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sia/cnv/qbpr.def>). A incidência da pandemia justifica as quantidades realizadas, pois houve brusca redução na demanda da população em geral nas UBS, como a agenda eletiva foi prejudicada na maior parte do ano.

Em comemoração ao Outubro Rosa, a Secretaria promoveu a “Campanha Municipal de Prevenção do Câncer de Colo de Útero e de Mama”, intensificando a oferta de coleta de exame preventivo, avaliação clínica das mamas, mamografia, orientações e palestras em sala de espera, vacinação contra HPV,

distribuição de materiais educativos, entre outros. Num só dia, foram realizadas 1.555 coletas de preventivo de colo uterino e 828 solicitações de mamografias.

- **Ações de Planejamento Reprodutivo**

A saúde reprodutiva implica em autonomia e liberdade de decisão sobre o método contraceptivo. Devem, portanto, ser ofertados a homens e mulheres adultos, jovens e adolescentes informação, acesso e opções de métodos eficientes, seguros, aceitáveis e não contrários à Lei Nº 9.263/1996, que trata do planejamento reprodutivo. Além da oferta de métodos contraceptivos, é assegurado o direito ao acesso a serviços apropriados de saúde para o pré-natal, parto e puerpério.

As ações de planejamento reprodutivo, sejam ações clínicas, preventivas, educativas sobre meios, métodos e técnicas para regulação da fecundidade, são voltadas ao direito sexual e reprodutivo dos indivíduos. A inclusão e valorização da participação masculina é incentivada, uma vez que a responsabilidade e os riscos das práticas anticoncepcionais são predominantemente assumidos pelas mulheres.

O serviço de Planejamento Familiar é disponibilizado aos munícipes de Londrina, em idade fértil, que buscam assistência sobre o assunto ou que sejam profissionalmente encaminhados para esta finalidade, preservando o conhecimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos de homens, mulheres e casais. Quanto à contracepção, os serviços da rede municipal de saúde fornecem todos os métodos anticoncepcionais recomendados pelo Ministério da Saúde (Tabela 3). São disponibilizados métodos temporários, como anticoncepcionais oral e injetável (mensal e trimestral) e preservativo (condons masculino e feminino) em todas as unidades; já o dispositivo intrauterino (DIU) de cobre está disponível em algumas unidades e na UMMESF, e, no ano de 2017, a PUC iniciou um ambulatório de planejamento reprodutivo, com métodos reversíveis, inclusive também o DIU de cobre. Para métodos cirúrgicos (laqueadura e vasectomia) o Município conta com as referências do CISMEPAR e Maternidade Municipal Lucilla Balallai.

Durante o ano de 2021, após resolução pelo conselho curador, o CISMEPAR, descentralizou para todas as unidades de saúde as ações educativas voltadas ao planejamento reprodutivo por métodos cirúrgicos, e todas as equipes de saúde da APS foram capacitadas em parceria com o CISMEPAR para realização com as Equipes de ESF.

Tabela 3. Consumo de métodos anticoncepcionais do programa de Planejamento familiar. Londrina, 2021.

Produto	Entrada Anual Ministério da Saúde	Consumo	
		Médio Mensal	Anual
Condom masculino adulto	167.616	24.969	299.637
DIU TCU - 370 A duração 10 anos	766	49	589
Estradiol 5mg + Etisterona 50mg amp	15.754	1.215	14.591
Etinilestradiol 0,03 + Levonorgestrel 0,150 - monofás. - Cartelas	37.264 cartelas	1.353	16.240

Relatório Anual de Gestão 2021

Medroxiprogesterona, Acetato 150 mg - 1ml	19.358	1.440	17.280
Noretisterona 0,35 mg - cartelas	2.280 cartelas	4.004	48.055

Fonte: CAF/ Secretaria Municipal de Saúde janeiro a dezembro de 2021.

2.8 REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência como um grave problema de saúde pública, além de constituir uma violação dos direitos humanos. *A violência representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima.* (Distrito Federal, 2008)¹.

A violência, além de ser uma questão política, cultural, policial e jurídica, é também, e principalmente, um caso de saúde pública. A violência não é um problema específico da área da saúde; no entanto, afeta a afeta, já que muitas vítimas adoecem a partir de situações de violência.

Para compreender e enfrentar a problemática da violência é preciso analisar um conjunto de fatores, como condições de vida, questões ambientais, trabalho, habitação, educação, lazer e cultura, pois é um fenômeno complexo, que envolve fatores sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos.

No ano de 2021, a pandemia continuou alterando a rotina das famílias e da sociedade em geral. As medidas de restrições e orientações, necessárias para prevenir ou diminuir a taxa de transmissão da COVID-19, principalmente o isolamento social, foram mantidos e aumentaram o estresse e os pontos de tensão familiar. A ideia de que a casa é um local seguro e acolhedor não é uma realidade para todos os brasileiros, pois muitas pessoas dividem espaço com seu agressor e vivem em clima de tensão e medo. É importante ressaltar que a pandemia atinge as famílias de forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, etnia, faixa etária, renda e estrato social.

O enfrentamento desse fenômeno exige uma convergência de medidas de impacto e, dentro dessa perspectiva, as atividades de enfrentamento à violência no Município tiveram continuidade, observadas as orientações restritivas de distanciamento social, realizando as reuniões dos diversos grupos de trabalho com a participação da SMS. O Comitê Interinstitucional e Intersetorial para Prevenção e Enfrentamento das Violências nos Territórios (GT SINAN), que integra representantes das políticas que lidam diretamente com pessoas em situação de violência, tem como objetivo sensibilizar e capacitar os profissionais sobre a importância da notificação da violência, através da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, garantir a alimentação das informações no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) e realizar discussões sobre o cuidado que se deve garantir em cada política à pessoa que sofreu violência. No ano de 2021, o GT SINAN, junto com o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, priorizaram as capacitações voltadas à violência contra crianças e adolescentes.

O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência foi instituído com a finalidade de planejar, articular, mobilizar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de estabelecer o fluxo de atendimento no Município e é composto pelos órgãos e organizações do Sistema de Garantia de Direitos. Em junho, o

Conselho da Criança e do Adolescente (CMDCA) emitiu a Resolução Nº 036/2021, que regulamentou as comissões de trabalho do Comitê. São comissões permanentes: I. Comissão de Análise e Apoio à Escuta Especializada, e II. Comissão de Acompanhamento da Rede Intersetorial de Proteção à Criança e ao Adolescente nos Territórios. As Comissões Temáticas de Trabalho são: I. Comissão de Acompanhamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Prevenção de Atos Infracionais, II. Comissão de Prevenção e Enfrentamento à Letalidade por Violência contra a Criança e ao Adolescente, III. Comissão Intersetorial de Cuidado à Saúde das Gestantes, Nascituros e Crianças em Situações de Desproteção e IV. Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.

Em julho e dezembro foi disponibilizado o curso 'O Papel da Rede de Proteção no Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes', com o objetivo de capacitar profissionais das diversas políticas, para melhorar a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunha de violência, e estabelece o fluxo de proteção à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência no município de Londrina, como um fluxo único de notificação, atendimento, acompanhamento e responsabilização. O curso foi realizado de forma remota, pela plataforma da Escola de Governo do Município; em julho para 5 turmas, totalizando 333 inscritos e, em dezembro, com inscrição de 85 profissionais.

Uma vitória conquistada foi a Lei Nº 13.262 de 24 de setembro de 2021, de iniciativa do poder executivo, que instituiu a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes no Município de Londrina e outras providências.

A Rede Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual (Decreto Nº 996, de 12 de agosto de 2019) realiza discussões sobre o enfrentamento da violência contra a mulher no Município e é coordenada pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, que articula ações com outros órgãos da administração municipal e busca a incorporação da perspectiva de gênero nas demais políticas públicas. As reuniões ocorreram de forma virtual durante o ano, com boa participação dos representantes. A Rede trabalha pela melhoria dos serviços e acesso das usuárias aos mesmos, atualiza fluxos e protocolos de atendimento e reforça a Notificação da Violência através da Ficha de Violência Interpessoal e Autoprovocada. A Rede organiza o serviço em grupos de trabalhos, destacando-se o GT da Violência Sexual. Esse trabalho conjunto estabeleceu o fluxo da logística para as situações de violência com risco de vida, organizou a comunicação de casos de violência contra a mulher atendidos na Saúde para a delegacia especializada, de acordo com a Lei Nº 13.931 de 10 de dezembro de 2019 e, ainda, deu continuidade à elaboração do Caderno de Orientações para Proteção da Mulher em Situação de Violência no Município (baseado no Formulário de Avaliação de Risco - FRIDA), e da Nota Conjunta Orientativa para os Serviços de Saúde no Atendimento a Pessoas Vítimas de Violência Sexual e a solicitação de Perícia do Instituto Médico Legal (IML).

2.9 AÇÕES DE DESTAQUE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Para atender as necessidades da população em sua diversidade, considerando os desafios para enfrentar a pandemia, minimizar suas consequências e responder as demandas ordinárias da Saúde no ano de 2021, foi preciso muito empenho e inovação por parte da gestão e dos profissionais. Neste sentido, as ações desenvolvidas na APS, destacaram-se:

- Imunização contra COVID-19

A imunização contra COVID-19 iniciou no começo do ano e foi importante ação realizada no ano, que mereceu destaque pelo que representa a toda a população londrinense.

Com a chegada do imunobiológico no Município, houve mobilização pelo gestor municipal no sentido de formar um Grupo Gestor para a organização e condução da vacinação, conforme as orientações da Secretaria Estadual de Saúde.

O primeiro grupo a ser vacinado foi o de profissionais de saúde, chamados de linha de frente. A SMS mobilizou equipes da APS para vacinar os profissionais e trabalhadores dos hospitais, bem como os dos serviços da rede municipal que recebem pacientes. O segundo grupo foi composto por idosos acima de 80 anos em domicílio e os residentes em Instituições de Longa Permanência (ILPI), sendo incluídos os profissionais das ILPI, pela proximidade com os idosos, muito vulneráveis à COVID-19.

A sequência da vacinação seguiu critério decrescente de grupos etários e algumas condições específicas de saúde, como a de portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos. Simultaneamente foram imunizados outros grupos populacionais como o privado de liberdade, de moradores de rua, forças de segurança e salvamento, gestantes e puérperas.

A SMS concluiu o ano tendo vacinado até os munícipes de 18 anos e mais, considerando a primeira e segunda dose e a de reforço.

Para que a campanha de imunização contra a COVID-19 alcançasse êxito, foi preciso reorganizar o serviço, destinando algumas UBS e determinar alguns pontos para atendimento exclusivo à vacinação. Assim, foi feita uma parceria com a Secretaria Municipal do Idoso, que cedeu as instalações do Centro de Convivência do Idoso (CCI), na região Norte, para que a SMS instalasse um serviço de imunização naquele grande espaço. Ao mesmo tempo, 4 UBS, geograficamente bem distribuídas, passaram a unidades vacinadoras: Eldorado (Leste), Alvorada e Jardim do Sol (Oeste) e Ouro Branco (Sul). As UBS Vila Casoni e Ernani Moura Lima fizeram a retaguarda nos períodos de maior demanda.

Para que o processo fosse bem-sucedido, foi necessária uma rede de apoio, para constatar que cada indivíduo apresentava os requisitos exigidos nos grupos de agendamento, como: ser portador de alguma das patologias previstas, idade, ser residente do Município; bem como alimentar os sistemas (Sistema Nacional Si PNI, PEC, e-SUS). Foi realizada uma operação *drive thru*, que agilizou e foi muito eficiente no recebimento de documentação comprobatória necessária para comprovar algumas patologias.

O agendamento da vacinação foi realizado por meio eletrônico, após o cadastramento por CPF, disponível na página da PML, na página oficial do Município: <https://www4.londrina.pr.gov.br/sistemas/cadastrovacinacovid/>. Na efetivação do agendamento era liberado um *QR code* que o cidadão imprimia, apresentava no comparecimento do agendamento, a equipe fazia a leitura do mesmo, o que possibilitava o registro no sistema municipal e emissão de relatórios para análise da cobertura vacinal. O agendamento era liberado gradativamente, de acordo com o recebimento das doses disponibilizadas ao Município pela SESA PR e os relatórios gerados subsidiaram a tomada de decisões quanto a estratégias para alcance de todo o público alvo. Para dirimir eventuais problemas com o sistema eletrônico, situações excepcionais e registro reação adversa grave foi criado um canal de

Relatório Anual de Gestão 2021

comunicação com a população, por meio de um e-mail institucional (cadastrocovid19@saude.londrina.pr.gov.br).

Para abordar alguns usuários que não compareceram para receber a segunda ou terceira dose, segundo os registros do Si PNI, foi realizada busca ativa pelas equipes da APS. Outra estratégia foi a instalação de estações em pontos de grande circulação, como o Shopping Boulevard e no calçadão no Centro da cidade para realizar agendamento de quem teve essa dificuldade. Na ação do Lago Igapó, houve divulgação prévia pela mídia local, a SMS contou com a parceria da Rádio Paiquerê FM, que possibilitou um ponto extra de vacinação, cedendo espaço em suas instalações para que uma equipe técnica pudesse acessar o sistema e, dessa forma, realizar a imunização de pessoas que não tinham agendamento e apresentassem a Carteira de Vacinação.

Além das ações de intensificação de vacinação com funcionamento do CCI Norte aos sábados, domingos, feriados, até às 22h ou 23h, horário diferenciado para atendimento de gestantes, caminhoneiros e motoristas de transporte coletivo, foram realizados alguns eventos temáticos para atrair público alvo a se vacinar, como:

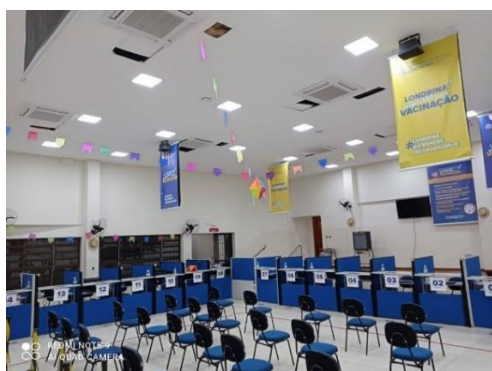
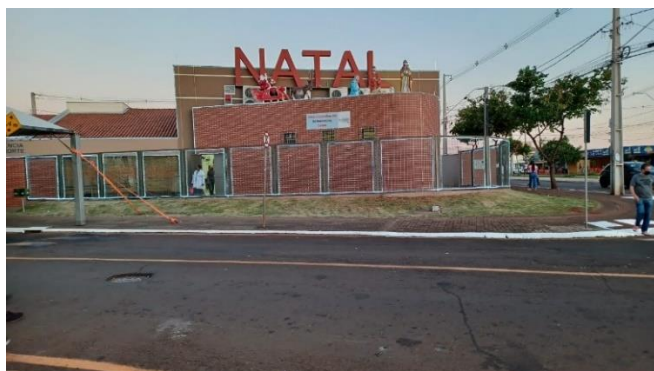
- julho: Festa Junina e Olimpíadas
- agosto: Balada da Vacinação, com 36 horas ininterruptas de vacinação
- outubro: Dia das Crianças e Revoada da Vacina, para o público adolescente
- dezembro: chegada do Papai Noel e abertura da Campanha Vacinatal, vacinando por 22 horas.

No mês de dezembro foi possível a liberação de cadastro para público de 5 a 11 anos, devendo iniciar a imunização no início do ano seguinte.



Relatório Anual de Gestão 2021





- **Campanha contra a influenza**

A vacina que protege contra a influenza também faz parte do calendário anual de imunização da Atenção Básica. No ano de 2021, foram realizadas ações que permitiram a vacinação do público em geral, que também ocorreu com agendamento prévio, para evitar aglomerações. As equipes da APS levaram a vacinação a idosos residentes em ILPI.

Algumas UBS permaneceram abertas por mais tempo para favorecer a vacinação do público alvo e as UBS Casoni e Ernani, por um período, ficaram exclusivas para vacinação contra Influenza.

Com a parceria com as instituições de ensino Unopar-Pitágoras e INESUL, que cederam espaço físico, docentes e discentes do curso de Enfermagem, foi possível ampliar a imunização dos munícipes, possibilitando maior oferta de agendamento.



- **Unidades de Referência Respiratória**

Os serviços de referência respiratória foram muito importantes no enfrentamento da pandemia, por isso foram mantidos em 2021, todas as UBS equipadas para atendimento de urgência e emergência, com oferta de consultas médicas e de equipe multiprofissional, realização do exame RT-PCR e todo suporte assistencial necessário ao adequado tratamento e acompanhamento dos indivíduos ao longo do ano. Os pacientes com suspeita e/ou confirmação do COVID-19 receberam acompanhamento por equipe técnica e orientações sobre condutas necessárias.

As UBS foram: Guanabara, Ouro Branco, Bandeirantes, Maria Cecília, Chefe Newton e Vila Ricardo. No mês de junho, devido à elevada incidência, foi necessária a ampliação de outras UBS: Ernani Moura Lima, Milton Gavetti, Vila Casoni e San Izidro.

Já em julho de 2021, com a redução de casos, foi possível retornar ao atendimento regular da Atenção Primária as UBS Ouro Branco, Milton Gavetti, Vila Casoni, Ernani Moura Lima e San Izidro. Em outubro retornaram ao atendimento

Relatório Anual de Gestão 2021

regular as UBS Bandeirantes e Chefe Newton; em novembro as unidades Vila Ricardo e Guanabara e em de dezembro a da UBS Maria Cecilia. Assim, o ano se encerrou com atendimento regular de Atenção Básica em todas as UBS.



- **Central do Monitoramento**

A Central de Monitoramento instalada na sala de laboratório de informática da Secretaria Municipal de Governo em 2020, quando houve o agravamento da pandemia Município, foi mantida com atendimento por servidores da Saúde, que tinham a indicação de afastamento do serviço clínico, em virtude do Decreto Municipal N° 350/2020. Mesmo com a revogação do referido Decreto, a SMS manteve o serviço aos munícipes até o mês de outubro.

O monitoramento, realizado por telefone, atendendo a chamados de pacientes acometidos, fornecia orientações de acordo com o estado clínico informado e cuidados sobre prováveis contatos no núcleo de convivência. Por meio desse atendimento, os profissionais puderam acompanhar a evolução dos sintomas e tomar decisões oportunas, evitando complicações clínicas e óbitos, além de possibilitar a busca ativa de outros contaminados. As orientações por aqueles profissionais foram muito importantes para o rompimento da cadeia de transmissão.

A Central de Monitoramento foi uma das estratégias eficientes de enfrentamento da pandemia em 2021 e no anterior, disponibilizada de segunda à sexta feiras, das 08h às 18h.



- **Parceria das Secretarias Municipais da Educação e de Políticas para Mulheres**

As Secretarias Municipais de Educação (SM) e de Políticas para Mulheres (SMPM) se solidarizaram com a SMS no enfrentamento da pandemia e cederam espaços em suas instalações para acomodar equipes da APS e em algumas escolas municipais e sede da SMPM. Desta forma, foi possível promover acolhimento de pacientes da APS, oriundos das UBS destinadas ao atendimento exclusivo a sintomáticos respiratórios, para consultas, coleta de exames, dispensação de medicamentos, avaliações, atividades em grupos e sala de vacinação.

As escolas municipais (E.M.) utilizadas pela SMS foram: E.M. da Vila Brasil (Vila Brasil), E.M. Mábio Gonçalves Palhano (Parque Ouro Branco), E.M. José Garcia Vilar (Jd. Interlagos), E.M. Norman Prochet (Jd. Guanabara), E.M. Professor Moacyr Teixeira (Jd. Violin), E.M. Claudia Rizzi (Jd. Everest) e E.M. Francisco Pereira de Almeida Junior (Jd. Guilherme de Almeida) e CMEI Valéria Veronezi (Supercreche).

Foi também cedida a CMEI João Rampazo, localizada no distrito de São Luiz, quando foram iniciadas as obras de reforma da UBS daquele distrito, evitando que a população tivesse que se deslocar por longa distância até a UBS do distrito próximo.

Na logística do processo de vacinação a parceria da SME foi imprescindível, desde o cadastramento/agendamento da população que precisava de auxílio neste sentido, geração do QR code, até o recebimento de envelopes com documentação comprobatória dos pacientes portadores de doenças crônicas.



- **Unidade Jardim do Sol**

Como o Pronto Atendimento Infantil (PAI) foi destinado ao atendimento exclusivo de crianças com suspeita de COVID-19, foi preciso disponibilizar outro local para absorver a demanda espontânea de crianças até 12 anos e sem sintomas respiratórios.

Por esta razão, a UBS Jardim do Sol ficou como referência exclusiva para prestar e atendimento a essa população, com suporte profissional de enfermagem e médicos clínico e de pediatra, até o mês de fevereiro e, depois disso, passou a ser referência para vacinação contra COVID-19

- **Rastreamento de Contatos**

A Portaria Nº 2.358, de 2 de setembro de 2020, instituiu incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de COVID-19.

A SMS determinou a notificação de todos os casos suspeitos, assim como a inserção em Ficha Epidemiológica dos contatos e rastreamento dos mesmos, segundo orientação da 17ª Regional de Saúde, que disponibilizou os formulários por meio do *link*: <https://covid19.appsesa.pr.gov.br>.

Ainda em 2021, passou a receber e ofertar teste rápido a todos os contatos dos casos suspeitos de COVID-19 nas unidades de referência respiratória.

- **Operação Noite Fria**

No mês de julho, a SMS, em parceria com a SMAS, realizou testagem rápida e avaliação nos abrigos, ação que possibilitou a interrupção da cadeia de transmissão do COVID-19, visto que no inverno rigoroso foram abertas mais vagas para abrigamento noturno e, conseqüentemente, maior procura por esse serviço.

Equipes da Atenção Primária e da Urgência e Emergência realizaram a triagem, testagem e encaminharam os casos positivos para o serviço de urgência, para atendimento e acompanhamento.



- **Central de e-mails**

Em virtude da alta demanda por esclarecimento de dúvidas e solicitações acerca do processo de vacinação contra COVID-19, a SMS organizou uma central de resposta de e-mail, com uma média de 350 mensagens respondidas diariamente pela equipe da APS.



- **Projeto Atenção Primária na COVID-19**

Esse projeto foi desenvolvido pela APS para minimizar riscos de disseminação do vírus nos ambientes de trabalho, por meio de orientação e capacitação de empregadores e trabalhadores, entre os meses de janeiro e novembro. O treinamento aconteceu por videoconferências e foi ministrado por profissionais do NASF e ESF que, por integrarem grupos de risco para COVID-19, estiveram trabalhando em *home office*. As principais orientações foram sobre sinais e sintomas da COVID-19, lavagem correta das mãos com uso de papel toalha para secagem, uso adequado da máscara, reforçando a importância do distanciamento social, importância de evitar a aglomeração nos horários de descanso e alimentação, informações sobre o Disque Coronavírus e fluxos de atendimento em Londrina para o sintomático respiratório.

O serviço foi ofertado a empresas, escolas, universidades, centros de educação infantil municipais e da rede privada, supermercados, bares, restaurantes, entidades religiosas, condomínios residenciais, entidades de classe, entidades sociais, casas de repouso, organizações de reciclagem, clínicas, salões de beleza, cartórios, shopping centers, construção civil, e fábricas de alimentação e bebida, sendo capacitados 2.544 multiplicadores, com alcance de aproximadamente 19.380 trabalhadores. Além da videoconferência, o projeto encaminhou material de apoio para auxiliar na continuidade das práticas de prevenção.

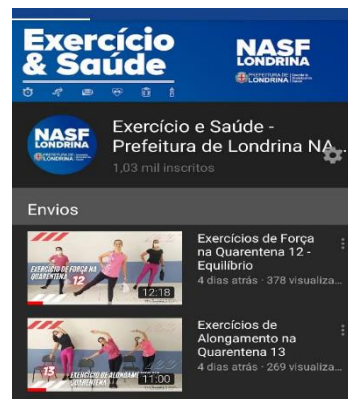


- **Exercício e Saúde**

Foram mantidas as ações de atividade física disseminadas pelo canal no *Youtube*, “Exercício & Saúde”. Essa iniciativa da APS orientou, por meio de educadores físicos, a população sobre práticas corporais que se mostram efetivas na redução da ansiedade e melhoria do padrão de saúde em geral, além de prevenir diversas doenças associadas à inatividade física.

Com o intuito de combater o sedentarismo em tempos de isolamento social, foram disponibilizados vídeos educativos, com sessões de exercícios voltados à aptidão física e boa saúde.

O canal atingiu 2.088 inscritos e 82.046 visualizações desde sua criação no ano anterior.



- **Entrega de documentos por *drive thru***

Para poder concluir o cadastramento e receber a vacina, algumas categorias de usuários precisaram demonstrar fazer parte dos grupos priorizados no processo de vacinação, por meio de documentos que comprovassem a atividade profissional ou ser portador de determinadas condições crônicas de saúde, conforme determinação da SESA PR. Assim, para agilizar o recebimento dos documentos envelopados, a SMS organizou um sistema de *drive thru*, em parceria com o Shopping Boulevard. O sistema foi instalado no estacionamento do shopping e profissionais da APS recebiam e protocolavam os envelopes com a respectiva documentação dos motoristas/passageiros, sem que precisassem descer dos veículos.

Outro local de recebimento dessa documentação foi a Farmácia Municipal de Londrina, na região central, o que facilitou o acesso da população.

A ação foi muito efetiva, sendo recebidos aproximadamente 1.000 envelopes em 2 dias de ação.

- **Agendamento eletrônico**

Permaneceu durante todo ano de 2021 o agendamento eletrônico realizado no *site* da PML (<https://www.londrina.pr.gov.br/agendamentos>) para vacinação contra COVID-19 e Influenza. O agendamento prévio possibilitou a aplicação de aproximadamente 1.000.000 de doses.



- **Contratação de médicos para a Atenção Primária à Saúde**

O aporte profissional de médicos (clínico geral, pediatra e ginecologista), por meio de contrato firmado com empresas terceirizadas após licitação realizada no ano anterior, foi importante para as UBS, que receberam crescente demanda de todos os ciclos de vida, pelas Equipes da ESF e inclusive nos domicílios com equipe multidisciplinar.

Foram realizadas 63.610 horas de clínico geral, 10.457 horas de pediatra e 8.592 horas de ginecologistas.

- **Ambulatório de reabilitação pós COVID-19**

Em razão do alto número de internações por COVID-19 e com base nos atendimentos realizados na AB a pacientes com sequelas devido à prévia infecção, foi implantado no mês de maio o Ambulatório Municipal de Reabilitação Pós COVID-19, com atendimentos voltados pacientes com essa necessidade. O fluxo adotado inicia com a avaliação pelo profissional fisioterapeuta na UBS, que encaminha ao ambulatório os pacientes com a devida indicação.

Foram realizados atendimentos a 310 pacientes, sendo que 215 estiveram internados, em média, por 18 dias e 34 (11%) foram infectados pelo SARS-CoV-2 por mais de uma vez. Em relação à classificação da funcionalidade, 84 (27%) foram considerados graves e 152 (49%) moderados.

Entre os sintomas persistentes mais relatados, os principais foram: ansiedade, indisposição, dor no corpo, fadiga, tosse e perda de memória.

A reabilitação inicialmente foi realizada por profissionais fisioterapeutas. A partir de julho, foi inserido o profissional de educação física e, posteriormente, foi disponibilizado atendimento de psicologia e Terapia Comunitária. Os profissionais que atuam no ambulatório também realizam auriculoterapia nos pacientes em acompanhamento.

Tabela 4. Número de atendimentos realizados no ambulatório de reabilitação pós COVID – maio a dezembro de 2021.

Profissional	Quantidade de primeira consulta agendada	Quantidade de retornos	Total de atendimentos
Fisioterapeuta	310	1.843	2.153
Educador Físico	15	577	592
Psicólogo	24	17	41

Foi formado um GT pós COVID-19 que manteve as discussões sobre a reabilitação pós COVID-19, sendo evidenciada a necessidade de ampliar a oferta de especialidades para atender pacientes com síndrome da COVID persistente.

Para a orientação e balizamento dos profissionais da AB que atuam em UBS e no ambulatório de reabilitação, foi realizado novo matriciamento pós COVID-19 no mês de novembro, em modalidade mista (presencial e virtual), com a inserção de novas categorias profissionais: nutrição, farmácia, odontologia, saúde mental e PIC.

O trabalho desenvolvido no ambulatório foi divulgado em eventos científicos, como a 7ª Mostra Paranaense de Pesquisas e de Relatos de Experiências em Saúde e 2º Colóquio do CISMENPAR. Houve a publicação do artigo “Incentivo à prática da atividade física: estratégias do NASF-AB em meio à pandemia de COVID-19” na APS em Revista (Vol. 3, n. 3, p. 176-181 | Setembro/Dezembro – 2021 ISSN 2596-3317 – DOI 10.14295/aps.v 3i3.131).

- **Residências Multiprofissional em Saúde da Família e Saúde da Mulher, Obstetrícia e Saúde da Criança - UEL**

O município de Londrina conta com 4 modalidades de residência voltadas a profissionais de saúde, que desenvolvem ações voltadas a público específico, prestando atendimento individual e em grupo, além de ações de planejamento e gestão e estão inseridas em Unidades Básicas.

A Residência Multiprofissional em Saúde da Família, que conta com os profissionais enfermeiro, psicólogo, nutricionista, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, dentista e assistente social, é desenvolvida nas UBS Itapoã e Padovani.

A Residência Multiprofissional em Saúde da mulher, que conta com educador físico, nutricionista, farmacêutico e psicólogo é desenvolvida nas UBS Novo Amparo e Aquiles.

As Residências em Obstetrícia e em Saúde da Criança são destinadas a profissionais enfermeiros e são desenvolvidas nas UBS Aquiles, Lindóia e Vivi Xavier.

No ano de 2021 realizaram ações como:

- Grupo de acompanhamento de obesidade infantil
- Puericultura compartilhada
- Grupo de psicoterapia
- Grupo de tabagismo
- Plantando Saúde: Grupo multiprofissional focado em educação em saúde e espaço de convivência, para usuários da área rural do território, com abordagem sobre diversos temas
 - Grupo de atividade física
 - Terapia comunitária: roda de terapia comunitária integrativa, sendo um instrumento da própria comunidade para lidar com situações adversas, relacionadas à saúde mental que podem influenciar o adoecimento biopsicoespírito-social
 - Planejamento familiar: atendimento de casais em grupo e individual, que têm desejo pela laqueadura ou vasectomia
 - Foram realizadas ações de acordo com a agenda positiva: Violência Contra a Mulher, Agosto Dourado, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, agendamento de vacina contra influenza e COVID-19, ações de educação em saúde da população e de profissionais de saúde, bem como promoção de saúde e prevenção de agravos.

- **Espaço Cuidando do Cuidador**

A SMS disponibilizou este serviço a partir de fevereiro, destinando o espaço Cuidando do Cuidador, para promover qualidade de vida entre os servidores municipais, ofertando práticas integrativas e complementares realizadas por servidores capacitados. As práticas ofertadas têm finalidade terapêutica, e são: acupuntura, auriculoterapia, ventosaterapia, Reiki, meditação, terapia Sujok e reflexologia podal.

2.10 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA (AB)

A produção da Atenção Básica em Saúde de Londrina é informada no Sistema de Informação de Saúde para a Atenção Básica (SISAB) e sistema nacional e-SUS, registrando-se os dados de atendimento, conforme segue.

Tabela 5. Número de consultas realizadas por profissionais de nível superior, na Atenção Básica. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Número de consultas por profissionais de nível superior	145.295	242.075	245.944	633.314

Fonte: e-SUS 2020

Nas consultas de nível superior estão incluídas as consultas agendadas, consultas agendadas programadas/cuidado continuado, atendimentos de urgências e consultas do dia por profissionais de nível superior das UBS, com exceção dos dentistas que apresentam sua produção separadamente.

Tabela 6. Número de procedimentos consolidados, realizados na Atenção Básica. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Procedimentos consolidados	562.843	914.756	949.887	2.427.486

Fonte: e-SUS 2021

Nos procedimentos consolidados estão incluídas verificações de pressão arterial e temperatura, curativos, teste de glicemia capilar, coleta de exames laboratoriais, aferição de altura e peso, coleta de exame Papanicolau, retirada de pontos e retirada de cerúmem.

Tabela 7. Número de visitas domiciliares realizadas por ACS, na Atenção Básica. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Visitas domiciliares ACS	23.935	19.960	17.708	61.603

Fonte: e-SUS 2021

Tabela 8. Número de atividades coletivas realizadas na Atenção Básica. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Nº de atividades coletivas (nº de grupos)	173	326	1.312	1.811

Fonte: e-SUS 2021

Nas atividades coletivas estão incluídos atendimento em grupo, avaliação e procedimento coletivo, educação em saúde e mobilização social. No ano

Relatório Anual de Gestão 2021

de 2021, houve diminuição devido à suspensão de grupos em virtude das normas de segurança quanto à transmissão da COVID-19.

Tabela 9. Número de atendimentos NASF - AB. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Número de Atendimentos NASF	11.151	17.868	18.958	47.977

Fonte: e-SUS 2021

Na produção de atendimentos NASF-AB estão incluídos avaliações/diagnóstico, prescrições terapêuticas e procedimentos clínicos e terapêuticos por fisioterapeutas, nutricionistas, educadores físicos, psicólogos e farmacêuticos.

3. ATENÇÃO À MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA REDE PRÓPRIA

A Maternidade Municipal Lucilla Ballalai (MMLB) tem importante papel na assistência ao parto de risco habitual e intermediário e nas ações de incentivo ao aleitamento materno, além do planejamento familiar.

O Laboratório Municipal (CENTROLAB) atende as demandas de exames de rotina e de urgência de todos os serviços da rede municipal de saúde. Oferta suporte para o envio de amostras da Vigilância Epidemiológica (dengue, H1N1, coqueluche, HIV, toxoplasmose, etc.) para o laboratório estadual, LACEN, e também realiza exames de controle de tuberculose e hanseníase, com a melhor tecnologia em análises clínicas. É referência para o treinamento de servidores das UBS de Londrina e demais serviços municipais, atende também as demandas da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), Centro de Detenção e Ressocialização de Londrina (CDR), Casa de Custódia e unidades socioeducativas (CENSE I e II). Também recebe os pedidos de exames de hanseníase e hepatites do CISMEPAR.

No ano de 2021, tanto a maternidade municipal, quanto o CENTROLAB passaram por reforma e ampliação, que proporcionaram mais e melhores acomodações, com mais conforto para a população e, para os profissionais que lá atuam, as melhorias proporcionaram maior segurança e qualidade no desempenho do trabalho. Na maternidade, a nova ala José Lopes de Souza, abriga um moderno centro cirúrgico, centro de materiais esterilizados, lavanderia e demais áreas de logística com tecnologia de hospitais de referência internacionais.

O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) presta assistência a pacientes em tratamento de média e longa permanência, assegurando menor risco de exposição a infecções graves, redução de custos e maior conforto para o paciente, pela proximidade com a família.

Na área de Saúde Mental, o Município desenvolve ações do Programa de Terapia Comunitária, com ações de promoção de saúde mental, atividades em grupo e mantém um Pronto Atendimento Psiquiátrico e três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como suporte social à população: CAPS infantil, CAPS III e CAPS AD.

Quanto à produção da atenção psicossocial, destacam-se algumas ações, como a elaboração dos protocolos dos serviços, que estão em fase de apreciação pela sociedade científica; ações de matriciamento sistemático, realizadas pelos serviços de saúde mental e pelas equipes do NASF, junto às equipes de Atenção Básica, sobre drogadição, prevenção de suicídio, abuso de álcool e transtornos mentais; realização de ações de capacitação conjunta com Atenção Básica (eCnar) sobre abuso de álcool e drogadição, com estudo de casos atendidos; realização de reuniões no SAMU para discussão dentro da temática de psiquiatria; participação dos profissionais do CAPS em diversas ações de intersectorialidade, como as Reuniões de Rede, Audiência Concentrada, Comissões e Grupos de Trabalho de Saúde Mental, entre outros.

3.1 SERVIÇO MUNICIPAL DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD)

A Atenção Domiciliar (AD) consiste em uma modalidade de atenção à saúde adequada à efetivação de novas formas de produção do cuidado e de atuação interdisciplinar, em expansão no Brasil e no mundo. Está incluída na Rede de

Relatório Anual de Gestão 2021

Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde, assume os princípios e diretrizes deste sistema, previstos em lei, ressaltando-se a universalidade, equidade, integralidade, resolubilidade e ampliação do acesso, associados ao acolhimento e humanização, que devem ser observados na organização dos Serviços de Atenção Domiciliar (SAD).

De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde Nº 825 de 2016, os objetivos da AD consistem na redução da demanda pela assistência hospitalar, evitar a hospitalização de pacientes que pudessem necessitar de tecnologias assistenciais de maior complexidade que as disponíveis na APS ou ambulatorios, desospitalização precoce de pacientes internados, humanização da assistência com a promoção da autonomia dos usuários e otimização dos recursos da Redes de Atenção à Saúde.

Em 2021 o SAD atendeu aproximadamente 150 pacientes por mês, contou com 3 Equipes Multiprofissionais de Assistência Domiciliar (EMAD) e 1 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP), habilitadas junto ao Programa Melhor em Casa do Governo Federal. O serviço manteve, em média, 132 pacientes em atendimento por mês.

Considerando que as EMAD são regionalizadas em 3 distritos circunscritos à área urbana (Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste), segue a composição do quadro de servidores no cenário atual, coordenado por um enfermeiro (40 horas), considerando a jornada semanal de trabalho:

- Equipe Centro-Oeste: 1 médico generalista, 1 enfermeiro (40 horas), 2 auxiliares de enfermagem (40 horas), 1 auxiliar de enfermagem (30 horas) e 1 fisioterapeuta (30 horas);
- Equipe Nordeste: 2 médicos generalistas, 1 enfermeiro (40 horas), 3 auxiliares de enfermagem (40 horas) e 1 fisioterapeuta (30 horas);
- Equipe Sudeste: 2 médicos generalistas (20 horas), 1 enfermeiro (30 horas), 2 auxiliares de enfermagem (40 horas), 1 auxiliar de enfermagem (30 horas) e 1 fisioterapeuta.

Atualmente as EMAP estão compostas por: 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 farmacêutica e 1 nutricionista.

O SAD mantém parceria com instituições hospitalares, UBS e ambulatorios de especialidades, fortalecendo o trabalho da rede assistencial, absorvendo a demanda de pacientes para antibioticoterapia e cuidados paliativos, representando significativa desospitalização, principalmente considerando pacientes pós COVID-19.

Em 2021 as equipes participaram de treinamentos sobre oxigenoterapia domiciliar e atendimentos de emergência, considerando que 90% dos pacientes atendidos no serviço dependem de suporte de oxigênio.

Tabela 10. Número de pacientes encaminhados ao SAD. Londrina, 2021

	1º		2º		3º		TOTAL	
	Quadrimestre		Quadrimestre		Quadrimestre			
Encaminhamentos	147	34%	173	39%	117	27%	437	100%
Admissões	81	34%	96	40%	63	26%	240	100%
Não aceitos	51	28%	84	45%	50	27%	185	100%
Fila de Espera O ²	0		0		0		0	0

Tabela 11. Altas do SAD, conforme destino e motivações. Londrina, 2021

Motivação das altas no SAD	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	TOTAL
Melhora	24	38	45	107
Óbito	7	5	5	94
Reinternação hospitalar	26	42	26	17

Tabela 12. Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional. Londrina, 2021

Visitas por categoria profissional	Total por Categoria			Total Geral
	Médico	Enfermeira	Auxiliar	
Equipe Nordeste	655	1.303	2.660	4.618
Equipe Sudeste	637	1.409	3.063	5.109
Equipe Centro-Oeste	457	506	2.759	3.722
Total	1.749	3.218	8.482	13.449

Tabela 13. Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional (fisioterapia e equipe de apoio). Londrina, 2021

Visitas por categoria profissional	Total Geral
Fisioterapeutas	1.773
Assistente Social	880
Nutricionista	453
Psicólogo	635
TOTAL:	3.741

3.2 POLICLÍNICA MUNICIPAL

A Policlínica presta atendimento ambulatorial em diversas especialidades e dá suporte técnico às UBS em casos complexos. No ano de 2021, foi transferida para um espaço mais amplo, onde foi possível adequar o número de consultórios e promover maior conforto aos usuários que precisam dos serviços de especialidades.

O Serviço Saúde da Mulher recebeu um complemento importante, triplicando o potencial de atendimento com modernos consultórios ginecológicos. Foi incluído um consultório para atendimento do novo serviço de referência: a linha de cuidado do sangramento uterino anormal e dor pélvica crônica. Com a ampliação do

Relatório Anual de Gestão 2021

arsenal terapêutico, incluindo tecnologia mais avançada para tratamento do sangramento uterino e a implantação do ambulatório de colposcopia, foi possível reduzir cirurgias e melhorar a qualidade de vida das pacientes e satisfação com o tratamento conservador. O atendimento é feito pelo profissional ginecologista.

Outras especialidades médicas disponibilizadas à população são: cardiologia, nefrologia pediátrica, pediatria voltada a crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), pneumologia, endocrinologia, dermatologia sanitária, geriatria, hematologia, reumatologia, neurologia e pequenas cirurgias. O serviço conta, também, com fonoaudiologia, psicologia, nutrição, fisioterapia (incluindo atendimento em fisioterapia pós COVID-19) e ambulatório de tempo de ativação da protrombina / fator de coagulação (TAP).

Pacientes que participam do Programas do Leite, que atende crianças alérgicas à proteína de leite de vaca, atendendo 100% das crianças que se enquadram nos critérios do protocolo de assistência, assim como portadores de *Alzheimer* e seus cuidadores recebem atendimento na Policlínica.

Além das especialidades, são realizados exames de pesquisa do bacilo da hanseníase (*Baar MH*), eletrocardiograma e espirometria.

A Policlínica trabalha com sistema de prontuário informatizado, integrado à rede de unidades de saúde, que possibilita maior agilidade no agendamento de consultas.

Tabela 14. Produção da Policlínica. Londrina, 2021

Especialidade	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Geriatria – Atendimento ao portador de Alzheimer	522	529	412	1.463
Cardiologia	1.219	1.428	1.194	3.841
Dermatologia Geral	354	415	397	1.166
Dermato Sanitária	130	112	130	372
Nefrologia Infantil	169	155	160	484
Pneumologia Asma	76	80	77	233
Pneumologia DPOC	126	136	97	359
Pediatria TDAH	117	124	129	370
Urologia	338	381	356	1.075
Neurologia	742	956	691	2.389
Ambulatório Ginecológico	70	54	58	182
Ambulatório Ginecológico (SUA)	165	159	201	525
TOTAL	4.028	4.529	3.902	12.459
Exames	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Coleta <i>Baar MH</i>	16	28	24	68
Eletrocardiograma	1515	1561	1974	5050

Relatório Anual de Gestão 2021

Espirometria*	0	0	0	0
TOTAL	1531	1589	1998	5118
Outros Serviços	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Enf. dermat. sanitária	68	80	73	221
Fisio. dermat. sanitária	29	71	20	120
Fisioterapia	162	314	160	636
Fonoaudiologia	81	65	203	349
Nutrição	110	92	59	261
Psicologia	83	173	110	366
Programa do Leite	254	217	278	749
TOTAL	787	1012	903	2702

* Foi suspensa a realização da espirometria durante a pandemia por se tratar de um exame de função pulmonar, evitando, assim, possível forma de transmitir o vírus.

3.3 LABORATÓRIO MUNICIPAL - CENTROLAB

O Laboratório Municipal de Análises Clínicas (CENTROLAB) é responsável pelo apoio diagnóstico a todos os serviços municipais de saúde que realizam atendimento ao cidadão londrinense.

Em 2021 foi realizado o novo processo licitatório para o setor de urinálise (exames de urina), que resultou em uma redução de custos de R\$ 37.725,40 ao mês, com a possibilidade de prorrogar o Contrato por até 60 meses. Os trâmites dos processos de Microbiologia (urocultura) e imunobioquímica) estavam em andamento ao final do ano.

Para manter a continuidade do serviço em plantão de 24 horas/dia, 7 dias da semana, houve contratação temporária de Técnicos de Análises Clínicas por meio de teste seletivo.

Foi iniciado estudo para a realização de exames de Dengue pelo método Elisa no CENTROLAB, com a finalidade de reduzir o tempo de resposta, entre a coleta na unidade de saúde e a liberação do resultado e maior agilidade no diagnóstico médico. Esse método de exame é realizado em laboratórios do Estado.

O projeto de integração com a Maternidade Municipal, iniciado no ano anterior, permaneceu durante o ano de 2021, realizando com prioridade a avaliação laboratorial de recém-nascidos, reduzindo o tempo de internação e colaborando com melhor giro de leitos na maternidade.

Tabela 15. Produção de exames, CENTROLAB. Londrina, 2021

Produção CENTROLAB	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Bioquímica	346.972	300.687	355.757	1.003416
Hanseníase	303	192	72	567
Hematologia	80.769	72.930	81.146	234.845
Hormônio/Imunologia	102.143	94.244	104.482	300.869
Líquor	80	86	48	214
Microbiologia	22.303	18.575	24.814	65.692
Parasitologia de fezes	1.462	1.313	1.473	4.248
Tuberculose	1.046	1.108	1.472	3.626
Urinalise	44.985	34.519	44.576	124.080
Total	600.063	523.654	613.840	1.737.557

Em 2021 o CENTROLAB realizou 1.737.557 exames e seu expediente foi ampliado de 18 para 24 horas por dia, dando maior suporte aos serviços municipais de urgência e emergência e hospitalar da Maternidade.

3.4 CENTRO DE REFERÊNCIA DR. BRUNO PIANCASTELLI FILHO

➤ **Atenção à Saúde nos Problemas de IST/ AIDS**

O Centro de Referência Dr.^o Bruno Piancastelli Filho (CRBPF) é um serviço de atenção especializada em HIV/AIDS e oferta serviços que complementam ações de prevenção e assistência das IST, HIV, Aids, hepatites B e C e tuberculose. O Centro é composto pelo Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), pelos ambulatórios de HIV/AIDS e de tuberculose e farmácia de dispensação de medicamentos antirretrovirais.

No mês de março, o Programa Municipal de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Aids, Hepatites Virais e Tuberculose fortaleceu algumas ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, numa campanha em conjunto com a PML.

No ano de 2021, somente no CTA, entre 02/01 a 30/11, foram realizados 2.321 testes rápidos para HIV, entre os quais 87 resultaram reagentes, sendo 77 do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

Em relação à faixa etária, observou-se que a maioria dos casos de infecção pelo HIV encontra-se na faixa de 20 a 39 anos. Foram realizados 2.321 testes rápidos para sífilis, totalizando 209 resultados reagentes, sendo 181 do sexo masculino e 28 do sexo feminino.

Com a pandemia em curso no ano, foi necessário dar continuidade a algumas adequações no processo de trabalho, para atender Portarias e Decretos sanitários, no entanto não foi interrompido o atendimento ao público, nem houve prejuízo à qualidade e proteção da população, tanto interna, quanto externa.

No ano de 2021, no período de 02/01 a 30/11, o Ambulatório de HIV/ Aids acolheu 206 pacientes; foram realizadas 9.110 consultas médicas, 37.237

Relatório Anual de Gestão 2021

atendimentos de enfermagem, 14.201 atendimentos de auxiliares de enfermagem, 3.229 coletas de exames de sangue, 556 consultas com urologista IST, 128 cauterizações de condiloma, 5 biópsias, 6 penioscopias, 315 profilaxias pós exposição (PEP), 20.201 dispensações de antirretrovirais para tratamento pela farmácia, 4.111 atendimentos pelo serviço social, 402 atendimentos pela psicóloga e 514 atendimentos odontológicos.

No Ambulatório de Tuberculose foram realizadas 1.386 consultas médicas, 3.733 atendimentos de enfermagem, 3.558 atendimentos de auxiliares de enfermagem; 451 aplicações e leitura de PPD; 137 aberturas de prontuários; 610 coletas de escarro; 597 raio-X; 1.729 atendimentos de farmácia de tuberculose, 312 buscas ativas de casos de tuberculose de pacientes do ambulatório, 243 notificações no SINAN e atualização do *Site* TB 25.

Em outubro de 2021, foram iniciados os atendimentos do Ambulatório Multiprofissional para cuidado integral da saúde de pessoas Trans e Travestis em processo de hormonização, e até dezembro foram realizados 45 atendimentos. O serviço realiza acolhimento e atendimento de enfermagem, realização de testes rápidos, acompanhamento integral de saúde com profissionais da Medicina de Família e Comunidade, saúde mental, acompanhamento de exames laboratoriais, apoio do Serviço Social do Centro de Referência, encaminhamento para o CPATT em Curitiba. O agendamento do paciente é realizado na UBS, por médico ou enfermeiro e passa por regulação.

O serviço de Profilaxia Pré Exposição ao HIV (PrEP) também teve início em Outubro, atendendo no período da tarde, com agendamento prévio pelo *site* da prefeitura, *link*: <https://portal.londrina.pr.gov.br/agendamentos>, sendo que até dezembro foram atendidos 150 pacientes. A PrEP se insere como estratégia adicional de prevenção ao HIV disponível no SUS, com objetivo de reduzir a transmissão do HIV e contribuir para o alcance de metas relacionadas ao fim da epidemia. Consiste no uso antirretrovirais (ARV) para reduzir o risco de adquirir a infecção pelo HIV. Uma vez que a PrEP é iniciada, o paciente realiza seguimento clínico e laboratorial a cada 3 meses.

Tabela 16. Número de atendimentos e ações realizadas pelo Programa IST/AIDS e Tuberculose. Londrina, 2021

Ações Programa IST/AIDS e Tuberculose	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Total de Medicamentos distribuídos	6.805	7.972	7.192	21.969
Atendimento Psicológico	74	143	241	458
Consulta médica	3.174	3.607	2.816	9.597
Procedimentos de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem	3.571	4.207	4.948	12.726
Procedimentos de Enfermeiros	11.638	13.909	11.245	36.792
Número de pacientes atendidos na odontologia	177	212	137	526
Total	25.439	30.050	26.579	82.068

Relatório Anual de Gestão 2021

Tabela 17. Número de atendimentos e procedimentos realizados no Ambulatório IST/AIDS. Londrina, 2021

Atendimentos no setor do Ambulatório de IST/AIDS	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Atendimento Assistente Social	1.512	1.426	1.650	4.588
Procedimentos Médicos	63	90	44	197
Total de Coleta de Exames	1.120	1.261	1.020	3.401
Abertura de prontuários	95	123	101	319
Profilaxia pós exposição	94	146	94	334
Total	2.884	3.046	2.909	8.839

Tabela 18. Número de preservativos distribuídos no setor IST/AIDS. Londrina, 2021

Número de Preservativos Distribuídos	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Preservativos masculinos e femininos	3.072	28.577	29.785	81.434

Tabela 19. Número de atendimentos no Centro de Testagem e Aconselhamento. Londrina, 2021

Atendimentos no Setor do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Número de participantes nas orientações /coleta de exames e teste rápido	786	908	1.134	2.828

Tabela 20. Número de atendimentos ambulatoriais no setor de Tuberculose. Londrina, 2021

Atendimento Ambulatorial no Setor de Tuberculose	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Exames radiológicos – RX	205	208	254	667
Leitura PPD	172	173	116	461
Total de coletas de BAAR	196	256	214	666
Total	573	637	584	1.794

3.5 REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

O Pronto Atendimento/Ambulatório, CAPS III, CAPS AD e CAPS Infantil são os pontos de atenção para o atendimento de pacientes e familiares em sofrimento e transtorno mentais e/ou necessidades decorrentes do uso de

álcool/drogas em Londrina. Este serviço conta também com o suporte das UPA, rede hospitalar e Unidades Básicas de Saúde.

3.5.1 Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)

O CAPS AD é um serviço municipal especializado no cuidado e atenção continuada às pessoas com transtorno mental em decorrência do uso de álcool e outras drogas. Tem por missão promover atenção integral, através da valorização da mudança individual e coletiva de comportamentos, visando diminuir os riscos do uso disfuncional de substância psicoativa, com redução de danos, num espaço de acolhimento e convivência em grupo, possibilitando, assim, a construção de um processo de melhor qualidade de vida, inserção social e autonomia do usuário.

O serviço foi transferido no mês de março para novas instalações, na área central, o que facilitou o acesso da população e foi proporcionado ambiente mais espaçoso e confortável, com móveis planejados. O novo endereço, além do CAPS AD, passou a sediar o local a equipe do Consultório na Rua e a sede do Conselho Municipal de Política sobre Álcool e Drogas (COMAD).

O serviço conta com equipe multiprofissional composta por: médico psiquiatra, clínico geral, enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educador físico, técnicos de enfermagem, técnicos administrativos e serviço gerais.

O CAPS AD é um serviço que faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que realiza matriciamento nas UBS, organizando e fortalecendo o serviço prestado. Mantém parceria com serviços de acolhimento institucional, tanto infantil como adulto, e com a equipe de abordagem do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO POP) e outros serviços especializados de proteção social da Secretaria Municipal de Assistência Social, os CREAS.

Em decorrência da pandemia, muitas ações tiveram que ser reformuladas e adequadas para atender os protocolos de segurança. Os atendimentos e discussões de caso em rede de serviço foram realizados por videoconferência. No final do ano foi possível realizar algumas discussões presenciais. Grupos de atendimento tiveram a capacidade limitada e adequada ao tamanho da sala e o atendimento individual ocorreu conforme a demanda.

O CAPS AD participa do Conselho Municipal de Políticas Públicas para Álcool e outras Drogas e demais conselhos, conforme solicitado.

O Município de Londrina, por meio do REMAD compra, por chamamento público, diversos serviços de apoio para o tratamento de dependência química, como: Comunidade Terapêutica (10 vagas para adolescentes e 04 vagas para adultos; vagas masculinas e femininas); Comunidade Terapêutica CREDEQUIA (04 vagas masculinas e femininas para adultos); Comunidade Terapêutica Morada de Deus (04 vagas masculinas para adultos); Comunidade Terapêutica PROLOV (04 vagas masculinas para adultos); Comunidade Terapêutica PROCUID (04 vagas masculinas para adulto); Comunidade Terapêutica MEPROVI, onde as vagas são reguladas pelo CAPS, pela lista de espera. Atendimentos individuais e em grupo de psicologia e grupos de autoajuda são prestados pela Associação Água Pura, Fundação Tamarozzi e CREDEQUIA.

Relatório Anual de Gestão 2021

Quadro 3. Ações de capacitação realizadas pelo CAPS AD. Londrina, 2021

Data	JANEIRO
27	Estudo de casos com o NAE, MMA, CREAS II, UBS e Lar Anália Franco
	FEVEREIRO
06, 20	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
13	Atendimento no Centro POP
19	Rede Ampliada Região Centro sobre Ação Comunitária
	MARÇO
10	Atividade Externa com os pacientes do CAPS AD
11	Ação Comunitária Região Centro
19	Orientação sobre Corona Vírus no Centro POP e Atendimento em Grupo no Centro POP
	MAIO
11	Matriciamento com UBS Padovani: Manejo sobre Dependência Química; Via Telefone devido Corona Vírus
	JUNHO
16	Matriciamento com Consultório na Rua: Atuação nos Abrigos provisórios/ Dependência Química
	JULHO
02; 09; 16 e 30	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
22	Reunião da equipe intersetorial Ação Posto de Combustível
23	Ação Intersetorial no Posto de Combustível
27	Acompanhamento da Ação de desocupação do Posto de Combustível
	AGOSTO
06; 13	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
18	Discussão de Caso CRAS, UBS Padovani e CAPS AD
20	Atendimento no Abrigo Protegido Monte Carmelo
27	Capacitação sobre Transtorno de Personalidade
	SETEMBRO
03; 10	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
24	Capacitação sobre Transtorno de Personalidade (casos da ação intersetorial)
	OUTUBRO
01; 08; 15	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
19	Discussão de caso por videoconferência: UBS, CRAS Sul e CREAS 4

Relatório Anual de Gestão 2021

19	Atendimento na Delegacia 3º Distrito
22	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
23	Abordagem de Rua em conjunto com a equipe de Abordagem Social
29	Capacitação sobre Transtorno de Personalidade (casos da ação intersetorial)
NOVEMBRO	
05; 12; 17; 19	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
26	Ação Integrada em Saúde (População de Rua) e Elaboração do Relatório final
DEZEMBRO	
03; 10; 17	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)

A pandemia afetou a rotina de visitas conjuntas e/ou abordagens, atividades externas e discussões de casos com os serviços nos territórios.

Tabela 21. Produção do CAPS AD. Londrina, 2021

Produção CAPS AD	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Acolhimento diurno	389	1.165	1.074	2.628
Atendimento domiciliar	20	38	45	103
Atendimento em grupo	8	243	300	551
Atendimento individual	2.876	3.166	3.343	9.385
Atendimento familiar	350	379	347	1.076
Ações de reabilitação psicossocial	36	75	59	170
Práticas corporais	0	44	12	56
Práticas expressivas	216	397	291	904
Promoção de contratualidade no território	60	72	157	289
Atendimento em situação de crise	24	20	30	74
Matriciamento	15	21	20	56
TOTAL	3.994	5.620	5.678	15.592

3.5.2 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III)

O CAPS III é referência para usuários com transtornos mentais e oferta seis leitos para acolhimento noturno e de curta permanência. Tem sido também um importante local de aprendizagem e, em 2021, manteve parcerias com universidades

Relatório Anual de Gestão 2021

e escolas técnicas do Município, recebendo alunos de cursos técnicos, graduação e pós-graduação.

O CAPS III proporciona aos pacientes e familiares projetos terapêuticos singulares e atividades como: atividades expressivas, atividades lúdicas, grupos terapêuticos, passeios externos, confraternizações entre pacientes, familiares e equipe em datas comemorativas, que são ferramentas efetivas na reabilitação psicossocial.

O Programa de Medicação de Depósito (injetável), que consiste na oferta de tratamento a pacientes que não aderem ao uso oral é realizado pela equipe do CAPS III, tanto no serviço, quanto no domicílio, em parceria com as UBS, com objetivo de desospitalização. Esse serviço foi mantido mesmo no transcorrer da pandemia.

Foram realizadas abordagens e ações conjuntas com pontos de atenção da rede de Saúde e Assistência Social, como o Consultório na Rua, Centro POP e UBS.

Com as medidas sanitárias de restrição, necessárias para reduzir a disseminação do SARS-CoV-2 e as dificuldades aumentadas com o afastamento de profissionais do grupo de risco, o serviço teve que encontrar estratégias de atendimento. O formato de atendimento coletivo regionalizado passou a individual, com famílias e pacientes; atendimento em formato de telemedicina, assim como outros recursos eletrônicos foram ferramentas utilizadas em atendimento e discussões de casos. As reuniões ocorreram de forma virtual, com a rede de serviços e outros atores parceiros para resolução de problemas.

As propostas de oferta terapêutica também foram rediscutidas e foram encontradas alternativas, de acordo com o protocolo de enfrentamento da pandemia. Os Projetos Terapêuticos Singulares foram revisados e adaptados ao cenário mundial de cuidado e proteção, sem negligenciar a atenção psiquiátrica dos pacientes.

A assistência psiquiátrica às ILPI e acolhimentos institucionais foram mantidos também de forma remota.

A preceptoria de alunos da Residência em Saúde da Família foi mantida, assim como as visitas domiciliares, com diversas finalidades, como busca ativa solicitada pelo Poder Judiciário, medicação de depósito, acompanhamento de região e por solicitação da rede foram mantidas.

Foi realizada formação continuada em psiquiatria e a equipe do CAPS III pôde participar das aulas com psiquiatra e psicóloga, com temas pertinentes a necessidades cotidianas do serviço. Os encontros virtuais ocorreram durante as reuniões de equipe, onde foram discutidos Transtornos Alimentares.

Tabela 22. Produção do CAPS III. Londrina, 2021

Produção CAPS III	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Acolhimento Diurno	83	128	80	291
Acolhimento Noturno	340	393	300	1.033
Atendimento Domiciliar	185	344	300	829
Atendimento em Grupo	19	93	70	182
Atendimento Individual	2.422	2.926	2.700	8.048
Atendimento Familiar	621	1.098	910	2.629

Relatório Anual de Gestão 2021

Ações de Reabilitação Psicossocial	27	45	35	107
Práticas Corporais	0	37	10	47
Práticas Expressivas	255	248	267	770
Promoção de Contratualidade no Território	158	94	63	315
Atendimento Crise	104	107	55	266
Matriciamento	0	15	42	57
TOTAL	4.214	5.528	4.832	14.574

3.5.3 Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i)

O CAPS Infantil é o serviço de saúde mental responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais ou em uso de substâncias psicoativas, que geram sofrimento mental em grau de moderado à grave, impactando nas áreas: pessoal, familiar, social e escolar.

Atende diariamente em horário comercial e presta atendimento voltado ao atendimento psicossocial e oficinas em grupo com atividades lúdicas e terapêuticas.

Oferece atendimento individual para casos específicos. A equipe é multiprofissional: psiquiatra, enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educador físico, psicopedagogo e fonoaudiólogo. No apoio ao serviço há técnicos administrativos e serviço gerais.

Ao longo de 2021 foram ofertadas para as crianças e adolescentes do CAPS Infantil, com oficinas de arte, desenho, teatro e violão e de geração de renda, realizadas em parceria com o SESC Cadeião de Londrina.

Foram realizadas 42 reuniões de forma remota para estudo de caso, com articulação da rede de proteção à criança e adolescente. O CAPS Infantil também participou de 30 Audiências Concentradas, junto à Vara de Infância e Juventude.

Ao longo de 2021, foram 1.200 ações mensais direcionadas às crianças e adolescentes, envolvendo acolhida, atendimento individual e familiar, bem como consulta médica.

Tabela 23. Produção do CAPS Infantil. Londrina, 2021

Produção CAPS Infantil	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Acolhimento Diurno	51	57	41	149
Atendimento Domiciliar	17	10	11	38
Atendimento em Grupo	736	873	1827	3.436
Atendimento Individual	753	861	892	2.506
Atendimento Familiar	628	663	1488	2.779

Relatório Anual de Gestão 2021

Ações de Reabilitação Psicossocial	19	32	255	306
Práticas Corporais	41	50	21	112
Práticas Expressivas	165	158	202	525
Promoção de Contratualidade no Território	283	221	310	814
Atendimento Crise	154	112	291	557
Matriciamento	23	17	10	50
TOTAL	2.870	3.054	5.348	11.272

3.5.4 Pronto Atendimento de Saúde Mental

O Pronto Atendimento de Saúde Mental é referência municipal em situações de urgência e emergência psiquiátricas, funcionando 24h por dia, 7 dias por semana, para atender pessoas portadoras de transtorno mental ou em uso de substâncias psicoativas. O serviço manteve atendimentos e consultas eletivas durante a pandemia e conta com médicos plantonistas nas 24h e a equipe técnica é composta por psicólogo, enfermeiro e auxiliar de enfermagem.

Tabela 24. Produção total do PA e ambulatório de Saúde Mental. Londrina, 2021

	Pessoas/Ano
Pronto Atendimento	7.464
Ambulatório	542

Tabela 25. Produção de Atenção Psicossocial por forma de organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Quantidade aprovada	Valor aprovado R\$
030108 – Atendimento/Acompanhamento psicossocial	51.022	13.247,25
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH pagas	Valor total - R\$
030317 – Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	4.222	5.752.257,69

Fonte: DigiSUS 2021

3.6 MATERNIDADE MUNICIPAL LUCILLA BALLALAI

A Maternidade Municipal Lucilla Ballalai (MMLB) tem se consolidado, cada vez mais, como uma das mais importantes maternidades públicas do Paraná. Com quase 2.500 nascimentos no ano de 2021, tem importante impacto na rede materno-infantil de Londrina e região. Além disso, de acordo com o DATASUS, a cada dez nascimentos em Londrina, seis foram realizados na Maternidade Municipal de Londrina, em média de 250 nascimentos por mês. Em 2022 a MMLB completará 30 anos e, em alusão a essa data, foi lançado um selo comemorativo em alusão ao aniversário de 30 anos da Maternidade.



A MMLB atende as legislações ministeriais quanto à segurança materno infantil e as boas práticas na condução obstétrica, sendo certificada pela iniciativa Hospital Amigo da Criança e seus parâmetros vêm de encontro às recomendações da Organização Mundial da Saúde. Nessa questão, as orientações federais, amparadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS (CONITEC), juntamente das legislações suplementares das demais esferas legislativas, desde que não contrariem as normas federais, balizam as condutas institucionais da maior maternidade de Londrina.

O hospital promove segurança no pré parto, parto, puerpério e planejamento familiar, sendo referência para o nascimento de gestações a termo (superior a 37 semanas), dentro da complexidade intermediária. Funciona em tempo integral, com escala de especialistas na área médica (obstetras, neonatologistas e anestesistas), assim como equipe multidisciplinar, proporcionando integralidade ao atendimento binômio mãe-filho. As visitas são permitidas para conhecimento e fortalecimento do vínculo entre gestante e maternidade, esclarecendo dúvidas e aumentando a confiança das pacientes.

O pronto socorro atende por 24 horas, em média 750 pacientes por mês, com logística e profissionais capacitados para avaliações e seguimento do controle de vitalidade no término das gestações, além de atender várias intercorrências obstétricas e neonatais.

A valorização do vínculo materno-infantil, com humanização do parto e estímulo ao aleitamento, proporcionando maior segurança e saúde para o recém-nascido, fazem com que seja reconhecido como Hospital Amigo da Criança. Testes de triagem neonatal, que asseguram o desenvolvimento normal das crianças, são realizados rotineiramente, sendo realizados: testes do pezinho, orelhinha, coraçãozinho, linguinha e olhinho.

Cidadania Garantida é a iniciativa de realizar o Registro Civil de nascimento, ainda no ambiente hospitalar; importante medida para acesso a direitos sociais e é garantida a todos os novos londrinenses nascidos na MMLB. Porém, excepcionalmente, o juizado dos cartórios decidiu e informou a SMS que, a partir de 20/03/2020, os registros de nascimento somente seriam lavrados diretamente nos

Relatório Anual de Gestão 2021

respectivos cartórios, devido à pandemia, ficando suspenso o registro civil na MMLB durante todo o ano de 2021 e até que o arrefecimento da pandemia permita condições seguras para o retorno seguro desse importante serviço nas dependências da maternidade municipal.

A MMLB participa do planejamento familiar com realização de procedimentos de laqueaduras tubárias, quando há indicação, e realização de contracepção de longa duração com inserção de DIU puerperal.

Em 2021 foi finalizada a reforma da ala do pré parto

e da unidade do recém-nascido, consolidando a instituição como a de melhor ambiência dentro das maternidades de Londrina, respeitando sempre as boas práticas da obstetria e valorização do parto normal. As alas reformadas integram-se ao moderno centro cirúrgico, reformado no ano anterior, formando um centro obstétrico de excelência, sempre monitorado e balizado por uma comissão de infecção hospitalar e um Núcleo de Segurança do paciente atuantes, minimizando intercorrências e contribuindo para melhor qualidade, conforto e segurança para todos os usuários e servidores.

O laboratório passou a trabalhar de forma integrada à MMLB, conferindo maior agilidade na avaliação laboratorial dos recém-nascidos. Essa integração promoveu menor permanência de internação e melhor giro de leitos da maternidade.



Relatório Anual de Gestão 2021

Quadro 4. Indicador Hospitalar da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai. Londrina, 2021

INDICADOR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Número de mães/mês	236	227	239	219	228	200	208	186	190	168	196	183	2.480	206,67
Taxa Ocupação- Alojamento conjunto (%)	57	57	76	76	72	75	69	60	63	52	69	57	781	65,07
Taxa de Internação de Outros Munic.	5	5	5	5	4	2	3	4	7	4	5	3	50	4,16
Taxa de Parto Normal	51	57	54	59	60	60	57	61	49	52	56	57	672	56,03
Taxa de Parto Cesárea	49	43	46	42	40	40	43	39	51	48	44	43	528	44,0
PARTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Normal	120	130	130	128	137	120	119	113	93	87	109	104	1.390	115,83
Cesárea	116	97	109	91	91	80	89	73	97	81	87	79	1.090	90,83
PROCEDIMENTOS/ATENDIMENTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Procedimentos não partos/retirada de pontos	58	13	11	12	9	3	5	8	7	6	12	10	154	12,83
Laqueaduras	10	3	8	4	10	9	4	8	8	3	6	8	81	6,75
Avaliação Obstetra	837	779	827	823	845	674	673	651	643	645	659	678	8.734	727,83
Avaliação Odontológica	189	195	*	194	204	168	186	157	164	126	168	146	1.897	158,08
Atendimento Rosa Viva	17	10	15	12	8	16	17	14	12	15	30	25	191	15,92
Teste do Pezinho	236	226	240	218	228	200	207	185	189	168	195	183	2.475	206,25
Teste da Orelhinha e Reteste	0	311	396	272	226	227	216	186	196	160	195	169	2.385	198,75
Mães atendidas à Domicílio PCLH*	17	22	59	59	50	23	17	24	21	46	44	58	440	36,67
Mães atendidas PCLH*.	1	1	3	0	10	1	6	1	5	0	1	3	32	2,67
Planejamento familiar	430	450	491	381	390	350	358	450	360	290	150	10	4110	342,50
Retorno Puerperal (ENFERMEIRA)	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52	4,33
Crianças registradas na MMLB	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
DIU Puerperal	17	23	13	12	23	13	11	19	18	11	16	13	189	15,75
Pacientes internadas de Londrina	231	229	235	220	227	200	207	187	183	167	199	187	2472	206,0
Pacientes internadas outros municípios	11	11	12	11	10	3	6	7	14	7	10	6	108	9,0

Obs.: No mês de março a Técnica de Higiene Bucal esteve em férias e não houve realização de avaliação odontológica; o serviço de Registro Civil esteve suspenso nas dependências da MMLB durante todo o ano, em razão da pandemia.

4. REDE PRÓPRIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Nas unidades de urgência e emergência os pacientes são acolhidos, avaliados quanto à classificação de risco e, após atendimento médico, os que necessitam de observação são encaminhados para enfermarias. Casos mais graves são estabilizados e transferidos para unidades de saúde de maior complexidade e/ou para internação hospitalar.

Outros tipos de procedimentos básicos são realizados, como administração e dispensação de medicamentos, suturas, drenagem, debridamento, tala gessada e gesso. No entanto, desde o ano anterior, essa rotina foi alterada em alguns serviços de urgência e emergência, por atravessarmos a pandemia, como será tratado a seguir.

A Diretoria de Urgência e Emergência em Saúde (DUES) tem sob sua responsabilidade a gestão dos serviços próprios municipais de atendimento pré-hospitalar fixo e móvel:

- 1 Pronto Atendimento Infantil (PAI)
- 2 Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h)
- 1 Pronto Atendimento 24h
- 1 Pronto Atendimento 18h
- 1 Pronto Atendimento 16h
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com unidades de Suporte Básico e Avançado de Vida
- Central de Regulação de Leitos Especializados e Interserviços

As Unidades de Pronto Atendimento, UPA Francisco de Arruda Leite (UPA Sabará, 24 horas) e Maria Angélica Castoldo (UPA Centro-Oeste, 24 horas), Pronto Atendimento Adão Pinto Rosa (PA Leonor 24 horas), Pronto Atendimento Infantil (PAI, 24 horas), Pronto Atendimento Admilson Soares Ramos da Cruz (PA Maria Cecília 18h) e o Pronto Atendimento Orlando Cestari (PA União da Vitória 16h) são as unidades de referência para o atendimento das diversas situações de urgência e emergência e prestam assistência à população de forma ininterrupta todos os dias da semana, acolhendo os casos agudos e crônicos agudizados, sendo resolutivas na maioria das vezes. Todas as unidades contam com o suporte diagnóstico por meio de exames laboratoriais e exames de imagem, Raio X com sistema digital e integrado.

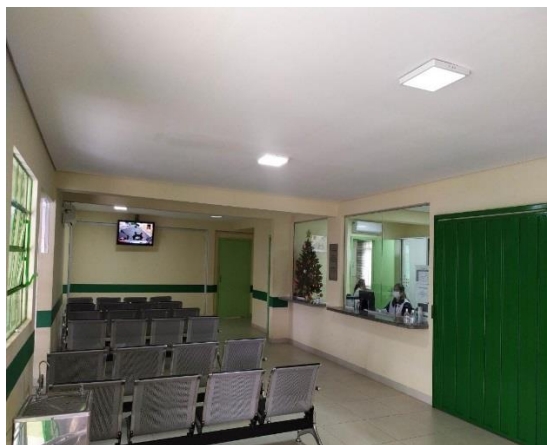
Nos casos de pacientes acolhidos e atendidos nas unidades de Pronto Atendimento de gestão própria, que ultrapassam a capacidade de resolutividade, devido à gravidade e/ou a complexidade, quando há necessidade de determinados procedimentos e intervenção, internações hospitalares e/ou cirurgias, ou com necessidade de outros procedimentos, ocorre encaminhamento via regulação de urgência (SAMU 192) ou via ambulatorial.

Com a implantação das UPA na rede, o atendimento de casos de urgência e emergência foi ampliado e manteve a integração com a rede de assistência à saúde, com plantão de 24h em clínica geral e em ortopedia, com apoio de serviço social, farmacêuticos e demais áreas multiprofissionais.

O Pronto Atendimento Adão Pinto Rosa (PA Leonor) 24h, localizado na região Oeste, teve sua reinauguração no dia 21 de setembro, após reforma e ampliação, concluída com espaço maior, mais acolhedor e humanizado para atendimento das diversas situações de urgência e emergência. A ampliação das

Relatório Anual de Gestão 2021

enfermarias, sala de hidratação, sala de emergência, consultórios e recepção proporcionou um ambiente novo, mais acolhedor e mais bem estruturado fisicamente, dispõe de todos recursos de equipamentos como desfibriladores, monitores multiparamétricos, bomba de infusão, aparelho de eletrocardiograma, oxímetros e demais itens necessários para atendimento completo das urgência e emergências. Foi realizada, ainda, a contratação de profissionais qualificados e equipe multiprofissional por meio de Teste Seletivo Simplificado, para manter o atendimento da população de forma integral e de qualidade.



Inauguração do Pronto Atendimento Adão Pinto Rosa – PA Leonor 21/09/2021

O Pronto Atendimento Admílson Soares Ramos da Cruz (PA Maria Cecília), aberto das 7h à 1h (18h), e o Pronto Atendimento Orlando Cestari (PA União da Vitória), aberto das 7h às 23h (16h), mantêm oferta de atendimento de urgência e emergência adulta todos os dias da semana, recebendo procura espontânea, além de dar suporte às UBS das regiões Norte e Sul, respectivamente, sendo unidades fundamentais para o atendimento e estabilização de pacientes, integrados a Rede de Urgência e Emergência.

A unidade de saúde União da Vitória se mantém como unidade mista, onde coexistem serviços de urgência e emergência, e ações programadas da Atenção Básica, disponibilizando os serviços da Estratégia Saúde da Família.

Os serviços de pronto atendimento 16, 18 e 24 horas/dia utilizam os serviços de apoio diagnóstico do CENTROLAB e têm como referência de radiologia o PAI e as UPA Centro-Oeste e Sabará.

Relatório Anual de Gestão 2021

No ano de 2021, devido ao cenário epidemiológico decorrente da pandemia no Brasil, foram mantidos os serviços de urgência e emergência 24 horas como referência para atendimento das síndromes respiratórias a UPA Sabará, para atendimento adulto, e o PAI, para atendimento de crianças, além do SAMU para atendimento móvel, realizando atendimentos primários e transferência inter hospitalar.



Centros de acolhimento de síndromes respiratórias na UPA Sabará e PAI

Nessas unidades de atendimento de síndrome respiratória o processo de trabalho foi reorganizado, direcionando esforços para acolhimento adequado, notificação, atendimento de enfermagem e médico com a estabilização dos pacientes e, quando necessária, a transferência para internação hospitalar. Também foi implantado e ampliado o processo de coleta de *Swab* (RT-PCR) para todos pacientes sintomáticos. A reorganização foi bem dinâmica, acompanhando a urgência da situação devido ao crescente número de casos de pacientes com suspeita e/ou confirmação de COVID-19, sendo necessário manter um fluxo de atendimento bem articulado, ampliação de leitos e do quadro de profissionais médicos, enfermeiros, auxiliares/técnicos de enfermagem e apoio administrativo para garantir assistência integral a todos pacientes que estavam em atendimento, sendo que houve momentos que foi necessário manter pacientes internados na UPA.

Foi necessário adquirir equipamentos médico-hospitalares e acessórios de monitorização para garantir assistência integral e de qualidade, utilizando as tecnologias disponíveis, contínua reposição de medicamentos, insumos e EPI para que as equipes atuassem de forma segura no atendimento da população. A rede de gases medicinais foi ampliada e foi instalado um tanque de oxigênio na UPA Sabará, para assegurar o fornecimento, sem risco de falta de oxigênio para os pacientes.

No SAMU foi organizada uma equipe exclusiva para desinfecção das ambulâncias após o transporte e/ou atendimento de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19. Foram ampliadas as equipes e ambulâncias extras para o transporte inter hospitalar e, devido ao aumento significativo de casos com necessidade de transferência inter hospitalar, foi realizada a contratação de uma ambulância privada para transporte de pacientes da UPA Sabará e dos hospitais de média complexidade, para os leitos de UTI no Hospital Universitário e do Hospital do Coração de Londrina, serviços de referência de alta complexidade para os casos de COVID-19.

Na Tabela 26 estão apresentados os números de consultas médicas realizadas em 2021, nos serviços de urgência e emergência, por períodos quadrimestrais.



Equipe multiprofissional do SAMU Londrina e ampliação de frota para atendimento das diversas situações de urgência e emergência durante pandemia do Covid-19

Tabela 26. Número de consultas realizadas nas Unidades 16, 18 e 24 horas. Londrina, 2021

Consultas	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
UPA Sabará	38.906	28.141	27.293	94.340
UPA Centro Oeste	37.142	31.261	41.453	109.856
PAI - Pronto Atendimento Infantil	14.550	18.115	24.652	57.317
P. A. Leonor	8.803	7.771	14.434	31.008
P. A. Maria Cecília	16.311	15.379	15.937	47.627
P.A. União da Vitória	10.878	13.303	12.262	36.443
Total	126.590	113.970	136.031	376.591

Observa-se que grande parte dos atendimentos de urgência foi de pacientes portadores de doenças crônicas e crônica-agudizadas, reflexo da suspensão ou redução da agenda eletiva da Atenção Básica durante o ano, medida que foi necessária para atender as prioridades decorrentes da pandemia.

A demanda para ortopedia, os traumas musculoesqueléticos, foram centralizados na UPA Centro-Oeste, para onde foram deslocados os médicos plantonistas da especialidade de ortopedia, prestando atendimento inicial e acompanhamento até a alta da procura espontânea e pacientes regulados pelo SAMU.

Relatório Anual de Gestão 2021

Na Tabela 27 está apresentada a produção de consultas médicas da especialidade de plantonista em ortopedia.

Tabela 27. Número de consultas de Ortopedia nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2021

ORTOPEDIA	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
UPA Centro Oeste / Ortopedia	5.368	5.802	6.975	18.145
Total	5.368	5.802	6.975	18.145

*A partir de 25/03/2020 os atendimentos de ortopedia na UPA CO.

Há três serviços de radiologia nos serviços de urgência e emergência, um em cada UPA e um no PAI. Todos com sistema digitalizado de imagens, que possibilita maior rapidez no procedimento radiológico e permite os profissionais em todas as unidades de saúde da SMS visualizarem as imagens por computador, o que reduz custos, não havendo necessidade de impressão da imagem. Essa possibilidade de compartilhamento de imagens possibilita a avaliação remota dos Raios-X por especialista e orientação quanto à conduta ao médico que está prestando o atendimento ao paciente. Dessa forma, a utilização de recursos é otimizada, assim como a qualidade na assistência.

Na Tabela 28 está apresentada a quantidade de exames realizados em cada serviço. Destaca-se que a UPA Centro-Oeste realiza os exames de RX da própria unidade, do PA Leonor e da UBS Jardim do Sol. A UPA Sabará realiza os da própria unidade e das UBS de referência das síndromes respiratórias e o PAI, além dos exames da própria unidade, realiza os exames do PA Maria Cecília, PA União da Vitória e da Maternidade Municipal.

Tabela 28. Número de exames de Raio X realizados nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2021

RX	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
UPA Sabará	12.372	10.935	7.255	30.562
UPA Centro Oeste	23.911	26.188	29.972	80.071
PAI	8.159	8.918	10.770	27.847
Total	44.442	46.041	47.997	138.480

A produção dos serviços de urgência e emergência estão apresentados nas Tabelas 29, 30, 31 e 32.

Tabela 29. Número de procedimentos realizados na UPA Maria Angélica Castoldo (UPA Centro-Oeste). Londrina, 2021

Procedimentos UPA Centro Oeste	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação*	2.474	2.399	2.758	7.631

Relatório Anual de Gestão 2021

Encaminhamento**	1.469	1.801	2.061	5.331
Sutura / Drenagem / Debridamento	910	818	1.034	2.762
Redução Incruenta	81	82	88	251
Administração de Medicamentos***	18.349	18.416	23.944	60.709
Dispensação de Medicamentos****	7.945	6.140	7.980	22.065
Gesso	40	62	60	162
Tala Gessada	948	1.030	1.342	3.320
Total	32.216	30.748	39.267	102.231

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

Recapitulando que a UPA Sabará, passou a ser unidade de referência para atendimento exclusivo das síndromes respiratórias de pacientes adultos e idosos com suspeita e/ou confirmação de COVID-19, desde 25 de março de 2020, mantendo a exclusividade durante 2021.

O PAI também passou a ser referência para atendimento de síndromes respiratórias de crianças com suspeita e/ou confirmados do COVID-19, por 24 horas, desde março de 2020; porém deixou de prestar esse atendimento com exclusividade no mês de novembro do ano anterior.

Tabela 30. Número de procedimentos realizados na UPA Francisco de Arruda Leite (UPA Sabará). Londrina, 2021

Procedimentos UPA Sabará	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação*	3.006	3.545	2.084	8.635
Encaminhamento**	1.303	1.652	1.023	3.978
Sutura / Drenagem / Debridamento	2	07	4	13
Administração de Medicamentos***	14.379	17.210	7.737	39.326
Dispensação de Medicamentos****	17.967	16.492	11.905	46.364
Total	36.657	38.906	22.753	98.316

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

Relatório Anual de Gestão 2021

Tabela 31. Número de procedimentos realizados no Pronto Atendimento Infantil. Londrina, 2021

Procedimentos PAI	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação	2.272	1.612	4.165	8.049
Encaminhamento	530	435	805	1.770
Sutura / Drenagem/ Debridamento	135	98	153	386
Inalação	719	1.790	1.319	3.828
Administração de Medicamentos	3.323	5.798	3.256	12.377
Dispensação de Medicamentos	5.268	4.810	8.254	18.332
Terapia de Reidratação Oral	1.218	641	2.260	4.119
Total	13.465	15.184	20.212	48.861

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

No Pronto Atendimento Leonor foi concluída a obra de reforma e ampliação, com reabertura para atendimento da população em 21 de setembro de 2021.

Tabela 32. Número de procedimentos realizados no PA Leonor. Londrina, 2021

Procedimentos PA Leonor	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação	4.117	4.007	6.995	15.119
Encaminhamento	654	702	892	2.248
Sutura / Drenagem / Debridamento	243	246	274	763
Inalação	4	5	4	13
Administração de Medicamentos	16.127	17.376	28.328	61.831
Dispensação de Medicamentos	1.524	1.591	4.090	7.205
Total	22.669	23.927	40.583	87.179

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

Com a reestruturação dos fluxos e processo de trabalho, houve ampliação do quadro de médicos plantonistas nas UPA, conforme a necessidade de cada unidade e o aumento do número de atendimento nos serviços, decorrente da pandemia ou de demanda geral. Com maior capacidade de atendimento, com mais

Relatório Anual de Gestão 2021

médicos, aumento de horas pelo contrato com CISMEPAR e contratação temporária de profissionais por teste seletivo para os serviços de urgência (UPA, PA, SAMU e PAI), houve redução no tempo de espera dos usuários, melhora na qualidade e humanização do atendimento.

Também foi realizado teste seletivo simplificado para contratação de profissionais médicos clínico gerais plantonistas, médicos pediatras, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e auxiliares administrativos para garantir assistência completa aos usuários, buscando melhorar o processo de trabalho em todas unidades da urgência.

As UPA Centro Oeste e Sabará mantiveram o desenvolvimento de ações do Projeto de Identificação precoce da Sepsis, em pacientes adultos nas Unidades de Pronto Atendimento, realizado pelo Hospital Sírio Libanês, em parceria com Ministério da Saúde, pelo PROADISUS. O projeto tem como principal objetivo identificar precocemente os sinais de sepsis, desde o momento da classificação de risco, nos pacientes atendidos nas UPA 24 horas, iniciar o manejo e tratamento adequados, reduzindo as taxas de mortalidade associadas a sepsis no Brasil. A coordenação das UPA, junto com equipe da DUES, divulgam semanalmente informes para equipe das unidades, chamado “Pílulas da Sepsis”, a fim de orientar as equipes sobre a importância e engajamento de todos no Projeto.

No ano de 2021, as UPA Sabará e Centro Oeste foram selecionadas pelo Ministério da Saúde para participação do Projeto *Lean* nas UPA II, que tem como objetivo melhorar o processo de trabalho das unidades e de tornar o atendimento mais ágil, humanizado e qualificado nos serviços de emergência da rede pública de saúde. O mesmo será desenvolvido pelo Departamento de Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, junto com Universidade Federal Fluminense, devendo iniciar em fevereiro de 2022.

4.1 COMPLEXO REGULADOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A Macrorregião Norte do Paraná é composta por cinco Regionais de Saúde: 16^a, 17^a, 18^a, 19^a e 22^a, sediadas respectivamente em Apucarana, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho e Ivaiporã e compreende 97 municípios. O Complexo Regulador Macrorregional Norte do Paraná é composto pela Central Municipal/Estadual de Leitos e Interserviços e SAMU Regional Norte Londrina, trabalhando de forma articulada, a fim de garantir o melhor atendimento e destino dos pacientes que necessitam de intervenção de urgência ou regulação de leitos para especialidade ou maior complexidade, em escala de funcionamento 24 horas por dia todos os dias da semana.

Várias aproximações são realizadas entre as regionais e o Município, ajustando as regulações com equidade e facilitando o acesso do paciente ao tratamento mais adequado. O contato permanente entre as centrais permite melhor conhecimento de cada região, de forma que a grade de referência seja a mais eficiente possível para os pacientes que precisam desse serviço.

A Central de Leitos e Interserviços realiza a regulação de pacientes assistidos em serviços de saúde de toda Macrorregião Norte, sua principal função de regulação é realizar o direcionamento de pacientes que necessitam de internação em leito de terapia intensiva, leitos de unidades hospitalares com maior complexidade e/ou especialidades conforme a contratualização dos serviços da rede de urgência e emergência.

Relatório Anual de Gestão 2021

O SAMU 192 Regional Norte Londrina foi implantado em dezembro de 2011, é responsável por ordenar os atendimentos de urgência e emergência, por meio do acionamento e intervenção da Central de Regulação Médica de Urgências (SAMU 192) e realiza estabilização e referencia os pacientes graves dentro do SUS, com acolhimento e atenção qualificada. Abrange o escopo regional de 21 municípios da 17º Regional de Saúde do Estado do Paraná, contemplando cerca de 1.000.000 habitantes e toda produção é registrada no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS).

Em Londrina o SAMU atualmente desenvolve suas funções em duas bases diferentes, a base da Central de Regulação do 192 e base descentralizada onde ficam as ambulâncias de intervenção e o almoxarifado e farmácia do SAMU.

A construção da nova sede do SAMU Regional Norte Londrina, situada na Avenida Dez de Dezembro, nº1.830, foi iniciada no segundo semestre de 2020, com recurso captado junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e a previsão de entrega é no primeiro semestre de 2022. Com a conclusão da obra, será possível desenvolver todo o serviço em um único espaço físico, em uma base moderna, com ambientes acolhedores e adequados para as Centrais de Regulação, ambulâncias de SBV e SAV e para Núcleo de Educação em Urgência, com auditório. O SAMU Regional Norte Londrina conta com 15 Unidades de Suporte Básico de Vida, quatro Unidades de Suporte Avançado de Vida distribuído em suas bases descentralizadas, e uma Unidade Aeromédica de asa rotativa que, além do SAMU Regional Norte, realiza atendimento de toda Macronorte.



Construção da Sede do SAMU Regional Norte Londrina; andamento da obra

Na Tabela 33 estão apresentados os números gerais de todos os acionamentos realizados pela Central de Regulação de Urgência do SAMU Regional Norte Londrina.

Tabela 33. Número de ocorrências da Central de Regulação do SAMU Regional Norte Londrina (SAMU 192). Londrina, 2021

Consultas	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Atendimentos	37.951	36.820	37.205	111.976
Trote	862	509	513	1.884
Canceladas	2.669	2.622	3.412	8.703
Transferências	2.229	1.684	3.271	7.184
Outros/Informações	15.599	11.118	8.278	34.995
TOTAL	59.310	52.753	52.679	164.742

Relatório Anual de Gestão 2021

Com o novo desenho da Rede de Urgência dos municípios que compõem a 17ª Regional de Saúde tem havido divergências entre os componentes, desde que foi criada, quanto ao repasse do valor de custeio *per capita* que deveria ser realizado para o município de Londrina, que assumiu a regulação e atendimento das urgências. Alguns municípios têm cumprido o repasse *per capita*, porém ainda há municípios inadimplentes.

No ano de 2021, a Secretaria Municipal de Saúde realizou reuniões e diversas estratégias junto aos municípios pertencentes da Regional do SAMU Norte para o processo de quitação das dívidas referentes ao *per capita*. Foi realizado um novo Termo de Convênio/Cooperação Técnica Financeira entre a PML e demais municípios pertencentes do SAMU Regional Norte Londrina.

Tabela 34. Produção das ambulâncias do SAMU Londrina. Londrina, 2021

Consultas	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
SAMU - USA	1.762	2.189	1.706	5.657
SAMU - USB	7.224	7.150	7.727	22.101
Helicóptero SESA/SAMU	154	123	193	470
Unidade Transporte (TEC)	2.322	4.152	3.550	10.024
TOTAL	11.462	13.614	13.174	38.252

4.2 AEROMÉDICO NO SAMU 192

Em outubro de 2012 o helicóptero do Grupamento Aeropolicial - Resgate Aéreo (GRAER) iniciou as atividades no serviço de Resgate e Transporte Aeromédico no Município, como implementação da Rede Paraná de Urgência e em parceria com o Batalhão da Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) e o SAMU Regional Norte Londrina.

Até novembro de 2016 a aeronave era compartilhada com a área de segurança pública, sendo utilizada em ocorrências policiais e de patrulhamento, além do apoio fundamental ao SAMU, tanto em atendimentos primários, como em transferências inter hospitalares. Naquele ano uma nova aeronave, exclusiva para missões de resgate e transporte de vítimas em situação de urgência e emergência, foi cedida pelo governo do Estado. Essa aeronave de asa rotativa é operada pela Secretaria Estadual de Saúde e tripulada pela equipe médica e de enfermagem do SAMU Regional Norte Londrina. O helicóptero, baseado em Londrina, está em operação desde 1º de dezembro daquele ano e é responsável por realizar missões de resgate e transferência de pacientes, cobrindo a demanda dos 97 municípios da região Macro Norte do Estado.



Atendimentos pelo serviço aeromédico SAMU Regional Norte Londrina

O transporte aeromédico sobrepuja qualquer barreira geográfica, possibilita a execução logística do Plano de Ação de Urgência e Emergência da Macrorregião Norte e consegue atender a demanda, em menor tempo-resposta, refletindo diretamente no prognóstico e boa evolução clínica das vítimas.

Em 2021 foram realizados 470 atendimentos com a aeronave rotativa da SESA/SAMU, demonstrando grande efetividade desse serviço e impactando positivamente na saúde da população.

A aeronave fica alojada na base descentralizada do SAMU, localizada no Aeroporto Governador José Richa de Londrina. A equipe de pilotos é fornecida pela HeliSul Taxi Aéreo e todas as despesas de manutenção, abastecimento da aeronave e equipamentos médicos hospitalares são custeados pela Secretaria de Estado e o município de Londrina é responsável pelo custeio dos profissionais médicos e enfermeiros e insumos descartáveis.

A regulação do transporte/atendimento Aeromédico e o seu acionamento é realizado pelo SAMU Regional Norte Londrina, porém as outras duas centrais de regulação de urgência na macrorregião (SAMU Regional Apucarana e SAMU Regional Norte Pioneiro de Cornélio Procópio) realizam a solicitação do transporte junto à Central de Regulação do SAMU Regional Norte Londrina para acionamento.

4.3 AÇÕES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

O Núcleo de Educação em Urgência e Emergência (NEU), consolidado pela Portaria Nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002, que faz contar em seu Capítulo VII: *“Os Núcleos de Educação em Urgências devem se organizar como espaços de saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação continuada de recursos humanos para as urgências, sob a administração de um conselho diretivo, coordenado pelo gestor público do SUS, tendo como integrantes as secretarias Estaduais e Municipais de saúde, hospitais e serviços de referência na área de urgência, escolas de bombeiros e polícias, instituições de ensino superior, de formação e capacitação de pessoal na área da saúde, escolas técnicas e outros setores que prestam socorro à população, de caráter público ou privado, de abrangência municipal, regional ou estadual.”*

Relatório Anual de Gestão 2021

O NEU está atuante em toda a região de abrangência do SAMU Regional Norte Londrina e outros segmentos do Município. O NEU oferece capacitações e atualizações programadas para Rede de Urgência e Emergência da região, rede assistencial multiprofissional em geral e realiza treinamento em outras Diretorias e Secretarias do Município de Londrina, dentro da temática de Urgência e Emergência.

Em 2021, em decorrência da pandemia pelo Novo Coronavírus e, mediante as orientações de distanciamento social, ocorreu uma redução nas atividades realizadas pelo NEU. Muitas ações foram realizadas *in-loco*, com grupos pequenos, sobre temas relacionados ao COVID-19 e demais situações de urgência e emergência que foram identificadas nos serviços.

No Quadro 6, estão descritas as capacitações desenvolvidas pelo NEU em 2021, em todos os serviços da DUES.

Quadro 5. Ações de capacitação realizadas pelo Núcleo de Educação em Urgência. Londrina, 2021

Data	JANEIRO
01 e 31	Confecção casa COVID (POP e <i>check list</i>)
20 e 26	Participação em campanha de vacina contra COVID-19 no HU
21 e 22	Curso PCR em situação em COVID-19, UPA Sabará
28 e 22	Curso PCR em situação de COVID UPA CO
Data	FEVEREIRO
08	Curso Casa COVID-19: Paramentação e desparamentação
18	Curso Intra Ósseo
18 e 25	Curso PCR atualização e em situação de COVID-19, SAMU
Data	MARÇO
08 a 10	Oxigenoterapia e intubação: sequência rápida para Hospital Zona Norte de Londrina
15 e 16	Ventilação mecânica em situação de COVID-19 e posicionamento prona para Hospital Zona Norte de Londrina
22 a 24	Suporte básico e avançado de vida em PCR em situação COVID-19 e posicionamento prona para Hospital Zona Norte de Londrina
25	Ventilação mecânica em situação de COVID-19, UPA Sabará
29	Manejo clínico leve/moderado em COVID-19, <i>on line</i> , para Hospital Zona Sul e Prefeitura Municipal de Londrina
Data	ABRIL
05	Manejo clínico grave em COVID-19, <i>on line</i> , para Hospital Zona Sul e Prefeitura Municipal de Londrina
Data	JUNHO
23 e 24	Oxigenoterapia e intubação de sequência rápida, UBS San Izidro e UBS Milton Gavetti
28 e 30	Administração de medicamentos, PAI

Relatório Anual de Gestão 2021

Data	JULHO
06, 07, 08, 14 e 15	Oxigenoterapia e intubação de sequência rápida para as UBS: Guanabara, M ^a Cecília, Vila Ricardo, Chefe Newton e Bandeirantes
26	Curso PCR Pediátrica para o PAI
28	Operação Noite Fria: Realização de testagem rápida para COVID 19 para a população em situação de rua
Data	AGOSTO
10	Planejamento e discussão fluxos TARM/SAMU
19	Início, discussões e primeira versão PEC na UPA SABARÁ
Data	SETEMBRO
20	Atendimento secretaria municipal de educação: projeto Brigadinhos primeiros socorros / filmagem / marionetes
21	Oxigenoterapia e intubação de sequência rápida, SAD
27	Visita técnica Unifil/ base Dib Libos
28 e 30	Curso Toracocentese e toracostomia
29	Curso IOT/ Via aérea difícil
Data	OUTUBRO
07	Capacitação PCR adulto e pediátrico UBS Parigot
13	Capacitação PCR adulto PA Leonor
20 e 26	Curso abordagem inicial do grande queimado
21 e 27	Curso IC aguda descompensada e manejo de DVA / marca-passo transcutâneo
28 e 29	Curso sobre manejo inicial de VM e manejo choque geral
Data	NOVEMBRO
03 a 05 e 16	Capacitação PEC UPA Sabará e PA Leonor
17	Reunião e organização para os cursos atualização em trauma e Urgências psiquiátricas (previsão respectiva para JAN e Fev de 2022)
23 e 24	Visita Universidade Pitágoras/enfermagem à base SAMU Dib Libos
29	Organização do relatório anual e de produtividade do NEU
Data	DEZEMBRO
01 e 23	Planejamento cursos próximos meses



Capacitação para equipe médica da Diretoria de Urgência e Emergência: técnica de intubação em via aera difícil e uso de máscara laríngea

5. AÇÕES E PROGRAMAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) é composta por três gerências: Vigilância Epidemiológica (GVE), Vigilância Sanitária (GVS) e Vigilância Ambiental (GVA) e Saúde do Trabalhador.

As ações das equipes que atuam na Vigilância em Saúde são pautadas pelos indicadores de saúde pactuados pelo gestor local e registrados em diversos instrumentos de gestão de âmbito nacional, estadual e municipal, entre os quais destacam-se, o DigiSUS, PQA-VS/Ministério da Saúde, o VIGIASUS/ Secretaria de Estado da Saúde (SESA/PR), a Programação Anual de Saúde e o Plano Municipal de Saúde.

5.1. AÇÕES E PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Em 2021 permaneceu a reestruturação em todos os setores da Vigilância Epidemiológica do Município, instituída em 2020, em função da pandemia. A readequação de todos os processos de trabalho foi mantida pautada no cenário e avanço do quadro epidemiológico decorrente do comportamento disseminação do SARS-COV-2 e, no mês de setembro, com a redução do número de casos de COVID-19, foi possível retomar as ações referentes a todos os agravos e doenças de notificação compulsória.

5.1.1 Núcleo de Informações em Mortalidade

São responsabilidades do Núcleo de Informações em Mortalidade (NIM):

- Investigação de óbitos materno-infantis e fetais, junto a consultórios, hospitais e laboratórios, para envio de informações às UBS de origem da vítima, para que realizem investigação junto a familiares, por telefone ou qualquer outra via de comunicação e/ou pessoalmente;
- Elaboração de relatórios conclusivos dos óbitos materno-infantis e fetais para encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público, aos serviços de saúde próprios e demais serviços, quando solicitado;
- Investigação *in loco* de óbitos materno-infantis e fetais de residentes de Londrina, com visitas em hospitais, UBS para consulta a prontuários e dos óbitos encaminhados pelo Instituto Médico Legal (IML), conforme critérios estabelecidos em legislação específica e pactuação realizada pela gestão municipal;
- Realização de capacitações para médicos, alunos de graduação e pós-graduação (internos e residentes de Medicina) do HU, ISCAL, Hospital Evangélico e da Secretaria Municipal de Saúde sobre a importância do correto preenchimento da Declaração de Óbito (DO);
- Elaboração e envio de documentos/ofícios para profissionais médicos e instituições, bem como conselhos de classe e estabelecimentos de saúde com o intuito de melhorar, corrigir e orientar condutas e ações realizadas pelo mesmo, após discussão pelo Comitê.

As reuniões, que estiveram suspensas devido à pandemia, foram retomadas a partir do mês de maio, com reduzido número de participantes, conforme

Relatório Anual de Gestão 2021

orientações sanitárias quanto ao número máximo de pessoas em reuniões presenciais.

Ainda como medida decorrente da pandemia, houve mudança na forma de investigação dos casos pelo Núcleo, que passou a utilizar formato digital, sem necessidade de estar pessoalmente em algumas instituições, permanecendo a investigação presencial somente no Hospital Universitário/UEL, devido a condições locais.

5.1.2 Ações de Vigilância Epidemiológica

A GVE manteve a reorganização necessária devido à pandemia até o mês de setembro, quando foi possível retornar, gradativamente, às ações de vigilância das doenças e agravos notificáveis.

Durante o ano de 2021, a Vigilância Epidemiológica desenvolveu as seguintes ações:

- Plantão médico permanente foi mantido para orientação e apoio aos profissionais médicos e serviços de saúde quanto a rotinas e condutas frente a casos suspeitos de COVID-19;
- Plantão diário do setor foi mantido, inclusive em finais de semana e feriados, para orientação aos serviços de saúde sobre manejo e condução de casos suspeitos e positivados de COVID-19;
- Realização de capacitações para a equipe interna e servidores advindos de outros setores, sobre ações relacionadas ao COVID-19;
- Compilação de dados e envio diário de relatórios sobre o COVID-19, para elaboração do Boletim Diário;
- Investigação e encerramento de 100% dos casos confirmados e óbitos por COVID-19;
- Busca ativa de pacientes com suspeita de doenças de notificação compulsória e contactantes e vítimas de violência de doméstica e autoprovocada;
- Recebimento, cadastramento e envio de material para exame de diversas patologias notificáveis, ao Laboratório Central do Estado (LACEN);
- Recebimento, investigação, avaliação, digitação, encerramento e retroalimentação às unidades notificadoras das Fichas de Notificação Compulsória de Agravos;
- Investigação de casos positivos de dengue, para detecção de possível complicação e dengue grave;
- Realização de quimioprofilaxia para os comunicantes de doenças infectocontagiosas;
- Avaliação dos resultados e encerramento dos casos;
- Retomada das ações de vigilância relacionadas às doenças e agravos de notificação compulsória;
- Visitas semanais às maternidades e cartórios para recolhimento de Declaração de Nascidos Vivos;
- Alimentação dos bancos de dados de nascidos vivos, óbitos e notificação de agravos notificáveis ocorridos no Município;
- Investigação dos óbitos naturais de causa desconhecida ou indeterminada;
- Codificação, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças, 10ª Edição (CID 10), de 100% dos óbitos ocorridos no Município;

Relatório Anual de Gestão 2021

- Conferência e correção do banco de dados no SINAN, SINASC, SIM, SIVEP, Notifica-COVID;
- Revisão dos bancos de dados do SINAN NET e SINAN ONLINE (agravos de notificação), SIM e SINASC para envio dos arquivos ao DATASUS/MS;
- Avaliação dos bancos de dados gerados pelos sistemas de informação do DATASUS/MS;
- Realização de informes técnicos sobre doenças de notificação e vacinas;
- Participação no Comitê de Mobilização Social para Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.

5.1.3 Coordenação de Imunização

Durante o ano de 2021, a Coordenação de Imunização desenvolveu as seguintes ações:

- Campanha Nacional da Vacina contra COVID-19: foram desenvolvidas estratégias para operacionalizar a vacinação junto com outros serviços da SMS, facilitando amplo acesso à população e reduzir a transmissão da doença;
- Reorganização da central de armazenamento e abastecimento dos imunobiológicos, para inclusão da nova vacina contra COVID-19;
- Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza, alcançando cobertura de 70% dos grupos prioritários. Foram aplicadas 223.043 doses de vacina, incluindo outros grupos, além dos prioritários;
- Vacinação Pneumo-13 em instituições de longa permanência (ILPI), conforme recomendação;
- Ampliação temporária da oferta da vacina Pneumocócica-13 valente;
- Intensificação da oferta da vacina Pneumo-23;
- Utilização temporária da vacina DTPA, em substituição da vacina contra tétano e difteria;
- Campanha de multivacinação para atualização de vacinas em atraso;
- Inquérito Nacional de Cobertura Vacinal, a partir do mês de outubro 2021, conforme realizado nas capitais e municípios brasileiros, com apoio do Instituto Evandro Chagas/SVS/MS e Universidade Federal do Paraná, com objetivo de avaliar a situação vacinal das crianças nascidas nos anos de 2017 e 2018;
- Encaminhamento de pedidos de imunobiológicos especiais à 17ª Regional de Saúde, recebimento de respectivas respostas e entrega dos mesmos às UBS para dispensação aos solicitantes;
- Digitação das Fichas de Efeitos Adversos Pós-Vacina (EAPV) em sistema próprio e encaminhamento das respostas às UBS;
- Investigação e acompanhamento dos EAPV graves, incluindo as reações contra a vacina COVID-19;
- Agendamento de doses supervisionadas.



Tabela 35 - Cobertura vacinal do Município em menores de 1 ano. Londrina, 2021

IMUNOBIOLOGICO	POPULAÇÃO	DOSES REALIZADAS	COBERTURA %
BCG	6.907	4.396	63,95
FA (<1 ano)	6.907	3.977	57,58
Hepatite (<1 ano)	6.907	3.870	56,03
Meningocócica Conj. C (<1 ano)	6.907	4.314	62,46
Pentavalente (<1 ano)	6.907	3.870	56,03
Pneumocócica (<1 ano)	6.907	4.451	64,44
Poliomielite (<1 ano)	6.907	3.849	55,73
Rotavírus Humano	6.907	4.259	61,66

Fonte: SIPNI/Consulta realizada em 05/01/2022. Dados referentes ao período de jan. /21 a dez. /21 e sujeitos a alterações.

5.1.4 Ações do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador

Durante o ano de 2021, o Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador desenvolveu as seguintes ações:

- Investigação epidemiológica e digitação no SINAN NET das Fichas de Notificações de acidente com exposição a material biológico, acidentes graves, Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbio Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), transtorno mental, pneumoconioses, dermatose ocupacional e Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR);
 - Orientações por telefone ou via *web* a unidades hospitalares e serviços de pronto atendimento sobre preenchimento da notificação de acidentes de trabalho com exposição a material biológico e acidentes de trabalho grave;
 - Unidade Sentinela para notificação de LER/DORT;
 - Atendimento médico a trabalhadores dos mercados formal e informal de trabalho, estabelecimento denexo causal, quando pertinente;
 - Emissão de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) para trabalhadores da SMS;
 - Análise de 100% dos prontuários para estabelecimento denexo causal;
 - Apoio técnico para demandas encaminhadas por empresas, sindicatos, INSS e demanda espontânea;
 - Orientações às equipes de saúde da APS sobre acidentes de natureza leve, acidentes com exposição a material biológico e acidentes de trabalho grave;
 - Atendimento a profissionais das áreas de radiologia clínica e aos agentes de endemias (intoxicação exógena).

5.1.5 Ações e Programas de Vigilância Sanitária

Os serviços de Vigilância Sanitária podem ser entendidos como um espaço de exercício de cidadania e controle social, por sua capacidade transformadora da qualidade dos produtos, processos e relações sociais, ao pôr em prática a *expertise* de diversas áreas técnicas, como química, farmacologia, epidemiologia, engenharia civil, administração pública, planejamento e gerência, biossegurança e bioética. O trabalho da Vigilância Sanitária resulta em prevenção de diversas doenças na saúde pública e perpassa as práticas médico-sanitárias.

Relatório Anual de Gestão 2021

Constitui também um espaço de comunicação e promoção de saúde, pelo fato de lidar com produtos e serviços necessários aos indivíduos e à sociedade e que podem oferecer potencial risco sanitário. Há necessidade de se avançar com ações educativas no âmbito da Vigilância Sanitária, quanto ao esclarecimento do que seja risco à saúde decorrente de atos e situações cotidianas.

Há instrumentos legais, como Notificações, Intimações e Autuações, que são emitidos contra os estabelecimentos, como ação preventiva, punindo e combatendo práticas que coloquem em risco a saúde pública, utilizados pelos fiscais quando necessário em suas ações diárias.

Com base na Resolução RDC Nº 153 da Anvisa, que estabelece critérios de risco para classificação de estabelecimentos em baixo ou alto risco sanitário, o Município publicou o Decreto Municipal Nº 1742/2018. No ano de 2021 o Decreto Municipal Nº 964 instituiu o peticionamento eletrônico na Vigilância Sanitária, com a dispensa de fiscalização prévia, tanto para emissão como para renovação de Licença Sanitária, para estabelecimentos classificados como de baixo risco, em conformidade com a RDC Nº 153 da ANVISA. A medida favoreceu o desenvolvimento do Município, permitindo a abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, ampliando a oferta de empregos e serviços à população, sem a necessidade de prévia análise da documentação e da estrutura física, corroborando com as normativas da Lei Federal de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019).

Quanto à produção da Vigilância Sanitária, houve mais liberações (Tabela 37) do que o número de vistorias (Tabela 36), devido ao referido Decreto Municipal Nº 964 de 27 de agosto de 2021, sobre classificação de estabelecimentos de baixo risco, sem a necessidade de inspeção prévia para licenciamento.

Tabela 36. Inspeções realizadas, por tipo de estabelecimento. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Alimentos	2701	665	701	1.636
Produtos para Saúde	126	345	415	886
Serviços de Saúde	601	748	852	2.201
Saúde trabalhador	50	18	5	73

Fonte: Gerência de Vigilância Sanitária/DVS/Secretaria Municipal de Saúde

Tabela 37. Licenças concedidas, por tipo de estabelecimento. Londrina, 2021

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Alimentos	647	1.066	906	2.619
Produtos para Saúde	153	228	213	594
Serviços de Saúde	624	711	544	1.879
Saúde trabalhador	19	4	1	24

Fonte: Gerência de Vigilância Sanitária/DVS/Secretaria Municipal de Saúde

Relatório Anual de Gestão 2021

Tabela 38. Avaliação de projetos arquitetônicos. Londrina, 2021.

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Analisados	84	87	53	224
Aprovados	17	19	14	50

Fonte: Gerência de Vigilância Sanitária/DVS/Secretaria Municipal de Saúde

5.1.6 Ações e Programas de Vigilância Ambiental

A Vigilância Ambiental em Saúde (VIGAM) desenvolve ações por meio das quais é possível detectar qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente, que interferem na saúde humana, com a finalidade de executar medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais, relacionados a doenças e outros agravos à saúde.

O serviço tem como universo de atuação os fatores ambientais de risco, que interferem na saúde humana e as inter-relações entre o homem e o ambiente. A VIGAM, por meio da Coordenação de Saúde Ambiental e Zoonoses (CSAZ) recebe reclamações referentes a questões de saneamento, falta de limpeza e higiene de imóveis, bem como relativas a zoonoses, animais peçonhentos e sinantrópicos. É, ainda, responsável pelo Castramóvel, que oferta o serviço de esterilização de cães e gatos e realiza ações de controle da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, agente transmissor da dengue e febre amarela, Zika Vírus e febre Chikungunya em atendimento à Resolução SESA PR nº 029/2011.

As ações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (**VIGIÁGUA**) são desenvolvidas segundo as diretrizes do Ministério da Saúde. Em 2021 foram analisadas 575 amostras para teor de cloro, fluoreto, coliformes totais/ *E. coli* e turbidez. Também foram expedidas 13 Intimações para correções de irregularidades observadas.

VIGISOLO: as ações têm por objetivo identificar possíveis exposições humanas à contaminação ambiental por contaminantes químicos, buscando contribuir com a melhoria da qualidade de vida e redução da morbidade por exposições a esses contaminantes do solo.

São realizadas buscas ativas em áreas com potencial contaminação química e, se verificadas, os dados são inseridos no Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de População Expostas a Solo Contaminado (SISSOLO). No ano de 2021 foram cadastrados 11 locais com essas características, conforme meta pactuada anualmente.

Denúncias e zoonoses: durante o ano foram realizados 975 atendimentos por telefone, e-mail e pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Ainda, foram enviadas 2.008 amostras de animais peçonhentos, entre os quais: escorpiões (1.964), aranhas (32), lagartas (4), serpentes (1) e outros (7). Também foram coletadas enviadas ao Laboratório de Taxonomia Animal do Paraná (LABTAX) 90 amostras para pesquisa de vírus da raiva e febre amarela.

CASTRAMÓVEL: pelo Programa Municipal de Castração de Animais foram castrados e microchipados 6.720 animais, entre cães e gatos. Têm prioridade nesse Programa de Castração os animais cujos proprietários tenham renda mensal de até 3 salários mínimos, acumuladores de animais e ONG. Também foram realizadas 10.000 ligações para agendamento de castrações de animais. Foram estabelecidas parcerias com 15 locais públicos e privados, em diferentes regiões da

Relatório Anual de Gestão 2021

cidade, para realização dos procedimentos. Estão envolvidos diretamente nas atividades do Castramóvel 30 profissionais, entre administrativo e corpo clínico.

Plano de Gerenciamento para Prevenção e Controle da Dengue (PGPCD): dispõe sobre a Norma Técnica de Prevenção à Proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, agente transmissor da dengue, febre amarela, Zika Vírus e febre *Chikungunya* no Estado do Paraná, conforme Resolução SESA nº 0029/2011. Foram aprovados 50 planos ao longo do ano, após avaliação pela equipe técnica de supervisores.

As ações de controle do mosquito transmissor de arboviroses são desenvolvidas de forma contínua e permanente, em ações coordenadas entre as Vigilâncias Epidemiológica e Ambiental, e integração intersetorial e interinstitucional com vários órgãos, como a Companhia Municipal de Transporte e Urbanização (CMTU), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria Municipal do Planejamento (SMP), conselho locais de saúde, associações representativas, igrejas e outros.

As ações das equipes de endemias incluem: vistoria nos imóveis residenciais, comerciais, terrenos baldios; eliminação de criadouros de mosquitos; orientações à população em geral sobre identificação de criadouros, focos e eliminação dos mesmos; ações educativas como distribuição de panfletos, palestras em escolas, instituições, indústrias, comércio.

Apesar de todo trabalho desenvolvido em 2021, ainda com as dificuldades impostas pela pandemia, houve aumento considerável do número de casos suspeitos e confirmados de dengue, principalmente no primeiro semestre. Por esta razão, o Município realizou a aplicação de UBV pesada e costal nas áreas urbanas e rurais para o controle de casos. A pandemia do COVID-19 impediu a realização de reuniões com a comunidade de forma presencial, porém o setor realizou diversas atividades pelos Agentes Comunitários de Endemias (ACE), juntamente com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Atenção Básica, para maior controle sobre o aumento entomológico e, conseqüentemente, epidemiológico.

Em 2021, intensificou-se a inclusão da abordagem eco-bio-social, visando priorizar a realização de atividades em locais historicamente problemáticos, levando a conhecimento da população destas áreas a necessidade de mudança em hábitos e costumes que propiciam a proliferação de vetores, influenciando diretamente no quadro epidemiológico local. A possibilidade da abordagem eco-bio-social surge nesse sentido, para dialogar com diferentes setores e saberes sobre diferentes fatores que determinam a presença do vetor. Embora alguns desses fatores não possam ser modificados, como os climáticos, há uma série de aspectos que podem ser melhorados para controlar a presença desse vetor tão bem adaptado ao ambiente urbano e doméstico.

Foram realizadas 703.454 visitas em imóveis durante o ano pelos ACE, com índice de pendência de aproximadamente 18,8% de imóveis visitados.

Com relação ao Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti* (LIRAA), houve recomendação pela Nota Informativa nº 13/2020 (CGARB/DEIDT/SVS/MS, de 06 de maio de 2020), no sentido de suspender temporariamente o LIRAA e o Levantamento de Índice Amostral (LIA), em decorrência da pandemia. Assim, o 1º LIRAA não foi realizado dentro dos parâmetros preconizados, porém o Município estratificou áreas de maior risco e realizou um levantamento de índice vetorial, obtendo-se um resultado de 5,4% de infestação predial. Os demais levantamentos foram realizados conforme orientação da Nota

Relatório Anual de Gestão 2021

Técnica nº 3/2021 (CGARB/DEIDT/SVS/MS), e obtiveram os seguintes resultados: 2º LIRAA: 1,2%; 3º LIRAA: 2,9% e 4º LIRAA: 1,24%.

Considerando o distanciamento social recomendado no ano, o Comitê Gestor Ampliado Contra o *Aedes aegypti* em Londrina realizou reuniões de forma remota para debater a prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*. As estratégias utilizadas foram a utilização das redes sociais, com exibição de vídeos educativos e orientações sobre cuidados individuais, divulgação de casos semanais pela mídia local e disponibilização de mapa de calor para apontar semanalmente as regiões com crescente incidência de casos notificados de arboviroses, levando, assim, a conhecimento da população a situação epidemiológica de cada área de abrangência.

6. INFRAESTRUTURA DE APOIO DA REDE PRÓPRIA DE SAÚDE

A Diretoria de Logística e Manutenção em Saúde (DLMS) é responsável por realizar os serviços de apoio logístico às unidades de saúde e administrativas da SMS. Organiza estrategicamente as aquisições de materiais de uso comum na rede, como medicamentos, materiais e equipamentos médico-hospitalares, de ostomia, materiais de limpeza, expediente, mobiliário, outros insumos e para atendimento de ordens judiciais. A DLMS está instalada em 3 espaços entre administrativos, armazenamento e separação, sendo que a distribuição entre os serviços obedece um cronograma pré-estabelecido.

O transporte de servidores para unidades rurais do Município e viagens de pacientes para tratamento fora do domicílio (TFD), em outras municipalidades, e alguns transportes locais também são realizados pela DLMS.

A Diretoria é responsável, ainda, pela manutenção dos bens próprios públicos, com o apoio de servidores que realizam as manutenções de natureza mais simples e por contratos terceirizados de manutenção predial e de equipamentos, além de realizar a gestão de toda a frota da Autarquia Municipal de Saúde e do patrimônio de bens móveis e imóveis disponíveis na rede, detalhados na sequência.

6.1 Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)

O ano de 2021 foi marcado por diversos desafios quanto à gestão da assistência em manter estoque dos medicamentos padronizados pela Relação de Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), para que a população não ficasse desabastecida, nem os profissionais sem equipamentos de proteção individual (EPI) para enfrentamento da pandemia. O planejamento das ações foi mantido, a falta de itens moderada, com consistente variação em relação à 2020 em especial na linha de materiais médico/hospitalares, porém com medidas paliativas foi possível manter o abastecidos os pontos de atenção à saúde com materiais, medicamentos e insumos necessários ao serviço de forma adequada.

E para que a dispensação de materiais e medicamentos ocorresse com a rapidez necessária, houve organização criteriosa na CENTROFARMA quanto aos materiais: separação, conferência e transporte. O resultado alcançado foi muito positivo, com 0,15% de guias com algum erro no envio, separação ou entrega.

A colaboração das Secretarias Municipais de Educação, do Idoso, CMTU, Fundação de Esportes de Londrina (FEL) e outras merece reconhecimento, cedendo prontamente alguns insumos, servidores para auxiliar no apoio e espaços para ações e da SMS.

Houve fortalecimento no aporte financeiro para a assistência farmacêutica, com o incremento de recursos de todos os entes federados, como demonstrado no Quadro da evolução da aplicação dos recursos, abaixo:

Relatório Anual de Gestão 2021

Quadro 6. Aplicação de recursos da Assistência Farmacêutica Básica. Londrina, 2021

Aplicação recursos da Assistência Farmacêutica Básica - Port. GM/MS Nº 1.555/2013 (atualização da Portaria 2.001/2017) – medicamentos da RENAME/CBAF 2018							
Recurso	Valor mínimo / ano (R\$)	Executado 1º Q (R\$)	Executado 2º Q (R\$)	Executado 3º Q (R\$)	Total ano (R\$)	Execução em %	Valor executado / hab.* (R\$)
Federal	3.361.444,00	2.251.226,66	4.214.208,39	3.776.887,58	10.242.362,63	304,70%	17,97
Estadual	1.680.726,60	420.180,84	478.926,28	286.048,37	1.185.155,49	70,51%	2,08
Municipal	1.344.569,88	1.244.599,81	2.119.176,47	1.169.439,97	4.533.216,25	337,14%	7,95
Total	6.386.706,93	3.916.007,31	6.812.311,14	5.232.375,92	15.960.694,37	249,90%	28,01
Recursos Lei Nº 12.401/2011 – Relação Suplementar de Medicamentos							
Recurso	Programado / ano (R\$)	Executado (R\$)	Executado (R\$)		Total Executado (R\$)	% de execução	Valor executado / Hab. (R\$)
		Jan - Abr	Mai - Ago	Set - Dez			
Federal	0,00	368.910,59	694.640,51	280.933,31	1.344.484,41	-	2,35
Municipal	0,00	245.923,78	504.061,16	432.104,34	1.182.089,28	-	2,07

Obs.: população 2016 – 558.439 habitantes

Além disso, o Ministério da Saúde é responsável pela aquisição e distribuição de insulina humana NPH, insulina humana regular, clindamicina 300mg e rifampicina 300mg exclusivamente para tratamento de hidradenite supurativa moderada e dos itens que compõem o Programa Saúde da Mulher: contraceptivos orais e injetáveis, dispositivo intrauterino (DIU) e diafragma.

6.1.1 Projeto Fênix

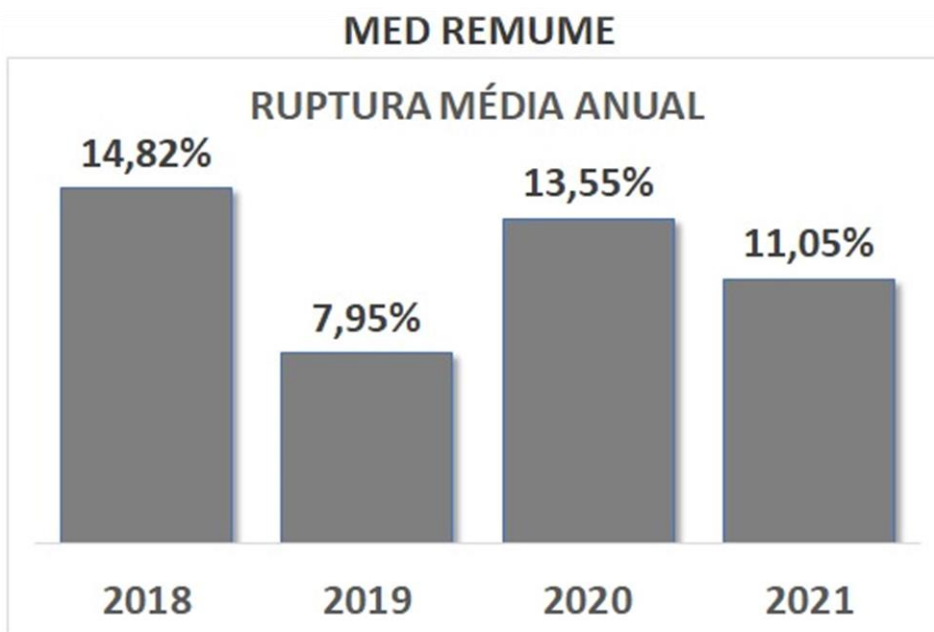
Com o objetivo de melhorar sempre o serviço da SMS, foi realizada revisão do processo de compras, armazenagem e distribuição de medicamentos disponibilizados à população, utilizando metodologias de mercado como o sistema semiautomatizado de previsão de demanda e sugestão de compras, visando otimizar o trabalho e valorizar o tempo dedicado a essas atividades; foi concluída em abril de 2018 e resultou no Projeto Fênix.

Em 2021 foram mantidas, implementadas e melhoradas algumas ações previstas no Projeto, como:

- melhoria no banco de dados, possibilitando que o servidor analise rapidamente o histórico de transferências dos itens nos últimos 3 anos; observar se há sazonalidade ou ruptura e fazer previsão de consumo para o trimestre seguinte com mais assertividade. O sistema também permite fazer previsão estatística automática, o que foi aprimorado no ano de 2021, com a inclusão de itens;
- previsão mais assertiva da demanda de medicamentos, baseada no banco de dados, histórico de consumo, gráfico de demanda e outros. A revisão da demanda é mensal, garantindo, assim, compra mais eficiente;
- mantido o calendário de entregas, com separação e entrega, cumprindo-se os prazos estabelecidos, que passaram a incluir agendamento de horário;

- melhoria no sistema AlmojarifadoWeb, para melhor controle financeiro/contábil da SMS.

Figura 3. Percentual de ruptura de medicamentos. Londrina, de 2018 a 2021.



6.1.2 FARMÁCIA MUNICIPAL DE LONDRINA

A Farmácia Municipal de Londrina atende os munícipes que fazem o uso de medicamentos controlados e/ou os pertencentes a programas específicos, como é o caso do Programa Paraná sem Dor (Governo Estadual) e do Apoio Social vinculado à SMS. As medicações padronizadas e dispensadas na Farmácia Municipal são constantes da REMUME e as que são controladas são regulamentadas pela Portaria Nº 344/98 do Ministério da Saúde.

Compete à Farmácia realizar a dispensação dos medicamentos, entre os quais grande parte é de medicamentos controlados, garantindo a entrega do medicamento correto ao usuário, na dosagem e quantidade prescritas, com instruções suficientes para uso adequado, seguro e racional.

Para garantir a qualidade e segurança na entrega dos medicamentos, fazem parte do processo de trabalho da Farmácia Municipal o recebimento e conferência de medicamentos, armazenamento, registro de entrada/saída e reposição de estoque, dispensação, controle interno de estoque e de temperatura e umidade, manutenção da limpeza e conservação do local.

As atividades que envolvem o fornecimento de medicamentos são documentadas de forma virtual e/ou física, conforme pertinência, de modo a garantir a rastreabilidade dos dados caso seja necessário.

Com a atual pandemia, houve a necessidade de implantar novas atividades no processo de trabalho e melhorias na estrutura física da Farmácia, proporcionando à população e servidores maior segurança sanitária. Outra medida que contribuiu com o distanciamento orientado pelas autoridades sanitárias foi a

Relatório Anual de Gestão 2021

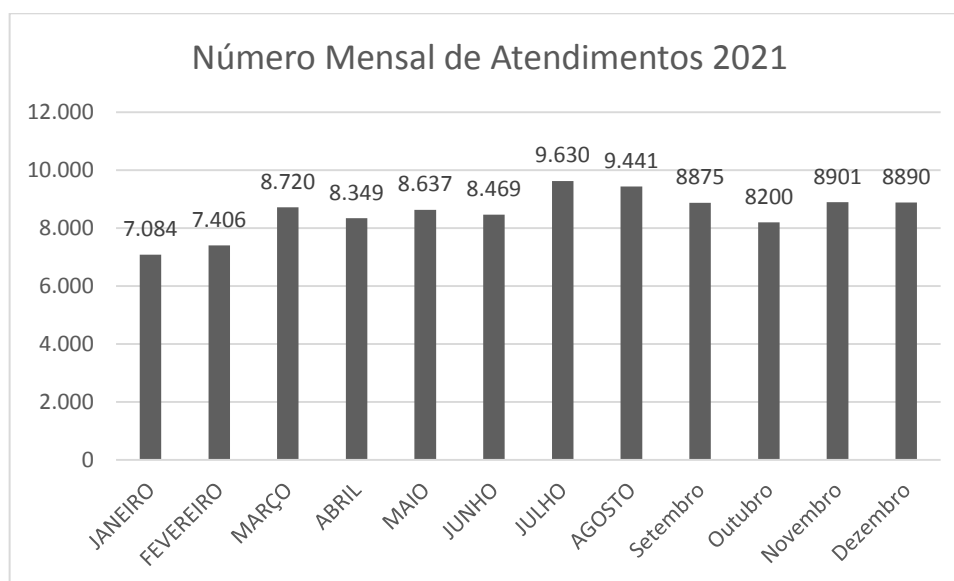
disponibilização do agendamento eletrônico pelo próprio usuário, pelo *site* da Prefeitura ou por telefone e, para esse novo fluxo, foram liberadas mais três linhas telefônicas, utilizadas em período integral. No contato telefônico, os usuários podem agendar e esclarecer dúvidas sobre o COVID-19. Com o sistema de agendamento, o atendimento tornou-se mais ágil, organizado e promoveu redução no tempo de espera, evitando aglomerações.

Com relação às melhorias físicas, houve a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e barreiras de acrílico nos guichês de atendimento.

Houve alterações quanto à dispensação dos medicamentos, com Resolução RDC Nº 357, DE 24 de Março de 2020, que autorizou a dispensação de medicações para períodos superiores a um mês de tratamento, evitando que os usuários tenham que comparecer mensalmente na Farmácia, evitando aglomerações e sendo mais conveniente para os usuários.

No ano de 2021 foram realizados 103.616 (cento e três mil e seiscentos e dezesseis) atendimentos, 8.635 (oito mil e seiscentos e trinta e cinco) atendimentos em média, observando-se as medidas de biossegurança: controle de temperatura, disponibilização de álcool em gel, distribuição de máscaras de barreira aos usuários, higienização constante de bancadas e cadeiras.

FIGURA 4: Número de atendimentos realizados na Farmácia Municipal. Londrina, 2021.



Assim, mesmo em tempos de pandemia, foi possível manter a qualidade do atendimento prestado à população, com a colaboração de todos os setores envolvidos e melhorias realizadas, tanto na estrutura da Farmácia, como no processo de trabalho.

6.1.3 Almoxarifado

O almoxarifado é o local em que se armazena o estoque de produtos de limpeza, higiene, expediente, gêneros alimentícios e outros insumos como fraldas e dietas nutricionais. O setor é responsável pela aquisição de produtos, bem como manutenção e reabastecimento de todas as UBS e pontos administrativos da Secretaria.

No ano de 2021, dando seguimento à implementação do Projeto Fênix, foram realizadas melhorias no Almoxarifado, quanto à previsão de demanda, pedidos, automatização de guias e outros.

O fluxo de trabalho da equipe foi reorganizado, foi elaborado um calendário próprio mensal de pedidos, observado pelas Unidades na emissão de pedidos.

O espaço de armazenagem das dietas nutricionais foi ampliado e reorganizado, melhorando a ambiência e a disposição dos produtos dentro do setor facilitando a logística interna.



6.1.4 Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)

A Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da Secretaria Municipal de Saúde é composta por profissionais de saúde de diferentes áreas, como farmacêuticos, médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas. Além de assessorar a gestão nas questões referentes a medicamentos e políticas de fornecimento, exerce atividades ligadas à promoção do uso racional de medicamentos, como definição de diretrizes terapêuticas, protocolo clínicos e à educação de prescritores, demais profissionais de saúde e usuários. É uma instância multiprofissional, consultiva e educativa dentro dos serviços de saúde é responsável por avaliar e selecionar medicamentos para disponibilização, o que inclui critérios rigorosos, baseados em evidências, para a seleção de medicamentos, considerando a eficácia, segurança e custo.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o objetivo maior de uma CFT é assegurar que será disponibilizada assistência de qualidade aos pacientes, determinando os medicamentos que devem estar disponíveis e custo envolvido no processo. Assim, a equipe técnica da CFT estabeleceu protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, favorecendo o acesso à farmacoterapia baseada em evidências, estabelecendo o equilíbrio entre a demanda e os recursos, proporcionando ao paciente atendimento seguro e de qualidade.

Relatório Anual de Gestão 2021

A instituição da CFT e designação de membros encontram-se publicados nas Portarias Nº 411, de 01 de agosto de 2019, e Nº 501, de 11 de setembro de 2019, respectivamente.

Um dos mais relevantes produtos da CFT foi a elaboração da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) no ano de 2019, disponibilizada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Londrina pelo *link*: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_saude/Lista%20de%20Medicamentos/_remume_londrina_2019_2_edicao_publicada_novo.pdf.

A Comissão trabalhou em 2021 na atualização da REMUME, a partir da incorporação de medicamentos, após respectivos pareceres técnicos, ratificados pelo Diretor Superintendente da Secretaria, assim como outras deliberações que impactam na lista oficial.

Há ainda que se relatar os trabalhos da CFT no enfrentamento da pandemia, como o parecer referente à Azitromicina, orientações sobre uso do álcool, atualização e padronização de drogas para os carrinhos de emergência, entre outras questões.

6.1.5 Consórcio Paraná Saúde

Com a finalidade de otimizar os recursos da assistência farmacêutica básica, em junho de 1999, os municípios do estado do Paraná, com apoio da SESA-PR, constituíram o Consórcio Paraná Saúde.

O Consórcio efetua a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) e insumos para pacientes insulino-dependentes, preservando a autonomia de cada município na seleção e quantificação dos medicamentos de suas necessidades.

Por meio de processo de descentralização da gestão e reestruturação da assistência farmacêutica, os recursos financeiros Federal e Estadual dos municípios consorciados são repassados pela SESA-PR por meio de convênio e a entrega dos medicamentos é realizada diretamente pelas empresas na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), do município de Londrina.

O Consórcio abre a programação para os pedidos em periodicidade trimestral, sendo enviadas as demandas em fevereiro, maio, agosto e novembro.

Atualmente, são 397 municípios associados, dos 399 do Estado do Paraná.

6.1.6 Programa Farmácia do Paraná

➤ Incentivo para Organização da Assistência Farmacêutica (IOAF)

O Incentivo para Organização da Assistência Farmacêutica (IOAF), vertente do Programa Farmácia do Paraná que garante repasse de recursos de custeio e capital para estruturação da Assistência Farmacêutica, é ofertado aos municípios desde 2012, sendo que as Seções de Insumos Estratégicos das Regionais de Saúde (SCINE/17ªRS) são responsáveis pelo apoio e monitoramento da aplicação dos recursos.

O IOAF é custeado com recursos financeiros estaduais e devem ser utilizados exclusivamente em ações que tenham como objetivo contribuir para a organização da Assistência Farmacêutica nos municípios paranaenses.

Relatório Anual de Gestão 2021

Atualmente, os valores de repasse do IOAF estão previstos na Deliberação CIB/PR nº 144/2019, de 23/10/2019 e Resolução SESA Nº 724/2019, de 25/11/2019. Nos mesmos instrumentos estão previstas as formas de utilização do recurso (despesas correntes/custeio e/ou despesas de capital/investimento) e a relação dos municípios contemplados.

O Quadro abaixo apresenta dados referentes à execução e ao planejamento dos recursos repassados pelo IOAF:

Quadro 7. Recurso IOAF: valores recebidos, itens adquiridos e com previsão de aquisição. Londrina, 2021.

SALDO DO RECURSO IOAF EM 31/12/2021						
Despesa	Valores recebidos 2012-2019 R\$	Juros até 12/2019 R\$	Valores recebidos 2021 R\$	Juros até 12/2021 R\$	Pagamentos efetuados em 2021 R\$	Total R\$
Custeio	14.000,00	1.941,18	4.000,00	293,41	2.390,12	18.750,34
Capital	49.000,00	8.984,03	8.000,00	436,08	6.530,00	21.452,80

ITENS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO			
Quantidade	Valor R\$	Descrição	Utilidade
1	7.932,33	Ar Condicionado Split 57.000 a 60.000 BTU	Controle da temperatura ideal no armazenamento dos medicamentos
150	77,29	Caixa de Segurança Bipartida 64/65 litros	Utilizado para separação e transporte de medicamentos
21	44,48	Cinta suporte abdominal	Proteção dos funcionários
3	1.899,00	Transpaletaria manual com capacidade mínima de 2.200kg	Movimentação de cargas
	9.953,10		

6.2 GERÊNCIA DE TRANSPORTE

O setor de transporte tem atribuições que envolvem a gestão e administração da frota e da locomoção de servidores e pacientes usuários do SUS em Londrina.

6.2.1 Gestão da frota da Secretaria Municipal de Saúde

A Coordenadoria de Frota tem a responsabilidade de fiscalizar e administrar os contratos de abastecimento e manutenção veicular da SMS, programação e controle de manutenções preventivas e corretivas dos veículos e, administrativamente, também é responsável pelo gerenciamento da documentação dos veículos, multas e sinistros. Controla a utilização da frota e respectiva distribuição e realiza reparos de baixa complexidade, de forma a agilizar o processo de manutenção e manter a frota em condições operativas, evitando paralização de serviços que demandam deslocamento.

Relatório Anual de Gestão 2021

Houve, ainda, ampliação da frota da SMS com veículos destinados a setores estratégicos: 1 ambulância para ampliação do programa de Transporte Clínico Agendado (TCA)

Além da ampliação da frota com veículos novos, a manutenção preventiva de veículos em operação foi mais frequente, o que possibilitou que a frota do SAMU operasse plenamente durante o ano com 3 ambulâncias avançadas, 6 básicas, 1 Viatura de Intervenção Rápida (VIR), 2 ambulâncias para transporte simples de pacientes, 1 van para recolhimento de materiais.

O valor gasto durante o ano de 2021 com combustível foi de R\$ 1.671.815,58 e com manutenção da frota, entre serviços e peças, R\$ 1.542.007,28, totalizando R\$ 3.213.822,86.

6.2.2 Transporte e logística

A Coordenadoria de Transporte é responsável pela logística de transporte de servidores domiciliados na zona urbana e lotados em unidades na zona rural, sendo transportados por este meio cerca de 54 servidores diariamente. O desenvolvimento dos programas de Transporte Clínico Agendado (TCA) e Tratamento Fora do Domicílio (TFD) são de responsabilidade da Coordenadoria de Transporte, que organiza a logística dos pacientes.

A distribuição de materiais de consumo, medicamentos e vacinas para as diversas unidades de saúde é realizada por servidores condutores e a gestão das escalas é de responsabilidade dessa Coordenadoria.

O transporte de pacientes do SUS nos limites do território do Município, para fins de tratamentos ambulatoriais, em estabelecimentos próprios, conveniados ou contratados, é feito pelo TCA. São transportados em média 79 pacientes por dia, considerando o transporte em veículo adaptado para cadeirantes, carros comuns e ambulância para pacientes impossibilitados ou com dificuldade de deambular, que não conseguem utilizar o transporte coletivo ainda que haja a isenção tarifária para os mesmos.

Quanto ao TFD, realizado somente dentro do estado do PR, são realizadas em média 20 viagens por mês, principalmente para a capital, para tratamento de saúde relacionado a transplantes de órgãos, mas também para internações e nas altas hospitalares.

6.3 GERÊNCIA DE SERVIÇOS DE APOIO

6.3.1 Patrimônio e Vigilância Patrimonial

A Coordenadoria de Patrimônio e Vigilância Patrimonial (CPVP) é responsável pelo recebimento e de bens móveis da Autarquia Municipal de Saúde, bem como respectivo registro, guarda e distribuição para as unidades de saúde e administrativas da Autarquia e responsável pelo transporte de bens, em casos de mudança de endereço das unidades de saúde. Também realiza o controle patrimonial dos bens da entidade, por meio da realização de Inventários Anuais.

Em 2021, houve mudança significativa no inventário e controle de bens patrimoniais, sendo realizado o inventário com fotos e inserção de dados, alimentando

Relatório Anual de Gestão 2021

o Relatório de Bens Patrimoniais do Portal da Transparência, que passou a fornecer a relação de bens móveis presentes em cada local da AMS.

A CPVP também é responsável por processos relacionados a Bens Imóveis, como documentação para cessão de bens, pagamentos de contas, gerenciamento de contratos de aluguel e outros serviços relacionados à locação, energia elétrica, água, telefonia e internet, bem como administração dos contratos de persianas, chaveiro e serviços de limpeza.

O setor cuida também da vigilância patrimonial de unidades que estão em locais temporários ou em situações especiais, com necessidade da presença de um vigia fixo para garantir a proteção dos imóveis públicos e reduzir furtos.

6.3.2 Manutenção predial e de equipamentos

A Coordenadoria de Manutenção realizou diversas intervenções durante o ano, atuando em manutenções hidráulica, elétrica e em equipamentos.

O setor conta com uma marcenaria própria, que confecciona mobiliário para as unidades de saúde, em especial as que passam por reformas.

7. GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde é responsável pelo planejamento e gerenciamento das atividades relacionadas ao trabalho e educação na área de saúde no município de Londrina. Administra os recursos humanos de todos os serviços vinculados à SMS, sendo responsável por mais de 3 mil servidores.

Além de realizar o controle da gestão da administração de pessoal no âmbito da Secretaria, propõe ações de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS, buscando a valorização dos servidores e procura identificar as necessidades de desenvolvimento.

Em relação aos profissionais municipais de Saúde, houve variações ao longo do exercício que se encerrou contando com 2.757 servidores estatutários, 6 Cargos Commissionados, 28 municipalizados e 26 do programa Mais Médicos.

Considerando o cenário de enfrentamento da pandemia, bem como do Decreto Municipal Nº 346, de 19 de março de 2020, que decretou Situação de Emergência no Município de Londrina, foram realizados testes seletivo simplificados para contratação por tempo determinado de diversos profissionais:

- 390 Auxiliares de Enfermagem (AENFTEMP)
- 125 Enfermeiros (ENFTEMP)
- 11 Médicos Clínicos Gerais Plantonistas (MCGPTEMP)
- 11 Pediatras Plantonistas (MPPTEMP)
- 07 Técnicos em Análises Clínicas/Patologia (TACTEMP)
- 36 Assistentes de Gestão em Serviços de Saúde03 Veterinários

Os serviços da Atenção Básica ainda contaram com a contratação de horas de profissionais médicos, sendo 93.720 horas para profissional médico clínico geral, representando um aumento de 25% da oferta em 2021, além da contratação de 28.512 horas para profissional médico pediatra e 29.568 horas para médico ginecologista.

Já para o atendimento das unidades de urgência e emergência, maternidade municipal, bem como para os serviços de atendimento em saúde mental, a prestação de serviços de plantões médicos foi feita pelo contrato com o CISMENPAR, realizando o aumento do número de profissionais disponíveis de acordo com o período epidemiológico da pandemia do COVID-19, reforçando as escalas médicas, garantindo atendimento da população de forma humanizada.

Tabela 39. Promoção na carreira por conhecimento, a partir de janeiro. Londrina 2021

Decreto Regulamentador Nº 1.025/2018	
Mês de Protocolo	Servidores Posicionados
Janeiro	38
Fevereiro	21
Março	19

Relatório Anual de Gestão 2021

Abril	26
Maio	37
Junho	33
Julho	37
Agosto	50
Setembro	36
Outubro	22 atingiram pontuação; em análise
Novembro	47 aptos; em análise
Dezembro	21 protocolos até 14/12/2021

Outros setores da Diretoria ainda são responsáveis por:

- Acompanhamento de 80 servidores em Estágio Probatório;
- Encaminhamentos e controle de 2.781 formulários de Avaliação de Desempenho 2021 realizados em plataforma virtual;
 - Acompanhamento e desempenho de atividades funcionais;
 - Contratação de pessoal;
 - Elaboração de editais de concursos e testes seletivos e contratos de admissão;
 - Análise de requerimentos funcionais;
 - Encaminhamentos e acompanhamentos de laudos de readaptação encaminhados pela Diretoria de Saúde Ocupacional;
 - Controle de folha e frequência de pessoal;
 - Atendimento a solicitações de férias, licenças prêmio, aposentadorias, exonerações;
 - Regularização de fichas funcionais;
 - Encaminhamentos de documentação junto a outras diretorias e outras Secretarias;
 - Atendimento de solicitações da Corregedoria e encaminhamento de casos de infração para análise;
 - Acompanhamento de processos trabalhistas em justiça;
 - Designação de servidores para atuar em processos junto à Corregedoria;
 - Cadastros junto ao Ministério do Trabalho e Fazenda de informes funcionais e municipais;
 - Prestação de contas de junto ao TCE/PR.
 - Acompanhamento e controle de solicitação de estágios obrigatórios curriculares não remunerado.
 - Capacitação e Educação Permanente de servidores municipais;
 - Organizar e acompanhar todas as atividades relacionadas à gestão de pessoal e Educação Permanente da SMS.

O município de Londrina constitui-se num grande polo de saúde regional, contando, no setor público, com 53 UBS, Maternidade, Clínica de Especialidades Odontológicas, Laboratório de Análises Clínicas, Pronto Atendimento, Policlínica,

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidade Móvel de Nível Hospitalar, Serviço de Atendimento Domiciliar, entre outros. Compõem essa estrutura um grande número de profissionais das mais variadas áreas e especialidades, em sua maioria de vínculo estatutário.

Quadro 8. Profissionais de Saúde trabalhando no SUS. Londrina, 2021.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs méd.	CBOs enf.	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	385	221	317	1.534	280
	Intermediados por outra entidade (08)	563	5	81	35	0
	Autônomos (0209, 0210)	378	2	17	26	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	41	8	22	7	0
	Bolsistas (07)	32	0	4	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	2	10	12	49	0
	Celetistas (0105)	0	4	13	38	0
	Autônomos (0209, 0210)	72	1	29	3	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	1	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBO méd.	CBO enf.	CBO (outros) nível superior	CBO (outros) nível médio	CBO ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	18	73	11	153	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 06/09/2021 - DigiSUS

Relatório Anual de Gestão 2021

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	183	176	144	114
	Celetistas (0105)	56	119	144	102
	Intermediados por outra entidade (08)	208	156	129	105
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	753	891	674	809
	Bolsistas (07)	32	27	20	28
	Celetistas (0105)	0	1	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	3.281	3.263	3.548	3.668
	Intermediados por outra entidade (08)	524	581	605	783
	Residentes e estagiários (05, 06)	34	40	57	73
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	1	1	1

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	7	7	18	166

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 06/09/2021 - DigiSUS

7.1 ESTÁGIOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA

7.1.1 Estágio curricular não obrigatório remunerado

No ano de 2021 foram contratados 09 estagiários remunerados dos cursos: Enfermagem (3), Direito (3), Serviço Social (1), Farmácia (1) e Ciências Contábeis (1).

Considerando a alteração da forma de contratação de estagiários, que passaram a ser realizadas pelo Agente Integrador de Estágio (CEBRADE), o ano se encerrou com 06 estagiários: 02 de Enfermagem, 02 de Direito, 01 de Assistência Social e 01 de Ciências Contábeis.

7.1.2 Estágio curricular obrigatório não remunerado

Nos últimos anos, cresceu muito a demanda das instituições de ensino por cenários de práticas de estágio curricular obrigatório e residências para os

Relatório Anual de Gestão 2021

diversos cursos da área da saúde, de diferentes momentos do processo formativo (Quadro 9).

Em 2021 houve uma retomada gradativa de solicitações de estágios, que foram interrompidos no ano de 2020, devido à pandemia. Foi implantado Formulário online *Google Docs* para solicitações de estágio curricular obrigatório, o que otimizou o tempo de compilação das respostas por Diretoria.

Assim, durante o ano, foram protocoladas aproximadamente 475 solicitações de estágios curriculares obrigatórios e residências, para diversas unidades de serviço desta Secretaria, devidamente oficializados em conformidade com o Decreto Nº 1285/10 e COAPES/PROIESC-Londrina. Quanto à pactuação de contrapartidas, está em elaboração em conjunto com as instituições de ensino, devido à renovação do COAPES-Londrina em tramitação no ano de 2021.

Quadro 9. Instituições de cursos técnicos, de graduação e residência que pleitearam estágio junto à SMS. Londrina, 2021.

Instituição de Ensino	Cursos - Estágios
Colégio Albino Feijó	Técnico em Enfermagem
Colégio Aplicação	Técnico em Enfermagem
IFPR	Técnico em Enfermagem
ISCAL	Residência Multiprofissional em Urgência/Emergência e Cuidados Intensivos na área de Enfermagem
Mater Ter	Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia
PHD	Técnico em Análises Clínicas
Pitágoras	Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia
PUC	Medicina e Psicologia
SENAC	Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia e Especialização em Técnico de Enfermagem do Trabalho
UEL	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, PIN 3, Psicologia, Residência Médica - R1, Resid. Enfermagem em Cuidados Intensivos do Adulto, Resid. Enfermagem em Infectologia, Resid. Enfermagem Neonatal, Resid. Enfermagem Obstétrica, Resid. Enfermagem em Urgência e Emergência, Resid. Médica em Pneumologia, Resid. Multiprofissional em Saúde da Família, Resid. Multiprofissional em Saúde da Mulher, Residência Médica em Pediatria, Residência em Enfermagem em Saúde da Criança
UNIFIL	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Técnico em Enfermagem e Serviço Social
UNOPAR	Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia e Nutrição

➤ **Visitas**

Foram solicitadas 13 visitas técnicas aos serviços municipais de saúde, pois as atividades letivas foram alteradas em função da pandemia.

➤ **Pesquisas Acadêmicas**

Relatório Anual de Gestão 2021

São analisados pelo setor processos com pedidos para desenvolvimento de pesquisa e trabalhos na área da saúde, sendo as autorizações pautadas nas orientações da Comissão Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016 e os pareceres favoráveis dos Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos das instituições de ensino.

Durante o ano de 2021 foram analisados e deferidos processos de pesquisa conforme descrito abaixo:

- 22 pesquisas realizadas com autorização provisória
- 32 pesquisas realizadas com autorização definitiva

Abaixo, no Quadro 10, estão apresentadas as atividades de capacitação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2021:

Quadro 10. Capacitações realizadas na SMS. Londrina, 2021

Capacitações, cursos e treinamentos realizados no ano 2019		
Mês	Tema	nº de servidores
JANEIRO 4 capacitações	Capacitação Técnica da Vacina contra o COVID 19	81
	Vacinação COVID 19 – SIPNI	66
	Curso PCR (Básico e Avançado) UPA Sabará e UPA CO (2 turmas)	30
	TOTAL	177
FEVEREIRO 5 capacitações	Cadastros de profissionais de Saúde e idosos acima de 60 anos	51
	Manejo de eventos adversos pós-vacinação COVID-19	94
	Máscara Laríngea e Intra ósseo	12
	Curso PCR (SAMU) – 2 turmas	12
	TOTAL	169
MARÇO 2 capacitações	Intubação orotraqueal e manejo via aérea	4
	Manejo ventilação mecânica COVID 19	4
	Total	8
MAIO 13 capacitações	Psicofarmacologia	10
	Avaliação, orientação e reabilitação de pessoas pós COVID-19 (10 TURMAS)	486
	Avaliação, orientação e reabilitação de pessoas pós COVID-19 - Fisioterapeutas	30
	Cuidados Paliativos na Atenção Primária à Saúde	18
	Total	544
JUNHO 6 capacitações	Capacitação em Planejamento Reprodutivo (2 TURMAS)	38
	Curso de Excel – Ferramentas Administrativas	8

Relatório Anual de Gestão 2021

	Administração de medicamentos em neonatologia e em pediatria (03 TURMAS)	6
	Total	52
JULHO 8 capacitações	Oxigenoterapia e intubação de sequência rápida em COVID-19 (5 TURMAS)	41
	Reanimação neonatal e suporte básico e avançado de vida em pediatria - protocolo PALS (3 TURMAS)	26
	Total	67
AGOSTO 3 capacitações	Código Internacional: 40 anos de proteção do aleitamento m contra o marketing	38
	Aprofundamento em Medicina de Família e Comunidade	16
	Estratificação de Risco Clínico - Funcional	11
	Total	65
SETEMBRO 10 capacitações	Oxigenoterapia ao Sistema de Atendimento Domiciliar	10
	O Papel da APS nos Cuidados Paliativos (2 TURMAS)	30
	Inventário de Bens Patrimoniais (4 TURMAS)	125
	Encontro Científico sobre Saúde do Idoso (CISMEPAR)	13
	Toracocentese e Toracostomia (2 TURMAS)	7
	Total	185
OUTUBRO 9 capacitações	Acesso em Saúde da População LGBTQIA+	44
	Importância de avaliação multidimensional do idoso na Atenção Primária à Saúde (CISMEPAR)	42
	Abordagem ao suporte básico e avançado de vida adulto e pediátrico a 14 UBS	22
	Reumato: Lúpus Eritematoso Sistêmico, Roda de conversa (CISMEPAR)	8
	Suporte básico e avançado de vida em Cardiologia (PCR) - PA Leonor	14
	Ambulatório Pós COVID	12
	Treinamento SINAN - Dengue Arbovirose	20
	Sistema de Avaliação de Servidores	73
	Gestão do Tempo	23
	TOTAL	258
NOVEMBRO 5 capacitações	Matriciamento Pós-COVID	13
	Reabilitação Pós-COVID-19 (2 TURMAS)	72
	Hormonização na Atenção Primária à Saúde	58
	Transtornos Psiquiátricos em Gestação e Puerpério	13
	Total	156
Total de servidores capacitados: 1.681		
Total de capacitações ofertadas: 83		

7.1.3 Liberação para atividades externas e afastamento para estudo

Neste setor são protocoladas e analisadas as solicitações de afastamento de servidores para realização de Atividades Externas e para Estudo, em conformidade com a Lei Nº 4.928, de 17 de janeiro de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal e o Decreto Municipal Nº 1746/2018, que regulamenta a concessão de turno especial de trabalho e de afastamento para estudo e capacitação aos servidores estáveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina.

No ano de 2021 foram protocoladas 31 solicitações referentes a Participação de Servidores em Congressos, Certames Culturais, Técnicos ou Científicos, Cursos de Aperfeiçoamento e Aprimoramento, Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, Missão de Representação Oficial e Turno Especial de Trabalho (frequência a exames admissionais e finais e realização de estágios obrigatórios).

7.1.4 Comissão de Residência Médica (COREME)

O Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade na SMS, iniciado em março de 2016, caracterizado como programa de pós-graduação, tem o objetivo de formar médicos residentes com habilidades para o atendimento de todos os ciclos de vida, da infância à velhice, e integrar ações de promoção, proteção, recuperação e educação em saúde.

A SMS mobilizou esforços para a proposta de ensino na Residência, entendendo que possibilita uma prática que articula ensino e trabalho, voltada para formação que potencialize competências para a integralidade, com base em uma lógica do cuidado. A formação dos profissionais médicos pressupõe reorientação para uma ampliada visão do contexto do SUS, com visão holística do paciente e trabalho em equipe multiprofissional. Essa formação deve ser integral e tem a rede municipal de saúde como principal cenário de prática educacional, com arcabouço jurídico-legal que permite ação formadora do serviço de saúde.

Simultaneamente à realização da Residência em Medicina de Família e Comunidade em Londrina, foi realizado o Curso de Especialização em Preceptoria de Residência Médica no SUS, com o objetivo de capacitar médicos atuantes no SUS em Londrina e envolvidos com programas de Residência Médica, para desenvolver atividades de preceptoria, utilizando metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O Curso de especialização em preceptoria foi realizado em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês (IEP Sírio Libanês) e Ministério da Saúde (MS). Os profissionais foram inseridos como preceptores da Residência em Medicina de Família e Comunidade em andamento no nosso serviço.

As Unidades Escola estão funcionando de forma muito dinâmica, recebendo tanto a Residência de Medicina de Família e Comunidade da SMS, quanto a Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e são também importante campo de estágio para os internatos de medicina e enfermagem. Diversas atividades em conjunto foram realizadas: consultas compartilhadas, projetos terapêuticos singulares e coletivos, grupos de educação em saúde, planejamento e ações no território, sempre com o objetivo de qualificar o atendimento à população e trazer resolutividade.

Relatório Anual de Gestão 2021

Outros pontos que ganharam importância foram a territorialização e as reuniões de equipe com matriciamento de temas relevantes para cada área de abrangência, além de temas sobre saúde do trabalhador, discutindo processos de trabalho, visando a melhoria da assistência, bem como espaço para ouvir a opinião dos componentes das equipes sobre o ato de cuidar.

Foram realizadas discussões de casos em Saúde Mental, em parceria com o CAPS III, para abordagem de casos complexos atendidos nas Unidades em questão, sempre envolvendo Projeto Terapêutico Singular e equipe multidisciplinar. Da mesma forma, com o CIDI, promovendo melhor qualidade do atendimento prestado aos usuários com tuberculose, HIV e outras doenças infectocontagiosas.

Foi estreitada a aproximação com o Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador de Londrina (NAST), permitindo ao trabalhador acesso a informação sobre seus direitos e necessidades, melhorando assim sua saúde e reabilitação.

A COREME se reinventou para manter suas atividades de forma virtual durante a pandemia, apoiou a divulgação de informações sobre o novo Coronavírus, capacitou a população para o enfrentamento e acolheu os profissionais de saúde para capacitação sobre acolhimento e cuidado. Na nova turma, as seis vagas de R1 foram preenchidas, com uma desistência. A maioria das aulas teóricas continuou de forma virtual até o mês de setembro, quando foi iniciada a transição para aulas presenciais.

Foi realizado o IV Simpósio Municipal de Residências em Saúde, com o tema “Cuidados paliativos em foco!”. Evento realizado pela SMS, por meio da COREME, de forma virtual, como o momento exigia. Foram oportunizadas palestras com conferencistas nacionalmente reconhecidos, para aprofundamento do tema. Foi um momento importante para integração entre as Residências, trabalhadores e usuários. Neste ano a modalidade de apresentação de pôster foi mantida, mesmo que virtualmente, estimulando a produção científica.

A regulamentação da Residência em Medicina de Família e Comunidade e da bolsa auxílio aos residentes se deram por meio da Lei Nº 13.270, de 29 de setembro de 2021. A sede da COREME foi transferida para um espaço no prédio do CAPS AD.

O Programa de Residência também contribuiu para a implantação dos ambulatórios de atendimento à Profilaxia Pré Exposição ao HIV (PrEP) e à população Trans, após um curso de capacitação para o atendimento da população LGBTQIA+, contando com a participação de integrantes do coletivo LGBT. Essa capacitação foi estendida para sensibilização de toda a rede de saúde da SMS.

Outro avanço foi a adesão ao Exame Nacional para Residência (ENARE), que esteve em andamento até a conclusão do ano.

8. SISTEMA DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE

A Política Nacional de Regulação do SUS define, entre outros aspectos, a contratação de prestadores de serviços de saúde como competência comum dos entes federativos. A Regulação em Saúde consiste em macroprocessos de gestão do setor saúde, constituído por um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde. A Regulação em Saúde compreende a elaboração de atos normativos que regulem ou regulamentem o setor saúde, além de outras questões que impactem em seus determinantes.

A regulação assistencial é prerrogativa do gestor e a regulação do acesso é delegada pelo gestor ao regulador, que atua com base nos protocolos clínicos, linhas de cuidado e fluxos assistenciais definidos previamente. A regulação controla o fluxo da demanda por assistência à saúde em todas as unidades prestadoras de serviços promovendo resposta adequada aos problemas clínicos e a satisfação do usuário, além de, conseqüentemente, otimizar os recursos de saúde.

A Diretoria de Regulação e Atenção à Saúde (DRAS) desenvolve a regulação ambulatorial e hospitalar, auditoria operativa e analítica dos serviços de média e alta complexidade, bem como a contratualização de serviços de saúde complementares à rede própria e avaliação dos prestadores, conforme normativas do SUS. É também responsabilidade desta Diretoria o faturamento dos serviços de média e alta complexidade próprios e contratualizados pelo SUS.

Os atendimentos de média e alta complexidade são ofertados à população do Município e região, conforme Plano Diretor de Regionalização vigente desde 2015, sendo Londrina a sede da Macrorregião Norte do Estado do Paraná.

8.1 Serviços que compõem a rede de assistência própria e complementar de média e alta complexidade SUS

O Município conta com três hospitais estaduais, sendo dois de média (Hospital Dr. Anísio Figueiredo e Hospital Eulalino Ignácio de Andrade) e um de média e alta complexidade (Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná) com seu ambulatório no Hospital de Clínicas.

São quatro os hospitais filantrópicos de média e alta complexidade (Santa Casa de Misericórdia/ Hospital Infantil, Hospital Evangélico, Hospital do Câncer e Hoftalon), com seus respectivos ambulatórios, e dois hospitais psiquiátricos (Hospital Vida e Hospital Nova Vida).

Além dos hospitais, outros serviços são:

- prestadores em distúrbio intelectual e transtorno global do desenvolvimento: Instituto Roberto Mirando, Associação Flavia Cristina, APAE, APSDown, Centro Ocupacional de Londrina, Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, Espaço Escuta e Geração Integrar;
- clínicas de fisioterapia: Associação Flávia Cristina, Centro de Fisioterapia Norte e Espaço Saúde Integral;
- 1 serviço de fisioterapia e dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção: Clínica de Doenças do Aparelho Locomotor;

Relatório Anual de Gestão 2021

- 1 consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), registrado no CNES como Consórcio Público de Direito Público.
- 1 serviço de atendimento aos portadores de deficiência auditiva: Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES);
- 2 clínicas de hemodiálise: Da Vita (2 unidades)
- 1 Serviço de residência Terapêutica;
- laboratórios de análises clínicas e clínicas de imagem;
- contrato temporário com Hospital do Coração de Londrina para oferta de leitos UTI adulto para pacientes com suspeita ou diagnóstico COVID-19, que se manteve em execução até outubro;
- contrato temporário de transporte avançado para remoção de pacientes COVID-19, dentro do perímetro urbano de Londrina, início 28/05/2021 em vigência até fevereiro de 2022 (contrato fiscalizado pela DUES).
- 1 Policlínica Municipal
- 1 maternidade municipal: Maternidade Municipal Lucilla Ballalai

Considerando os estabelecimentos próprios mantidos pela PML, que prestam serviços de saúde à população, há: Unidades Básicas de Saúde (UBS), maternidade, Clínica de Especialidades Odontológicas (CEO), laboratório de análises clínicas (CENTROLAB), unidades de pronto atendimento adulto e infantil de 16, 18 e 24 horas, Policlínica, Unidades Móveis de Nível Pré-Hospitalar, *Home Care*/Serviço de Atenção Domiciliar, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e maternidade.

Em 2021 a rede de saúde contou com 1.643 estabelecimentos de saúde registrados no CNES (SUS e não SUS) e, destes, 143 atendem o SUS, conforme quadro abaixo:

Quadro 11. Serviços de Saúde. Londrina, 2021.

Serviços de Saúde no Município		
Descrição	GERAL	SUS
	(SUS e não SUS)	
CENTRAL DE GESTÃO EM SAÚDE	2	2
CENTRAL ESTADUAL DE NOTIFICAÇÃO, CAPTAÇÃO E DISTRIB DE ÓRGÃOS	1	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESSO	1	1
CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS	1	1
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	2	2
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	3	3
CENTRO DE SAÚDE / UNIDADE BÁSICA	54	54
CLÍNICA / CENTRO DE ESPECIALIDADE	215	23
CONSULTÓRIO ISOLADO	1.067	2
COOPERATIVA OU EMPRESA DE CESSÃO DE TRABALHADORES NA SAÚDE	9	0
FARMÁCIA	54	1
HOSPITAL ESPECIALIZADO	7	5
HOSPITAL GERAL	16	5

Relatório Anual de Gestão 2021

HOSPITAL / DIA - ISOLADO	7	0
POLICLÍNICA	74	7
POLO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE	7	0
POSTO DE SAÚDE	4	4
PRONTO ATENDIMENTO	6	5
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (<i>HOME CARE</i>)	3	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	98	16
UNIDADE DE ATENÇÃO A SAÚDE INDÍGENA	1	0
UNIDADE MÓVEL DE NÍVEL PRÉ-HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	11	10
Total	1.643	143

Fonte: MS/DATASUS/CNES/dezembro /2021

Quadro 12. Serviços de Saúde por tipo de estabelecimento e gestão. Londrina, 2021

Tipo de Estabelecimento	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
POSTO DE SAÚDE	1	0	3	4
CENTRO DE SAÚDE / UNIDADE BÁSICA	3	0	51	54
POLICLÍNICA	0	0	74	74
HOSPITAL GERAL	1	0	15	16
HOSPITAL ESPECIALIZADO	2	0	5	7
CONSULTÓRIO ISOLADO	0	0	1.067	1.067
CLÍNICA / CENTRO DE ESPECIALIDADE	1	1	213	215
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	4	0	94	98
UNIDADE MÓVEL DE NÍVEL PRÉ-HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	0	0	11	11
FARMÁCIA	0	0	54	54
COOPERATIVA OU EMPRESA DE CESSÃO DE TRABALHADORES NA SAÚDE	0	0	9	9
HOSPITAL / DIA - ISOLADO	0	0	7	7
CENTRAL DE GESTÃO EM SAÚDE	0	1	1	2
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	2	0	0	2
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	0	0	3	3
UNIDADE DE ATENÇÃO A SAÚDE INDÍGENA	0	0	1	1
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	6	6
CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS	0	0	1	1
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (<i>HOME CARE</i>)	0	0	3	3
CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESSO	0	1	0	1

Relatório Anual de Gestão 2021

CENTRAL ESTADUAL DE NOTIFICAÇÃO, CAPTAÇÃO E DISTRIB DE ÓRGÃOS	0	1	0	1
POLO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE	0	0	7	7
Total	14	4	1.625	1.643

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), dezembro/2021.

➤ Por natureza jurídica

Quadro 13 - Rede física prestadora de serviços ao SUS, por natureza jurídica. Londrina, 2021

Natureza Jurídica	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL
1. Administração Pública			
101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal	0	0	1
102-3 Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal	4	5	2
111-2 Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	2	0	2
112-0 Autarquia Municipal	0	0	1
121-0 Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)	0	0	1
124-4 Município	0	0	84
2. Entidades Empresariais			
204-6 Sociedade Anônima Aberta	0	0	32
205-4 Sociedade Anônima Fechada	0	0	10
206-2 Sociedade Empresária Limitada	5	0	378
213-5 Empresário (Individual)	0	0	40
214-3 Cooperativa	0	0	8
223-2 Sociedade Simples Pura	0	0	4
224-0 Sociedade Simples Limitada	0	0	170
230-5 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)	0	0	46
231-3 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)	1	0	6
3. Entidades sem Fins Lucrativos			
306-9 Fundação Privada	0	0	1
307-7 Serviço Social Autônomo	0	0	4
313-1 Entidade Sindical	0	0	1
322-0 Organização Religiosa	0	0	1

Relatório Anual de Gestão 2021

399-9 Associação Privada	2	0	33
4. Pessoas Físicas			
Pessoas Físicas	0	0	802
Total	14	5	1.627

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), dezembro/2021.

- Capacidade instalada para internação no município de Londrina

Quadro 14. Leitos de internação: públicos, privados e filantrópicos. Londrina, 2021

Ano/Comp	Leitos Gerais			Leitos UTI		
	Quant existente	Quant SUS	Quant	Quant existente	Quant SUS	Quant
			Não SUS			Não SUS
dez/15	1.867	1.199	668	234	107	127
dez/16	1.865	1.213	652	236	117	119
dez/17	1.903	1.235	668	236	120	116
dez/18	1.927	1.204	723	259	120	139
dez/19	1.859	1.149	710	259	120	139
dez/20	1.953	1.237	716	373	186	187
dez/21	1.913	1.177	736	413	231	182

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES. Arquivo LTPR2112.dbc

- Por tipo de estabelecimento e gestão

Quadro 15. Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimento. Londrina, 2021

Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRÉ-HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	0	0	10	10
FARMÁCIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA	3	0	51	54
HOSPITAL ESPECIALIZADO	2	0	3	5
CENTRAL DE REGULACÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS	0	0	1	1
CENTRAL ESTADUAL DE NOTIFICAÇÃO, CAPTAÇÃO E DISTRIB DE ORGÃOS	0	1	0	1
HOSPITAL GERAL	1	0	4	5
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	0	0	3	3

Relatório Anual de Gestão 2021

UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	4	0	12	16
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	1	0	1
POSTO DE SAÚDE	1	0	3	4
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	2	0	0	2
CENTRAL DE GESTÃO EM SAÚDE	0	1	1	2
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (<i>HOME CARE</i>)	0	0	1	1
CONSULTÓRIO ISOLADO	0	0	2	2
CLÍNICA / CENTRO DE ESPECIALIDADE	1	1	21	23
POLICLÍNICA	0	0	7	7
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	5	5
CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESSO	0	1	0	1
Total	14	5	125	144

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 24/02/2022 - DigiSUS

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

8.2 Ações realizadas em 2021

O gerenciamento do processo de trabalho visou a ampliação do acesso, reorganização do sistema de saúde local e regional, qualificação da demanda por atendimentos especializados eletivos e de urgência na média e alta complexidade, implementação do controle, auditoria e monitoramento da produção ambulatorial e hospitalar dos serviços de saúde próprios e contratualizados. Algumas ações desenvolvidas em 2021 foram:

➤ **Processos Judiciais movidos pelos Hospitais Evangélico de Londrina e Santa Casa**

Conforme processos SEI 19.004.154.549/2019-20 e 19.004.011.476/2020-16, os referidos hospitais entraram com ação judicial solicitando ao Ministério da Saúde reconhecimento do *déficit* do TETO MAC do município de Londrina, com base nos valores apresentados e faturados. O Município vem solicitando junto ao Ministério da Saúde a revisão do Teto Mac, em reiteradas oportunidades, por ofícios e visitas à Brasília buscando intervenção direta do Ministro da Saúde nesse sentido, não sendo, contudo, bem sucedido o esforço.

Relatório Anual de Gestão 2021

Diante da ação movida, a área técnica do Ministério da Saúde analisou as contas apresentadas de ambos hospitais contratualizados e reconheceu parte do *deficit* financeiro.

➤ Criação dos Ambulatórios Pós COVID-19

Com o avanço da pandemia COVID, novos desafios se apresentaram à administração pública. As complicações pós infecção por COVID-19, Síndrome pós-COVID ou COVID tardia, exigem respostas da Saúde. Para isso essa municipalidade se organizou; juntos, os serviços próprios e prestadores, para formar a Linha de Cuidado ao Paciente com Síndrome pós-COVID.

Conforme relatado no Caítulo e deste RAG, foi disponibilizado à população o ambulatório pós-COVID, nas instalações da Policlínica Municipal, sob gestão compartilhada da DAPS e DSCS, voltado aos casos de baixa complexidade da APS.

Os casos de média complexidade são atendidos conforme critérios de regulação; podendo ser direcionados pelo serviço de regulação ao CISMENPAR (fisioterapia motora) ou para o ambulatório de Reabilitação (multiprofissional).

➤ Abertura de novos ambulatórios e retomada da oferta de primeiras consultas

No ano de 2021, apesar dos desafios da pandemia, com esforço somado da SMS e prestadores contratualizados, foi possível abrir alguns ambulatórios importantes:

a) Ambulatório de triagem para transplante hepático, em parceria com o Hospital Santa Rita Maringá: esse ambulatório permitiu qualificar e filtrar a fila de gastroenterologia do município de Londrina. A regulação ambulatorial construiu o protocolo de acesso e regulação, baseado na Portaria Consolidada Nº 4, de 28 de setembro de 2017, em seu Anexo I Capítulo VI, Seção IV, Módulo Hepático. Desta forma foi possível otimizar a regulação dos pacientes, que foram beneficiados de forma a não precisarem se deslocar de sua municipalidade para Maringá.

b) Ambulatórios UNACON HURNP/HC: decorrido 1 ano de pandemia, foi observado o agravamento de várias patologias crônicas e atraso no diagnóstico precoce dos cânceres. Com base nessa demanda crescente, a SMS, em parceria com o HURNP/HC, chegou à forma de acesso ao diagnóstico oncológico, com a criação do ambulatório de Gastro Oncologia, retomando-se as primeiras consultas do Ambulatório de Oncologia Clínica. O acesso a esses ambulatórios segue os protocolos do REGULASUS, do Ministério da Saúde.

c) Foi retomada da oferta de primeiras consultas nos Ambulatórios de Ortopedia, Ombro, Mão e Pé localizados no HC/UEL.

d) Ampliação da oferta em, aproximadamente, 1.000 primeiras consultas em Oftalmologia Geral, realizadas no Hoftalon

e) Oferta de agenda de USG para mulheres e gestantes em unidade própria, para as UBS.

➤ **Controle e Avaliação de prestadores contratualizados:**

Segundo a Lei Nº 14.189/2021 (fonte: Agência Câmara de Notícias, publicada no Diário Oficial da União), ficaram desobrigadas as instituições que prestam serviços ao SUS de cumprirem, até 31 de dezembro daquele ano, as metas quantitativas e qualitativas estabelecidas em contrato.

Porém, a realização de auditorias e avaliação de todos os serviços contratualizados foi mantida ao longo do ano, independente da suspensão da obrigatoriedade das metas, para garantir a qualidade dos serviços prestados e acesso à saúde, de acordo com cada momento epidemiológico.

➤ **Revisão dos Protocolos de Acesso e Regulação**

Em continuidade aos processos iniciados em 2020, houve a revisão e construção dos seguintes protocolos técnicos:

- a) Acesso *on line* da Oncologia
- b) Nefrologia, transplante renal e hemodiálise
- c) Cardiologia clínica e hemodinâmica
- d) Cirurgia vascular
- e) Oftalmologia e transplante de córnea
- f) Câmara hiperbárica
- g) Linha de cuidado ao pós COVID, com fluxo de acesso e regulação aos ambulatorios
- h) Linha de cuidado da Pessoa com Deficiência, com fluxo de acesso e regulação aos ambulatorios
- i) Protocolo de regulação tomografia e ressonância
- j) Laringe Eletrônica: fluxo de acesso e protocolos de regulação e auditoria, para a entrega de Laringe Eletrônica no Município de Londrina.

A revisão e construção desses protocolos e fluxos tem impacto na rede como um todo, com isso foram amplamente discutidos em Grupos técnicos, dos quais participaram CISMEPAR, 17ª Regional de Saúde, demais representantes dos municípios que compõem a 17ª RS, além do Gerente da Macronorte .

O Ministério da Saúde, em sua tabela SIGTAP, regulamentou codificação específica para tele atendimento especializado com médico e outros da equipe multidisciplinar, o que possibilitou regularizar e regulamentar os fluxos de terapias, sobretudo as da Linha de Cuidado da Pessoa com Deficiência no município de Londrina. A SMS coordenou a ampla discussão realizada durante o ano, sobre essa Linha de Cuidado, chegando à adequação de fluxos e levantamento de vazios assistenciais.

Houve grandes avanços no processo de revisão da Linha de Cuidado à Pessoa com Deficiência, consolidando-se os fluxos revisados, processo de regulação e auditoria na Fisiatria, Dispensação de Órteses, Próteses e Meios de Locomoção (OPMAL), Reabilitação Auditiva e Reabilitação Intelectual (DI-TGD). A Rede DI-TGD, composta atualmente por 8 instituições contratualizadas, que realizam atendimento com equipe multidisciplinar aos pacientes residentes no Município, com diagnósticos relacionados a *déficit* intelectual, com transtorno global do desenvolvimento, obteve grandes avanços com a organização da regulação.

Em 2021, o serviço de regulação organizou todas as solicitações para avaliação em DI-TGD, classificando-as de acordo com critérios de diagnóstico, faixa

Relatório Anual de Gestão 2021

etária e quadro clínicos, apresentados, o que reduziu também a espera dessa demanda. Todas as solicitações de avaliação para a rede passaram a ser de forma eletrônica, sendo totalmente reguladas em sistema informatizado próprio, o Saúde Web, o que contribuiu para redução do tempo em fila de espera.

Importante melhora resultante do serviço foi o expressivo aumento de vagas disponibilizadas a novos pacientes. Houve acréscimo de, aproximadamente, 200% na viabilização das mesmas, que passaram a ocorrer de forma mais prática e ágil, após a regularização dos Termos de Adesão ao Tratamento e a auditoria operativa *in loco* em cada instituição. Foi possível identificar os pacientes que não estavam aderindo ao tratamento presencial e/ou ao tele atendimento e, assim, disponibilizar a entrada de novos pacientes.

No ano de 2021 foram disponibilizadas 417 vagas (Quadro 16); em média 34 vagas mensais. Entre outubro e dezembro do ano anterior, houve abertura de 31 vagas de avaliação, 10 vagas ao mês no período.

Quadro 16 - Número de vagas por instituição em Londrina, no ano de 2021. Londrina, 2021.

INSTITUIÇÃO	JAN 2021	FEV 2021	MAR 2021	ABR 2021	MAI 2021	JUN 2021	JUL 2021	AGO 2021	SET 2021	OUT 2021	NOV 2021	DEZ 2021	TOTAL DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO
APAE	0	0	0	0	0	0	25	0	44	20	37	16	142
APS Down	1	6	1	1	0	0	1	6	1	0	3	1	21
Assoc Flávia Cristina	0	3	5	0	8	10	10	6	3	12	0	6	63
COL	5	1	10	15	0	0	18	11	15	2	13	11	101
Espaço Escuta	0	0	0	0	0	0	2	4	3	0	0	0	9
Geração	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
ILECE	0	1	10	0	10	0	10	0	8	0	0	0	39
IRM/ILITC	4	5	0	4	0	6	7	6	4	1	1	2	40
TOTAL MENSAL	10	16	26	20	18	16	73	33	79	36	54	36	
TOTAL ANUAL													417

Com o aumento de vagas, foi verificado que houve agilidade no início do atendimento após a realização da avaliação, passando de 6 meses, em média, a menos de 4 meses.

Atualmente, como resultado da auditoria operativa, nos casos em que o paciente não inicia prontamente os atendimentos, após a finalização do processo avaliativo, é gerado um relatório de notificação para a instituição responsável. Desde

Relatório Anual de Gestão 2021

o ano anterior, o encaminhamento de solicitações para avaliação nas instituições se dava a partir da sinalização de abertura de vagas, ou seja, respeitando a capacidade

instalada de cada instituição. A abertura de vagas era monitorada por relatórios mensais de atendimento, bem como o envio de relatórios de desligamento decorrentes de situações de falta de adesão com faltas injustificadas, mudança de cidade, óbito, etc. A partir do mês de abril de 2021, com a auditoria *in loco*, a comunicação da quantidade de vagas passou a ser feita pela auditora operativa, em comunicação direta com o setor de regulação. A auditoria permitiu acompanhar o processo de atendimento de forma mais próxima e ativa, por meio da conferência de prontuários, planos terapêuticos e controle de frequência. A interação instituição, auditoria e regulação trouxe maior agilidade no processo de alta e desligamento, oportunizando agilidade na admissão de novos casos, otimizando a utilização de vagas disponíveis.

Com a autorização pelo Ministério da Saúde da modalidade de tele atendimento, a partir de abril de 2021, todas as instituições de reabilitação puderam iniciar este tipo de assistência terapêutica e apresentar o atendimento para processamento. Desta forma, para confirmação do entendimento dos familiares/responsáveis com relação às formas de atendimento presencial e virtual, bem como sobre situações previstas de desligamento e perda da vaga (faltas sem justificativas), todas as instituições convocaram os responsáveis para serem formalmente orientados e assinarem Termo de Adesão ao tele atendimento ou ao atendimento presencial. Na oportunidade foi firmada pactuação com os responsáveis pelos pacientes, pois, independente da técnica de tratamento aplicada, a adesão por parte da família é primordial para a evolução clínica do tratamento. Os familiares e responsáveis devem ser atores dinâmicos no processo de reabilitação, juntamente com a equipe técnica das instituições. Também houve esclarecimentos sobre as regras e os cuidados devido à pandemia nos casos de atendimento presencial, e sobre as regras de funcionamento nos casos de tele atendimento.

A indicação técnica para a forma de atendimento, presencial ou virtual, foi estabelecida pela equipe de reabilitação de cada instituição, de acordo com o quadro clínico e a necessidade de cada paciente. Em ambas formas de atendimento, foram exigidos os planos terapêuticos de cada paciente para verificação e autorização pelo setor de regulação da SMS.

Foi feita uma aproximação com grupo técnico específico para estabelecer o fluxo de acesso ao público LGBTQIA+, com protocolo de regulação e acesso por meio eletrônico.

Os processos de regulação tiveram boa evolução na forma eletrônica, porém ainda é necessário melhorar a informatização de sistemas, com suporte técnico próprio e exclusivo para agilização da regulação em saúde.

➤ **Reestruturação do setor de agendamentos**

Houve crescente demanda por consultas eletivas, para atender novas demandas, acompanhamentos em curso e a necessidade de remarcação devido à redução da oferta nos ambulatórios e absenteísmo em razão da COVID-19 (dos próprios pacientes ou familiares). Assim, o setor de agendamentos precisou ser reestruturado, devido a demandas específicas ou decorrentes da pandemia.

Relatório Anual de Gestão 2021

A reorganização se deu pela divisão do setor em dois: agendamentos Londrina e agendamentos em Trânsito. No setor de agendamentos Londrina passaram a ser realizados os agendamentos de municípios para ambulatórios de locais e o setor de agendamentos em Trânsito tratou do agendamento de usuários precisam deslocar-se de sua municipalidade para receberem atendimento.

De forma sincronizada, o setor de Transporte Fora do Domicílio (TFD) também apresentou aumento de demanda para atender novos pacientes que ingressam em Londrina, quanto os encaminhados para fora do Município.

Com essa reestruturação e novas rotinas administrativas implantadas nos setores internos, foi possível melhorar a gestão de vagas e da própria fila de espera dos municípios e do TFD, com dinâmica higienização/atualização das filas de espera.

O projeto do TFD *on line*, em parceria com as Regionais de Saúde e o setor de informática (TI), foi oportuno e sinérgico, e, no mês de dezembro, foi implantado o projeto piloto do TFD *on line* junto à Regional de Jacarezinho, na especialidade de oncologia.

➤ **Transparência das filas**

O projeto Transparência de Filas, iniciado no ano anterior, com a formatação de sistemas operacionais robustos, para possibilitar acompanhamento de forma simples pela população, apresentou pequeno avanço durante o ano de 2021. Os trabalhos ficaram restritos a melhorias quanto a tratamento dos dados nos sistemas próprios e externos, realizadas pela TI.

Foi possível avançar internamente, independente da TI:

- manter o processo de higienização das filas de espera;
- regulação das especialidades *on line*;
- inserção das solicitações de consultas Referenciadas (CR) emitidas em meio físico pelos prestadores de serviço, exames de média complexidade, especialidades TDAH e DITGD em fila no Saúde Web, passando por regulação *on line*;
- padronização do fluxo *on line* de encaminhamento das solicitações para pacientes do sistema prisional, tendo como referência a UBS Cafezal para todas as penitenciárias masculinas.

➤ **Absenteísmo em consultas eletivas:**

O projeto de melhoria baseado no instrumento PDCA, iniciado no mês de outubro, teve origem no planejamento anual do serviço de regulação, como estratégia para reduzir o absenteísmo. No mês de dezembro projeto piloto estava pronto para ser testado nas especialidades ultrassonografia e endocrinologia, aguardando ajustes finais da TI para iniciar utilização.

➤ **Reestruturação da Auditoria**

Para que as ações de uma instituição estejam efetivamente direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade, devem ser realizadas medidas de aprimoramento de governança. Neste sentido são produtivas cada revisão de processo de trabalho, avaliação de política pública, reformulação de objetivos e

Relatório Anual de Gestão 2021

diretrizes, reestruturação organizacional, reorganização de procedimentos de atendimento. Adequações eventualmente são necessárias e têm o objetivo de melhorar a organização pública e torná-la mais capaz de atingir a missão institucional.

Desta forma, a Auditoria tem revisado e reestruturado os processos de trabalho, internos e os externos (junto a prestadores), para a melhoria contínua do processo. Em 2021 a Auditoria dispensou especial atenção à garantia ao acesso em urgência/emergência e atendimento eletivo em tempos de pandemia; monitoramento dos recursos COVID-19; além do controle e acompanhamento da taxa de ocupações hospitalares.

➤ Reestruturação do setor de contratos e avaliação

A celebração de vínculo formal entre gestores e prestadores de serviços de saúde tem dupla função: estabelecer uma ferramenta de compromisso entre as partes no aspecto quali-quantitativo e garantir a legalidade dos repasses dos recursos financeiros. Para assegurar o atingimento dessas funções, as partes devem cumprir regras fixadas na legislação pertinente às licitações e aos contratos administrativos.

A formalização da participação complementar das entidades privadas no SUS tem grande importância na atividade assistencial e deve ser entendida como fundamental mecanismo de gestão, controle e avaliação dos serviços contratados, conforme institui a Política Nacional de Regulação, na dimensão regulação da atenção.

A Regulação em Saúde consiste em macroprocessos de gestão do setor, constituída por um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e serviços de saúde. E, com base nesses conceitos, o Setor de Contratos estruturou processos operacionais internos de criação, fiscalização e avaliação dos contratos.

Seguem as ações de 2021:

a) Formalização do contrato temporário com o CISMEDPAR, a partir do mês de fevereiro, para a prestação de serviços pelos hospitais estaduais Zona Norte e Zona Sul, em razão da previsão estipulada pela SESA PR, sobre a assunção dessas unidades hospitalares pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS), ocorrida no final do ano de 2021. No momento esses dois hospitais encontram-se sem contrato junto ao município de Londrina aguardando o Estado quanto a discussão da nova contratualização.

b) Assinado, em setembro, contrato com a clínica Espaço de Saúde Integral, para prestação de serviços de fisioterapia (motora, neurológica, respiratória, uroginecológica e vascular) ao SUS, no nível de média complexidade do segmento ambulatorial.

c) Encerramento no mês de outubro do contrato com o Hospital do Coração de Londrina, de leitos de UTI para o atendimento dos munícipes de Londrina acometidos de quadro (suspeitos ou confirmados) de COVID-19, firmado em junho de 2020, em razão do arrefecimento da pandemia.

O monitoramento do sistema de saúde, por sua vez, impacta diretamente sobre a qualidade dos serviços executados, atesta a eficiência dos fluxos de acesso implantados e produz *feedback* imediato sobre a otimização do recurso financeiro aplicado.

Relatório Anual de Gestão 2021

Neste mesmo ano, foram registrados avanços em relação a contratualização dos serviços:

- iniciado processo de instrução do novo chamamento de DITGD;
- elaboração do novo contrato do HURNP.

A SMS se fez presente nas discussões das políticas ministeriais e estaduais, bem como nas redes temáticas prioritárias pela participação efetiva das equipes técnicas.

As avaliações dos prestadores foram realizadas por relatórios de auditoria. O novo formato de avaliação foi alterado por tempo limitado para atender as leis que suspenderam o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas dos prestadores SUS, Leis nº 13.992, de 22 de abril de 2020; nº 14.061, de 23 de setembro de 2020 e nº 14.123, de 10 de março de 2021.

➤ Mutirão de Catarata

Foi realizado o mutirão de catarata no Hoftalon com financiamento do Ministério da Saúde, tendo sido realizadas 148 cirurgias:

Quadro 17. Mutirão de catarata. Londrina, 2021.

Setembro	R\$ 39.351,60
Outubro	R\$ 74.605,20
Novembro	R\$ 43.176,56
Dezembro	R\$ 16.386,42

Quadro 18. Mutirões em 2021 – execução financeira. Londrina, 2021.

Descrição	Prestador	Valor executado em 2021
Mutirão de Catarata	Hospital de Olhos de Londrina	R\$ 173.519,78 set a dez/2021

➤ Judicialização em Saúde

A SMS tem desenvolvido um trabalho junto aos prestadores, desde 2019, com vistas a reduzir a judicialização de procedimentos com cobertura pelo SUS e tem trabalhado junto ao poder judiciário quanto aos procedimentos não constantes do rol do SUS.

Quadro 19. Gastos judiciais com tratamentos em saúde (consultas, exames, cirurgias e tratamentos não medicamentoso), por ano, de 2016 a 2021. Londrina, 2021.

2016	R\$ 127.704,72
2017	R\$ 113.330,00
2018	R\$ 255.959,40
2019	R\$ 64.436,00

Relatório Anual de Gestão 2021

2020	R\$ 4.290,00
2021	R\$ 6.720,00

8.3 Pandemia SARS-CoV-2

No contexto da pandemia causada pelo SARS-CoV-2, foram efetivados Termos Aditivos junto à Irmandade da Santa Casa de Londrina (ISCAL), Associação Evangélica Beneficente de Londrina (AEBEL) e Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP), utilizando emendas parlamentares, em razão da Portaria GM/MS Nº 1.263, de 18 de junho de 2021, que permitiu utilização preferencial dos recursos em medidas necessárias ao enfrentamento da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

Diante da indicação do HURNP como referência para tratamento da COVID-19, foi necessário reduzir leitos de enfermagem geral para destiná-los a pacientes com COVID-19. Para receber pacientes com indicação de internação não por infecção pelo novo Coronavírus, foi mantido o contrato da ISCAL para oferta de leitos extras, por meio de aditivos, durante todo o ano de 2021.

O vírus se manteve em circulação durante o ano todo, com enfrentamento dos piores momentos no primeiro semestre, conforme demonstrado no Painel COVID-19, disponível no site da Prefeitura Municipal de Londrina, por meio do *link*:

<https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/d2d6fcd7cb5248a0bebb8c90e2a4a482>.

O contexto imposto pela pandemia levou como demonstrado no Quadro abaixo:

Quadro 20. Recursos Coronavírus repassados ao Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP). Londrina, 2021.

Objeto	Valor R\$	Portaria Nº	Forma Pqto	Termo Aditivo
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	4.416.000,00	3.498, de 17 de dezembro de 2020; 3.538, de 18 de dezembro de 2020; 3.680, de 21 de dezembro de 2020	Parcela única	Adiantamento saldo contratual
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	6.336.000,00	431, de 11 de março de 2021	Parcela única	Adiantamento saldo contratual
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	8.976.000,00	624, de 6 de abril de 2021 897, de 5 de maio de 2021 1.059, de 24 de maio de 2021 1.011, de 20 de maio de 2021	Parcela única	24º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2021)
Ações de vigilância, alerta e resposta à Covid-19 do Núcleo de Vigilância	300.000,00	2.624, de 28 de setembro de 2020	Parcela única	25º Termo Aditivo (assinado em 16/07/2021)

Relatório Anual de Gestão 2021

Hospitalar da Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (RENAVEH)				
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	1.453, de 29 de junho de 2021	Parcela única	26º Termo Aditivo (assinado em 19/08/2021)
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	1.966, de 13 de agosto de 2021	Parcela única	27º Termo Aditivo (assinado em 27/09/2021)
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	2.336, de 14 de setembro de 2021	Parcela única	28º Termo Aditivo (assinado em 28/10/2021)
Emenda Parlamentar Prop. nº 36000.410304/2021-00 e Emenda nº 39860001 para enfrentamento pandemia	500.000,00	2.532, de 1º de outubro de 2021	Parcela única	29º Termo Aditivo (assinado em 28/12/2021)
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	2.730, de 14 de outubro de 2021	Parcela única	Adiantamento saldo contratual
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	3.202, de 18 de novembro de 2021	Parcela única	Adiantamento saldo contratual
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	3.340, de 1º de dezembro de 2021	Parcela única	Adiantamento saldo contratual
Custeio da Habilitação de UTI Covid-19	5.328.000,00	3.374, de 3 de dezembro de 2021	Parcela única	Adiantamento saldo contratual
Total	57.824.000,00	-	-	-

Os recursos de custeio dos leitos de UTI habilitados no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná estão detalhados conforme as quantidades e normativas demonstradas abaixo:

Quadro 21 - Controle de leitos UTI COVID-19 HURNP, conforme Portarias de Custeio. Londrina, 2021.

Compet.	Leitos	Normativa	Valor R\$	Instrumento de Repasse
Jan/2021	10	Portaria Nº 3.498, de 17 de Dezembro de 2020 (Leitos Kit Locados)	480.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual
	26	Portaria Nº 3.680, de 21 de Dezembro de 2020	1.248.000,00	

Relatório Anual de Gestão 2021

	10	Portaria Nº 3.538, de 18 de Dezembro de 2020	480.000,00	
	20	Portaria Nº 3.137, de 19 de Novembro de 2020	960.000,00	22º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2020)
Total	66	-	3.168.000,00	
Fev/2021	10	Portaria Nº 431, de 11 de Março de 2021	480.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual (Processo SEI 60.004893/2021-91)
	26		1.248.000,00	
	10		480.000,00	
	20		960.000,00	
Total	66	-	3.168.000,00	
Mar/2021	10	Portaria Nº 431, de 11 de Março de 2021	480.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual
	26		1.248.000,00	
	10		480.000,00	
	20		960.000,00	
	5	Portaria Nº 624, de 6 de Abril de 2021 (Leitos Pediátricos)	240.000,00	24º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2021)
Total	71	-	3.408.000,00	
Abr/2021	10	Portaria Nº 897, de 5 de Maio de 2021	480.000,00	24º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2021)
	26		1.248.000,00	
	10		480.000,00	
	20		960.000,00	
	5	Portaria Nº 624, de 6 de Abril de 2021 (Leitos Pediátricos)	240.000,00	
Total	71	-	3.408.000,00	
Maio/2021	10	Portaria Nº 1.059, de 24 de Maio de 2021	480.000,00	24º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2021)
	26		1.248.000,00	
	10		480.000,00	
	20		960.000,00	
	40	Portaria Nº 1.011, de 20 de Maio de 2021	1.920.000,00	
	5	Portaria Nº 1.059, de 24 de Maio de 2021 (Leitos Pediátricos)	240.000,00	
	Total	111	-	5.328.000,00
Jun/2021	66	Portaria Nº 1.453, de 29 de Junho de 2021	3.168.000,00	26º Termo Aditivo (assinado em 19/08/2021)
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	

Relatório Anual de Gestão 2021

Total	111	-	5.328.000,00	
Jul/2021	66	Portaria Nº 1.966, de 13 de Agosto de 2021	3.168.000,00	27º Termo Aditivo (assinado em 27/09/2021)
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	
Total	111	-	5.328.000,00	
Ago/2021	66	Portaria Nº 2.336, de 14 de Setembro de 2021	3.168.000,00	28º Termo Aditivo (assinado em 28/10/2021)
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	
Total	111	-	5.328.000,00	
Set/2021	66	Portaria Nº 2.730, de 14 de Outubro de 2021	3.168.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	
Total	111	-	5.328.000,00	
Out/2021	66	Portaria Nº 3.202, de 18 de Novembro de 2021	3.168.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	
Total	111	-	5.328.000,00	
Nov/2021	66	Portaria Nº 3.340, de 1º de Dezembro de 2021	3.168.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	
Total	111	-	5.328.000,00	
Dez/2021	66	Portaria Nº 3.374, de 3 de Dezembro de 2021	3.168.000,00	Adiantamento de Saldo Contratual
	40		1.920.000,00	
	5		240.000,00	
Total	111	-	5.328.000,00	

Além dos recursos repassados para o HURNP, foram repassados outros recursos para enfrentamento da pandemia, de acordo com o Quadro a seguir:

Quadro 22. Recursos para enfrentamento da pandemia, repassados a hospitais. Londrina, 2021.

Recursos Coronavírus				
Hospital do Coração de Londrina				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo

Relatório Anual de Gestão 2021

Prorrogação do Contrato nº 142/2020 (janeiro, fevereiro e março/2021)	9.120.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	3 parcelas	7º Termo Aditivo (assinado em 20/01/2021)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 (abril/2021)	3.040.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	8º Termo Aditivo (assinado em 26/04/2021)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 (maio, junho e julho/2021)	9.316.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	3 parcelas	9º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2021)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 (agosto/2021)	2.530.400,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	10º Termo Aditivo (assinado em 10/08/2021)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 (setembro/2021)	688.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	11º Termo Aditivo (assinado em 16/09/2021)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 (outubro/2021)	707.600,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	12º Termo Aditivo (assinado em 27/10/2021)
Total	25.402.000,00	-	-	-
Irmandade da Santa Casa de Londrina (ISCAL)				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (janeiro/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	23º Termo Aditivo (assinado em 20/01/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (fevereiro/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	25º Termo Aditivo (assinado em 02/03/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (março/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	26º Termo Aditivo (assinado em 16/03/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (abril/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	27º Termo Aditivo (assinado em 26/05/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (maio, junho e julho/2021)	1.500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	29º Termo Aditivo (assinado em 16/07/2021)

Relatório Anual de Gestão 2021

Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (agosto/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	31º Termo Aditivo (assinado em 03/09/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (setembro/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	32º Termo Aditivo (assinado em 27/09/2021)
Emenda Parlamentar Prop. nº 36000.368895/2021-00 e Emenda nº 40890008 para enfrentamento pandemia	300.000,00	Portaria Nº 1.389, de 25 de junho de 2021	Parcela única	33º Termo Aditivo (assinado em 19/10/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (outubro e novembro/2021)	1.000.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	34º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2021)
Custeio de Leitos Extraordinários de Enfermaria (dezembro/2021)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	37º Termo Aditivo (em fase de assinaturas)
Total	6.300.000,00	-	-	-

Associação Evangélica Beneficente de Londrina (AEBEL)

Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Emendas Parlamentares nº 38360006, nº 40560006 e nº 41920007 para enfrentamento pandemia	750.000,00	Portaria Nº 1.389 de 25 de junho de 2021	Parcela única	18º Termo Aditivo (assinado em 27/09/2021)
Emenda Parlamentar Prop. nº 36000.410282/2021-00 e Emenda nº 39860001 para enfrentamento pandemia	500.000,00	Portaria Nº 2.532, de 1º de outubro de 2021	Parcela única	18º Termo Aditivo (assinado em 21/12/2021)
Total	1.250.000,00	-	-	-

Além dos recursos relacionados ao enfrentamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus, foram repassados recursos de Emendas Parlamentares a prestadores de serviços, conforme demonstrado:

Quadro 23 - Recursos de Emendas Parlamentares a prestadores de serviço de saúde. Londrina, 2021.

APS Down					
Nº Emenda/Proposta	Valor R\$	Portaria	Justificativa	Forma Pgto	Termo Aditivo

Relatório Anual de Gestão 2021

39860001 e 36000.413657/2021-00	40.000,00	Portaria Nº 2.980, de 26 de outubro de 2021	Melhoria do serviço	Parcela única	1º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2022)
Total	40.000,00	-		-	-
Associação Flávia Cristina					
39220002 e 36000.378147/2021-00	109.054,00	Portaria Nº 1.389, de 25 de junho de 2021	Novo setor hidroterapia	Parcela única	2º Termo Aditivo (assinado em 19/10/2021)
Total	109.054,00	-		-	-
Centro de Estudo e Pesquisa da Visão (HOFTALON)					
39260007 e 36000.368893/2021-00	500.000,00	Portaria Nº 1.389, de 25 de junho de 2021	Compra insumos	Parcela única	13º Termo Aditivo (assinado em 21/12/2021)
38360006 e 36000.368900/2021-00	250.000,00		Compra insumos	Parcela única	
41920010 e 36000.368905/2021-00	100.000,00		Compra insumos	Parcela única	
40660006 e 36000.368909/2021-00	250.000,00		Compra insumos	Parcela única	
39220002 e 36000.379539/2021-00	390.946,00		Compra insumos	Parcela única	
Total	1.490.946,00	-		-	-
Instituto do Câncer de Londrina (ICL)					
38360005 e 36000.368897/2021-00	500.000,00	Portaria Nº 1.389, de 25 de junho de 2021	Cir. eletivas	Parcela única	18º Termo Aditivo (assinado em 27/12/2021)
40660006 e 36000.368907/2021-00	250.000,00		Cir. eletivas	Parcela única	
Total	750.000,00	-		-	-
Total Emendas	2.390.000,00				

8.4 Produção hospitalar e ambulatorial

Os grupos de procedimentos com finalidade diagnóstica, entre os quais se enquadram exames de imagem, laboratoriais e outros, e os grupo de Ações Complementares da Atenção à Saúde, como diárias de UTI, demonstram redução no diagnóstico e intervenção dos pacientes, em razão da pandemia e a consequente necessidade de interrupção de diversos serviços como forma de evitar aglomerações e conter a transmissão do vírus.

Além da redução de exames, as cirurgias eletivas ficaram suspensas por um período para resguardar os insumos utilizados nos procedimentos utilizados no tratamento hospitalar de doentes por COVID, porém houve retomada comparando-se ao ano anterior.

A produção ambulatorial de todos os prestadores de saúde, incluindo os do meio privado, também sofreu redução no número de atendimentos como medida sanitária.

Com a Lei Federal, que suspendeu por tempo determinado as metas contratuais, os prestadores de saúde do SUS puderam manter o atendimento mínimo

Relatório Anual de Gestão 2021

às patologias gerais e aos suspeitos COVID-19. Também puderam implantar um plano intra-hospitalar de prevenção e contenção ao COVID-19 e suportar a alta nos preços de insumos e medicamentos de saúde que ocorreu durante a pandemia.

Em relação à produção de urgência e emergência, por grupo de procedimentos, o grupo de atendimentos ambulatoriais com maior relevância em quantidade e valor financeiro é o de procedimentos com finalidade diagnóstica, seguido pelo de procedimentos cirúrgicos, corroborando com a epidemiologia que demonstra a prevalência das doenças agudas e crônicas agudizadas. Já no grupo hospitalar, em termos de quantidade, o grupo de procedimentos clínicos apresentou maior ocorrência, seguido dos procedimentos cirúrgicos, confirmando a epidemiologia. Quanto a valores, o de caráter clínico ficou bem acima dos valores cirúrgicos pelas causas já relatadas acima (Quadro 24).

Quadro 24 - Produção de urgência e emergência por grupo de procedimentos. Londrina, 2021.

Grupo de Procedimentos	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qte Aprovada	Valor Aprovado R\$	Qte Aprovada	Valor Aprovado R\$
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	41	0,00	0	0,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	33.478	2.417.007,10	65	86.818,81
03 Procedimentos clínicos	840	6.585,50	30.833	74.814.635,91
04 Procedimentos cirúrgicos	7.770	155.050,41	11.751	36.427.447,04
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0	0,00	105	269.164,97
06 Medicamentos	0	0,00	0	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	2	120,00	0	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0	0,00	0	0,00
Total	42.131	2.578.763,01	42.754	111.598.066,73

Fonte: Tabwin: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema Hospitalares do SUS (SIH/SUS), ano: 2021

Considerando o Quadro 25, referente à produção da Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, no grupo de procedimentos ambulatoriais há maior ocorrência de procedimentos diagnósticos, seguidos daqueles com finalidade clínica. Quanto aos gastos com saúde os valores dos procedimentos clínico se sobressaem aos demais. Quanto às informações hospitalares, a maior ocorrência é de procedimentos clínicos, seguida dos cirúrgicos.

Quadro 25. Produção sob gestão municipal da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, por grupo de procedimentos. Londrina, 2021

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	Sistema de Informações Hospitalares
--------------------	--------------------------------------	-------------------------------------

Relatório Anual de Gestão 2021

	Qtd. aprovada	Valor aprovado R\$	Qtd. aprovada	Valor total R\$
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	117.458	23.473,26	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4.313.737	36.029.465,94	158	136.283,09
03 Procedimentos clínicos	2.881.709	58.235.200,57	3.5110	85.875.630,73
04 Procedimentos cirúrgicos	46.281	3.299.080,07	20.014	63.635.752,14
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	4.904	1.767.983,79	606	1.238.295,96
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	91.387	3.398.333,73	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	16.848	104.212,35	-	-
Total	7.472.324	102.857.749,71	55.888	150.885.961,92

Fonte: Tabwin: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema Hospitalares do SUS (SIH/SUS), ano: 2021

Quanto às internações hospitalares de modo geral, ocorridas em 2021, o Quadro 26 demonstra que ocorreu diminuição de aproximadamente 14%, se comparado a 2020. Com exceção das internações psiquiátricas, todas as outras modalidades apresentaram redução, principalmente às internações cirúrgicas, conforme esperado, devido à restrição de cirurgias eletivas em razão da pandemia.

Quadro 26. Internações hospitalares (SUS) por especialidades médicas, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, de 2017 a 2021.

	2017		2018		2019		2020		2021	
	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês
01-Cirúrgico	22.789	1.899	25.116	2.093	25.564	2.130	24.019	2.002	18.486	1.541
02-Obstétricos	5.230	436	5.202	434	5.522	460	5.884	490	4.960	413
03-Clínico	18.977	1.581	22.561	1.880	22.716	1.893	27.685	2.307	25.264	2.105
05-Psiquiatria	4.778	398	4.678	390	4.825	402	4.140	345	4.222	352
06-Pneumologia Sanitária (Tisiologia)	21	2	28	2	27	2	14	1	0	0
07-Pediátricos	3.839	320	4.418	368	4.535	378	3.760	313	3.171	264
12-Leito Dia / Intercorrência Pós-Transplante	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0
14-Leito Dia / Saúde Mental	285	24	285	24	173	14	0	0	0	0
Total	55.919	4.660	62.290	5.191	63.362	5.280	65.503	5.459	56.103	4.675

Relatório Anual de Gestão 2021

Fonte: Ministério da Saúde. Site Datasus Sistema Internação Hospitalar (SIH-SUS) – Quantidade de AIH aprovadas por ano.

Quando analisadas as internações por complexidade, o Quadro 27 apresenta incremento no total de internações no período de 2015 a 2021. A justificativa para o aumento observado deve-se ao fato do município de Londrina configurar-se como polo assistencial de referência na macrorregião para internações no âmbito do SUS, além da pandemia que contribuiu para esse aumento. Comparando 2020 com 2021, houve diminuição de 13% na média complexidade e de 19% na alta complexidade.

Em relação à procedência dos pacientes internados em Londrina, no ano 2021, o percentual de pacientes de outros municípios aqui internados foi de 45,3% do total de internações. Isso demonstra que este Município vem cumprindo seu papel de Gestor Ampliado do Sistema Único de Saúde e de polo assistencial de referência para a população da macrorregião.

Quadro 27 - Internações hospitalares (SUS) por complexidade de procedimento, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, 2017 a 2021.

Comple- xidade	2017		2018		2019		2020		2021	
	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês
Média	48.201	4.017	52.010	4.334	53.080	4.423	54.143	4.512	46.998	3.917
Alta	7.718	643	10.280	857	10.282	857	11.360	947	9.105	759
Total	55.919	4.660	62.290	5.191	63.362	5.280	65.503	5.459	56.103	4.675

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Quadro 28 - Internações hospitalares (SUS), por procedência do paciente. Londrina, 2017 a 2021.

Município de residência	2017		2018		2019		2020		2021	
	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês	Anual	Méd. Mês
Londrina	33.348	2.779	36.481	3.040	36.625	3.052	36.298	3.025	30.570	2.548
17ª RS (sem Ldna)	13.659	1.138	15.479	1.290	15.868	1.322	17.221	1.435	14.371	1.198
Outras Regionais- PR	8.737	728	10.074	840	10.289	857	11.499	958	10.730	894
Outros Estados	175	15	256	21	224	19	256	21	217	18
TOTAL	55.919	4.660	62.290	5.191	63.006	5.251	65.274	5.440	55.888	4.658

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Quadro 29 - Número de AIH dos procedimentos realizados no tratamento de infecção pelo novo Coronavírus, com código COVID-19. Londrina, 2020 e 2021.

Hospital PR (CNES)	2.020	2.021
2577763 - Hosp Zona Sul	0	603
2578670 – Hosp Zona Norte	0	1.425
2580055 - ISCAL	0	2

Relatório Anual de Gestão 2021

2781859 - HURNP	1.229	3.615
Total	1.229	5.645

Quanto ao limite financeiro MAC, o déficit médio mensal no ano de 2021 foi de R\$ 6.274.028,79. O Município não tem medido esforços junto ao Ministério da Saúde para sanear esse déficit. Um dos movimentos desencadeados pelo Ministério da Saúde foi solicitar ao Município o reprocessamento das contas hospitalares dos prestadores ISCAL e HEL, de fevereiro a agosto de 2020. E no ano de 2021 o Ministério da Saúde efetuou o pagamento da dívida levantada, apresentada e validada pelo órgão. Esse reprocessamento foi motivado por processos judiciais movidos por esses hospitais direcionados ao Ministério da Saúde.

8.5 AUDITORIAS

- Revisão de auditoria solicitada pelo Ministério da Saúde

A Coordenação-Geral de Atenção Especializada (CGAE/DAET/SAES/MS), realizou o monitoramento da produção nos estabelecimentos habilitados na Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em traumatologia-ortopedia, entre os anos de 2012 a 2017, referente aos procedimentos cirúrgicos que permitiam o uso de três Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM): 07.02.05.039-3 - parafuso de titânio associável à haste tipo pedicular, poli axial 07.02.05.038-5 - parafuso de titânio associável à haste, tipo pedicular, monoaxial, e 07.02.05.021-0 - sistema para fixação de parafuso as hastes de titânio.

Na análise realizada a CGAE identificou que, em alguns estabelecimentos, houve maior percentual de indicação de uso dessas OPM, o que pode indicar cobrança indevida. Diante da análise realizada nos estabelecimentos de saúde de todo o Brasil, constatou-se que alguns hospitais em Londrina extrapolaram o parâmetro acima citado.

Considerando a possibilidade de o fato noticiado ter gerado prejuízo ao erário, a SMS optou por reanalisar todas AIH reportadas pela CGAE e desencadeou as seguintes ações:

- encaminhada a relação de AIH ao coordenador de auditoria médica e coordenadora de regulação eletiva hospitalar;
- solicitação ao auditor médico responsável pelos hospitais para revisar os 565 prontuários apontados pelo Ministério da Saúde;
- revisão de todos os prontuários, de forma completa, com a finalidade de observar se a OPME solicitada foi utilizada conforme consta na descrição cirúrgica, observando as devidas justificativas técnicas no caso de uso a maior;
- após a revisão de contas, a auditoria médica, diante alguma irregularidade, deve reportá-la à chefia imediata e coordenação de auditoria médica, para que as devidas providências sejam tomadas para saneamento imediato.

Da análise realizada pelo auditor médico:

- conforme reavaliação dos prontuários elencados pelo Ministério da Saúde pela a auditoria médica do gestor, foi identificado uso dos materiais citados no ofício e os mesmos estavam de acordo com o regramento da SIGTAP.
- nas AIH reauditadas, havia um número maior de OPME, porém devidamente justificadas na descrição cirúrgica pelo médico assistente. Lembrando que é

Relatório Anual de Gestão 2021

prerrogativa e obrigação do médico assistente zelar pelo bom desempenho do tratamento instituído.

Os relatórios de auditoria médica foram entregues ao coordenador médico, que emitiu relatório final com o seguinte parecer “... *que o uso das OPME foram necessárias, dado o quadro clínico/cirúrgico dos pacientes serem mais complexos que o usual*”.

Ainda houve revisão do processo de auditoria pré e pós, onde alguns procedimentos ambulatoriais, que antes passavam por auditoria prévia e pós procedimento, e, havendo apenas uma verificação administrativa, passaram a ser analisadas por um enfermeiro auditor no pós procedimento: cariótipo, marca-passo, acompanhamento de pacientes queimados, acompanhamento de pacientes que realizaram cirurgia bariátrica e os colírios para pacientes com Glaucoma.

A auditoria ampliou a relação das instituições com relatórios analíticos mensais, como, por exemplo, as instituições de DITGD.

Também está passando por uma reestruturação da base de seu processo de trabalho com implantação de planilhas que auxiliam o acompanhamento e análise dos indicadores de saúde, promovendo uma auditoria mais pró ativa e analítica.

9. DEMOGRAFIA E PERFIL DE MORBIMORTALIDADE EM LONDRINA EM 2021

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando novo padrão demográfico, que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com significativo aumento do contingente de idosos. Essas modificações, por seu turno, têm imprimido importantes mudanças também no perfil epidemiológico da população, com alterações relevantes nos indicadores de morbimortalidade (IBGE – 2020).

Segundo o Tribunal de Contas da União (fonte IBGE), a população estimada para Londrina em 2021 era de 580.870 habitantes. O Município é altamente urbanizado, com taxa de urbanização próxima a 100% e densidade demográfica de 306,52 hab./km² (IBGE/2010).

A cor branca foi declarada por 72,36% dos habitantes, mostrando o predomínio da mesma, seguida pela cor parda com 20,31%, conforme apresenta o Quadro 30.

Quadro 30 - Etnia da população residente em Londrina. Londrina, 2010.

População Censo ano 2010	Habitantes	%
Branca	356.542	73,12
Preta	21.791	3,90
Amarela	17.448	3,12
Parda	110.305	19,75
Indígena	610	0,11
Sem declaração	5	0,00

Fonte: IBGE/Censo

Ao analisar a estimativa demográfica de Londrina, por sexo e faixa etária, observa-se que o Município é composto predominantemente por população jovem, sendo a faixa etária mais numerosa a que compreende entre 20 a 29 anos, seguida pela faixa etária de 30 e 39; a população idosa representa o grupo menos numeroso (Quadro 31 e Figura 5). A concentração populacional nas faixas compreendidas entre 10 e 39 anos evidencia uma tendência à queda nas taxas de natalidade na última década.

O índice de envelhecimento da população de Londrina em 2012, de acordo com o estimado pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE, era 61,24% e a estimativa para 2050 é de que será uma das cidades com maior índice de envelhecimento do Brasil.

Quadro 31 - População estimada por sexo e faixa etária de Londrina. Londrina, 2021.

Faixas etárias	Masculino	Feminino	Total
00 a 04	18.161	17.316	35.477
05 a 09	17.960	17.221	35.181
10 a 14	18.467	17.853	36.320

Relatório Anual de Gestão 2021

15 a 19	19.841	19.480	39.321
20 a 29	43.176	42.969	86.145
30 a 39	43.778	46.331	90.109
40 a 49	37.651	40.951	78.602
50 a 59	32.830	38.815	71.645
60 a 69	24.359	30.819	55.178
70 a 79	13.449	18.395	31.844
80+	5.979	9.576	15.555
Total	275.651	299.726	575.377

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 09/01/2021 - DigiSUS

População economicamente ativa de Londrina: 275.978 (54,46%), pelo IBGE, Censo Demográfico 2010.

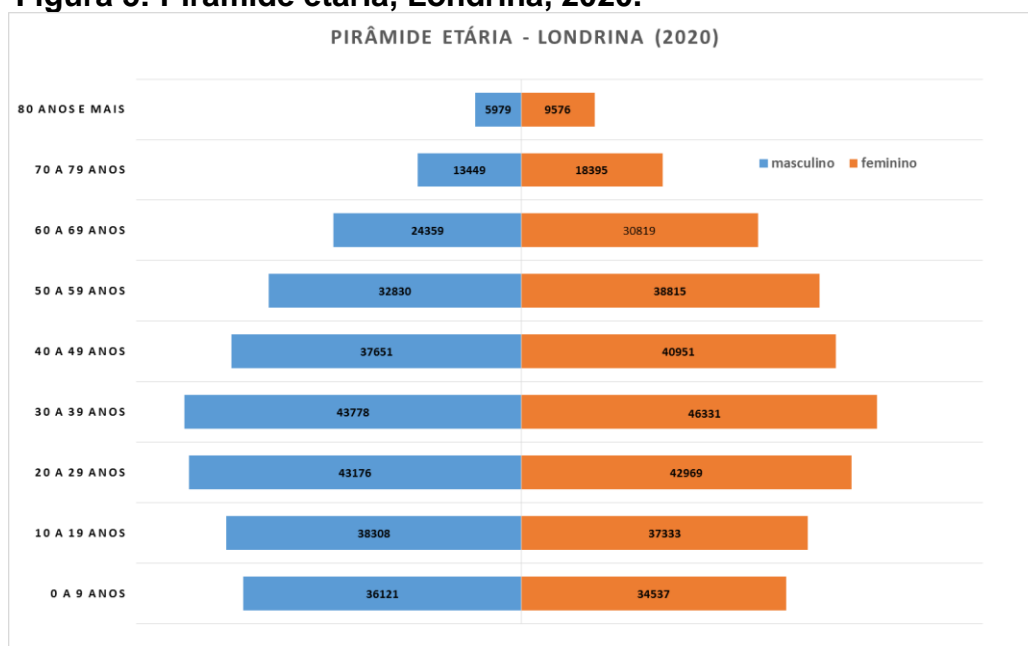
Quadro 32 - Número de nascidos vivos por residência da mãe. Londrina, de 2017 a 2021*.

Unidade Federação	2017	2018	2019	2020	2021*
Londrina	7.116	7.002	6.907	6.412	5.772

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC). 2021* (jan-nov) – Dados parciais e preliminares e sujeito a alterações. Data da consulta: 14/12/2021.

Quanto aos nascidos vivos de mães residentes em Londrina, tem sido observado que o número de nascimentos por ano apresenta redução nos últimos anos, mais acentuado em 2020 e 2021, provavelmente influenciado pela pandemia, situação semelhante à observada no estado do Paraná e no Brasil.

Figura 5: Pirâmide etária, Londrina, 2020.



Relatório Anual de Gestão 2021

Previamente à apresentação do perfil de morbimortalidade, para que se tenha a perspectiva de crescimento da população de Londrina, deve-se considerar que, até 30/11/2021 foram registrados no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/MS) 7.531 nascimentos ocorridos em Londrina, sendo que 5.772 foram de residentes no Município (dados preliminares e sujeitos a alterações; data do arquivo 14/12/2021).

A população estimada pelo IBGE para o ano de 2021 foi de 580.870 habitantes e a população no ano de 2010, segundo o Censo Demográfico, era de 506.701 habitantes.

9.1 PERFIL DE MORBIDADE

Em 2021, em relação ao ano de 2020, observou-se um aumento exponencial na quantidade de notificações de casos de doenças/agravos de notificação compulsória em decorrência da pandemia, situação que teve reflexo também no aumento das internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e óbitos por COVID-19. Em 2021 foram notificados, até novembro, 273.718 casos suspeitos de doenças e agravos de notificação compulsória, de residentes de Londrina, nos sistemas SINAN/MS, SIVEP e Notifica-COVID, conforme demonstra o Quadro 33.

Quadro 33 - Frequência de notificação de casos suspeitos de doenças/agravos de notificação compulsória, de residentes no Município nos anos de 2020 e 2021*. Londrina, 2021.

Agravos/Doenças de notificação compulsória	Notificações 2020	Notificações 2021
Acidente por animais peçonhentos	194	175
AIDS	225	236
Atendimento Antirrábico	1.263	932
Câncer relacionado ao trabalho	4	0
Chikungunya	11	29
Coqueluche	5	1
Criança exposta ao HIV	1	14
Dengue	52.037	21.174
Doença de Creutzfeldt-jakob	1	3
Doenças Exantemáticas	7	4
Esquistossomose	0	1
Febre Amarela	1	2
Febre Maculosa	4	1
Gestante HIV+	11	15
Hanseníase	30	25
Hantavirose	2	3
Hepatites Virais	299	138
Intoxicação Exógenas	506	566
Leishmaniose Tegumentar Americana	12	9
Leptospirose	30	27
LER DORT	113	143

Relatório Anual de Gestão 2021

Malária	0	4
Meningite	129	183
RotaVírus	8	1
Sífilis Adquirida	159	225
Sífilis Congênita	60	70
Sífilis Gestante	94	144
Sind gripal	99.198	238.656
Síndrome do Corrimento Uretral Masculino	3	4
Síndrome Respiratória Aguda (SRAG)	4.207	8.602
Toxoplasmose adquirida na Gestaçã	0	2
Toxoplasmose Congênita	3	3
Transtorno Mental	2	3
Tuberculose	192	216
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	1.870	2.100
Zika Vírus	3	7
TOTAL	160.684	273.718

Fontes: SINANNET, SINANDENGUE ONLINE, SIVEP GRIPE, NOTIFICA-COVID/SESA.

Notificados em Londrina; residentes de Londrina. Data dos arquivos = 14/12/2021. 2021* (jan-nov) - Dados preliminares e sujeitos a alterações.

Sind gripal** - excluídas as duplicidades, triplicidades, quadruplicidades

Em relação à COVID-19, entre os meses de janeiro e novembro, foram notificados 238.656 casos suspeitos, entre os quais, confirmados por critério laboratorial (exame de biologia molecular RT-PCR e Teste Rápido Antígeno), 62.780 casos, com incidência acumulada de 10.808 casos/100.000 habitantes (dados preliminares e sujeitos a alterações). Foram confirmados 1.770 óbitos tendo COVID-19 como causa básica. A taxa de letalidade foi de 2,8% (dados preliminares até 14/12/2021).

Quanto à Dengue, em 2021, observa-se redução no número de notificações e casos confirmados de residentes em relação ao ano de 2020. Foram notificados, 21.174 casos suspeitos até 14/12/21, sendo 7.298 confirmados e a incidência acumulada de 1.268 casos/100.000 habitantes. Entre janeiro e novembro ocorreram 8 óbitos de residentes de Londrina tendo Dengue como causa básica e a taxa de letalidade é de 0,63%.

Entre as principais causas de internações por morbidades, de acordo com a CID-10, prevaleceram a COVID-19 (Capítulo I da CID-10), seguida por internações relacionadas à gravidez, parto e puerpério, doenças do aparelho circulatório e neoplasias (Quadro 34). Foram mantidas em 2021 as medidas adotadas no ao anterior, como o hospital de referência (Hospital Universitário/UEL) para atendimento de pacientes com suspeita e/ou confirmados de COVID-19; a ampliação de leitos de UTI e leitos de enfermaria exclusivos para pacientes com COVID-19 e a contratação de leitos de UTI-COVID em hospital da rede privada do município de Londrina.

Relatório Anual de Gestão 2021

Quadro 34 - Principais causas de internação hospitalar de residentes no Município, morbidades segundo Capítulo da CID-10. Londrina, 2017 a 2021*.

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021*
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.700	2.138	2.428	3.880	5.549
II. Neoplasias (tumores)	2.700	3.762	3.849	4.460	3.414
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	215	235	268	205	155
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	593	664	745	542	320
V. Transtornos mentais e comportamentais	1.089	1.286	1.172	1.141	1.029
VI. Doenças do sistema nervoso	810	919	800	889	711
VII. Doenças do olho e anexos	452	625	614	345	396
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	41	46	57	44	26
IX. Doenças do aparelho circulatório	4.683	4.754	4.656	4.770	3.727
X. Doenças do aparelho respiratório	3.070	3.418	3.368	2.338	1.596
XI. Doenças do aparelho digestivo	3.529	3.790	3.817	3.216	2.362
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	856	925	778	782	735
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	865	784	689	622	430
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	3.064	3.242	3.228	3.176	2.321
XV. Gravidez parto e puerpério	4.185	4.046	4.490	4.419	3.755
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	651	696	667	643	601
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	307	319	281	226	149
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	595	501	630	679	430
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	3.590	3.793	3.526	3.981	3.016
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	661	770	834	395	319
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	33.656	36.713	36.897	36.753	31.041

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 25/02/2022 - DigiSUS

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorre simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

9.2 PERFIL DE MORTALIDADE

9.2.1 Mortalidade Geral

Até 10/12/2021, foram registrados 5.389 óbitos (5.338 não fetais e 51 fetais) de residentes de Londrina, no SIM do Ministério da Saúde (dados parciais e preliminares, sujeitos a alterações). Em relação a 2019, houve um aumento de 45%, provavelmente em decorrência dos óbitos por COVID-19, morbidade inexistente até então na Classificação Internacional de Doenças–10ª Ed (CID-10) como causa de óbito.

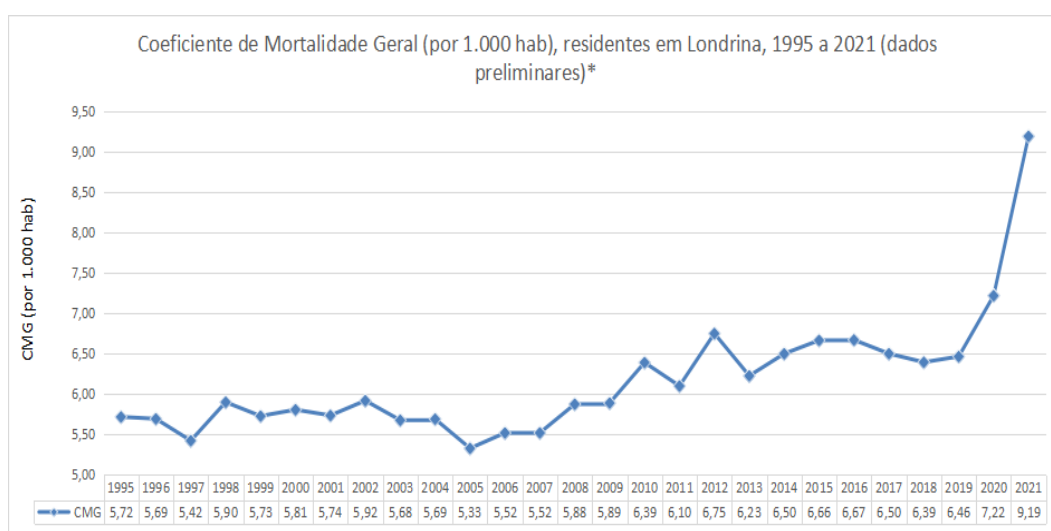
Em estudo preliminar realizado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), sobre o excesso de óbitos ocorridos em 2021 no Brasil e nos estados até a Semana Epidemiológica (SE) 45 do ano, em relação ao período de 2015 a 2019, ficou demonstrado excesso de mortalidade proporcional na ordem de 47% (excesso de 491.670) no Brasil; para a região Sul o excesso de mortalidade proporcional foi da ordem de 48% (excesso de 80.203 óbitos) e, para o

Relatório Anual de Gestão 2021

estado do Paraná, o excesso de mortalidade proporcional foi da ordem de 59 % (excesso de 35.102 óbitos), de acordo com a fonte de dados: <https://www.conass.org.br/indicadores-de-obitos-por-causas-naturais/>, atualizada até 07/12/2021.

O Coeficiente de Mortalidade Geral, que expressa o número de óbitos para cada grupo de 1.000 habitantes, foi de 9,19/1000 habitantes de residentes de Londrina (dados preliminares), conforme Figura 6. Esse índice apresentou queda nos últimos quatro anos, porém, em 2020, ocorreu importante aumento em relação aos últimos anos, situação mantida em 2021, semelhante à observada no estado do Paraná e no Brasil.

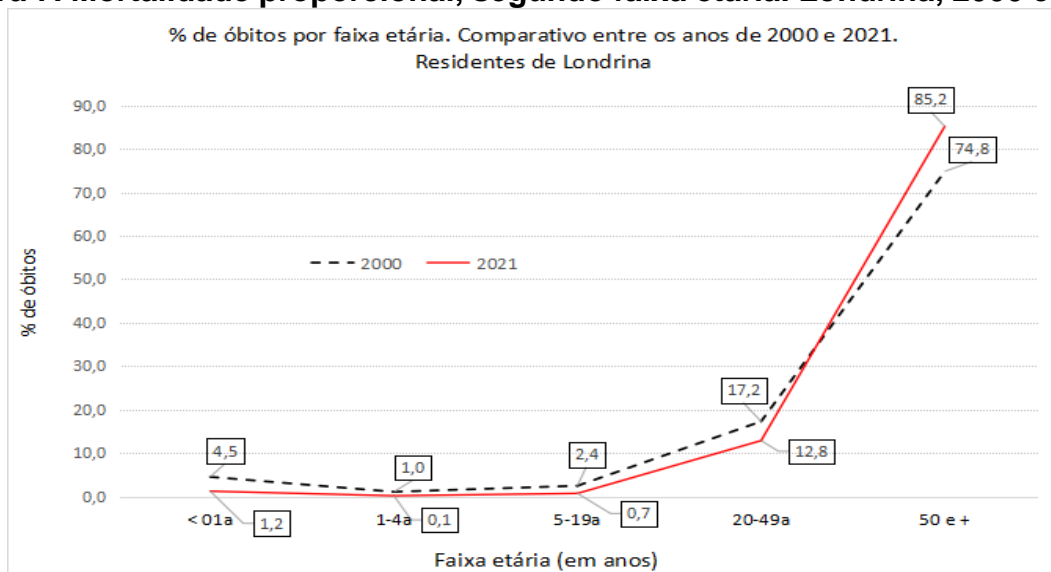
Figura 6. Coeficiente de mortalidade geral de residentes no Município. Londrina, 1995 a 2021.



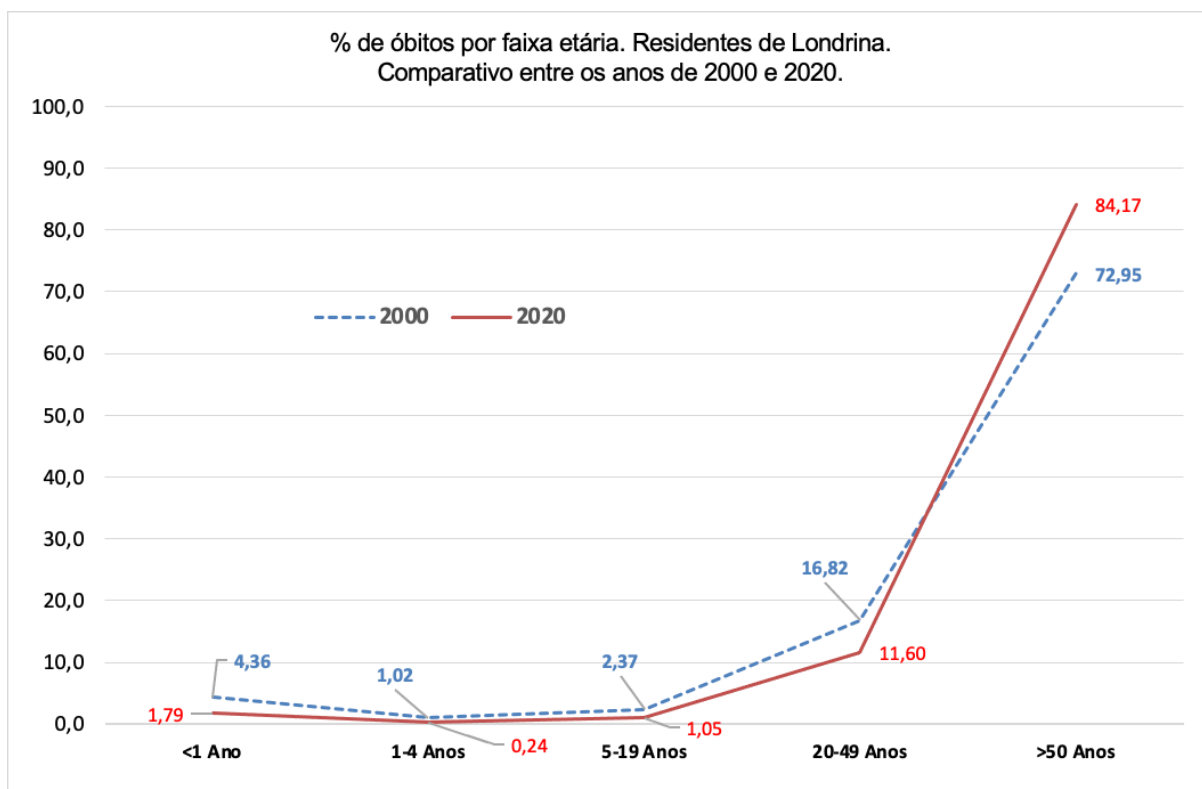
Fonte: MS/DATASUS/SIM/IBGE. 2021. Excluídos óbitos fetais. 2021 - Dados preliminares e sujeitos a alterações.

A Mortalidade Proporcional por faixa etária (Figura 7), que constitui uma representação segundo grupos etários prefixados, inclui os óbitos infantis (menor de 1 ano), de crianças e adolescentes de 1 a 4 anos e 5 a 19 anos, de adultos jovens (20 a 49 anos) e de pessoas acima de 50 anos. No ano de 2000, o percentual de pessoas que morreram com mais de 50 anos foi de 74,8% em relação ao total de óbitos de residentes do Município. Em 2021, para a faixa etária acima de 50 anos, o percentual foi de 85,2% (dados preliminares); em contrapartida, observou-se um percentual menor de óbitos infantis em 2020 se comparado a 2000, o que indica um bom nível de saúde. O percentual atingido pelo Município para os óbitos ocorridos com pessoas com 50 anos ou mais de idade é comparável a países desenvolvidos.

Figura 7. Mortalidade proporcional, segundo faixa etária. Londrina, 2000 e 2021.



Fonte: MS/DATASUS/GVS/GVE. 2021 - Dados preliminares sujeitos a alterações



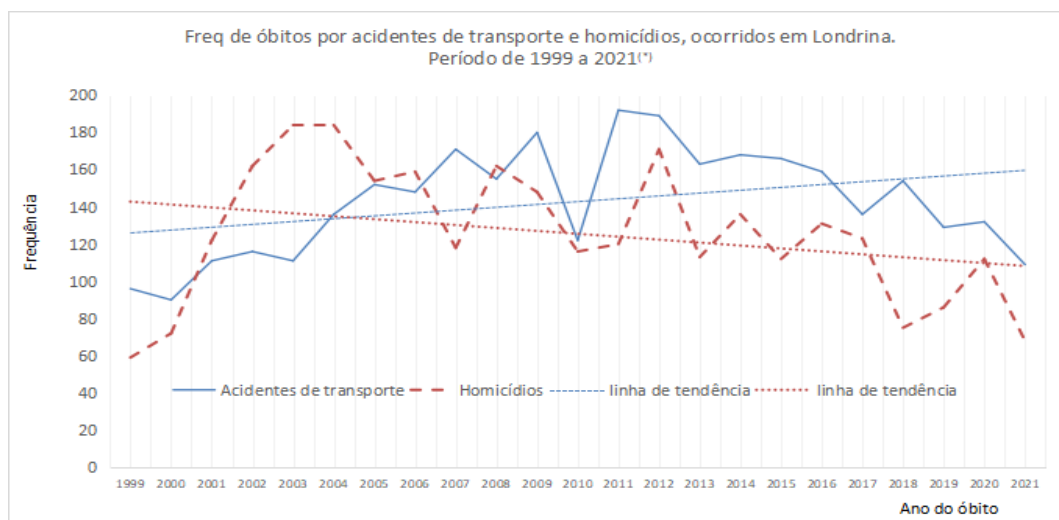
Fonte: MS/DATASUS/GVS/GVE. 2020 - Dados preliminares sujeitos a alterações

Quanto aos óbitos por causas externas (Figura 8) ocorridos em Londrina, os que ocorreram por acidente de transporte vêm apresentando tendência decrescente nos últimos 10 anos, a partir da edição do Decreto Nº 6.488, em 19/06/08, que disciplinou a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito. Em relação aos óbitos

Relatório Anual de Gestão 2021

por homicídio, observa-se uma tendência linear de valores ascendentes, apesar da variação entre os anos, atingindo maiores valores nos anos de 2009 e 2011/2012. Em 2013 observou-se uma significativa queda, no entanto, os números ainda são elevados considerando que o público-alvo é em sua maioria, constituído por jovens e adultos jovens economicamente ativos

Figura 8. Total de óbitos por acidentes de transporte e homicídios, ocorridos no Município. Londrina, 1999 a 2021*



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/GVE/SMS-Londrina. 2021* - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações

Em relação às causas gerais de óbitos em 2021, as doenças do infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 36,7% do total das mortes, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório (16,3%), neoplasias (14%), doenças do aparelho respiratório (6,4%) e causas externas (5,6%). Importante esclarecer que os óbitos tendo como causa básica a COVID-19 foram enquadrados no Capítulo I da CID10 (algumas doenças infecciosas e parasitárias), sendo, portanto, a causa de óbito com maior frequência isolada em 2021 (Quadro 35). Entre as demais causas de óbito, figuram agravos de causas evitáveis e preveníveis, destacando-se os óbitos por causas externas, que frequentemente acometem a população mais jovem e economicamente ativa.

Quadro 35 - Óbitos segundo grupos de causas (Cap CID10), residentes no Município. Londrina, 2017 a 2021*

Causa (Cap CID10)	2017	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	112	96	103	560	1.959
II. Neoplasias (tumores)	743	769	795	824	746
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	16	15	15	15	13
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	265	215	193	191	205
V. Transtornos mentais e comportamentais	38	21	33	47	38
VI. Doenças do sistema nervoso	230	267	307	240	240
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	1	0	0	0
IX. Doenças do aparelho circulatório	920	870	874	834	870

Relatório Anual de Gestão 2021

X. Doenças do aparelho respiratório	390	454	476	428	344
XI. Doenças do aparelho digestivo	210	226	213	241	265
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	11	16	18	33	28
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	16	21	25	29	25
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	83	107	131	139	165
XV. Gravidez parto e puerpério	3	4	4	7	11
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	58	40	37	42	37
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	17	32	40	34	24
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	57	55	45	91	69
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	455	369	374	398	299
Total	3.625	3.578	3.683	4.153	5.338

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET). Excluídos óbitos fetais. Data da consulta: 14/12/2021.

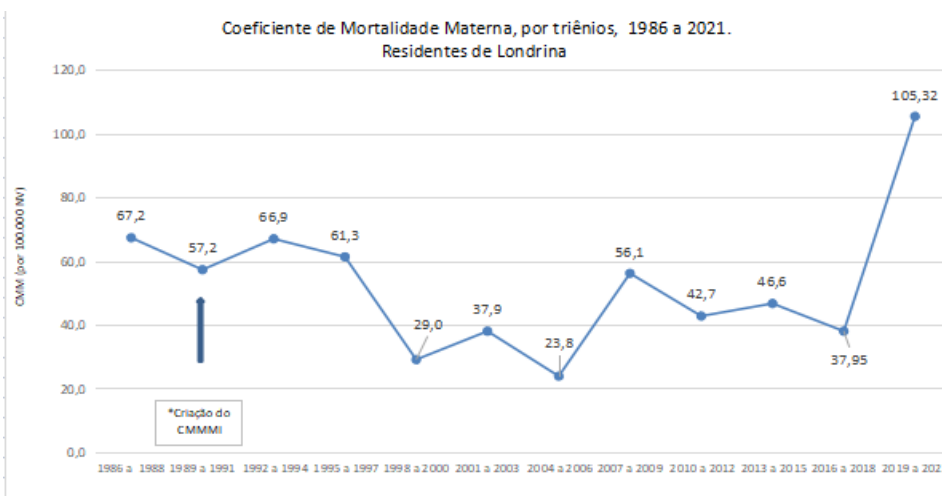
9.2.2 MORTALIDADE MATERNA

O município de Londrina apresenta um bom sistema de estatísticas vitais, sendo possível analisar a tendência da mortalidade materna. Para esta análise, os coeficientes foram agrupados por triênios, pois a análise anual poderia levar a interpretações equivocadas, em função de variações aleatórias.

Observou-se um aumento importante dos óbitos maternos no triênio 2019-2021, o que elevou o respectivo coeficiente. A taxa de mortalidade materna do triênio 2019/2021 foi de 105,52/100.000 nascidos vivos (NV), sendo 3 óbitos em 2019, 7 óbitos em 2020 e 10 óbitos em 2021, lembrando que a análise dos óbitos de 2021 não estava concluída pelo Comitê de Investigação de Morte Materno-infantil em Londrina até findar o ano. Dos óbitos maternos ocorridos em 2021, 80% (8 óbitos) tiveram relação com a COVID-19 e ocorreram no período puerperal.

A Figura 9 mostra a evolução dos valores de 1986 até 2021, por triênio, sendo o maior valor de 105,32/100.000 nascidos vivos e o menor de 23,8/100.000 nascidos vivos, para o triênio 2019/2021 e triênio 2004/2006, respectivamente.

Figura 9 - Coeficiente de Mortalidade Materna (CMM por 100.000 nascidos vivos) de residentes no Município, por triênios. Período de 1986 a 2021.



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/GVE/AMS-Londrina. 2021* - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações. *CMMMI = Comitê Municipal de Mortalidade Materno-infantil

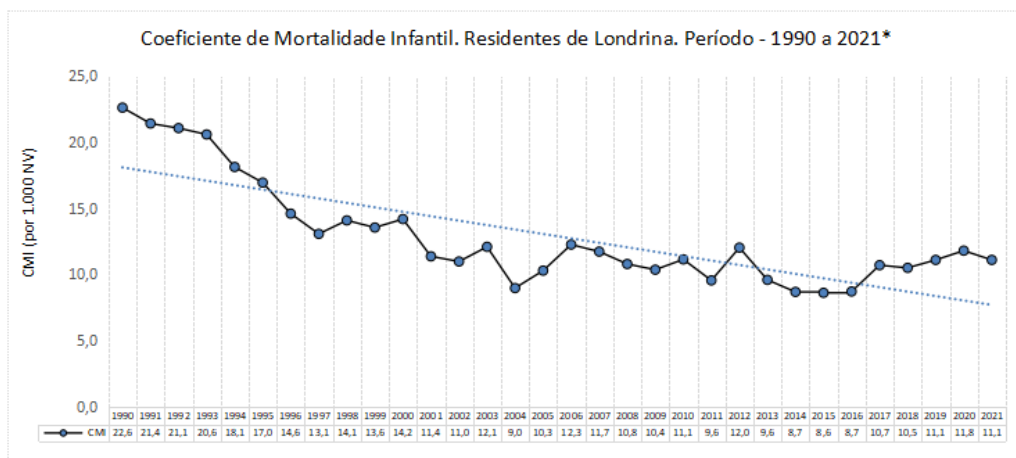
9.2.3 MORTALIDADE INFANTIL

Considerando os dados parciais e preliminares, em 2021 ocorreram 63 óbitos de crianças menores de 1 ano residentes em Londrina, sendo que 81% (51 óbitos) no período neonatal (CMI Neonatal = 9/1000 NV), que compreende do nascimento até o 28º dia de vida. Entre as mortes neste período, a maioria ocorreu no período neonatal precoce (34 casos), entre o nascimento e 7º dia de vida e 17 casos ocorreram no período neonatal tardio, entre o 7º e o 27º dias de vida. O período pós neonatal, compreendido entre o 28º dia e um ano de idade, representou 19% (12 óbitos) dos óbitos abaixo de 1 ano.

A maioria dos óbitos infantis concentrou-se no período neonatal, principalmente no período neonatal precoce, em que a melhoria na qualidade da assistência pré-natal e hospitalar tem repercussão direta na redução dos óbitos nessa fase. Em Londrina, o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) para 2021 foi de 11,1 óbitos por 1.000 nascidos vivos (dado parcial e sujeito a alteração). Em 1990, esse valor era de 22,6 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos. A redução do CMI no período de 1990 a 2021 foi de aproximadamente 50%, conforme observado na Figura 10.

Nas últimas décadas o CMI de Londrina vinha apresentando tendência linear descendente, com valores variando entre 22,6 (1990) e 8,6 (2015) óbitos por cada grupo de 1.000 nascidos vivos, sendo em 2015 o menor valor observado no período analisado.

Figura 10. Coeficientes de Mortalidade Infantil de municípios. Londrina, 1990 a 2021*



Fonte: SIM/SINASC/GVE/SMS-Londrina. 2021^(*) - Dados parciais e preliminares e sujeitos a alterações

Os Coeficientes de Mortalidade Infantil neonatal e pós-neonatal de 2010 a 2021 estão apresentados no Quadro 36.

Quadro 36 - Coeficientes de Mortalidade Infantil neonatal e pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), residentes no Município. Londrina, 2010 a 2021*

Ano do óbito	CMI Neonatal (até 27 dias de vida)	CMI Pós-neonatal (28 dias até 1 ano de vida)	CM Infantil (Total < 1 ano)
2010	7,8	3,6	11,4
2011	6,8	2,7	9,5
2012	8,1	3,9	12,0
2013	6,3	3,1	9,3
2014	6,3	2,3	8,7
2015	7,6	1,0	8,6
2016	6,6	2,1	8,7
2017	8,5	2,3	10,7
2018	8,3	2,1	10,4
2019	8,3	2,9	11,1
2020	8,6	3,3	11,8
2021	9,0	2,1	11,1

Fonte: DVIEP/CEP/SVS/SESA-PR/GVE/DVS/DATASUS/MS. 2021 (jan-nov) - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações

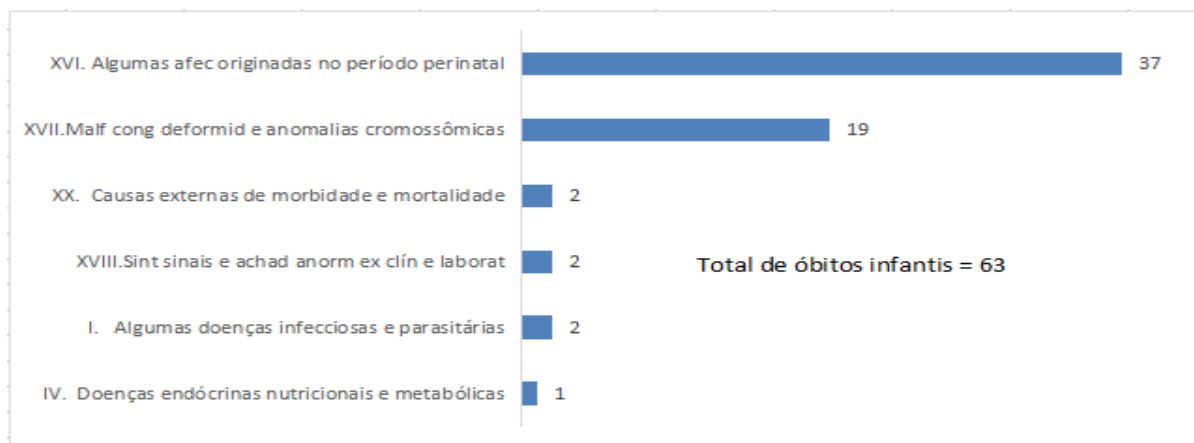
Do total de óbitos de crianças menores de 1 ano, as afecções originadas no período perinatal (Capítulo XVI da CID 10) foram responsáveis por mais da metade dos óbitos (37 óbitos – 58,7%). As malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas (capítulo XVII da CID 10) foram a segunda causa mais frequente, com 19 óbitos (30,1%); as demais causas foram responsáveis por 11,1% dos óbitos (Figura 11).

Todos os óbitos infantis abaixo de 1 ano de idade são investigados, analisados e discutidos no Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materno-Infantil e classificados em óbitos evitáveis, inevitáveis e inconclusivos, seguindo

Relatório Anual de Gestão 2021

diretrizes do Ministério da Saúde. Os resultados são apresentados ao Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público e demais órgãos de controle para a área da saúde.

Figura 11. Mortalidade infantil de residentes no Município, segundo grupos de causas. Londrina, 2021*



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) /GVE/DVS/SMS-Londrina. 2021* (jan-nov) - Dados preliminares sujeitos a alterações

Londrina tem um CMI considerado baixo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que classifica como alto o CMI quando ocorrem, em média, 50 ou mais mortes de criança de até um ano de idade, para cada 1.000 nascidos vivos; classifica como médio o CMI quando ocorrem de 20 a 49 óbitos por 1.000 nascidos e baixo quando o CMI fica abaixo de 20 óbitos/1.000 nascidos vivos. O Quadro 37 apresenta Coeficientes de Mortalidade Infantil comparativos, de 2010 a 2021 de algumas localidades selecionadas. O município de Londrina tem apresentado um baixo CMI, porém, com elevação nos últimos anos recentes, situação observada também na 17ª Regional de Saúde do PR. Os dados referentes a região Sul e Brasil, do ano de 2020, são parciais e preliminares, não podendo ser utilizados para comparação ao resultado do município de Londrina, pois devem ser consolidados pelo DATASUS/MS e os dados do ano de 2021 não estavam disponíveis até o início deste Relatório.

Quadro 37 - Coeficientes de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos), Brasil, Região Sul, Estado do Paraná e Londrina, de 2010 a 2021*

Ano do óbito	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Brasil	13,2	13,5	13,5	13,4	12,9	12	12,7	12,4	12,2	12,4	11,5	dnd
Região Sul	11,3	11,6	11,1	10,7	10,7	9,2	10	10,1	10,1	10,2	9,1	dnd
Paraná	12	11,6	11,6	10,7	11	10,8	10,5	10,4	10,3	10,3	9,3	9,5
17ª Regional de Saúde	11,4	11,2	11,8	9,7	9,5	10,2	10,6	13,2	10,4	11,5	11,5	10,8
Londrina	11,4	9,5	12	9,3	8,7	8,6	8,7	10,7	10,5	11,1	11,8	11,1

Fontes: GVE/DVS/DATASUS/MS. 2021(*) - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações (MS/DATASUS). Paraná/17ª RS(**) - DVIEP/CEP/SVS/SESA-PR. Brasil: SVS/Departamento de Informação e Análise Epidemiológica/Secretaria de Vigilância em Saúde. dnd=dados não disponíveis

9.3 INTERNAÇÕES HOSPITALARES

As internações hospitalares de pacientes residentes no Município e atendidos no âmbito do SUS, realizadas em qualquer localidade, no ano de 2021 totalizaram 25.718 internações (entre janeiro e outubro), preliminares e sujeitos a alterações). As internações ocorridas fora do âmbito do SUS não estão aqui contabilizadas.

As principais causas de internações foram decorrentes de doenças infecciosas e parasitárias, principalmente relacionadas a COVID-19, com 4.783 internações (18,6%), seguidas das internações relacionadas a gravidez, parto e puerpério com 3.249 internações (12,6%), sendo estas condições específicas da mulher; tratamento de doenças do aparelho circulatório com 2.952 internações (11,5%) e neoplasias com 2.842 internações para diagnósticos, tratamento ou devido a intercorrências (11,1%), conforme apresenta o Quadro 38.

Quadro 38 - Internações de munícipes, segundo o Capítulo CID 10 e por faixa etária. Londrina, jan/2021 a out/2021

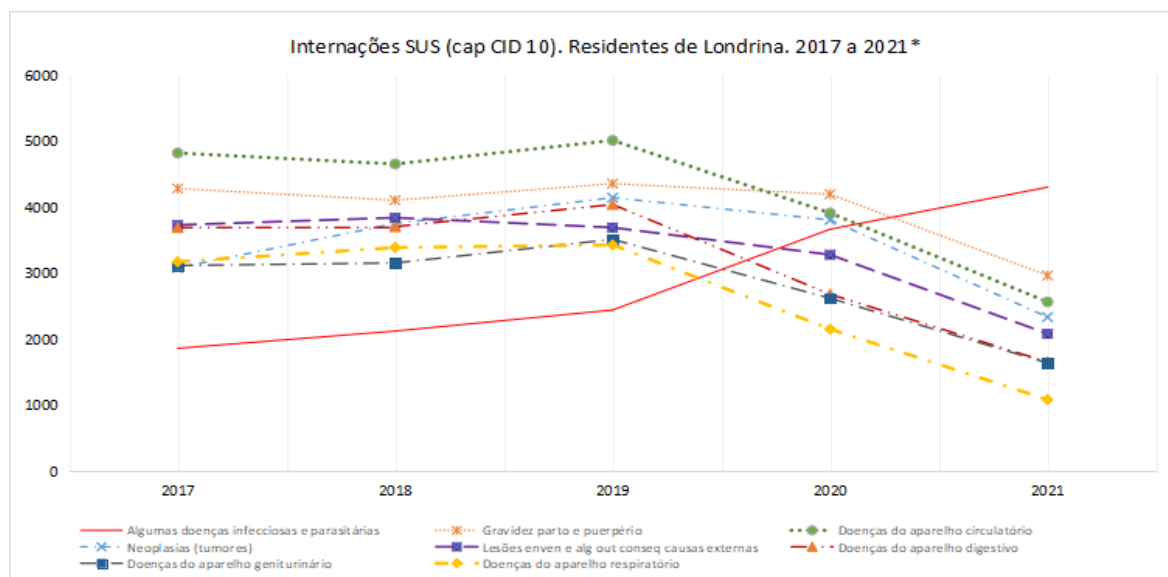
Capítulo CID-10	< 5 anos	5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	> 60 anos	Total	%
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	79	43	264	2.067	2.330	4.783	18,6
XV. Gravidez parto e puerpério	0	21	2.203	1.024	1	3.249	12,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	21	11	102	962	1.856	2.952	11,5
II. Neoplasias (tumores)	34	87	86	1.035	1.600	2.842	11,1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	78	156	614	1.019	598	2.465	9,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	49	85	253	883	663	1.933	7,5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	129	53	214	736	771	1.903	7,4
X. Doenças do aparelho respiratório	189	81	81	289	669	1.309	5,1
V. Transtornos mentais e comportamentais	0	8	298	532	39	877	3,4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	36	22	43	275	245	621	2,4
VI. Doenças do sistema nervoso	41	24	58	201	234	558	2,2
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	462	0	7	4	6	479	1,9
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	4	21	49	159	113	346	1,3
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	20	14	45	115	126	320	1,2
VII. Doenças do olho e anexos	5	7	19	87	199	317	1,2
XXI. Contatos com serviços de saúde	7	7	42	139	58	253	1,0
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5	10	43	98	93	249	1,0
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	10	8	11	38	61	128	0,5
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	50	16	12	17	15	110	0,4
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	9	3	2	5	5	24	0,1
TOTAL	1.228	677	4.446	9.685	9.682	25.718	100,0

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). TABWIN/Arquivos RDPR*

Notas: Situação da base de dados nacional em 14/12/21. Dados preliminares, sujeitos a alterações.

A faixa etária onde se observou maior frequência de internações foi de indivíduos com 60 anos e mais, decorrentes principalmente de doenças infecciosas e parasitárias relacionadas a COVID-19 (n=2.330) e doenças do aparelho circulatório (n=1.856), demonstrado no Quadro 38. As doenças cardiovasculares e neoplásicas, continuam como importantes causas de internações nessa faixa etária, apesar do impacto da COVID-19 sobre as internações em 2021, além do que são responsáveis também por alta mortalidade no município (Figura 12).

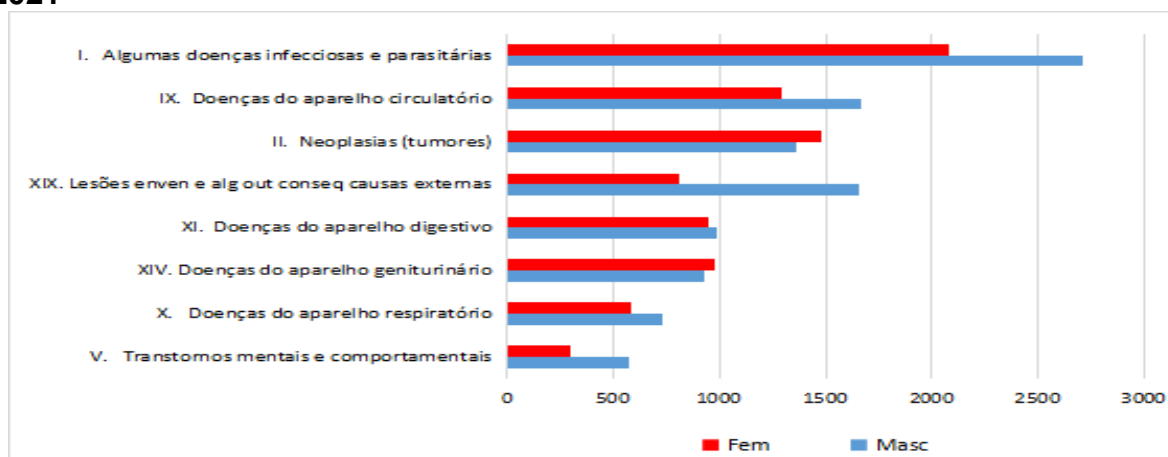
Figura 12. Internações de munícipes por causas selecionadas (CID10). Londrina, 2017 a 2021*.



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) /TABNET. Notas: Situação da base de dados nacional em 14/12/21. 2021* (jan. – out.). Dados preliminares e sujeitos a alterações

A Figura 13 demonstra a relação da distribuição das internações por sexo. Os indivíduos do sexo masculino em relação ao sexo feminino, foram responsáveis pela maioria das internações por causas selecionadas, sendo observado um predomínio importante em relação às internações por doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho circulatório, causas externas e tratamento de transtornos mentais e comportamentais. Para as mulheres observou-se um predomínio nas internações para tratamento de doenças neoplásicas e doenças do aparelho geniturinário. Nesta análise excluem-se as internações inerentes ao sexo feminino (gravidez, parto e puerpério).

Figura 13. Internações por causas selecionadas e sexo, residentes em Londrina, 2021(*)



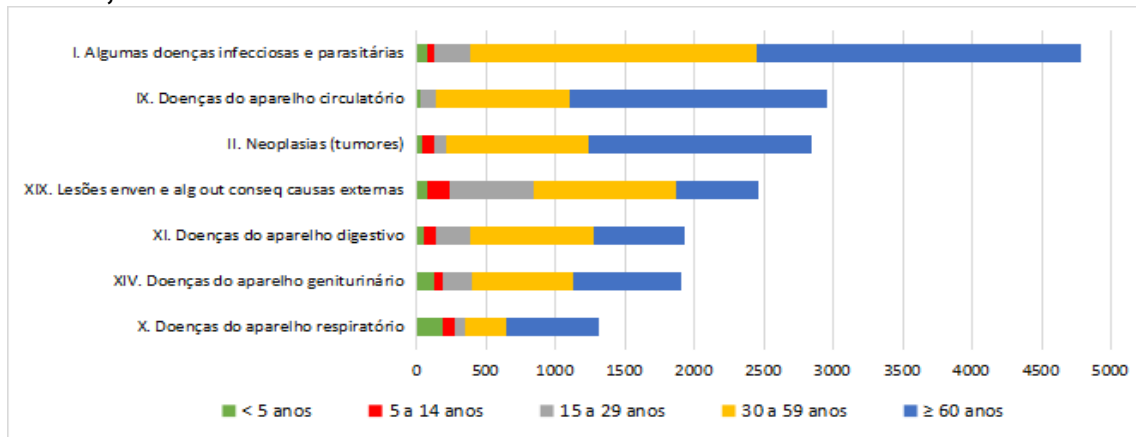
Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) /TABNET. Notas: Situação da base de dados nacional em 14/12/21. 2021* (jan.- out.). Dados preliminares e sujeitos a alterações

Quanto à idade no momento das internações, em 2021 observa-se um predomínio na faixa etária acima de 60 anos entre as três principais causas de internações, por doenças infecciosas, doenças do aparelho circulatório e neoplasias,

Relatório Anual de Gestão 2021

seguida da faixa etária de 30 a 59 anos. Nas internações por doenças infecciosas e parasitárias, principalmente as relacionadas a COVID-19 observa-se predomínio na população acima de 30 anos. Nas internações por causas externas, ocorreu uma distribuição mais homogênea entre as faixas etárias acima de 15 anos, com ligeiro predomínio na faixa etária de 30 a 59 anos.

Figura 14. Internações por causas selecionadas e idade, residentes em Londrina, 2021^(*)



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) /TABNET. Notas: Situação da base de dados nacional em 14/12/21. 2021* (jan. - out.). Dados preliminares e sujeitos a alterações

Relatório Anual de Gestão 2021

10 PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE

10.1 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: recursos federais e estaduais

Quadro 39. Recursos federais e estaduais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Londrina, 2021.

➤ RECURSOS FEDERAIS – MINISTÉRIO DA SAÚDE

Unidades Beneficiadas: Todas as Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Alfredo Kaefer			
Proposta nº: 11.323.261.000/1140-06			
Portaria de Habilitação: 1.159 de 27/05/2014			
Valor Total da Emenda: R\$ 80.000,00			
Depósito do Recurso: 12/11/2015			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Balança Antropométrica Adulto	5	151/2016	3.110,00
Balança Antropométrica Infantil	2	151/2016	950,40
Detector Fetal Portátil	4	151/2016	2.039,12
Otoscópio	8	152/2017	1.640,00
Aquecedor de ambiente portátil	15	275/2018	1.829,85
Computador (desktop)	24	173/2018	71.999,76
Computador portátil (notebook)	2	173/2018	6.802,44
Foco Refletor Ambulatorial	5	198/2018	1.050,00
Projetor Multimídia	1	173/2018	1.911,37
Amalgamador Odontológico	1	143/2019	422,50
Cadeira para obeso	15	010/2019	4.650,00
			96.405,44

Unidades Beneficiadas: Pronto Atendimento Infantil – PAI Pronto Atendimento Leonor Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Senador Roberto Requião			
Proposta nº: 11.323.261.000/1140-01			
Portaria de Habilitação: 2.422 de 10/11/2014			
Valor Total da Emenda: R\$ 385.550,00			
Depósito do Recurso: 10/12/2015			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)

Relatório Anual de Gestão 2021

Amnioscópio	7	226/2015	8.680,00
Cardiotocógrafo	1	226/2015	11.000,00
Cardioversor	2	226/2015	57.128,56
Carro de Emergência	2	226/2015	2.612,50
DEA Desfibrilador Externo Automático	2	226/2015	12.850,00
Detector Fetal de Mesa Digital	2	226/2015	1.630,00
Esfigmomanômetro adulto	10	226/2015	1.000,00
Esfigmomanômetro obeso	8	226/2015	1.850,00
Monitor Multiparâmetros	3	226/2015	38.166,00
Oxímetro de Pulso de mesa	4	226/2015	12.933,96
Berço aquecido	1	55/2016	10.700,00
Berço recém-nascido com fototerapia reversa	3	55/2016	23.437,50
Poltrona Hospitalar	15	107/2016	11.685,00
Computador (DesktopBásico)	8	173/2018	23.999,92
Projetor Multimídia (DataShow)	1	173/2018	1.911,37
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	4	198/2018	8.382,00
Balança antropométrica adulto digital	3	198/2018	2.628,06
Detector Fetal Portátil Digital	2	198/2018	979,00
Eletrocardiógrafo	2	198/2018	11.860,00
Esfigmomanômetro infantil	8	198/2018	523,60
Incubadora de transporte neonatal	2	198/2018	51.676,52
Laringoscópio	15	198/2018	16.348,80
Monitor Multiparâmetros	1	198/2018	16.320,00
Otoscópio	4	198/2018	1.038,76
Poltrona Hospitalar	4	198/2018	2.334,28
Ar condicionado split 12.000btu quente/frio	5	275/2018	10.044,30
Ar condicionado <i>split</i> 18.000 BTU frio	1	010/2019	1.759,00
Carro Maca Avançado	2	143/2019	10.099,98
Berço para recém-nascido	8	143/2019	5.018,16
Freezer para banco de leite (acima 400 litros)	2	143/2019	5.462,84
Ar condicionado split 12.000btu quente/frio	5	149/2020	7.595,00
Balança antropométrica infantil digital	1	157/2021	816,01
Ar condicionado split 12.000btu frio	1	157/2021	1.557,40
Ar condicionado janela 12.000btu frio	2	157/2021	3.330,90
			377.359,42

Itens adquiridos com rendimentos dos recursos da Emenda Proposta nº: 11.323.261.000/1140-01			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Valor Unit.	Valor Total (R\$)
Cadeira para coleta sangue	10	93/2021	3.100,00
Escada com 2 degraus piso	25	93/2021	5.146,25
Mesa em Reta	10	93/2021	3.619,59
Mesa Trabalho	12	93/2021	3.747,60
Jogo Lâminas Curva - Laringoscópio Infantil	8	113/2021	12.340,00
Jogo Lâminas - Laringoscópio Adulto	15	113/2021	23.299,95

Relatório Anual de Gestão 2021

Jogo Lâminas Reta - Laringoscópio Infantil	7	113/2021	7.849,94
Otoscópio Completo	20	113/2021	6.780,00
Bebedouro industrial c/ 2 torneiras	3	309/2021	5.550,00
			71.433,33

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde

Origem: Recurso Federal Emenda

Parlamentar: Deputado Federal Leopoldo Meyer

Propostas nº: 11.323.2610001/15-004 e 11.323.2610001/15-005

Portaria de Habilitação: 1.832 de 11/11/2015

Valor da Proposta nº 11.323.2610001/15-004: R\$ 375.628,00

Valor da Proposta nº 11.323.2610001/15-005: R\$ 15.000,00

Valor Total da Emenda: R\$ 390.628,00

Depósito do Recurso: 21/11/2016

Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial

Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Veículo de Passeio Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km)	2	67/2017	72.000,00
Armário Vitrine	6	152/2017	4.080,00
Cadeira de Rodas para Obeso	3	152/2017	2.340,00
Cadeira para Coleta de Sangue	6	152/2017	1.200,00
Detector Fetal	6	152/2017	2.910,00
Esfigmomanômetro Adulto, nylon fecho velcro	66	152/2017	3.102,00
Esfigmomanômetro obeso	12	152/2017	684,00
Lanterna Clínica	22	152/2017	195,80
Negatoscópio, aço inox/ferro pintado, parede, 1 corpo	7	152/2017	1.155,00
Otoscópio	9	152/2017	1.845,00
Oxímetro de Pulso	3	152/2017	3.180,00
Poltrona Hospitalar	6	152/2017	3.060,00
Ultrassom Odontológico	1	152/2017	1.550,00
Projektor Multimídia (Datashow)	2	173/2018	3.822,74
Cadeira de Rodas Adulto	5	198/2018	6.250,00
Cadeira de Rodas Pediátrica	3	198/2018	3.750,00
Cadeira Odontológica Completa (equipo/ sugador/ refletor)	8	198/2018	70.948,96
Câmara p/ Conservação Hemoderivados/ Imuno/ Termolábeis	3	198/2018	30.654,99
Compressor Odontológico	5	198/2018	26.376,10
Eletrocardiógrafo	1	198/2018	5.930,00
Esfigmomanômetro Adulto, algodão fecho metal	14	198/2018	854,70
Estadiômetro portátil	3	198/2018	648,99
Foco Refletor Ambulatorial	6	198/2018	1.260,00
Laringoscópio Adulto	6	198/2018	6.779,94
Laringoscópio Infantil	9	198/2018	4.440,96
Mesa Auxiliar	3	198/2018	757,02

Relatório Anual de Gestão 2021

Mesa de Exames	8	198/2018	2.640,00
Mesa Ginecológica	6	198/2018	9.960,00
Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu)	5	198/2018	659,85
Ar Condicionado	13	275/2018	19.016,40
Televisor 32"	2	275/2018	1.950,00
Arquivo	6	010/2019	3.174,00
Cadeira c/ braço, rodízio, estofada	25	010/2019	6.175,00
Cadeira para obeso c/ braço, c/ rodízio, estofado	2	010/2019	620,00
Cadeira-s/rodízio, s/braço, polipropileno	51	010/2019	5.094,90
Escada com 2 degraus	18	010/2019	1.349,10
Longarina 03 lugares, polipropi	7	010/2019	3.969,00
Longarina 04 lugares, polipropi	6	010/2019	4.968,00
Mesa de Escritório	28	010/2019	4.746,00
Mesa de Reunião	3	010/2019	1.260,00
Mesa para Computador	6	010/2019	894,00
Tela de Projeção	3	010/2019	1.301,97
Ventilador de Teto	24	010/2019	2.448,00
Colposcópio	1	143/2019	23.982,00
Mocho	2	143/2019	474,62
Reanimador Pulmonar Manual Infantil (Ambu)	5	143/2019	939,45
Cadeira-s/rodízio, com braço, polipropileno	6	267/2019	446,76
Longarina 05 lugares, polipropi	3	267/2019	3.555,00
Mesa para Impressora	3	267/2019	247,53
Aquecedor Portátil de Ambiente	12	121/2020	930,00
Balde a Pedal	60	121/2020	2.751,00
			363.328,78

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-004			
Portaria de Habilitação: 966 de 11/05/2016			
Valor Total da Emenda: Valor: R\$ 400.000,00			
Depósito do Recurso: 09/12/2016			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Armário	10	010/2019	4.720,00
Escada com 2 degraus	10	010/2019	1.499,00
Cama Hospitalar Tipo Fowler Mecânica	6	77/2020	13.090,86
Detector Fetal	10	77/2020	3.333,30
Balde a Pedal	20	121/2020	458,50
Foco Refletor Ambulatorial	10	244/2020	1.990,80
Mesa para Refeição	5	244/2020	2.255,55
Foco Cirúrgico de Teto	2	256/2020	51.870,00

Relatório Anual de Gestão 2021

Aparelho para Fototerapia (icterícia/neonatologia)	2	215/2021	13.000,00
Mesa Auxiliar	10	215/2021	2.480,00
Suporte de Soro	20	215/2021	2.820,00
Suporte de Hamper	3	25/2021	660,00
			98.178,01

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-012			
Portaria de Habilitação: 2.954 de 26/12/2016			
Valor Total da Emenda: R\$ 340.710,00			
Depósito do Recurso: 05/04/2017			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Cadeira	7	007/2018	1.960,00
Aparelho para Fototerapia (icterícia/neonatologia)	8	46/2018	42.960,00
Berço para Recém-Nascido	18	46/2018	9.900,00
Calandra de Baixa Produção (com cilindro de até 2 metros)	1	46/2018	18.849,30
Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica	18	46/2018	36.023,94
Cardiotocógrafo	1	46/2018	13.940,00
Lavadora Ultrassônica acima de 15 litros	1	46/2018	11.320,00
Máquina de Costura Industrial	1	46/2018	1.940,00
Mesa Auxiliar	2	46/2018	610,00
Mesa de Cabeceira	15	46/2018	7.650,00
Mesa Ginecológica	3	46/2018	2.199,99
Oxímetro de Pulso - Portátil de Mão	2	46/2018	4.180,00
Oxímetro de Pulso - De mesa	3	46/2018	11.097,00
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel 1 a 5,9 litros	2	217/2018	11.558,00
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel 6 a 10 litros	2	217/2018	15.470,00
Bilirrubinômetro	1	217/2018	43.227,22
Bisturi Elétrico (até 165 W)	1	217/2018	8.595,00
Carro para Material de Limpeza	5	217/2018	4.791,25
Carro para Transporte de Materiais (diversos)	2	217/2018	9.406,00
Radiômetro para Fototerapia	1	217/2018	2.222,88
Armário	10	010/2019	4.720,00
Escada com 2 degraus	20	010/2019	1.499,00
Arquivo	4	244/2020	2.200,00
Seladora - Grau cirúrgico	1	025/2021	1.140,00
Ar Condicionado 12 BTU'S Frio Split	3	157/2021	4.672,20
Ar Condicionado 9.000 BTU'S Frio Split	1	157/2021	1.342,90
			273.474,68

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidade Beneficiada: Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Senador Roberto Requião			
Proposta nº: 11.323.261.0001/17-002			
Portaria de Habilitação: 1.720 de 07/07/2017			
Valor Total da Emenda: R\$ 499.950,00			
Depósito do Recurso: 15/03/2018			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Esfigmomanômetro Adulto	20	198/2018	1.221,00
Monitor Multiparâmetros	1	198/2018	32.640,00
Poltrona Hospitalar	10	198/2018	8.169,98
Ar Condicionado 35.000 a 36.000 BTUs	2	275/2018	13.179,36
Ar Condicionado 9.000 a 12.000 BTUs	2	275/2018	2.925,60
Ar Condicionado 22.000 a 30.000 BTUs	1	010/2019	3.190,00
Bebedouro / Purificador Refrigerado	2	010/2019	1.068,00
Cadeira com rodízios, braços e regulagem de altura	16	010/2019	4.940,00
Cadeira sem rodízios, braços e regulagem de altura	60	010/2019	5.994,00
Telefone	6	010/2019	192,00
Ventilador de Parede	15	010/2019	2.100,00
Ventilador de Teto	15	010/2019	1.530,00
Oxímetro de Pulso	5	73/2019	8.450,00
Berço para Recém-Nascido	14	143/2019	8.781,78
Amnioscópio	5	77/2020	7.000,00
Bomba Elétrica para Sucção de Leite	2	77/2020	20.000,00
Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica	16	77/2020	34.908,96
Cardiotocógrafo	1	77/2020	10.800,00
Detector Fetal	4	77/2020	2.666,64
Laringoscópio Adulto	2	77/2020	1.250,00
Laringoscópio Infantil	2	77/2020	1.250,00
Mesa Ginecológica Elétrica 180 a 250 k	2	77/2020	18.080,00
Balde a Pedal	20	121/2020	917,00
Esfigmomanômetro obeso	2	144/2020	259,80
Aparelho Luz Infravermelho	2	157/2021	900,00
Banho-Maria	1	157/2021	1.060,00
Mesa Cirúrgica Elétrica	2	157/2021	84.000,00
			277.474,12

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidade Beneficiada: Pronto Atendimento Leonor			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Leopoldo Meyer			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-005			
Portaria de Habilitação: 966 de 11/05/2016			
Valor Total da Emenda: R\$ 193.300,00			
Depósito do Recurso: 09/12/2016			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Armário	4	010/2019	1.888,00
Bebedouro/ Purificador Refrigerado	1	010/2019	534,00
Cadeira sem rodízios, braços e regulagem de altura	32	010/2019	3.196,80
Escada com 2 degraus	8	010/2019	599,60
Estante	8	010/2019	2.240,00
Mesa de Escritório	12	010/2019	2.034,00
Oxímetro de Pulso	5	73/2019	8.450,00
Foco Refletor Ambulatorial	2	143/2019	335,54
Lanterna Clínica	3	143/2019	109,62
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	2	222/2019	4.996,00
Balança Antropométrica Adulto	2	222/2019	1.919,90
Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica	3	222/2019	7.500,00
Carro Maca Simples	3	222/2019	3.743,25
Esfigmomanômetro Adulto	5	222/2019	1.825,00
Esfigmomanômetro infantil	5	222/2019	1.500,00
Estetoscópio Adulto	5	222/2019	177,55
Estetoscópio Infantil	5	222/2019	177,55
Laringoscópio Infantil	2	222/2019	958,00
Otoscópio	3	222/2019	810,00
Longarina	5	267/2019	1.450,00
Cardioversor	2	338/2019	50.000,00
Desfibrilador Convencional	2	338/2019	50.000,00
Monitor Multiparâmetros	2	338/2019	27.000,00
Ar Condicionado	6	359/2019	7.379,82
Detector Fetal	4	52/2020	2.196,00
Esfigmomanômetro obeso	5	144/2020	649,50
Balde a Pedal	12	153/2020	840,00
Biombo	3	25/2021	864,00
			183.374,13

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidade Beneficiada: Centros de Atenção Psicossocial-CAPS			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputados Federais Marcelo Belinati e Leopoldo Meyer			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-011			
Portaria de Habilitação: 2.245 de 03/11/2016			
Valor Total da Emenda: Valor: R\$ 155.690,00			
Depósito do Recurso: 28/12/2016			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Veículo de Passeio Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km)	3	67/2017	108.000,00
Computador Portátil (Notebook)	3	173/2018	10.809,81
Suporte para Televisão	3	275/2018	118,80
Forno de Microondas	3	010/2019	1.221,00
Longarina	5	010/2019	2.835,00
Esfigmomanômetro infantil	1	143/2019	59,08
Projektor Multimídia (Datashow)	3	149/2020	8.112,00
Televisor	3	283/2020	5.400,00
			136.555,69

Unidades Beneficiadas: Todas as Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-002			
Portaria de Habilitação: 965 de 11/05/2016			
Valor Total da Emenda: Valor: R\$ 230.000,00			
Depósito do Recurso: 29/12/2016			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Estetoscópio Adulto	58	152/2017	690,20
Computador Portátil (Notebook)	52	173/2018	176.863,44
Projektor Multimídia (Datashow)	24	173/2018	45.872,88
Ventilador de Teto	65	43739	6.630,00
Cadeira sem rodízios, braços e regulagem de altura	1	43739	99,90
Balde a pedal	1	121/2020	45,85
			230.202,27

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidade Beneficiada: Central de Regulação de Urgências – SAMU			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-001			
Portaria de Habilitação: 2.245 de 03/11/2016			
Valor Total da Emenda: R\$ 151.000,00			
Depósito do Recurso: 26/10/2017			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Computador (Desktop Avançado)	3	173/2018	15.447,32
Cadeira com rodízios, braços e regulagem de altura	20	010/2019	4.940,00
Oxímetro de Pulso	8	73/2019	13.520,00
Bomba de Infusão	6	222/2019	18.396,00
DEA Desfibrilador Externo Automático	5	338/2019	27.500,00
			79.803,32

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly			
Proposta nº: 11323.261000/1190-01			
Portaria de Habilitação: 1.327, 12/06/2019			
Valor Total da Emenda: R\$ 299.850,00			
Depósito do Recurso: 23/10/2019			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Ar condicionado (quente e frio)	37	149/2020	56.203,00
Cadeira odontológica completa	2	331/2020	18.870,00
Compressor odontológico	3	331/2020	23.970,00
Detector Fetal	20	331/2020	6.400,00
Fotopolimerizador	20	331/2020	6.299,80
Otoscópio simples	10	331/2020	7.540,00
Oxímetro de pulso	10	331/2020	20.000,00
Ultrassom odontológico	25	331/2020	34.900,00
			174.182,80

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Boca Aberta			
Proposta nº: 11323.261000/1200-11			
Portaria de Habilitação: 745, de 07/04/2020			
Valor Total da Emenda: R\$ 34.109,00			
Depósito do Recurso: 28/04/2020			
Itens Adquiridos - Pactuados na Proposta Inicial			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	1	142/2021	1.550,00
Cadeira de Rodas Adulto	4	142/2021	1.980,00
Cadeira de Rodas para Obeso	2	142/2021	2.700,00
Detector Fetal	20	142/2021	7.900,00
			14.130,00

➤ RECURSOS ESTADUAIS SESA-PR

Beneficiados: Serviços de Saúde do Município			
Aquisição de veículos – Transporte Sanitário			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 596/2020			
Valor: R\$ 625.000,00			
Depósito do Recurso: 26/05/2020 – R\$ 350.000,00 / 12/06/2020 – R\$ 275.000,00			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Ambulância Tipo A	1	047/2021	182.200,00

Beneficiados: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 607/2015			
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 135/2016			
Valor: R\$ 115.000,00			
Depósito do Recurso: 22/04/2016			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Kit Equipamento Urgência (Laringoscópio, Ambu, Jogo de cânulas de Guedel)	4	59/2017	9.249,00
Otoscópio	54	59/2017	29.799,90
Autoclave Horizontal De Mesa Capacidade para 42 L	7	59/2017	33.899,95
Refrigerador para copa	5	59/2017	6.950,00

Relatório Anual de Gestão 2021

Consultório Odontológico (Cadeira, equipo, refletor, unidade auxiliar acoplada)	2	198/2018	17.737,24
Oxímetro de Pulso de Mesa	10	73/2019	16.900,00
			114.536,09

Beneficiados: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 514/2017			
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 522/2017			
Valor: R\$ 1.380.000,00			
Depósito do Recurso: 24/10/2017			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Computador (Desktop-Básico)	327	173/2018	980.996,73
Aplicador de hidróxido de cálcio duplo	135	247/2019	729,00
Cabo bisturi nº 3	35	247/2019	258,30
Caneta de Alta Rotação	255	247/2019	53.340,90
Compressor de ar odontológico	5	247/2019	33.989,85
Escavador de dentina nº 11	135	247/2019	864,00
Escavador de dentina nº 17	135	247/2019	885,60
Escavador de dentina nº 20	135	247/2019	868,05
Espátula nº 01, aço inoxidável	165	247/2019	2.989,80
Micromotor	177	247/2019	38.837,34
Pinça de dissecação – anatômica, inox, 14 cm	35	247/2019	299,95
Pinça para algodão de aço inoxidável	335	247/2019	2.897,75
Porta Matriz metálico Tofflemire	100	247/2019	2.100,00
Seringa Carpule com refluxo	150	247/2019	3.538,50
Sonda exploradora nº 5	335	247/2019	1.825,75
Sonda odontológica milimetrada	35	247/2019	212,45
Tesoura Goldman Fox 13 cm	135	247/2019	3.106,35
Tesoura Mayo	34	247/2019	864,28
Contra Ângulo	150	111/2020	45.000,00
Esfigmomanômetro aneróide portátil obeso	54	144/2020	7.014,60
			1.180.619,20

Relatório Anual de Gestão 2021

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 373/2018			
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 563/2018			
Valor: R\$ 2.300.000,00			
Depósito do Recurso: 09/08/2018			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total (R\$)
Aparelho de telefone sem fio	100	46/2019	7.964,00
Aparelho de Televisão - 40' LED	24	46/2019	33.888,00
Aquecedor portátil elétrico	150	46/2019	12.972,00
Balde cilíndrico porta detritos, c/ pedal, capacidade aprox. 10 litros	250	46/2019	26.897,50
Caixa térmica de poliuretano com capacidade mínima de 15 litros, com termômetro digital	56	46/2019	18.189,92
Carro para material de limpeza	30	46/2019	19.929,00
Coleta Seletiva de Lixo Reciclável 50 litros - 4 Lixeiras	56	46/2019	19.039,44
Fogão a gás, 04 queimadores	30	46/2019	11.692,20
Refrigerador para copa	14	46/2019	17.377,22
Armário 02 portas	30	107/2019	10.080,00
Armário de aço com 8 portas com cadeado	48	107/2019	32.400,00
Arquivo 4 gavetas com chave	30	107/2019	15.600,00
Balcão 02 portas	100	107/2019	22.400,00
Biombo triplo	10	107/2019	2.550,00
Cadeira de rodas	20	107/2019	18.998,00
Cadeira Espaço Saúde e recepção (cadeira empilhável)	87	107/2019	5.211,30
Cadeira fixa tipo secretária	145	107/2019	10.657,50
Cadeira giratória executiva c/braços, tamanho médio	60	107/2019	18.300,00
Escada clínica 02 degraus	200	107/2019	27.400,00
Mesa De Exame Clínico Pediátrica	20	107/2019	6.500,00
Mesa de exame ginecológico (Cama para exame ginecológico tipo divã)	10	107/2019	14.490,00
Mesa escritório com gavetas (1,20 m larg.x 0,70 cm)	10	107/2019	2.732,00
Mesa para refeitório	20	107/2019	6.800,00
Mesa para reuniões	15	107/2019	5.355,00
Poltrona reclinável com banquetas para repouso	58	107/2019	23.200,00
Autoclave Horizontal De Mesa: Capacidade de 60 litros	3	143/2019	13.999,98
Balança Eletrônica Pediátrica 15 Kg	20	143/2019	11.580,00
Braçadeira para injeção	10	143/2019	654,90
Câmara de Vacina	3	143/2019	29.349,99
Carrinho de urgência e emergência	50	143/2019	58.889,84
Carrinho para curativo em inox	20	143/2019	10.207,80
Compressor	44	143/2019	296.768,12

Relatório Anual de Gestão 2021

Consultório odontológico (cadeira, equipo, refletor, unidade auxiliar acoplada à cadeira)	21	143/2019	129.150,00
Cuba lavadora ultrassônica 3,81 com aquecimento	35	143/2019	284.165,00
Detector de batimento cardíaco fetal	56	143/2019	34.449,52
Esfigmomanômetro aneróide portátil pediátrico	120	143/2019	7.089,60
Esfigmomanômetro para adulto pequeno	175	143/2019	15.368,50
Estetoscópio adulto	500	143/2019	6.495,00
Estetoscópio pediátrico	140	143/2019	2.153,20
Foco Auxiliar	25	143/2019	4.194,25
Fotopolimerizador	51	143/2019	15.047,55
KIT EQUIPAMENTO URGENCIA 1-Laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas 2-Ambú Adulto com máscaras 3- Ambú Infantil com máscaras 4- Ambú neonatal 5-Jogo de cânulas de Guedel (adulto nº 05, 7 e 9 e infantil nº 3.51)	51	143/2019	117.831,52
Kit estesiômetro	54	143/2019	10.584,00
Lanterna Clínica para Exame	56	143/2019	2.046,24
Oxímetro de pulso de mesa	30	143/2019	62.370,00
Seladora para papel Grau Cirúrgico	10	143/2019	1.665,00
Termômetro auricular - infravermelho	240	143/2019	22.329,60
Bacia inox para curativo	50	247/2019	3.580,00
Cabo para espelho de aço inoxidável — autoclavável	150	247/2019	598,50
Caneta de Alta Rotação	128	247/2019	26.775,04
Micromotor	128	247/2019	27.426,42
Tesoura Mayo	25	247/2019	635,50
Ar Condicionado 12.000 Btu'S Frio Tipo Split	120	354/2019	147.596,40
Tablet	328	46/2020	192.663,92
Contra Ângulo	128	111/2020	38.400,00
Aspirador de secreção	56	144/2020	17.850,00
Esfigmomanômetro aneróide portátil obeso	120	144/2020	15.588,00
Esfigmomanômetro para adulto	175	144/2020	20.737,50
Desfibrilador Semi Automático - DEA	4	144/2020	19.000,00
Purificador de água refrigerado com capacidade para 03 litros	35	157/2021	17.500,00
			2.055.363,97

A Secretaria Municipal de Saúde enfrentou diversas dificuldades ao longo dos anos de 2020 e 2021, para aquisição de equipamentos, pois a pandemia da COVID-19 afetou a economia do Brasil, bem como o fornecimento de peças e insumos para as indústrias, o que levou ao desabastecimento dos fornecedores nos mais diversos setores.

Desse modo, vários processos licitatórios tiveram resultado deserto, quando nenhum fornecedor apresenta proposta para o certame ou resultado fracassado, quando as propostas não estão adequadas ao edital.

Relatório Anual de Gestão 2021

O município de Londrina recebeu recursos estaduais no valor total de R\$ 3.795.000,00 (três milhões e setecentos e noventa e cinco mil reais), destinados à aquisição de equipamentos para as UBS, habilitados pelas seguintes resoluções da SESA/PR:

- Resolução SESA Nº 607/2015 (R\$ 115.000,00)
- Resolução SESA Nº 514/2017 (R\$ 1.380.000,00)
- Resolução SESA Nº 373/2018 (R\$ 2.300.000,00)

Em janeiro de 2021, a SESA/PR publicou a Resolução SESA Nº 0046/2021, estabelecendo critérios e condições para que os municípios utilizassem o saldo dos recursos das referidas resoluções para aquisição de novos equipamentos para Atenção Primária.

O município de Londrina encaminhou a documentação exigida pela SESA/PR e cumpriu oportunamente todos os requisitos da referida Resolução, dando início à tramitação do processo para utilizar o saldo de recursos.

Porém, em maio de 2021, durante a tramitação do processo, foi publicada a Resolução SESA Nº 471/2021, revogando a Resolução anterior, determinando que os municípios devolvessem o saldo dos recursos dos equipamentos ao Estado.

A Secretaria Municipal de Saúde solicitou reiteradamente à SESA autorização para utilizar o referido saldo de recursos, porém o pedido foi negado. Em 30/11/2021, foi realizada a devolução de recursos estaduais no valor de R\$ 444.480,74 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos), e a prestação de contas foi enviada à SESA.

Quadro 40. Detalhamento Recursos Estaduais, aquisição de equipamentos. Londrina 2021.

Resolução SESA nº	Recurso Estadual Recebido (R\$)	Recurso Estadual Utilizado (R\$)	Saldo Recursos Estaduais (R\$) (Devolução à SESA)
607/2015	115.000,00	114.536,09	463,91
514/2017	1.380.000,00	1.180.619,20	199.380,80
373/2018	2.300.000,00	2.055.363,97	244.636,03
TOTAL	3.795.000,00	3.350.519,26	444.480,74

O Município foi habilitado pela Resolução SESA nº 1209/2017, a receber recursos estaduais no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados à aquisição de veículos para o transporte sanitário, parte das ações do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (APSUS). Os recursos foram utilizados para aquisição de uma ambulância de simples remoção no valor de R\$ 81.900,00 (oitenta e um mil e novecentos reais), restando o saldo de recursos estaduais no valor de R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais).

Em janeiro de 2021, a SESA/PR publicou a Resolução SESA Nº 0047/2021, estabelecendo critérios e condições para que os municípios utilizassem o saldo dos recursos do transporte sanitário na aquisição de novos veículos ou materiais de apoio ao transporte sanitário. O município de Londrina encaminhou a documentação exigida pela SESA/PR e cumpriu tempestivamente todos os requisitos preconizados pela Resolução SESA Nº 0047/2021, dando início à tramitação do processo para utilizar o saldo de recursos.

Relatório Anual de Gestão 2021

Ocorreu que, em maio de 2021, durante a tramitação do referido processo, a SESA/PR publicou a Resolução SESA Nº 466/2021, revogando a Resolução SESA Nº 47/2021, determinando a devolução do saldo de recursos do transporte sanitário ao Fundo Estadual de Saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde solicitou reiteradamente à SESA autorização para utilizar o referido saldo de recursos, porém o pedido foi negado. Em 23/12/2021, foi realizada a devolução de recursos estaduais no valor de R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil e cem reais), e a prestação de contas foi enviada à SESA.

Quadro 41. Detalhamento Recursos Estaduais, transporte sanitário. Londrina 2021.

Resolução SESA nº	Recurso Estadual Recebido	Recurso Estadual Utilizado (Aquisição Ambulância Simples Remoção)	Saldo Recursos Estaduais (Devolução à SESA)
1209/2017	R\$ 120.000,00	R\$ 81.900,00	R\$ 38.100,00

Em dezembro de 2021, o Fundo Municipal de Saúde de Londrina recebeu recursos estaduais no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), habilitados pela **Resolução SESA nº 1.010/2021**. O recurso será destinado à aquisição de um equipamento Ultrassom, possibilitando a realização dos exames na Policlínica Municipal e fortalecendo a Rede Materno Infantil do Município.

10.2 Propostas para incremento temporário de custeio de Unidades de Saúde do município de Londrina.

➤ **Incremento Temporário do Teto da Média e Alta Complexidade (MAC)**

O Incremento Temporário de Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas é um recurso temporário destinado a complementar o custeio dos serviços de assistência à média e alta complexidades (MAC), com o objetivo de melhorar o atendimento da população, incrementando o financiamento da rede própria de atendimento e/ou, ainda, atuando na ampliação do custeio, proporcionando a redução de filas de atendimento.

Os recursos de emenda para incrementar o MAC são alocados de maneira temporária, para o custeio de unidades próprias do Município, assim como para as entidades privadas sem fins lucrativos contratadas, conveniadas ou com instrumento congênere firmado com o município beneficiado; por exemplo hospitais e entidades que prestam serviços de saúde e possuem contratualização com o município de Londrina (Fonte: Fundo Nacional de Saúde, 2021).

Relatório Anual de Gestão 2021

Quadro 42. Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para Incremento MAC cadastrados em 2021. Londrina, 2021.

Nome do Beneficiado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA / CNES: 2579324			
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município
36000.388521/2021-00 81000792 RELATOR GERAL (INDICAÇÃO LUÍSA CANZIANI)	500.000,00	1.438 de 29/06/2021	07/07/2021
36000.399965/2021-00 81000792 RELATOR GERAL	400.000,00	2.685 de 14/10/2021	26/10/2021
36000.424229/2021-00 81000792 RELATOR GERAL (INDICAÇÃO LUÍSA CANZIANI)	1.000.000,00	4.072 de 30/12/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal
36000.425718/2021-00 81000792 RELATOR GERAL (INDICAÇÃO LUÍSA CANZIANI)	1.500.000,00	4.237 de 31/12/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal
Recursos depositados	R\$ 900.000,00		
Recursos a receber	R\$ 2.500.000,00		
Total	R\$ 3.400.000,00		

Nome do Beneficiado: DRAS DIRETORIA DE REGULACAO DE ATENCAO A SAUDE / CNES: 3317951			
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município
36000.2902852/01-900 PROGRAMA-MS INDICAÇÃO SENADOR FLAVIO ARNS	500.000,00	3.899 de 28/12/2019	03/01/2020

Nome do Beneficiado: HCL HOSPITAL DO CANCER DE LONDRINA / CNES: 2577623					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasse Recurso Ao Beneficiado
36000.368897/2021-00 38360005 PAULO EDUARDO MARTINS	500.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021	18º Termo Aditivo (Assinado em 27/12/2021)	26/01/2022
36000.368907/2021-00 40660006 SARGENTO FAHUR	250.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		26/01/2022
36000.410279/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	500.000,00	2.532 de 04/10/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	Aditivo em tramitação,	-
Recursos depositados	R\$ 750.000,00				
Recursos a receber	R\$ 500.000,00				
Total	R\$ 1.250.000,00				

Relatório Anual de Gestão 2021

Nome do Beneficiado: HOFTALON HOSPITAL DE OLHOS / CNES: 2578506					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000.379539/2021-00 39220002 BOCA ABERTA	390.946,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021	13º Termo Aditivo (Assinado em 21/12/2021)	26/01/2022
36000.368893/2021-00 39260007 CAPITÃO ALBERTO NETO	500.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		26/01/2022
36000.368900/2021-00 38360006 PAULO EDUARDO MARTINS	250.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		26/01/2022
36000.368905/2021-00 41920010 REINHOLD STEPHANES JUNIOR	100.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		26/01/2022
36000.368909/2021-00 40660006 SARGENTO FAHUR	250.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		26/01/2022
36000.410290/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	200.000,00	2.532 de 04/10/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	14º Termo Aditivo (Assinado em 27/01/2022)	-
Recursos depositados	R\$ 1.490.946,00				
Recursos a receber	R\$ 200.000,00				
Total	R\$ 1.690.946,00				

Nome do Beneficiado: HOSPITAL EVANGELICO DE LONDRINA / CNES: 2550792					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000.368899/2021-00 38360006 PAULO EDUARDO MARTINS	250.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021	18º Termo Aditivo (Assinado em 27/09/2021)	16/11/2021
36000.368902/2021-00 40560006 PEDRO LUPION	200.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		16/11/2021
36000.368904/2021-00 41920007 REINHOLD STEPHANES JUNIOR	300.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021		16/11/2021
36000.410282/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	500.000,00	2.532 de 04/10/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	19º Termo Aditivo (Assinado em 21/12/2021)	-
Recursos depositados	R\$ 750.000,00				
Recursos a receber	R\$ 500.000,00				
Total	R\$ 1.250.000,00				

Relatório Anual de Gestão 2021

Nome do Beneficiado: IRMANDADE SANTA CASA DE LONDRINA - ISCAL / CNES: 2580055					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000.368895/2021-00 40890008 ORIOVISTO GUIMARÃES	300.000,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021	33º Termo Aditivo (Assinado em 19/10/2021)	12/11/2021
36000.410285/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	500.000,00	2.532 de 04/10/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	36º Termo Aditivo (Assinado em 27/01/2022)	-
Recursos depositados	R\$ 300.000,00				
Recursos a receber	R\$ 500.000,00				
Total	R\$ 800.000,00				

Nome do Beneficiado: ASSOCIAÇÃO FLÁVIA CRISTINA / CNES: 3703835					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000.378147/2021-00 39220002 BOCA ABERTA	109.054,00	1.389 de 28/06/2021	13/10/2021	2º Termo Aditivo (Assinado em 19/10/2021)	03/12/2021

Nome do Beneficiado: HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA CNES de Cadastro da Proposta: 2579324 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000.410304/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	500.000,00	2.532 de 04/10/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	29º Termo Aditivo (Assinado em 28/12/2021)	-

Nome do Beneficiado: INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCACAO DE SURDOS - ILES / CNES: 2578417					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000413655/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	68.058,00	2.980 de 03/11/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	Formalização aditivo em andamento.	-

Relatório Anual de Gestão 2021

Nome do Beneficiado: INSTITUTO LONDRINENSE DE EDUCACAO PARA CRIANCAS EXCEPCIONAIS - ILECE / CNES: 3114902					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000413656/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	50.000,00	2.980 de 03/11/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	Formalização aditivo em andamento	-

Nome do Beneficiado: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE PORTADORES DE SINDROME DE DOWN - APS DOWN / CNES: 3247031					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000413657/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	40.000,00	2.980 de 03/11/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	1º Termo Aditivo (Assinado em 10/01/2022)	-

Nome do Beneficiado: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA – APAE CNES: 3250652					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso ao Beneficiado
36000413658/2021-00 39860001 FILIPE BARROS	50.000,00	2.980 de 03/11/2021	Aguarda Depósito do Recurso Federal	Formalização aditivo em andamento	-

➤ Incremento Temporário do Piso de Atenção Básica (PAB)

O Ministério da Saúde possibilitou a alocação de recursos de emendas parlamentares para o Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas. A aplicação das emendas para incremento temporário do Piso da Atenção Básica observou o valor máximo de até 100% do total do somatório do Piso de Atenção Básica repassado ao Fundo Municipal de Saúde de Londrina no exercício de 2020 (Fonte: Fundo Nacional de Saúde, 2021).

Quadro 43. Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para incremento PAB cadastrados em 2021. Londrina 2021.

Nome do Beneficiado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA / CNPJ: 11.323.261/0001-69			
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda (R\$)	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município
36000.367238/2021-00 37710003 TONINHO WANDSCHEER	500.000,00	1.282 de 22/06/2021	31/08/2021

Relatório Anual de Gestão 2021

36000.367237/2021-00 39150007 AROLD MARTINS	100.000,00	1.282 de 22/06/2021	31/08/2021
36000.399419/2021-00 81000794 RELATOR GERAL (INDICAÇÃO RICARDO BARROS)	700.000,00	2.684 de 14/10/2021	26/10/2021
36000.403043/2021-00 81000794 RELATOR GERAL (INDICAÇÃO RICARDO BARROS)	300.000,00	2.684 de 14/10/2021	26/10/2021
Total	1.600.000,00		

10.3 Portarias de Custeio – Despesas

Quadro 44. Portarias de Custeio – Despesas. Londrina, 2021.

Dados do Recurso – Portarias de Custeio	Despesas - Exercício de 2021 (Fonte: Diretoria de Gestão Financeira, Compras e Serviços - DGFCs)
<p>Portaria de Habilitação: 731, 16/04/2021 Valor: R\$ 386.408,96 Data do Depósito: 18/05/2021 Forma de Repasse: Parcela única Tipo de Recurso: Custeio</p> <p>Objeto: Incentivo financeiro federal de custeio para desenvolvimento de ações estratégicas de apoio à gestação, pré-natal e puerpério, com vistas ao enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus.</p> <p>Bloco: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde / Atenção Básica / CORONAVIRUS (COVID-19) – SAPS</p>	<p>Total Recursos Recebidos R\$ 2.469.597,10</p> <p>R\$ 1.720.118,75 Folha de Pagamento Unidades Atendimento COVID-19</p> <p>R\$ 19.788,00 Despesas Materiais Hospitalares</p> <p>R\$ 93.000,00 Despesas Materiais Laboratoriais</p> <p>Total Despesas Ano 2021 R\$ 1.832.906,75</p>
<p>Portaria de Habilitação: 894/2021, 11/05/2021 Valor: R\$ 2.065.379,20 Data do Depósito: 18/05/2021 Forma de Repasse: Parcela única Tipo de Recursos: Custeio</p> <p>Objeto: Incentivo financeiro de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.</p> <p>Bloco: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde / Atenção Básica / CORONAVIRUS (COVID-19) – SAPS</p>	

Relatório Anual de Gestão 2021

<p>Portaria de Habilitação: 1.253, 18/06/2021 Valor: R\$ 17.808,94 Data do Depósito: 28/06/2021 Forma de Repasse: Parcela única Tipo de Recurso: Custeio</p> <p>Objeto: Incentivo financeiro federal de custeio aos municípios com equipes de Consultório na Rua, para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente da Covid-19.</p> <p>Bloco: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde / Atenção Básica / CORONAVIRUS (COVID-19) - SAPS</p>	
<p>Portaria de Habilitação: 3.008, 4/11/2020 Data do Depósito: Recurso Total: R\$ 61.792,00 24/11/2020 - R\$ 48.275,00 24/12/2020 - R\$ 13.517,00 Forma de Repasse: Parcela única Tipo de Recursos: Custeio</p> <p>Objeto: Incentivo financeiro federal de custeio temporário para apoiar a reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para viabilização do acesso e resolução das demandas de saúde bucal em condições adequadas para a mitigação dos riscos individuais e coletivos relacionados à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19).</p> <p>Bloco: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Ação Detalhada: CORONAVIRUS (COVID-19) - SAPS</p>	<p>R\$ 55.000,00 - Despesas manutenção de bens Imóveis Manutenção Predial do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, com reorganização e adequação dos ambientes de odontologia.</p>
<p>Portaria de Habilitação: 3.474, de 17/12/2020 Valor: R\$ 244.413,00</p> <p>Data do Depósito: 23/12/2020 Forma de Repasse: Parcela única Tipo de Recurso: Investimento</p> <p>Objeto: Incentivo financeiro federal de capital para informatização das equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária, para aquisição de equipamentos que assegurem a informatização das Unidades Básicas de Saúde.</p> <p>Bloco: Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde Ação Detalhada: CORONAVÍRUS (COVID-19) – SAPS</p>	<p>R\$ 244. 687,50 - Despesas com Informatização Atenção Básica Aquisição de Equipamentos - Computadores Básicos - 45 unidades.</p>

Relatório Anual de Gestão 2021

<p>Portaria de Habilitação: 3.350, de 8/12/2020 Valor: R\$ 156.044,00 Data do Depósito: 25/12/2020 Forma de Repasse: Parcela única Tipo de Recurso: Custeio</p> <p>Objeto: Incentivo financeiro federal de custeio temporário, para o desenvolvimento de ações no âmbito dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto do Enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.</p> <p>Bloco: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Ação Detalhada: CORONAVÍRUS (COVID-19) – SAPS</p>	<p>R\$ 38.401,44 - Prestação de Serviços Custeio em Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>
--	--

10.4 Obras e recursos para investimento

Quadro 45. Obras e recursos para investimento. Londrina, 2021.

OBRAS SECRETARIA DE SAUDE	RECURSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES	2021
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA MATERNIDADE	<p>Convênio: 799979/2013-SICONV Contrato de Repasse: 1013854-17/2013/MS/CAIXA Objeto: Ampliação da Maternidade Municipal Valor de repasse: R\$ 1.490.400,00</p> <p>Convênio: 795461/2013-SICONV Contrato de Repasse: 1012601-58/2013/MS/CAIXA Objeto: Reforma da Maternidade Municipal Valor de repasse: R\$ 883.246,00 Valor total repasses: R\$ 2.373.646,01 Valor total da obra: R\$ 4.939.027,06</p>	<p>13/12/2021 – prazo de entrega prorrogado para 05/04/2022.</p> <p>13/12/2021 – segunda fase da obra (ala de pré-parto) entregue;</p>
CONSTRUÇÃO DA UBS FRATERNIDADE	<p>Valor R\$ 600.000,00 Protocolo SESA: 15.125.833-6</p>	<p>31/03/2021 - Contrato rescindido. Obra Paralisada.</p>

Relatório Anual de Gestão 2021

	<p>Construção UBS Fraternidade Resolução SESA nº 784/2019 – Habilita e Autoriza o Repasse Construção de UBS – Tipo I – R\$ 650.000,00 Repasse em 2020 1ª Parcela – R\$ 65.000,00 2ª Parcela – R\$ 195.000,00 Total R\$ 260.000,00</p>	<p>08/11/2021 – Processo licitatório para conclusão da obra resultou deserto.</p> <p>13/12/2021 – Processo encaminhado à Gestão Pública para nova licitação, após atualização de planilha.</p>
<p>AMPLIAÇÃO E REFORMA DO SAMU REGIONAL</p>	<p>Convênio assinado entre o Município e a Governo do Estado do Paraná: Convênio nº 106/2018 Valor R\$ 4.753.907,49 Contrapartida: R\$ 237.695,37</p>	<p>Em trâmite aditivos de acréscimo de serviços e prorrogação de prazo por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 2409/2021</p>
<p>REFORMA DO PRONTO ATENDIMENTO LEONOR</p>	<p>Convênio / Pré Convênio: 840892/2016-SICONV Valor de repasse: R\$ 400.000,00 Emenda Parlamentar Dep. Federal Leopoldo Meyer</p>	<p>20/09/2021 – Reabertura Oficial do Pronto Atendimento.</p>
<p>RECUPERAÇÃO DA UBS LERROVILLE</p>	<p>Tomada de Preços 0006/2020 Contrato 0172/2020 Valor: R\$ R\$178.724,64 Repasse SESA: R\$ 150.000,00</p>	<p>17/11/2021 – Ordem de Serviço para retomada da reforma. Prazo de entrega: 17/04/2022.</p>
<p>RECUPERAÇÃO UBS SÃO LUIZ</p>	<p>Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0221/2019 Valor: R\$ 138.583,02 Repasse SESA: R\$ 131.565,40</p>	<p>07/05/2021 – Reabertura oficial da unidade.</p>
<p>RECUPERAÇÃO UBS VILA BRASIL</p>	<p>Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0238/2019 Valor: R\$ 206.967,91 Repasse SESA: R\$ 150.000,00</p>	<p>02/07/2021 – Rescisão contratual. Obra paralisada.</p> <p>22/10/2021 – Homologada a licitação para retomada da obra.</p>

Relatório Anual de Gestão 2021

		17/11/2021 – Ordem de Serviço para retomada da reforma. Prazo de entrega: 15/02/2022.
RECUPERAÇÃO UBS VILA RICARDO	Contrato: 0076/2020 Valor: R\$ 163.992,25 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	01/04/2021 – Rescisão contratual. 17/12/2021 – Termo de referência em elaboração pela Secretaria de Obras.
REFORMA UBS VIVI XAVIER	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0223/2019 Valor: R\$ 242.927,96 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	22/02/2021 – Rescisão contratual. 22/10/2021 – Homologada a licitação para retomada da obra. 17/11/2021 – Ordem de Serviço para retomada da reforma. Prazo de entrega: 15/02/2022.
REFORMA UBS PARIGOT	Reforma UBS Parigot de Souza Reforma de UBS – R\$ 150.000,00	23/12/2021 – Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos encaminhados à 17ª RS, solicitando autorização para licitação
REFORMA UBS UNIÃO DA VITÓRIA	Contrato: 0168/2020 Valor: R\$ 184.591,43	29/04/2021 - Contrato rescindido pela empresa contratada.
<p>Após Rescisão Contratual, por problemas da empresa vencedora, foi solicitada a atualização de Planilhas e Termo de referência para nova licitação pela Secretaria de Obras, para contratação da reforma das UBS Armindo Guazzi, Bandeirantes; Aquiles; Cafezal; Chefe Newton; Guaravera; Irerê; Lindóia; Ouro Branco; Padovani.</p>		

10.5 Prestação de contas de convênios

Número do Convênio/Contrato de Repasse: 840892/2016 / 1036569-46;

Concedente: Ministério da Saúde (Recursos de emenda parlamentar do Deputado Federal Leopoldo Meyer);

Objeto do Convênio: Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Reforma Pronto Atendimento – PA Leonor;

Vigência do Convênio: 30/12/2016 a 31/12/2021

Valor Total do Convênio: R\$ 1.087.559,26

Valor do Repasse Federal: R\$ 400.000,00

Valor de Contrapartida Municipal: R\$ 687.559,26

Relatório Anual de Gestão 2021

A execução da obra objeto do presente convênio foi finalizada e sua reabertura à população ocorreu no mês de setembro de 2021.

Como parte dos procedimentos para prestação de contas e finalização do convênio, foi realizada a devolução de recursos à União no valor de R\$ 19.116,18, correspondente aos rendimentos de aplicação financeira dos recursos federais recebidos. Os técnicos da Instituição Mandatária do Ministério da Saúde, a Caixa Econômica Federal – CAIXA, emitiram em 28/10/2021 o parecer de aprovação da prestação de contas do convênio, regularizando o processo do convênio.

➤ **Prestação de Contas - Ampliação da UBS Leonor**

O município de Londrina foi contemplado com recursos federais no valor de R\$ 109.350,00 destinados à Ampliação da UBS Leonor, Proposta de Captação de Recursos nº 11323.2610001/15-002, habilitada pela Portaria Nº 1.831 de 11/11/2015.

O Ministério da Saúde publicou a Portaria Nº 2.725, de 14/10/2021, desabilitando a proposta nº 11323.2610001/15-002 e determinando a devolução dos recursos. A Secretaria Municipal de Saúde realizou a devolução ao Fundo Nacional de Saúde no valor de R\$ 27.767,28 (vinte e sete mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos) referente a primeira parcela de recursos federais recebidos, e encaminhou os comprovantes da devolução ao Ministério da Saúde, regularizando a situação da proposta de captação de recursos.

10.6 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é um importante instrumento de trabalho para os profissionais de saúde da rede básica e serviços especializados da AMS. Contempla o conteúdo da RDC 306/2004, RDC 222/2018 e a Lei nº 12.305/10, visando a melhor assistência ao usuário do SUS, aos trabalhadores de saúde e à sociedade em geral, bem como o respeito ao meio ambiente.



A abordagem do protocolo do PGRSS baseia-se na integração, articulação e organização do processo de trabalho entre as equipes de saúde da AMS.

O PGRSS possibilita as condições para um ambiente de trabalho saudável e redução de riscos de acidentes de trabalho relacionados com manejo de

Relatório Anual de Gestão 2021

resíduos, além de cumprir as Leis Nacionais, Estaduais e Municipais relacionadas à gestão dos resíduos sólidos.

O trabalho de revisão e implantação do PGRSS vem sendo realizado desde o início de 2013, pela Comissão de Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde, composta por representantes das diversas Diretorias da AMS.

Em 2018, foram iniciadas as discussões para elaboração e implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Londrina, em atendimento e de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto Federal Nº 7.404/2010, em todas as suas etapas, desde a indicação dos atores a serem envolvidos até a elaboração do documento final, que conter diagnósticos, prognósticos, diretrizes e metas de implementação do plano, assim como uma minuta de lei para instituição legal.

O PMGIRS do Município de Londrina é condicionante obrigatória para o acesso e obtenção de recursos públicos disponibilizados por programas federais destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, como preconiza o Art. 18 da Lei Federal Nº 12.305/2010:

“Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.”

A instituição da PNRS foi um marco histórico para o meio ambiente do Brasil, uma vez que foi fruto de, aproximadamente, 20 anos de discussão sobre um dos maiores problemas ambientais e sanitários da humanidade. Para sua execução, cada unidade política da federação deve assumir seu papel na elaboração de legislação própria e na execução dessas políticas. Por isso a exigência do PMGIRS como diretriz para a construção de um ambiente mais limpo e saudável para o Município de Londrina.

A elaboração do PMGIRS seguiu as diretrizes e prazos estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, prazos que venceram em agosto de 2012, e deve ter o conteúdo descrito no Art. 19 da Lei Federal Nº 12.305/2010.

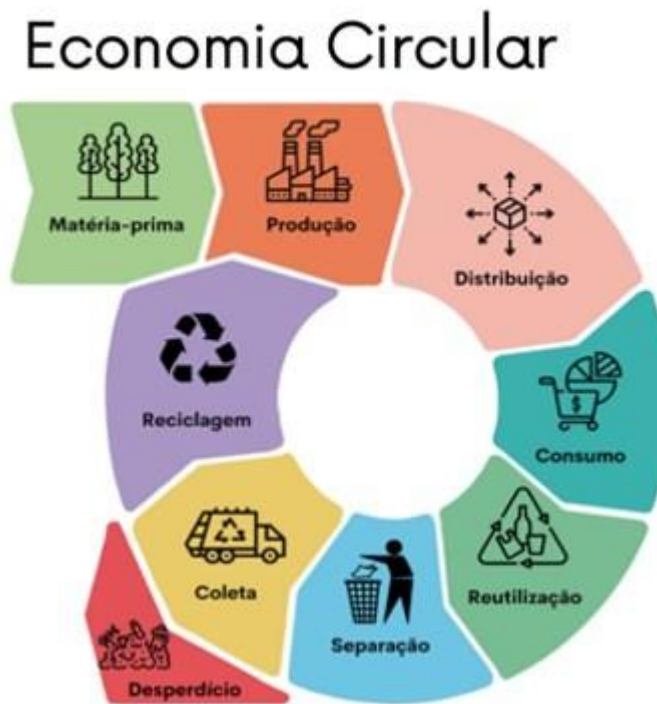
Além desses requisitos, o PMGIRS é uma exigência do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), para a concessão de Licença de Operação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) do município de Londrina, conforme Licença de Instalação nº 13.975.

A base conceitual do PMGIRS do Município de Londrina considera a legislação, as experiências e discussões já acumuladas desde a Resolução CONSEMMA nº 11 de 04/12/2006, passando pelos Decretos Municipais 768, 769 e 770 de 2009, o Decreto Municipal Nº 798/2011, o Decreto Municipal Nº 1.050/2009, Lei Municipal Nº 11.468/2011 e Lei Municipal Nº 11.471/2012, além de outras leis correlatas do Município.

Para a elaboração do PMGIRS, a Prefeitura de Londrina realizou 31 reuniões técnicas no ano de 2021, através do Comitê Diretor, além de três Audiências Públicas e Oficinas Técnicas com as cooperativas de reciclagem e a população em geral. Todo o material está disponível no site da Prefeitura (<https://portal.londrina.pr.gov.br/gestao-de-residuos-ambiente/pmgirs>).

Relatório Anual de Gestão 2021

O PMGIRS deve ser instituído por Lei. Para isso, será apresentado à Câmara de Vereadores no mês de janeiro de 2022.



➤ Sobre o conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O Plano tem três cadernos, com medidas para valorizar os resíduos e alimentar a economia circular no Município. Os Cadernos 1 e 2 foram editados após Audiência Pública e estão disponíveis para a população no site da Prefeitura, no endereço supracitado.

O primeiro conta com o histórico do Município, os dados geográficos e socioeconômicos e a legislação envolvendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O segundo apresenta informações sobre a gestão atual de resíduos, coleta seletiva, geradores de resíduos sólidos e volumes gerados, reciclagem, destinação final de produtos e o custo da gestão como um todo. Já o terceiro trata do planejamento das medidas necessárias para a implementação do Plano Municipal e apresenta as ações estratégicas que devem ser implantadas nos próximos 20 anos.

Para a elaboração do Plano Municipal foi instituído um Comitê Diretor, composto por especialistas das Secretarias Municipais do Meio Ambiente (SEMA), Saúde, Educação, Obras e Pavimentação, Agricultura e Abastecimento, Planejamento, Orçamento e Tecnologia, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL); e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU).

10.7 GEOPROCESSAMENTO EM SAÚDE

Desde 1994 o município de Londrina conta com o auxílio do geoprocessamento aplicado em ações de Saúde. Essa ferramenta permite realizar o

Relatório Anual de Gestão 2021

mapeamento dos agravos de importância epidemiológica e, a partir da espacialização, analisar os riscos, planejar ações específicas de saúde, como também avaliar as redes de atenção. Os Sistemas de Informações Geográficas, manipulados através das ferramentas de geoprocessamento, oferecem suporte para a gestão, pois possibilitam integrar dados de diversas fontes, em grande volume e com rápido acesso à informação armazenada. O serviço de saúde de Londrina utiliza esses sistemas para capturar, armazenar, gerenciar, analisar e apresentar informações geográficas. A partir da análise espacial possibilitadas pelo SIG, abre-se uma gama de novos subsídios que podem ser usados para o diagnóstico e planejamento das ações na vigilância em saúde.

O processo de territorialização do Município dividiu-o em 54 territórios, de acordo com a abrangência das Unidades de Saúde, sendo que 42 deles estão distribuídos no espaço urbano e 12 no espaço rural. Tal divisão levou em consideração a presença de barreiras geográficas naturais (cursos d'água sem transposição, declividade acentuada, distância da UBS) e antrópicas (rodovias e avenidas com grande fluxo de veículos, trajeto percorrido pelo transporte coletivo urbano), sociodemográficos (perfil da população residente desse espaço), organizacionais e de infraestrutura (capacidade de atendimento, de acordo com o tamanho da Unidade de Saúde).



Os territórios de abrangência das Unidades de Saúde são a unidade de análise ou recorte espacial mais utilizado pelo geoprocessamento, por permitir a elaboração de mapas temáticos, que possibilitem reflexões sobre os processos de natalidade, mortalidade e morbidade, em espaços distintos dentro do mesmo município. Essa análise permite a otimização de recursos, esforços e energia, contribuindo tanto no pensar, quanto no agir em saúde no Município.

10.8 Atividades desenvolvidas e em desenvolvimento em Geoprocessamento

- Produção de geodados em saúde;
- Contribuição na sistematização e construção do banco de dados municipal geoprocessado e corporativo;
- Participação da comissão gestora do geoprocessamento da PML;
- Participação das reuniões e grupos de trabalho sobre Territorialização, que envolvem as diversas Secretarias e Órgãos Públicos do Município;

Relatório Anual de Gestão 2021

- Mapeamentos de agravos (morbidade, natalidade e mortalidade) utilizados para o planejamento de ações em saúde;
- Mapeamentos de informações georreferenciadas (demográficas, sociais, econômicas, de saneamento, de infraestrutura) utilizadas pela DPGS e demais diretorias;
- Construção e revisão/atualização dos territórios de abrangência das Unidades de Saúde, com base na análise dos aspectos físicos, antrópicos e demográficos;
- Elaboração de mapas dos territórios de abrangência das UBS;
- Atualização da base cartográfica, necessária ao Geoprocessamento;
- Inserção, atualização e correção no *SaúdeWeb*, tanto de logradouros novos quanto dos já existentes;
- Contribuição na construção de indicadores de saúde, através de cálculos de incidência, prevalência e infestação junto à DPGS, DVS e DAPS;
- Construção de dados estatísticos que oferecem suporte ao Planejamento de Ações em Saúde;
- Apoio técnico à Epidemiologia (DVS) na manipulação dos dados produzidos a partir dos bancos de dados do Ministério da Saúde (SIM, SINASC, SINAN, SISPRENATAL);
- Colaboração na sistematização de informações e dados para elaboração dos mecanismos de gestão;
- Busca constante da integração de dados relevantes para a Saúde de outras Secretarias da Prefeitura;
- Participação nas reuniões semanais com grupo de especialistas em estatística e epidemiologia, para análise e preparação de dados e informações que subsidiam as discussões do COESP, no enfrentamento à pandemia de COVID19;
- Atualização diária no *Dashboard* (Painel da Saúde) dos casos de COVID19, com dados estatísticos e espaciais da doença e disponibilização pública dos dados;
- Atualização diária dos mapas de COVID19 para publicização por meio dos boletins de Coronavírus veiculados pelas redes sociais e imprensa;
- Atualização dos dados espaciais das notificações das doenças Dengue, Zika e *Chicungunya*, e mapeamentos dos dados referentes ao *Aedes aegypti*;
- Fomento e criação de *Dashboard* para Arboviroses do município de Londrina.

10.9 COMISSÃO DE ANÁLISE DE DIRETRIZES DE LOTEAMENTOS (CADIL)

Em 20 de março de 2017, foi publicado o Decreto Nº 357, que instituiu o procedimento para emissão de Consulta Prévia de Viabilidade Técnica para Fins de Loteamentos Urbanos, nos termos do Art. 8º ao Art. 12 da Lei Municipal Nº. 11.672, de 24 de julho de 2012.

O referido procedimento se aplica aos empreendimentos com finalidade de parcelamento ou anexação do solo para fins urbanos e a Consulta Prévia de Viabilidade Técnica, expedido pelo IPPUL.

O mesmo Decreto, em seu Art. 3º, instituiu a Comissão de Análise de Diretrizes de Loteamentos (CADIL), órgão de assessoramento para análise e aprovação de loteamentos urbanos, com a finalidade de:

I. Agilizar a tramitação da análise e tramitação dos projetos de parcelamento do solo urbano, através de discussões prévias e indicações técnicas sobre as

Relatório Anual de Gestão 2021

condicionantes para implantação dos equipamentos comunitários e para espaços livres de uso público, que subsidiarão ao IPPUL na elaboração da Consulta Prévia de Viabilidade Técnica;

II. Elaboração do Plano Municipal de Áreas Públicas, para fins de identificação das demandas dos órgãos e serviços públicos e planejamento das áreas institucionais, nos termos do Art. 41 da Lei Municipal Nº 11.672/2012;

III. Propor a expedição de instruções normativas pertinentes.

O CADIL é composto por servidores do Poder Executivo Municipal, que representam cada Secretaria da PML, com autonomia para deliberar acerca das exigências técnicas necessárias para a aprovação de parcelamento do solo para fins urbanos. Cabe ao representante da SMS emitir considerações técnicas sobre a existência de unidades de saúde no entorno, da demanda gerada pelo empreendimento e sua capacidade de suporte e absorção, bem como demais informações afetas às atribuições desta Secretaria, nos termos da Lei Municipal Nº 8.834, de 1º de julho de 2002;

Em 2021 o CADIL se reuniu, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, em casos de excesso de processos incluídos em pauta, tanto para análise e aprovação de empreendimentos particulares, quanto para aprovação de empreendimentos vinculados à COHAB, para habitações de interesse social. Neste ano corrente o CADIL sofreu uma alteração no formato e momento de discussões, quanto à fase do empreendimento – a Comissão passou a deliberar não mais na fase de consulta prévia (CPVT), mas sim na fase de análise de aprovação da diretriz viária, ampliando a possibilidade de apontamento das necessidades de cada Secretaria.

No ano de 2021, devido à pandemia, as reuniões do CADIL ocorreram na modalidade *on-line*, obedecendo medidas de distanciamento determinadas por decretos municipais, estaduais e federais.

10.10 PLANO DIRETOR

Em dezembro de 2018, o Executivo protocolou junto à Câmara Municipal de Londrina (CML) a minuta da Lei Geral do Plano Diretor Municipal de Londrina 2018-2028, que se converteu no Projeto de Lei Nº 207/2018.

O Plano Diretor é o pilar da política de desenvolvimento e expansão urbanos e estabelece grandes linhas de desenvolvimento municipal, buscando soluções para os gargalos existentes, e valorizando as potencialidades diversas no âmbito social, econômico, ambiental, cultural e político.

As leis específicas do Plano Diretor normatizam as diretrizes e regras de ordenamento territorial, incluindo perímetro das zonas urbanas, parcelamento do solo, uso e ocupação do solo, obras de edificações, posturas, ambiente, patrimônio histórico e cultural, entre outros aspectos. Também estabelecem diferentes instrumentos ligados ao planejamento do município, tais como Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Outorga Onerosa, visando a execução dos instrumentos urbanísticos.

Em Londrina, a Lei Geral do Plano Diretor vigente foi aprovada em 24 de dezembro de 2008 (Lei Municipal Nº 10.637/2008), e as leis específicas aprovadas no período entre 2011 e 2015:

- Preservação do Patrimônio Cultural (19/04/2011)
- Código de Obras e Edificações (25/11/2011)
- Código de Posturas (29/12/2011)

Relatório Anual de Gestão 2021

- Código Ambiental (10/01/2012)
- Parcelamento do solo (24/07/2012)
- Perímetro Urbano (17/07/2012)
- Uso e Ocupação do Solo (29/01/2015)
- Sistema Viário (29/01/2015) e
- Outorga Onerosa (17/04/2015)

Por meio de Decreto foi formada a Equipe Técnica Municipal (ETM), que reúne representantes de todas as Secretarias e Órgãos executivos da Prefeitura de Londrina, entre eles a Secretaria Municipal de Saúde e do Grupo de Acompanhamento (GA), composto por representantes de entidades dos diversos segmentos da comunidade (Decreto Nº 591/2020).

A ETM realizou a revisão das Leis e elaboração do Plano Diretor do Município no ano de 2021, em reuniões e debates mensais intra e inter setoriais.

Além da Lei Geral, aprovada em Audiência Pública em dezembro de 2021 pela Câmara de Vereadores, cabe à ETM a elaboração das Leis Urbanísticas que vão detalhar e concretizar as orientações do Plano Diretor para a vida prática dos londrinenses.

10.11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conforme o Artigo 5º do Decreto Municipal Nº 473/2014, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (SMPOT), é a responsável pelo planejamento, proposição, execução e administração da política de informática do município de Londrina e tem entre suas atribuições regimentais o desenvolvimento, manutenção de sistemas e o atendimento ao usuário de informática.

A DTI atende toda a demanda de informática da Administração Direta do Município, da CODEL, FEL, IPPUL e SAÚDE. Além disso, colabora e/ou interage em algum nível, com ações de informática da ACESF, CMTU e CAAPSM. Toda a infraestrutura de TI do Município é executada por mão de obra própria e o serviço de suporte técnico de informática, depois de mais de 10 anos terceirizado, foi assumido pela DTI em fevereiro de 2015.

Por conta do sistema informatizado de saúde (Saúde Web), os usuários dos serviços da DTI extrapolam os limites do Município, pois as 21 cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), mais algumas cidades sedes de regionais de saúde do Paraná, utilizam o sistema SAUDEWEB para marcação de consultas especializadas e exames. Outros municípios-sede de regionais de saúde e laboratórios particulares contratualizados também utilizam esse sistema.

O Saúde Web foi implantado na rede municipal de saúde em 2007, pela Gerência de Informática da Saúde, da SMPOT, e é utilizado por todas as unidades de saúde e alguns serviços especiais do Município.

Em julho de 2018 foi implementada a Transferência em Lote, funcionalidade desenvolvida para o módulo de farmácias, para otimização dos fluxos de trabalho da Central Farmacêutica da Saúde (CAF). A transferência em lote, ou transferência múltipla, proporciona a automatização da distribuição de medicamentos e materiais, a partir do almoxarifado central de medicamentos, para as farmácias satélites nas diversas UBS, podendo ser utilizado para as demais unidades de

Relatório Anual de Gestão 2021

trabalho. Com o sistema passou a ser possível calcular os totais de todos os materiais requeridos na farmácia-destino, efetuando um envio baseado no *déficit* do estoque. Tal funcionalidade também tem permitido que as transferências sejam direcionadas a grupos de materiais específicos, como medicamentos, material médico-hospitalar, produtos odontológicos e insumos farmacêuticos, entre outros.

Em relação à determinação de 2016 do Ministério da Saúde quanto à adoção do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), em 2018 foi feita opção por iniciar a utilização do PEC do e-SUS (programa do Ministério da Saúde). Assim, os esforços têm sido voltados para integração do novo módulo de atendimento com a recepção nos pronto-atendimentos. Com o recebimento de novas máquinas provenientes de compra e doações, também foi proposto um cronograma de substituição e instalação de microcomputadores nas UBS, consideradas a estrutura de rede (estrutura lógica e física DLMS-GRDS-II), bem como licenças de *software*, no caso de doações e compra (Office).

Sobre o PEC do Sistema e-SUS Atenção Básica, consiste em um *software* onde as informações clínicas e administrativas do paciente ficam armazenadas, no contexto das UBS, tendo como principal objetivo informatizar o fluxo de atendimento realizado pelos profissionais de saúde. O PEC é uma solução gratuita, desenvolvida e disponibilizada pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, capaz de otimizar o fluxo de atendimento das UBS, além de apoiar o processo de coordenação do cuidado do cidadão realizado na APS (Min. Saúde, SAPS 2017). A informatização desses processos nas UBS traz benefícios importantes aos usuários, como: acesso rápido às informações de saúde e intervenções realizadas, melhoria na efetividade do cuidado e possível redução de custos com otimização dos recursos, além de aprimorar e automatizar o processo de envio de informações da AB para o Ministério da Saúde, impactando na qualificação dos sistemas de informações. Ou seja, a implantação do PEC traz benefícios para gestores, profissionais de saúde e cidadãos

São atribuições da DTI:

➤ **Manutenção da estrutura existente de *hardware* e *software***

Implantação do módulo de almoxarifado do sistema Saúde Web desenvolvido para controle de estoque e dispensação de medicamentos controlados entre outros materiais bem como dar transparência às movimentações de produtos.

Manutenção das redes locais de todas as unidades de saúde e administrativas da rede de Saúde.

Manutenção de todo parque de microcomputadores da rede de saúde. Atendimento aos usuários dos serviços de rede, internet e acesso a sistemas da rede de saúde.

➤ **Ampliação do acesso ao PEC**

Foi necessária a ampliação da conectividade das unidades de atendimento, com aumento da velocidade de 1Mb (Lan Multiponto), para 100Mb (Fibra Óptica).

Também como requisito à implantação efetiva do Prontuário Eletrônico do Cidadão foi realizada a ampliação dos computadores e impressoras nas unidades

básicas de saúde instalando um microcomputador e uma impressora por consultório nas principais unidades.

➤ **Transparência das filas de espera de especialidades**

No Projeto de Transparência das Filas, , foram definidas quatro etapas, bem como um cronograma a serem desempenhados pelos respectivos setores das Diretorias de tecnologia da informação DTI e regulação DRAS, envolvendo aspectos como cirurgias, consultas de especialidades, exames, dentro de tópicos como a tramitação de contas, laudos, auditorias, AIH, pagamentos/faturamento, controles de status e evolução da fila, trabalho com o Portal da Transparência, glosas e regras, relatórios com alerta dinâmico e de busca ativa, acompanhamento do processo, bem como acessos externos ao histórico do processo mediante padrões de permissão.

➤ **Atendimento de demandas de Tecnologia da Informação referentes à pandemia**

Implantação do tele atendimento e tele consulta de pacientes sintomáticos da COVID-19, permitindo que profissionais médicos mantivessem o fluxo de atendimentos deste público.

Desenvolvimento do sistema para o auto cadastro e agendamento eletrônico das vacinas contra a COVID-19 de primeira e segunda doses, possibilitando a estruturação e acompanhamento do atendimento nas unidades: Jardim do Sol, Zona Norte, Eldorado/Aeroporto, Alvorada e Ouro Branco. Implementação do teletrabalho para profissionais de áreas administrativas da saúde via VPN e terminais remotos, possibilitando o acesso aos sistemas gerenciais mesmo em *homeworking*.

Quanto às ações e atividades permanentes desse setor, destaca-se o papel de desenvolvimento, manutenção aos sistemas e inovação dos módulos existentes no sistema Web, bem como a exportação e importação de dados, geração de relatórios dos serviços da SMS, especificações para aquisição de equipamentos e acessórios da área.

Relatório Anual de Gestão 2021

11. EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Considerando os problemas enfrentados com o sistema e a impossibilidade de homologação do SIOPS, conseqüentemente ausência de informações pelo DIGISUS, está apresentada a análise dos quadros de Receitas e Despesas do RREO.

11.1 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 46. Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Vinculadas à Saúde, comparando os exercícios 2020 e 2021

RECEITAS	Receita Realizada até 6º Bimestre 2020	Receita Realizada até 6º Bimestre 2021	Diferença entre os exercícios	%
Impostos (I)	754.679.973,12	863.722.491,38	109.042.518,26	14,45
ITR	-	-		
IPTU	257.489.436,04	282.276.906,04	24.787.470,00	9,63
IRRF	113.438.521,62	117.307.973,06	3.869.451,44	3,41
ITBI	67.926.327,37	90.720.986,13	22.794.658,76	33,56
ISS	224.691.804,67	279.668.424,80	54.976.620,13	24,47
Multas e Juros de Mora de Impostos	91.133.883,42	93.748.201,35	2.614.317,93	2,87
Transferências da União (II)	78.137.024,58	108.810.386,35	30.673.361,77	39,26
Cota-Parte FPM (100%)	74.998.162,99	105.173.905,67	30.175.742,68	40,24
Cota-Parte ITR (100%)	3.138.861,59	3.469.495,21	330.633,62	10,53
Lei Compl. nº 87/96 Lei Kandir (100%)	-	166.985,47	166.985,47	100,00
Transferências do Estado (III)	309.984.257,57	358.596.773,92	48.612.516,35	15,68
Cota-Parte do ICMS (100%)	191.871.391,79	231.951.280,68	40.079.888,89	20,89
Cota-Parte do IPVA (100%)	114.972.492,21	123.168.234,78	8.195.742,57	7,13
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	3.140.373,57	3.477.258,46	336.884,89	10,73
Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Vinculadas à Saúde (IV = I + II + III)	1.142.801.255,27	1.331.129.651,65	188.328.396,38	16,48

Analisando o quadro relativo à Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Vinculadas à Saúde, comparando o exercício de 2021 com o de 2020, podemos observar:

Relatório Anual de Gestão 2021

- Com relação aos impostos municipais houve um aumento de 14,45%, sendo os mais significativos o ITBI (33,56%) e ISS (24,47%);
- As transferências constitucionais por parte da União apresentaram aumento de 39,26%, sendo que a Cota-Parte FPM alcançou 40,24%;
- Também as transferências constitucionais pelo Estado apresentaram aumento, estas chegaram a 15,68%, sendo o mais significativo o da Cota-Parte ICMS, com 20,89% de aumento.

Quadro 47. Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde, comparando os exercícios 2020 e 2021 e Percentual de Despesas por Subfunção em 2021

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Despesas Empenhadas				
	2020	2021	Diferença entre os exercícios	% entre os exercícios	% por Subfunção 2021
ATENÇÃO BÁSICA	128.226.351,54	139.017.333,16	10.790.981,62	8,42	36,94
Despesas Correntes	125.566.912,29	136.615.944,65			
Despesas de Capital	2.659.439,25	2.401.388,51			
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	126.704.394,14	182.444.205,54	55.739.811,40	43,99	48,48
Despesas Correntes	126.704.394,14	182.406.981,12			
Despesas de Capital	-	37.224,42			
*SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO		3.708.591,19	3.708.591,19		0,99
Despesas Correntes		3.705.360,02			
Despesas de Capital		3.231,17			
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.867.445,86	5.832.294,13	1.964.848,27	5,08	1,55
Despesas Correntes	3.867.445,86	5.832.294,13			
Despesas de Capital	-	-			
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.874.471,35	10.920.140,86	45.669,51	0,42	2,90
Despesas Correntes	10.874.471,35	10.920.140,86			
Despesas de Capital	-	-			
OUTRAS SUBFUNÇÕES	30.676.194,22	34.392.510,74	3.716.316,52	12,11	9,14
Despesas Correntes	30.676.194,22	34.392.510,74			
Despesas de Capital	-	-			
	300.348.857,11	376.315.075,62	75.966.218,51	25,29	N/A

* Até o exercício de 2020 as despesas com aquisição de medicamentos RENAME eram empenhadas na Atenção Primária.

Relatório Anual de Gestão 2021

No quadro acima é possível identificar como foram aplicados os recursos oriundos das Receitas de Impostos e Transferências constitucionais e legais, assim como verificar que as despesas empenhadas e 2021 superam as de 2020 em 25,29%, o que corresponde a cerca de 76 milhões de reais.

Em 2020 o Município aplicou 26,28% em Saúde, já em 2021 o índice foi de 28,11%.

Quando se analisa o índice de aplicação dos recursos próprios por subfunção, se observa que o maior índice em 2021 foi na

Atenção Especializada (48,48%), seguido pelo aplicado na Atenção Primária (36,94%)

Quadro 48. Receitas de Transferências de outras Esferas de Governo para a Saúde (Transferências Regulares e Automáticas, Pqto. Serviços e Convênios), comparando os exercícios 2020 e 2021

Transferências de Recursos do SUS	Receita Realizada até 6º Bimestre 2020	Receita Realizada até 6º Bimestre 2021	Diferença entre os exercícios	%
União	450.116.901,10	410.082.894,24	- 40.034.006,86	- 8,89
Receita de Prest. Serviços (SAI/SIH)	17.280.266,85	19.296.644,03	2.016.377,18	11,67
Atenção Básica	32.966.185,04	32.972.568,73	6.383,69	0,02
Atenção de MAC Ambulat. e Hosp.	268.312.187,00	272.656.009,03	4.343.822,03	1,62
Vigilância em Saúde	3.712.223,78	3.480.922,24	- 231.301,54	-6,23
Gestão do SUS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Investimentos na Rede de Serv. De Saúde	1.694.599,92	323.228,88	- 1.371.371,04	- 80,93
Outras Transferências da União (Sentenças Judiciais MAC)	0,00	16.955.561,37	16.955.561,37	
Outras Transferências Fundo a Fundo (EMENDAS)	21.182.116,00	6.099.999,00	- 15.082.117,00	- 71,20
Outras Transferências da União (COVID-19)	104.919.322,51	58.247.960,96	- 46.671.361,55	- 44,48
Estado	26.148.030,08	25.892.689,33	- 255.340,75	- 0,98
Transferências do Estado	23.957.508,59	24.138.917,61	181.409,02	0,76
Convênios (SAMU)	1.200.521,49	1.615.771,72	415.250,23	34,59
Outras Transferências do Estado (Investimento)	990.000,00	138.000,00	- 852.000,00	-86,06
Municípios	1.348.931,12	930.664,56	- 418.266,56	- 31,01
Transferências de outros Municípios	1.348.931,12	930.664,56	- 418.266,56	- 31,01
Outras Receitas do SUS	5.201.404,08	5.917.273,67	715.869,59	13,76
Remuneração de Depósitos Bancários	1.669.795,16	2.705.786,82	1.035.991,66	62,04
Rec. Transf. Outras Instituições Públicas -Doação para Inv. Em Saúde	1.659.300,45	124.898,80	- 1.534.401,65	-92,47
Receita de outros serviços de saúde (Interfer.Tx. Vig. Sanitária + Alienação/Indenização de Sinistros)	1.872.308,47	3.086.588,05	1.214.279,58	64,85
Outras Receitas para Financiamento da Saúde	731.889,95	2.430,74	- 729.459,21	- 99,67
Total	483.547.156,33	442.825.952,54	- 40.721.203,79	- 9,20

Relatório Anual de Gestão 2021

O Quadro acima se refere às Receitas SUS provenientes de outros entes, como União, Estado, municípios e outras receitas. A redução dessas receitas quando comparada com o exercício de 2020, foi de 9,20%

As transferências por parte da União foram menores em 2021, de forma mais significativa nos investimentos (80,93%), e recursos para enfrentamento ao COVID-19 (44,48%), e observa-se, também, considerável redução de transferência proveniente de emendas parlamentares (71,20%).

Nas transferências oriundas do Estado a redução foi de 0,98%, contudo, observa-se que a redução foi apenas em relação aos Investimentos, enquanto às transferências para Custeio e Convênio se detecta aumento de 0,76 e 34,59, sucessivamente.

Quanto às transferências de municípios que se referem à Regionalização do SAMU, verifica-se que houve queda de 31,01%.

Quanto às outras receitas SUS, em que não se enquadram as demonstradas anteriormente, identificam-se:

- remuneração de depósitos bancários, com considerável aumento (62,04%);
- transferência de Outras Instituições Públicas - Doação para Inv. em Saúde, que em ambos exercícios se referem a doações de recursos financeiros para aplicação no enfrentamento ao SARS-CoV2, por parte do Ministério Público do Trabalho, que, em 2021, teve redução de 92,47%;
- as Receitas de outros serviços de saúde (Interfer.Tx. Vig. Sanitária + Alienação/Indenização de Sinistros), apresentam aumento de 64,85%, com aumento de recolhimento da Taxa de Vigilância Sanitária e realização de leilão, que arrecadou R\$456.150,00, com a venda de bens inservíveis.

Em Outras Receitas para Financiamento da Saúde, onde são registradas as Receitas provenientes de Restituições, Indenizações e Multas, observa-se decréscimo de 99,67% em 2021, justificado pelo fato de que em 2020 houve indenização por sinistro e ressarcimento por servidores cedidos a outros órgãos.

Quadro 50. Despesas com saúde não computadas no cálculo do mínimo, comparando os exercícios 2020 e 2021

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	Despesas Empenhadas			
	2020	2021	Diferença entre os exercícios	% entre os exercícios
ATENÇÃO BÁSICA	55.410.470,82	44.565.316,84	- 10.845.153,98	- 19,57
Despesas Correntes	45.333.329,45	40.461.410,13	- 4.871.919,32	- 10,75
Despesas de Capital	10.077.141,37	4.103.906,71	- 5.973.234,66	- 59,28
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	413.451.251,30	406.654.439,27	- 6.796.812,03	- 1,64
Despesas Correntes	413.451.251,30	406.654.439,27	- 6.796.812,03	- 1,64
Despesas de Capital	-	-	-	-

Relatório Anual de Gestão 2021

SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO*	-	3.192.389,32	3.192.389,32	
Despesas Correntes	-	3.192.389,32	3.192.389,32	
Despesas de Capital	-		-	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.409.271,22	2.564.452,00	1.155.180,78	81,97
Despesas Correntes	1.409.271,22	2.564.452,00	1.155.180,78	81,97
Despesas de Capital	-	-	-	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	4.822.537,18	4.724.297,99	- 98.239,19	- 2,04
Despesas Correntes	4.822.537,18	4.724.297,99	- 98.239,19	- 2,04
Despesas de Capital			-	
OUTRAS SUBFUNÇÕES	13.227.933,43	1.927.562,60	- 11.300.370,83	- 85,43
Despesas Correntes	13.227.933,43	1.927.562,60	- 11.300.370,83	- 85,43
Despesas de Capital			-	
TOTAL	488.321.463,95	463.628.458,02	- 24.693.005,93	- 5,06

* A Atividade SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO, não era utilizada até 2020 para registrar aquisição de medicamentos.

Em análise do Quadro acima, as despesas NÃO computadas para o cálculo do mínimo a ser aplicado (15%), observa-se que, com exceção da subfunção da Vigilância Sanitária (recurso de taxa municipal), houve redução na execução de despesas com recursos federais e estaduais, refletindo a redução da Receita demonstrada no quadro anterior, em que se constata que as transferências por parte da União foram menores em 2021 em investimentos (80,93%), e recursos para enfrentamento ao COVID-19 e 44,48%, além da redução de transferência proveniente de emendas parlamentares (71,20%).

12. AUDITORIAS

Não há informações cadastradas de auditorias financeiras para o período, segundo o Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS).

13. OUVIDORIA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E TRABALHADOR DA SAÚDE/SAUTS

O serviço de Ouvidoria Municipal de Saúde constitui-se num espaço democrático, onde o cidadão pode solicitar informações sobre as ações, atendimento e serviços de saúde ou registrar sua sugestão, elogio, solicitação, reclamação ou denúncia.

Cabe à Ouvidoria gerenciar o recebimento e registro das demandas, relativas aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, encaminhá-las às Diretorias e Gerências responsáveis, zelando pela efetivação das respostas. Diante da necessidade apresentada pelo cidadão, a Ouvidoria orienta, encaminha, acompanha a demanda e responde ao cidadão sobre as providências adotadas.

A Ouvidoria trabalha na organização das manifestações e dos dados em relatórios gerenciais, contribuindo para a avaliação dos serviços e ações em saúde, disseminando informações de forma a contribuir para apurar as necessidades e satisfação do usuário do SUS. O serviço fica localizado na sede da SMS, à Av. Theodoro Victorelli, 103 - Jardim Helena, o horário de atendimento é das 8h às 17h e o telefone é (43) 3375-0001.

13.1 Atividades realizadas pela Ouvidoria em 2021

Devido a Pandemia não houve oferta de cursos direcionados ao serviço de Ouvidoria, somente a participação em curso de Inventário ofertada pela própria Secretaria.

Recebidas 1.333 manifestações de usuários e trabalhadores da saúde, conforme ilustra o Quadro 47, todas protocoladas, encaminhadas e com respostas ao cidadão.

Quadro 50. Demandas recebidas pela Ouvidoria. Londrina, 2021.

OUVIDORIA	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Denúncias	14	03	02	19
Elogios à atuação do órgão	34	38	28	100
Pedidos de acesso à informação Lei Federal Nº 12.527/11	03	03	01	07
Reclamações e críticas	341	353	240	934
Solicitações de informação que não se enquadram na Lei Nº 12.527/11	119	88	40	247
Sugestões ao órgão	09	11	06	26
Total geral de demandas recebidas	520	496	317	1.333

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

14. PACTUAÇÃO DE INDICADORES E RESULTADOS 2021

Quadro 51. Indicadores 2021: pactuação e resultados. Londrina, 2021.

Nº IND	INDICADOR	META 2021	RESULTADO 2021	Unidade
1	a) Para cada município e região com menos de 100 mil habitantes: Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas). b) Para município e região com 100 mil habitantes ou mais, estados e Distrito Federal: Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	320	271	/100.000
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100	100	%
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	100	99	%
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	75	0	%
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DCNI) encerrados em até 60 dias após notificação.	90	97	%
6	Proporção da cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	90	100	%
7	Número de casos autóctones de malária - ESPECÍFICO	N/A	N/A	nº absoluto
8	Número de casos novos de sífilis congênita [em menores de 1 ano de idade.	60	66	nº absoluto
9	Número de casos novos AIDS em menores de 5 anos.	0	0	nº absoluto
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	100	100	%
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,45	0,38	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,42	0,39	Razão
13	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar.	35	35	%
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos.	10	8	%
15	Taxa de Mortalidade Infantil.	9,9	10,7	/1000
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	5	11	nº absoluto

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	65	54	%
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	80	81,56	%
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica.	30	27,6	%
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano.	Excluído da pactuação interfederativa (Res. CIT nº 45, 25/07/2019)		
21	Ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica.	100	100	%
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	4	0	nº absoluto
23	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	95	91,7	%

Fonte: Diretoria de Vigilância em Saúde/Diretoria de Atenção Primária em Saúde/Diretoria de Serviços Complementares em Saúde

De 21 indicadores pactuados, 10 foram alcançados, atingindo ou superando as metas pactuadas, sendo que os indicadores 3, 19 e 23 ficaram muito próximos da meta. O indicador 7 não se aplica ao Município e o indicador 20 foi excluído da pactuação interfederativa.

Embora os serviços tenham dispensado todo esforço e sinergia entre si, promovendo as ações na busca do alcance das metas, alguns indicadores pactuados não obtiveram o resultado esperado, como os que seguem:

Indicador 4 (meta 75%, resultado 0) - Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose).

Para alcance da meta deste indicador pelo menos 3 das 4 vacinas deveriam atingir 95% de cobertura cada uma (somando-se os 25% de cada totalizaria os 75% desejados). Porém, em virtude da pandemia, a cobertura vacinal para a população de menores de 2 anos ficou prejudicada, mesmo com a realização de campanhas de atualização de calendário vacinal e de todo esforço das equipes de saúde em buscar essas crianças para atualizar a vacinação.

No ano de 2021, a cobertura vacinal da obteve os seguintes resultados na população de 6.907 menores de 2 anos:

- Pentavalente (3ª dose): 71,12%, com 4.912 doses realizadas
- Pneumocócica (2ª dose): 79,96%, com 5.523 doses realizadas
- Poliomielite (3ª dose): 71,07%, com 4.909 doses realizadas
- Tríplice Viral (1ª dose): 94,7%, com 6.541 doses realizadas

Indicador 8 (meta 60, resultado 66) - Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade.

Com a permanência do estado epidemiológico de COVID no Município, observou-se que houve impacto negativo na adesão às consultas de pré-natal e, conseqüentemente, um aumento no número de gestantes não tratadas para sífilis /ou parceiros.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Como ação para reverter esse quadro, foi enviado o alerta a todas as UBS, inclusão do teste rápido na primeira consulta do pré-natal, de modo a melhorar os números de testes rápidos de sífilis, e reforço na busca ativa para tratamento em tempo oportuno. Outra estratégia foi aumentar o número de testadores, realizando-se capacitações em testagem rápida dessa patologia.

Indicador 11 (meta 0,45, resultado 0,38) – Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos, na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.

E

Indicador 12 (meta 0,42, resultado 0,39) - Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.

Em razão de ter se mantido a situação epidemiológica no Município e necessidade de reorganização dos serviços, ficaram comprometidas a oferta e procura pelas consultas eletivas e, conseqüentemente, a solicitação de exames, devido à necessidade de fechamento de agenda nos períodos mais críticos.

Concomitante a isso, 5 UBS da região urbana passaram a prestar atendimento exclusivo à vacinação e outras 5 UBS ao atendimento exclusivo de sintomáticos respiratórios, chegando, em alguns momentos da pandemia, a 9 unidades de atendimento exclusivo COVID. Essa medida, embora necessária ao enfrentamento da pandemia, fez com que as mulheres tivessem que se deslocar para outra região com unidade de referência, o que ocasionou a redução da procura para consultas eletivas e exames, resultando na baixa cobertura conferida.

Ainda, a Campanha de Prevenção de Colo Uterino só ocorreu em Outubro, não sendo realizada no primeiro semestre de 2021, justamente pelo fechamento das consultas eletivas, quando foram priorizados somente atendimentos de urgência e casos com queixa.

Porém, ainda com as adversidades mencionadas, foi possível realizar 18.352 coletas de exame citopatológico de colo uterino em mulheres de 25 a 64 anos e 9.950 mamografias em mulheres de 50 a 69 anos no ano de 2021.

Como proposta para resgatar essas mulheres estão sendo planejadas campanhas de coleta para o ano de 2022 e intensificação de busca ativa.

Em relação ao **indicador 13 - Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar**, cabe ressaltar que o índice de parto normal na Maternidade Municipal, em 2021, foi de 56,03%. Uma vez que o indicador da pactuação interfederativa inclui os partos na Saúde Suplementar, o resultado foi de 35%.

Indicador 15 (meta 9,9, resultado 10,7): Taxa de mortalidade infantil.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera 'alta' a taxa de mortalidade infantil quando superior a 50 óbitos por mil nascidos vivos, 'média' se houver entre 21 e 49 e 'baixa' se ocorrer 20 ou menos óbitos por mil nascidos vivos. O município de Londrina tem apresentado tendência linear descendente nos últimos anos, e se enquadra no parâmetro de taxa baixa.

Em 2021 o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) foi de 10, inferior ao ano anterior. Esse número é muito próximo dos valores dos municípios que compõem a

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

17ª Regional de Saúde (RS) do PR, na qual o Município está inserido, sendo que o CMI da 17ª RS foi de 10,8.

Cabe ressaltar que os dados apresentados se referem a óbitos ocorridos em todo o Município, nos serviços SUS e não SUS. A intervenção da SMS nos serviços não SUS é a título de orientação, capacitação e parcerias. A SMS desenvolve diversas ações e Programas voltados à saúde materno-infantil e conta com o Comitê de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal, que tem a incumbência de analisar e discutir interinstitucionalmente todos os óbitos infantis ocorridos no município de Londrina, para que se possa atuar nas causas de óbitos evitáveis.

Embora a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) promova diversas ações dirigidas à redução no número de óbitos infantis, este é um indicador muito sensível e influenciado por diversos determinantes de ordem econômica, social, acesso a serviços, à pandemia pelo de SARS-CoV-2 e outros.

O receio de contaminação por parte das gestantes pode ter contribuído para demora na busca por serviços médicos hospitalares e aumento de complicações e partos prematuros, elevando o índice de Mortalidade Infantil (MI). Essa adversidade foi identificada e os serviços continuaram a busca ativa de gestantes, com oferta de consultas e atendimentos, ainda que em alguns períodos de forma virtual. Os óbitos infantis são grande preocupação na Atenção Básica e tiveram também relação com comorbidades maternas, causas congênitas, além da baixa adesão ao pré-natal.

Os partos prematuros têm direto impacto no índice de MI, pois recém-nascidos prematuros apresentam sérios problemas extra útero, muitas vezes incompatíveis com a vida.

As medidas de intervenção e ações conjuntas previstas no Plano de Enfrentamento e Redução da Mortalidade Materno-infantil, organizado em 2018, foram mantidas, promovendo alinhamento nas redes SUS e privada complementar, assim como a participação no Comitê Regional de Governança da Rede Mãe Paranaense (Microrregional Norte), no sentido de reduzir as mortes evitáveis.

Indicador 16 (meta 5, resultado 11): número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.

O índice de Mortalidade Materna (MM) foi o principal indicador que demonstrou a grave situação de saúde que a pandemia causou. Dos 11 óbitos ocorridos, 9 tiveram como causa a COVID-19. Nos casos ocorridos coexistiam comorbidades, como obesidade e diabetes, condições de saúde que favorecem complicações do quadro dessa infecção, principalmente se associadas à gravidez. A gestação por si já é uma condição que predispõe ao agravamento, assim como o puerpério, podendo levar ao desfecho com óbito.

A oferta da vacina contra COVID-19 às gestantes somente a partir de maio para as gestantes com comorbidades, em meio às desinformações sobre vacinas contribuíram de forma negativa para vacinação dessas mulheres e podem ter refletido no índice apresentado.

A pressão no sistema de saúde, principalmente na rede hospitalar, também levou a vários problemas como a dificuldade diagnóstica e precariedade na qualidade dos serviços ofertados.

A análise de todos os casos de óbitos materno-infantis e fetais, ocorridos no Município, é realizada pelo Comitê de Mortalidade e se mantiveram durante e apesar da pandemia.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

As medidas de intervenção e ações conjuntas previstas no Plano de Enfrentamento e Redução da Mortalidade Materno-infantil, organizado em 2018, foram mantidas, promovendo alinhamento nas redes SUS e privada complementar, assim como a participação no Comitê Regional de Governança da Rede Mãe Paranaense (Microrregional Norte), no sentido de reduzir as mortes evitáveis.

17 Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica (Meta: 65 Resultado: 54)

Foram realizadas contratações de profissionais de enfermagem e médicos por teste seletivo ou por horas médicas. No entanto, como houve a necessidade de manter praticamente 6 Unidades respiratórias e mais 5 flutuante ou até fixas para vacinação as equipes ficam provisoriamente comprometidas como ESF devido ao rearranjo para atendimento.

18 Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica (Meta: 30 Resultado: 27,6)

A reorganização dos serviços em virtude do enfrentamento da pandemia acarretou uma reorganização com redução de atendimentos eletivos na odontologia.

Indicador 22 (meta 4, resultado 0) - número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.

No 1º ciclo de 2021 houve dificuldade de acesso aos domicílios, decorrente da pandemia. A população receava permitir a vistoria pelos ACE, causando, assim, impacto na pendência e realização da atividade prevista. A partir do 2º Ciclo foi possível intensificar a realização das atividades no período vespertino, em feriados e finais de semana, com menor recusa da população. Houve, ainda, ampliação da equipe no atendimento a imóveis fechados, em poder de imobiliárias e intensificação das atividades em imóveis classificados como pontos estratégicos quinzenalmente.

Contudo, cabe ressaltar o Município incorporou novas técnicas e tecnologias para o combate do vetor, com o objetivo de realizar intervenções rápidas em localidades mais propensas a desencadear epidemias. A estratégia para otimizar as ações foi priorizar as áreas de maior vulnerabilidade, baseado na realização de levantamento dos bairros onde se iniciaram as epidemias em anos anteriores, elencando assim, as localidades de "maior risco", para realizar as atividades de vistorias em 100% dos domicílios em um prazo determinado, e o acompanhamento com ovitrampas e levantamento entomológico. Os bairros apontados como "médio risco" são monitorados através de instalação de ovitrampas e realização de levantamento de índice entomológico.

Os dados entomológicos e epidemiológicos das localidades visitadas e monitoradas são analisados com frequência para desencadear intervenção imediata, quando necessário. As localidades também receberam visita dos agentes de endemias quando se fez necessária a realização de investigação de arboviroses em casos de pacientes sintomáticos notificados, além da aplicação de inseticida quando identificado o aumento na incidência de casos em um curto espaço de tempo.

%

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

15. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2021

Do acometimento da população pela disseminação do novo Coronavírus em escala pandêmica, emergiram novas e crescentes demandas para o serviço de Saúde e a necessidade de lidar com as mesmas de forma urgente. Ainda que todos os serviços tenham se dedicado com todo empenho na prevenção e enfrentamento da pandemia, algumas limitações impostas por orientações sanitárias, pela redução de servidores de saúde em função da necessidade de afastamento por acometimento próprio ou de familiares pelo novo Coronavírus, resistência da população em sair do domicílio para buscar atendimento de saúde, assim como de receber ACS e ACE nas casas, representaram obstáculos para que algumas metas pactuadas fossem alcançadas no atípico ano de 2021.

De acordo com a avaliação da Programação Anual em Saúde (PAS) 2021, observa-se que, das 71 metas, 45 foram realizadas (63,4%), 17 (23,9%) parcialmente realizadas e 9 (12,7%) não realizadas. Considerando a análise das ações sobre as metas pactuadas, foi possível realizar totalmente 63,4% das ações, 23,9% foram realizadas parcialmente e não foi possível realizar 12,7%.

15.1 AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2021

AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2021

DIRETRIZ Nº 1 - Aprimorar o acesso à atenção integral à saúde fortalecendo as redes assistenciais					
OBJETIVO Nº 1.1 - Promover a atenção integral à saúde da mulher					
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade medida	Meta prevista 2021	Resultado
1.1.1	Ampliar para 0,53 a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	0,42	0,39

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Ação Nº 1 - Manutenção da oferta de exames de mamografia nas atividades de rotina, de agenda e em campanhas para todas as mulheres, conforme protocolo priorizando a faixa etária de 50 a 69 anos.

Realizada Parcialmente. Em virtude da pandemia foi necessário suspender temporariamente a agenda de procedimentos eletivos, houve campanhas de coleta de exames citopatológicos e mamografia no Outubro Rosa. Embora também tenha havido diminuição de procura espontânea, por parte das mulheres, todas receberam atendimento pelas equipes de Atenção Básica.

Ação Nº 2 - Realizar parcerias com empresas, sindicatos, instituições de ensino como projetos de extensão, para busca ativa das pacientes por meio de rastreamento para as faixas etárias prioritárias.

Realizada parcialmente, porque as instituições de ensino mantiveram-se fechadas na maior parte do ano de 2021, devido à pandemia. Porém há projeto da Residência em Saúde da Mulher nas UBS Aquiles e Lindóia e Multiprofissional nas UBS Itapoã e Padovani que realizaram a busca ativa.

Ação Nº 3 - Iniciar processo de captação de recursos para aquisição de um ônibus para o Projeto Saúde da Mulher, de atendimento itinerante e descentralizado nos bairros, com ênfase em prevenção de câncer de colo de útero e de mama.

Não realizada. A concentração dos recursos federais para enfrentamento da COVID-19 ocasionou a restrição orçamentária no Ministério da Saúde e não foi possível obter êxito na captação de recursos de programas federais, destinados à aquisição do veículo para o Projeto Saúde da Mulher, restando a opção de realizar nova tentativa de captação de recursos por emendas parlamentares, que são indicações feitas por deputados federais e senadores no Orçamento Geral da União.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade medida	Meta prevista 2021	Resultado
1.1.2	Ampliar para 0,56 a razão de exames citopatológicos coletados nas mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	0,45	0,38

Ação Nº 1 - Manutenção da oferta de exames citopatológicos nas atividades de rotina, de agenda e em campanhas para todas as mulheres, conforme protocolo priorizando a faixa etária de 50 a 69 anos.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Realizada. Mesmo com a situação da pandemia instalada, houve reabertura das agendas eletivas de coletas de CO nas UBS e a campanha de coleta no Outubro Rosa.					
Ação Nº 2 - Realizar parcerias com empresas, sindicatos, instituições de ensino como projetos de extensão, para busca ativa das pacientes por meio de rastreamento para as faixas etárias prioritárias.					
Realizada parcialmente, as instituições de ensino mantiveram-se fechadas na maior parte do ano de 2021, devido à pandemia. Porém há projeto da Residência em Saúde da Mulher nas UBS Aquiles e Lindóia e Multiprofissional nas UBS Iltapoã e Padovani que realizaram a busca ativa.					
OBJETIVO Nº 1.2 - Incrementar as equipes de atenção básica					
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
1.2.1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes da Estratégia Saúde da Família até 2021	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Percentual	65	54
Ação Nº 1 - Viabilizar contratação com recursos tripartite de profissionais para compor as equipes de atenção básica e de atenção odontológica para atingir a cobertura de Atenção Básica e Saúde Bucal.					
Realizada. Foram realizadas as contratações da enfermagem e médicos por teste seletivo ou por horas. No entanto como houve a necessidade de manter praticamente 6 Unidades respiratórias e mais 5 flutuante ou até fixas para vacinação. Isso faz com que as equipes ficam provisoriamente comprometidas como ESF devido ao rearranjo para atendimento.					
Ação Nº 2 - Recompôr as equipes de Atenção Básica, viabilizando o desenvolvimento de ações de prevenção e acompanhamento das principais doenças crônicas					
Realizada. Foram realizadas contratações emergenciais com prazo determinado de profissionais dos serviços da Atenção Básica, foram mantidas as ações de prevenção e acompanhamento das principais doenças crônicas, no ano foram realizadas mais de 45mil atendimentos dos profissionais do NASF, mais de 600 mil consultas de nível superior, e cerca de 950 mil procedimentos consolidados/atendimentos de profissionais de nível médio.					
OBJETIVO Nº 1.3 - Garantir adequada cobertura das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)					

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.3.1	Manter cobertura mínima de 80% Manter cobertura mínima de 80% de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Percentual	80	81,56

Ação Nº 1 - Realizar busca ativa das famílias em condicionalidade do Bolsa Família e realizar o planejamento intersetorial para utilização dos recursos.

Realizada.

OBJETIVO Nº 1.4 - Incrementar as equipes de saúde bucal

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.4.1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal até 2021 de forma a atingir 50%	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	30	27,06

Ação Nº 1 - Viabilizar contratação com recursos tripartite de profissionais para compor as equipes de atenção odontológica para atingir a cobertura de Saúde Bucal.

Não realizada a contratação. A pandemia acarretou uma reorganização com redução de atendimentos eletivos na odontologia, não justificando essa contratação.

OBJETIVO Nº 1.5 - Aprimorar a articulação das práticas em saúde mental e de atenção básica.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.5.1	Realizar matriciamento em 100% das Unidades Básica de Saúde	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Percentual	100	100

Ação Nº 1 - Validar e capacitar no protocolo municipal de saúde mental os profissionais da Atenção Básica

Não realizada. O protocolo foi escrito porém ainda em validação. Assim, capacitação não realizada.

OBJETIVO Nº 1.6 - Qualificar a estrutura física dos serviços de saúde próprios.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.6.1	Construir, ampliar, reformar, adequar e recuperar no mínimo 17 serviços próprios nos quatro anos.	Número de serviços de saúde próprios construídos, ampliados, reformados, adequados e recuperados.	Número	8	2

Ação Nº 1 - Concluir as obras de reforma, reforma e ampliação e de construção iniciadas

Parcialmente realizada. Foram entregues as obras de reforma da UBS São Luiz e a reforma e ampliação do Pronto Atendimento Leonor. Foram iniciadas as obras de 4 UBSs que foram paralisadas por descumprimento contratual da empresa, após nova licitação 3 foram retomadas ainda em 2021. Outras 2 UBS tiveram rescisão contratual e foram iniciados trâmites para nova licitação.

OBJETIVO Nº 1.7 - Realizar o processo de territorialização, análise do perfil epidemiológico, sócio econômico e demográfico local e regional, e a partir das necessidades identificadas, implantar novos serviços vinculados a captação de recursos tripartite.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.7.1	Realizar a territorialização e identificar pontos de atenção nas seis regiões do município	Número de regiões do município com processo de territorialização concluído	Número	1	0

Ação Nº 1 - Realiar diagnóstico de necessidades de pontos de atenção básica

Realizada parcialmente. No ano de 2021 foi realizado diagnóstico assistencial voltado à necessidades de pontos de atenção para atendimento de sintomáticos respiratórios e pontos de vacinação nas 6 regiões do Município e realizado levantamento de demandas nas audiências do Plano Plurianual (PPA).

OBJETIVO Nº 1.8 - Melhorar a infraestrutura de informática, de equipamentos, de veículos e de mobiliário.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.8.1	Suprir os serviços próprios novos e ampliados de equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário em geral.	Número de serviços próprios novos e ampliados com equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática adquiridos.	Número	3	1

Ação Nº 1 - Suprir com equipamentos, instrumentais e mobiliário as Unidades de Saúde com obras de reforma e ampliação e de construção concluídas

Realizada. A Fase 2 da Reforma e Ampliação da Maternidade Municipal foi entregue com novos equipamentos e mobiliário.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
----	-------------------	--	--	--------------------	-----------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

			Unidade Medida		
1.8.2	Suprir equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática com substituição de aproximadamente 10% ao ano	Número de serviços próprios com equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática adquiridos	Percentual	5	3

Ação Nº 1 - Suprir com equipamentos, instrumentais e mobiliário as Unidades de Saúde com obras de reforma concluídas

Realizada. As unidades reformadas foram entregues com novos equipamentos e mobiliário (UBS São Luiz e Pronto Atendimento Leonor), o serviço de Transporte Clínico Agendado (TCA) recebeu veículos.

OBJETIVO Nº 1.9 - Qualificar as redes de atenção em saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.9.1	Fortalecer a rede de atenção à saúde (RAS)	Contratualização/Ampliação de serviços de saúde	Número	1	1

Ação Nº 1 - Iniciar estudos para a implantação do Centro da Mulher e da Criança

Não realizada. Em razão dos esforços dirigidos ao enfrentamento da pandemia, não foi possível à APS desenvolver estudos necessários para a abertura desse serviço até porque foi reforçada a equipe médica de pediatria no PAI devido as síndromes respiratórias. No entanto, houve ampliação de vagas no ambulatório feminino de sangramento e colposcopia

Ação Nº 2 - Iniciar processo para contratualização de atendimentos ambulatoriais de profissional de Psicologia

Parcialmente realizada . Iniciado a redação de um chamamento para psicologia pelo setor de regulação.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
----	-------------------	--	--	--------------------	-----------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

			Unidade Medida		
1.9.2	Atender até o ano 2021, a ampliação mínima da necessidade atual de recursos humanos	Proporção de ampliação do quadro de pessoal dos pontos de atenção (serviços próprios) das redes	Número	69	429

Ação Nº 1 - Ampliar número de profissionais conforme disponibilidade orçamentária e investimento tripartite.

Realizada.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)	Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
1.9.3	Manter a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) menor ou igual a 327/100mil	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Número	320	271

Ação Nº 1 - Recompôr as equipes de atenção básica, viabilizando o desenvolvimento de ações de prevenção e acompanhamento das principais doenças crônicas

Realizada. Foram realizadas contratações emergenciais com prazo determinado de profissionais dos serviços da Atenção Básica, foram mantidas as ações de prevenção e acompanhamento das principais doenças crônicas, no ano foram realizadas mais de 45mil atendimentos dos profissionais do NASF, mais de 600 mil consultas de nível superior, e cerca de 950 mil procedimentos consolidados/atendimentos de profissionais de nível médio.

OBJETIVO Nº 1.10 - Ampliar a oferta da atenção especializada.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

1.10.1	Ampliar em pelo menos 5% o número de consultas (de no mínimo uma especialidade), exames e de cirurgias	Percentual de ampliação de consultas de especialidades, exames e cirurgias	Percentual	5	10
Ação Nº 1 - Reivindicar a revisão do financiamento para saúde de Londrina, Teto MAC, Ministério da Saúde e Estado.					
Realizada. Houve reivindicação quanto à revisão do financiamento de Londrina, do teto MAC, para Estado e Ministério da Saúde.					
Ação Nº 2 - Buscar ampliação de recursos estaduais e federais para custear exames complementares, principalmente de imagem, priorizando a rede materno infantil.					
Realizada. Foi ampliada a oferta de exames de USG, passando de aproximadamente 130 exames/mês, sendo 100 obstétricos e 30 morfológicos, para 500 exames/mês, sendo 300 obstétricos e até 200 morfológicos (conforme demanda), com recursos do Teto MAC.					
Ação Nº 3 - Em 2021, iniciar gradativamente o atendimento de referência para atenção primária, na Central de Atendimento Fisioterápico instalada na Policlínica.					
Realizada. O serviço do ambulatório começou em maio, atendendo 88 pacientes em fisioterapia e encerrou o ano com 422 atendimentos no mês de dezembro, nas especialidades de fisioterapia, educação física e psicologia. O ambulatório finalizou o ano totalizando 3.289 atendimentos, de maio a dezembro.					
DIRETRIZ Nº 2 - Reduzir riscos e agravos à saúde com implementação das ações de vigilância à saúde.					
OBJETIVO Nº 2.1 - Promover atenção integral à saúde da mulher					
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
2.1.1	Manter a investigação de 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil (10 a 49 anos)	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Percentual	100	100%

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Ação Nº 1 - Manter as atividades de investigação do Comitê de Mortalidade Materna Infantil

Realizada.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.1.2	Manter o percentual de parto normal no SUS e na saúde suplementar maior ou igual a 35%	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	Percentual	35	35

Ação Nº 1 - Realizar busca ativa das mulheres para acompanhamento pré-natal.

Realizada.

Ação Nº 2 - Promover educação em saúde com foco na orientação e conscientização das gestantes incentivando ao parto normal

Realizada. Embora não tenha sido possível realizar as reuniões presenciais em grandes grupos de gestantes, devido às restrições sanitárias, foram realizadas reuniões em grupos menores, individuais e até de forma virtual.

Ação Nº 3 - Retomar as visitas guiadas na Maternidade Municipal para esclarecimentos às gestantes sobre o parto.

Não realizada devido as restrições sanitárias do momento pandêmico.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.1.3	Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número	5	11

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Ação Nº 1 - Incentivar os serviços de saúde SUS e não SUS para criar Comitês para humanização do pré-natal, parto e puerpério.

Realizada. A Maternidade tem participado ativamente do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, cujo trabalho serve de constante monitoramento dos fluxos e condutas. B129

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
2.1.4	Elaborar no mínimo 01 protocolo interinstitucional para o enfrentamento da violência.	Número de protocolos interinstitucionais criados para o enfrentamento à violência no município de Londrina.	Número	1	0

Ação Nº 1 - Implantar o protocolo interinstitucional para enfrentamento à violência elaborado em 2020.

Realizada parcialmente. O Protocolo assistencial da Saúde é existente mas está em andamento a criação do caderno de orientações e fluxos entre todas as instituições que atendem a violência (Serviço social, conselho tutelar, delegacia, promotoria, IML, Mulher, Idoso, e saúde) por isso interinstitucional.

OBJETIVO Nº 2.2 - Desenvolver ações de vigilância em saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
2.2.1	Manter a proporção mínima estabelecida (95%) de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Percentual	100	99%

Ação Nº 1 - Capacitar anualmente os profissionais médicos quanto ao preenchimento adequado da causa básica nas declarações de óbitos (DO)

Realizada. Realizadas 2 capacitações *on line* para alunos do curso de Medicina sobre a forma e a importância do preenchimento adequado das Declarações de Óbito (DO) e outra, de forma conjunta com a 17ª Regional de Saúde (RS) com profissionais médicos da 17ª RS.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.2.2	Manter em 100% a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Percentual	100	100%

Ação Nº 1 - Monitorar as ações para correção das inadequações observadas nas análises das amostras de água.

Realizada.

OBS: 2.2.3 - Indicador 20 excluído da pactuação interfederativa. Resolução CIT nº 45 de 25/07/2019.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.2.4	Manter a meta pactuada para 06 ciclos ao ano com o mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número	4	0

Ação Nº 1 - Monitorar a implantação na rotina de trabalho da técnica de Mapa de Risco.

Realizado. Semanalmente a Coordenação de Endemias monitora a incidência e prevalência de casos notificados e positivos, utilizando o mapa térmico, que permite acompanhar sistematicamente a evolução dos casos suspeitos/positivos de dengue no Município, auxiliando no planejamento de atividades de controle do vetor.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Metaprevista 2021	Resultado
----	-------------------	--	--	-------------------	-----------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

			Unidade Medida		
2.2.5	Readequar estrutura física das quatro vigilâncias com aquisição de equipamentos e veículos	Proporção de serviços de vigilância reestruturados	Número	1	0

Ação Nº 1 - Captar recursos estaduais e federais para viabilizar a reposição de veículos e equipamentos

Não realizado. Não houve disponibilização de programas para financiamento pela União e Estado para aquisição de veículos destinados às ações de vigilância em saúde. Os recursos foram direcionados para a Atenção Básica e Transporte Sanitário.

Ainda assim, no processo de aquisição de veículos iniciado em 2022, foi programada a aquisição de 6 veículos com recursos próprios municipais, entretanto a licitação resultou deserta (sem empresas interessadas) em duas oportunidades, será retomado em 2022.

OBJETIVO Nº 2.3 - Promover atenção integral à saúde da criança e do adolescente

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.3.1	Manter a proporção de gravidez na adolescência menor ou igual a 12%	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Percentual	10	8

Ação Nº 1 - Incentivar as ações de orientação relevantes em saúde nas escolas vinculadas ao Programa Saúde na Escola para planejamento familiar adequado.

Não realizada, pois em 2021 as ações do Programa Saúde na Escola (PSE) foram prejudicadas, devido ao fechamento das escolas no 1º semestre e reabertura gradativa no 2º semestre. As orientações quanto a planejamento familiar ficaram comprometidas.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

2.3.2	Manter a taxa de mortalidade infantil até 2021 abaixo de dois dígitos	Taxa de mortalidade infantil	Taxa	9,9	10,7
-------	---	------------------------------	------	-----	------

Ação Nº 1 - Monitorar as atividades propostas no Plano de Enfrentamento e Controle da Mortalidade Materno infantil.

Realizada. Envio de relatório à APS dos atendimentos de crianças menores de 1 ano realizados no Pronto Atendimento Infantil (PAI) para visita domiciliar, realizada a vigilância e controle da mortalidade materno infantil e atualização dos protocolos clínicos pela MMLB e investigação dos óbitos infantis, fetais e maternos pelo Comitê de Prevenção da Mortalidade Materno Infantil.

Ação Nº 2 - Incentivar as gestantes a apresentar a carteira da gestante em todos os atendimentos de saúde.

Realizada. São feitas o preenchimento dos dados da carteira para que a gestante valorize seu uso principalmente em intercorrência e ou no parto

Ação Nº 3 - Fortalecer o Comitê Municipal de Aleitamento Materno.

Realizada. As reuniões do Comitê foram realizadas de forma virtual ao longo do ano, quando foram realizados momentos científicos para discussão de assuntos relevantes relacionados ao aleitamento materno. Foi iniciado o Projeto Peito Aberto, um trabalho voluntário com conversas entre mulheres que amamentam e/ou que tenham dificuldades e dúvidas sobre o aleitamento, gestantes acompanhadas pela APS e uma profissional, que envolve também pais, avós e rede de apoio. O Agosto Dourado teve por tema o “Código Internacional: 40 anos de proteção do aleitamento materno contra o marketing”, quando as equipes da APS foram estimuladas a falar sobre o Aleitamento Materno.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Metaprevista 2021	Resultado
2.3.3	Manter a cobertura vacinal preconizada pactuada igual ou maior que 80%	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	Percentual	75	0

Ação Nº 1 - Aumentar a cobertura vacinal no primeiro ano de vida.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Não realizada. Realizada a busca ativa, agendamento eletrônico e/ou por telefone para dar segurança aos pais, campanhas realizadas para Influenza a Multivacinação.

Ação Nº 2 - Realizar ações de promoção nas mídias sobre a importância da vacinação no primeiro ano de vida.

Realizada. Por meio das mídias oficiais da Prefeitura.

OBJETIVO Nº 2.4 - Promover atenção integral à saúde do idoso

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.4.1	Reduzir as internações acima de 60 anos por causas sensíveis à atenção primária	Número de internações acima de 60 anos por causas sensíveis à atenção primária	Razão	2,7	14,3

Ação Nº 1 - Recompôr as equipes de atenção básica, viabilizando o desenvolvimento de ações de prevenção e acompanhamento das principais doenças crônicas, e reduzindo as internações acima de 60 anos por causas sensíveis à atenção primária.

Realizada, foram realizadas contratações emergenciais com prazo determinado de profissionais dos serviços da Atenção Básica, foram mantidas as ações de prevenção e acompanhamento das principais doenças crônicas, no ano foram realizadas mais de 45mil atendimentos dos profissionais do NASF, mais de 600 mil consultas de nível superior, e cerca de 950 mil procedimentos consolidados/atendimentos de profissionais de nível médio

OBJETIVO Nº 2.5 - Monitorar os casos de doenças de notificação compulsória

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

2.5.1	Manter a meta pactuada de proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação igual ou maior que 86,7%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Percentual	90	97
-------	--	--	------------	----	----

Ação Nº 1 - Acompanhar o encerramento dos casos no SINAN e informar as unidades notificantes

Realizada.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Metaprevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.5.2	Manter a meta pactuada de proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes igual ou maior que 88%	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Percentual	90	100

Ação Nº 1 - Acompanhar o encerramento dos casos de hanseníase.

Realizada.

Ação Nº 2 - Sensibilizar as equipes das Unidades Básicas de Saúde para acompanhamento dos casos novos e realização de busca ativa de casos suspeitos de hanseníase.

Realizada. Foram elaboradas orientações para busca ativa e sensibilização das equipes quanto a importância do acompanhamentos e busca ativa. Também foi realizada a campanha de sensibilização no Janeiro Roxo, mês alusivo à Hanseníase.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

2.5.3	Manter a meta pactuada de número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade menor ou igual	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número	60	66
-------	---	--	--------	----	----

Ação Nº 1 - Realizar teste de sífilis em todas as gestantes durante o pré-natal e no momento do parto.

Realizada. O teste de sífilis foi realizado em todas as gestantes nos serviços da rede municipal.

Ação Nº 2 - Manter a oferta de tratamento adequado de sífilis para gestantes e parceiros.

Realizada. A oferta de tratamento é disponibilizada para todas as gestantes e parceiros.

Ação Nº 3 - Promover ações educativas intra e intersetoriais, objetivando a prevenção da sífilis.

Realizada parcialmente. Embora tenha sido necessário suspender as atividades coletivas, as orientações foram passadas aos usuários pelas equipes da Atenção Básica. O CIDI promoveu ações de testagem em datas específicas, devido às restrições da pandemia

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.5.4	Manter em zero o número de casos novos de AIDS em menores de cinco anos	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	Número	0	0

Ação Nº 1 - Realizar teste para HIV em todas as gestantes durante o pré-natal e no momento do parto.

Realizada.

OBJETIVO Nº 2.6 - Desenvolver ações de vigilância em saúde do trabalhador

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.6.1	Manter a proporção de preenchimento do campo ocupação igual ou maior que 90%	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual	95	91,7

Ação Nº 1 - Sensibilizar e monitorar as instituições para continuidade das notificações das doenças e agravos relacionados ao trabalho.

Realizada.

OBJETIVO Nº 2.7 - Produzir o cuidado em saúde com acolhimento e humanização

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
2.7.1	Implantar protocolos de segurança do paciente em 100% dos serviços próprios com apresentação ao Conselho Municipal de Saúde	Proporção de serviços de saúde da rede que tenham protocolos de segurança do paciente implantados	Percentual	25	6

Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais nos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para segurança dos procedimentos realizados nos pacientes.

Parcialmente realizada. Alguns protocolos estão sendo elaborados ou em atualização. Não foi possível apresentá-los ao Conselho Municipal de Saúde, por ter sido um ano atípico devido à pandemia e às prioridades referentes à mesma.

DIRETRIZ Nº 3 - Manter e aprimorar a gestão do SUS

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

OBJETIVO Nº 3.1 - Contribuir com a gestão compartilhada melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite, além dos processos de transferência de recursos.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
3.1.1	Implantar serviço de controle de custos	Números de instrumentos/ferramentas de gestão implantados para melhorar padrão de gastos	Número	1	1

Ação Nº 1 - Aprimorar os processos de compra da Secretaria de Saúde

Parcialmente realizada. Instituído controle de estoque via sistema Almojarifado WEB e controle de bens no sistema Equiplano.

Ação Nº 2 - Manter mecanismos de transparência das despesas da Secretaria de Saúde

Realizada. A transparência das despesas da Secretaria de Saúde é garantida por meio dos instrumentos de gestão (Relatório Detalhado Quadrimestral, Relatório Anual de Gestão), alimentação periódica do sistema DigiSUS, reuniões mensais ordinárias com o Conselho Municipal de Saúde e audiências públicas. Além dos instrumentos de gestão, todas as despesas realizadas são disponibilizadas na página de Transparência do Município.

OBJETIVO Nº 3.2 - Fortalecer a participação popular.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
3.2.1	Realizar, no mínimo, uma capacitação por ano, aos conselheiros de saúde para o exercício de seu papel.	Número de capacitações realizadas para conselheiros de saúde.	Número	1	0

Ação Nº 1 - Promover capacitações para os conselheiros de saúde locais, regionais e municipais de saúde.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Não realizada. Quanto a capacitações no ano de enfrentamento da pandemia, foi necessário redirecionar os temas para os que correspondiam à necessidade dos serviços de saúde e houve dificuldade de conselheiros para acessarem plataformas digitais, no caso de realização de capacitações de forma remota.

OBJETIVO Nº 3.3 - Fortalecer o modelo de gestão com centralidade no usuário.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
3.3.1	Realizar pelo menos uma capacitação ao ano para equipe de ouvidoria.	Proporção trabalhadores da ouvidoria capacitados	Número	1	0

Ação Nº 1 - Fortalecer a Ouvidoria para o desempenho do seu papel.

Não Realizada. Devido a Pandemia não houve oferta de cursos direcionados ao serviço de Ouvidoria.

OBJETIVO Nº 3.4 - Aprimorar o sistema de informática da Autarquia Municipal de Saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
3.4.1	Implantar em 100% dos serviços até 2021	Proporção de serviços da rede com prontuário eletrônico do cidadão (PEC) implantado	Percentual	25	25

Ação Nº 1 - Concluir a implantar do Prontuário Eletrônico nas Unidades Básicas de Saúde rurais

Realizada. Todas as unidades rurais possuem acesso ao PEC.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde e Apoiar a Formação dos Profissionais no Âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 4.1 - Promover a qualificação e valorização do trabalhador na rede municipal de saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
4.1.1	Realizar pelo menos 1 ação de Educação Permanente por serviço próprio, por ano sendo 54 UBS, 7 serviços saúde complementar, 6 serviços de urgência e emergência, 3 serviços de vigilância em saúde, 9 diretorias e equipes nível central e serviços meio	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas pelo município	Número	79	72

Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais em POP e Manuais de Técnicas Fundamentais de Saúde do município de Londrina

Parcialmente realizada. Nem todas as capacitações planejadas foram realizadas devido às demandas emergentes da pandemia, entretanto foram realizados treinamentos online com diversos temas.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
4.1.2	Implantar no mínimo duas ações de valorização e qualificação do trabalhador por ano	Proporção de ações de valorização e qualificação do trabalhador realizadas.	Número	2	1

Ação Nº 1 - Reorganizar os fluxos para a solicitação dos campos de estágio e pactuação de contrapartidas das Instituições de Ensino aos serviços.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Parcialmente realizada. Foi implantado Formulário online Google Docs para solicitações de estágio curricular obrigatório, o que otimizou o tempo de compilação das respostas por Diretoria. A pactuação de contrapartidas está sendo discutida em conjunto com as instituições de ensino, Secretaria de Saúde e Ministério Público-PR, devido à renovação do COAPES-Londrina em tramitação no ano de 2021.

DIRETRIZ Nº 5 - Fortalecer a gestão municipal, regional e macrorregional

OBJETIVO Nº 5.1 - Contribuir com a gestão compartilhada e participativa nas regiões de saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
5.1.1	Ter pelo menos um representante da rede municipal de saúde de Londrina nos grupos técnicos da região	Número de grupos técnicos da região com representantes do município de Londrina	-	5	8

Ação Nº 1 - Avaliar readequações contratuais e financeiras dos serviços executados de média e alta complexidade com a recomposição do Teto financeiro.

Realizada parcialmente. Foram avaliados, porém não houve recomposição do teto por parte do Ministério da Saúde.

Ação Nº 2 - Garantir que toda a pactuação entre os municípios para prestação de serviços seja hospitalares e/ou ambulatoriais de alta complexidade, medicamentos de alto custo, dispositivos médicos, órteses e próteses, e exames não previstos na tabela SUS, inclusive os autorizados judicialmente estejam vinculados a recursos financeiros estaduais e federais.

Realizada. Os prestadores têm garantido dentro do contratualizado, com recursos do Teto MAC, todos os procedimentos dentro do rol do SUS com raras exceções relacionadas a qualificação profissional demandada, reduzindo despesas com recursos próprios municipais.

OBJETIVO Nº 5.2 - Fomentar experiências inovadoras nas práticas integrativas e complementares em saúde e na política de assistência farmacêutica

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
----	-------------------	--	--	--------------------	-----------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

			Unidade Medida		
5.2.1	Implantar práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) em 100% dos serviços próprios em quatro anos	Proporção de serviços da rede com pelo menos uma prática das práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) implantada	-	25	26

Ação Nº 1 - Retomar a capacitação dos profissionais dos serviços de saúde para referência de utilização das PICs no tratamento das causas de saúde

Não realizada. Com as demandas prioritárias devido ao enfrentamento da COVID-19, foi necessário alterar o foco das capacitações para qualificar os serviços no enfrentamento da pandemia, para o atendimento dos pacientes com COVID-19 e os que apresentam sequelas em decorrência da doença. Foi mantido a discussão do grupo técnico para atualização de lista de fitoterápicos a ser incorporado na REMUME

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta		Meta prevista 2021	Resultado
			Unidade Medida		
5.2.2	Implantar protocolos clínicos para a rede de atenção em saúde (RAS) priorizadas até 2021	Número de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para doenças prioritárias, implantados nos serviços da rede	-	1	0

Ação Nº 1 - Avaliar e aprimorar os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para doenças prioritárias no âmbito da atenção básica.

Parcialmente realizada. Muitos protocolos e diretrizes terapêuticas para doenças prioritárias no âmbito da atenção básica estão implementados, porém não em todas as especialidades, alguns estão em fase de atualização.

Ação Nº 2 - Aprimorar os instrumentos de referência e contrarreferência, principalmente do retorno para o acompanhamento na Atenção Básica

Parcialmente realizada. Pacientes do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) de alta do serviço são encaminhados para acompanhamento pela Atenção Básica. Constam em alguns contratos, como hospitais secundários e terciários, a obrigatoriedade da contrarreferência. Ainda não incorporado para os demais serviços.

Ação Nº 3 - Ampliar parcerias com as instituições de ensino nas farmácias escola.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Não foi ampliada. Mantiveram os dois existentes, não houve interesse de outra instituição de ensino

DIRETRIZ Nº 6 - Desenvolver ações de enfrentamento a cenários pandêmicos

OBJETIVO Nº 6.1 - Garantir capacidade de resposta no enfrentamento de cenários de pandemia

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade Medida	Meta prevista 2021	Resultado
6.1.1	Notificar, investigar, monitorar e encerrar as notificações de casos suspeitos e confirmados nos sistemas vigentes.	Percentual de casos suspeitos ou confirmados informados no Gerenciador de Ambiente de Laboratórios. (GAL)	%	100	100%

Ação Nº 1 - Promover ações de educação em saúde voltadas à sociedade civil, comércio, indústrias e empresas sobre as medidas de prevenção e controle da infecção pela COVID-19 e divulgar periodicamente informações epidemiológicas do Município.

Realizada. A SMS direcionou várias ações de educação em saúde à sociedade em geral, por meio de postagens nas redes sociais, com ações da Atenção Primária no You Tube, palestras *on line* para diversos públicos, divulgação de boletins de atualização, etc.

Ação Nº 2 - Realizar capacitações para os profissionais de saúde quanto aos documentos técnicos elaborados para atendimento aos casos suspeitos e confirmados de COVID-19.

Realizada. Foram realizadas diversas capacitações técnicas nos serviços que prestam atendimento aos usuários, bem como nos que realizam a vigilância em saúde, baseados nos documentos elaborados para o manejo de casos suspeitos e confirmados de COVID-19.

Ação Nº 3- Realizar educação em saúde aos trabalhadores de saúde quanto às medidas preventivas de controle de infecção e fluxos de atendimento.

Realizada. Foram realizadas pela Vigilância em Saúde, que repassou o conteúdo dos protocolos de medidas preventivas e de controle à Atenção Primária e demais serviços.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Ação Nº 4 - Garantir o fornecimento de EPIS para os trabalhadores dos serviços de saúde municipais, bem como de equipamentos, insumos, exames e medicamentos específicos para atendimento a pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19 nos serviços de saúde municipais.

Realizada. Nos serviços de saúde municipais não houve falta de EPI para os trabalhadores, nem equipamentos, insumos, exames e medicamentos específicos para atendimento de pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19.

Ação Nº 5 - Manter serviços de referência da Atenção Primária e urgência para atendimento aos sintomáticos.

Realizada. UBS destinadas ao atendimento exclusivo de sintomáticos respiratórios em cada região geográfica do Município, UPA Sabará para adultos e PAI para crianças, serviço de complexidade intermediário, funcionamento 24 horas todos os dias da semana.

Ação Nº 6 - Manter a contratação de profissionais de saúde para reforçar as equipes no atendimento a pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19 nos serviços de saúde municipais.

Realizada. Durante o ano de 2021 foram contratados 583 funcionários por processo seletivo para atendimento dos pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19 nos serviços de saúde municipais.

Ação Nº 7 - Manter equipe de monitoramento dos pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19.

Realizada.

Ação Nº 8 - Monitorar remotamente gestantes, puérperas, crianças e idosos para priorizar o atendimento na agenda de consultas eletivas nos serviços de saúde municipais.

Realizada.

Ação Nº 9 - Prestar contas dos recursos recebidos para enfrentamento do COVID-19 ao controle social e disponibilizar as informações para acesso público

Realizada. Foram prestadas contas aos órgãos de controle, Câmara Municipal, Conselho, Ministério Público, Senado Federal (CPI) e cidadãos que solicitaram através da Ouvidoria Geral do Município.

Ação Nº 10 - Ampliar e fortalecer as ações de vigilância sanitária para as ações de fiscalização das medidas de prevenção e controle estabelecidas nos decretos relacionados à saúde pública

Realizada.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Ação Nº 11 - Cumprir o Plano Municipal de Vacinação contra Covid-19, garantindo as medidas não farmacológicas para o controle da pandemia, com agilidade e transparência.

Realizada. As estratégias de vacinação seguiram o Plano Nacional de Operacionalização de vacinação contra a COVID-19 e, de acordo com a distribuição dos imunobiológicos, a campanha avançou de acordo com as diretrizes previstas no Plano.

16. PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

16.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As prestações de contas do Fundo Municipal de Saúde e Autarquia Municipal de Saúde bem como dados quantitativos de serviços realizados e ofertados à população foram apresentadas em sessões de audiência pública na Câmara Municipal de Londrina referente a cada quadrimestre. A audiência que apresentou os dados do primeiro quadrimestre de 2021 foi realizada em 31 de maio, a referente ao segundo quadrimestre em 29 de setembro, e a do terceiro quadrimestre foi realizada em 25 de fevereiro de 2022, obedecendo à agenda estabelecida pela Instrução Normativa nº40/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A divulgação das audiências é feita nas reuniões do Conselho, pelos meios de comunicação e publicação em Diário Oficial do Município. Em 2021 as audiências foram realizadas de forma virtual, veiculadas pela Câmara Municipal e contaram com a participação de representantes do legislativo, conselheiros municipais de saúde, lideranças comunitárias, servidores municipais responsáveis pelas diferentes áreas da Secretaria Municipal de Saúde e.

As audiências são gravadas e transcritas para arquivo e a respectiva documentação arquivada no Conselho Municipal de Saúde (CMS) e na Secretaria Municipal de Saúde.

Além da realização das audiências públicas, a Secretaria de Saúde apresenta as informações referentes à prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde mensalmente, bem como os relatórios detalhados quadrimestralmente nas reuniões ordinárias do CMS.

Quadro 52. Data de apresentação na Casa Legislativa. Londrina, 2021.

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
31/05/2021	29/09/2021	25/02/2022

16.2 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)

Em reunião extraordinária, realizada em 27 de julho, houve eleição da Comissão Executiva do CMS para a gestão 2021/ 2022, sendo eleito para a presidência o conselheiro Laurito Porto de Lira Filho, representante do segmento Usuário. Com ele, constituíram a Comissão mais 04 representantes dos segmentos de usuários, 1 do gestor, 1 prestador e mais 1 conselheiro do segmento dos trabalhadores.

O Conselho se reuniu ordinária e mensalmente por meio de *web* conferência para discutir as questões de saúde no Município, avaliar os gastos e a qualidade da assistência prestada. Para organização das pautas e outros encaminhamentos foram realizadas reuniões prévias com a Secretaria Administrativa, Comissão Executiva e a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde.

16.2.1 Comissões Técnicas

- Comissão de Instrumentos de Gestão
- Comissão de Orçamento e Finanças
- Comissão de Ética
- Comissão de Assistência e Acesso ao SUS
- Comissão Municipal de DST/HIV/AIDS
- Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador-CIST
- Comissão Municipal de Saúde Mental
- Comissão de Comunicação e Educação Permanente do Controle Social
- Comissão de Saúde da Mulher
- Comissão GT da População Negra

16.2.2 Resumo das Atividades de 2021

- 11 Reuniões Ordinárias;
- 02 Reuniões Extraordinárias;
- 01 Plenária Municipal de Saúde Gestão 2022 a 2025
- 03 Audiências Públicas da Autarquia Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde
- 14 Ofícios Circulares Expedidos
- 48 Ofícios Expedidos
- 07 Comunicações Internas (C.I) expedidas

16.2.3 Resoluções

Resolução 01:

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina (CMS), no uso de suas atribuições e competências conferidas pela Lei nº 4.911, de 27 de dezembro de 1991, acrescida das alterações constantes das Leis nº 8445 de 04 de julho de 2001, nº 9.806 de 19 de outubro de 2005 e nº 11.852 de 10 de junho de 2013, em sua 321ª Reunião Ordinária de 18 de fevereiro de 2021,

Resolve: Aprovar as Contas do Fundo Municipal de Saúde do Exercício de 2020, com as ressalvas Apresentadas e Aprovadas pelos conselheiros.

Resolução 02:

Aprovar a relação de equipamentos em atendimento à Resolução SESA nº 0046/2021, que estabelece critérios e dispõe sobre as condições para a aplicação dos saldos de recursos financeiros, habilitados nas Resoluções Secretaria da Saúde do Paraná (SESA), referente a incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Lista de equipamentos para utilização do saldo de recursos Resolução Sesa Nº 607/2015 Resolução Sesa Nº 604/2015 - 514/2017 Resolução Sesa Nº 563/2018 E 373/2018			
Item	Qtidade	Item	Qtidade
Autoclave Horizontal 90 A 110l	6	Pinça Kelly Curva - 16cm (A.M.S)	60
Bandeja De Inox Retangular	60	Pinça Kelly Reta - 16cm (A.M.S)	60
Cuba Redonda Para Assepsia	60	Pinça Kocher Reta 16cm (A.M.S)	60
Esfigmomanômetro Infantil	60	Porta Agulha Mayo Reta 15cm	120
Esfigmomanômetro Para Adulto	120	Punça Allis 15cm	60
Estetoscópio Adulto	120	Tesoura De Mayo Curva 14cm	60
Estetoscópio Infantil	60	Tesoura De Mayo Reta 17cm	120
Fluxometro De Oxigenio	120	Tesoura Íris Curva 12 Cm	120
Pinça Anatomica 16cm	120	Tesoura Íris Reta 12 Cm	120
Pinça Cheron - 25 Cm	120	Tesoura Metzenbaum Reta 18cm	60
Pinça Halstead Reta Mosquito 12cm	60		

Resolução 03:

Aprovar “ad referendum” a relação de equipamentos em atendimento à Resolução SESA Nº 0047/2021, que estabelece critérios e dispõe sobre as condições para a aplicação dos recursos financeiros não executados, habilitados nas Resoluções da Secretaria Estadual da Saúde do Paraná - SESA, referente ao Incentivo Financeiro de Investimento para a implantação do transporte sanitário nos municípios do Programa de Qualificação da Atenção Primária, na modalidade Fundo a Fundo.

Lista de equipamentos para utilização do saldo de recursos Resolução SESA Nº 1209/2017 e 166/2018	
Item	Qtidade
Cadeira de Rodas Adulto	6
Esfigmomanômetro para adulto	60
Prancha de imobilização	12
Oxímetro	6

Os equipamentos serão destinados ao apoio ao transporte sanitário na rede de atenção à saúde do município de Londrina.

Resolução 04:

Resolve: Aprovar as metas da Pactuação Interfederativa 2021.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Resolução 05:

Dispões sobre as conclusões acerca do Relatório Anual da Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Londrina, relativas ao exercício de 2021, e prescreve as providências, que enumera.

O Plenário Conselho Municipal de Saúde de Londrina (CMS), pela Lei nº 4.911 de 27 dezembro de 1991, acrescida das alterações constantes das Leis nº 8.445 de 04 de julho de 2001, nº 9.806 de 19 de outubro de 2005 e nº 11.852 de 10 junho de 2013, em sua 322ª Reunião Ordinária de 23 de março de 2021;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Considerando o inciso IV, do Art. 4º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber recursos de que trata o Art. 3º dessa mesma Lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e considerando o § 4º do Art. 33 da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Lei orgânica da Saúde.

Resolve: Aprovar o Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Londrina referente ao ano de 2020.

Resolução 06:

Resolve: Aprovar a Repactuação da Programação Anual de Saúde de 2021, com as considerações solicitadas pelos conselheiros.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

- SAMU Londrina – CNES 6942377.

Resolução 07:

Resolve: Diante do aumento de casos de Covid-19, da eminente falta de leitos, da possível falta de insumos e de medicamentos, bem como a exaustão e limitação de recursos humanos, que o executivo municipal, sempre que orientado pelo COESP, aplique de forma imediata medidas mais intensas, ainda que temporárias, de contenção da pandemia de Covid-19, para que Londrina não chegue a um ponto de esgotamento da assistência em saúde.

Essas medidas implicam em suspender o funcionamento de atividades não essenciais, combater aglomerações de pessoas, com ampla fiscalização pelos serviços de segurança e vigilância sanitária, ampliação de campanhas educativas, disponibilização de recursos humanos, materiais equipamentos aos serviços de saúde e ampliação do processo de vacinação no município.

Deve ser considerada também a ampliação de medidas de suporte a minimizar os impactos sociais, em particular à população mais vulnerável,

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

orientando o acesso ao auxílio emergencial e outras formas de apoio social ou econômico.

Resolução 08:

Resolve: Aprovar as diretrizes do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, com as considerações solicitadas pelos conselheiros.

Resolução 09:

Resolve: Aprovar a Programação Anual de Saúde de 2022, com as considerações solicitadas pelos conselheiros

Resolução 10:

Resolve: Não aprova que a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS), assuma a administração do Hospital Zona Norte e Hospital Zona Sul de Londrina, sem debate prévio e amplo com toda sociedade civil organizada, controle social, gestão municipal, 17ª Regional de Saúde e prestadores de serviço de saúde de Londrina.

Resolução 11:

Resolve: Aprovar em atendimento à Resolução SESA nº 769/2019, dispõe sobre a Adesão dos Municípios ao incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, conforme Anexo I da Resolução 933/2021.

Resolução 12:

Resolve: Aprovar a relação de equipamentos em atendimento à Resolução SESA Nº 870/2021, que institui o incentivo financeiro de investimento e custeio para aquisição de equipamentos de reabilitação multiprofissional, para a rede de atenção da linha de cuidado à saúde da pessoa com deficiência do Estado do Paraná e reabilitação da síndrome pós COVID-19;

Resolução 13:

Resolve: Aprovar *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde, em atendimento à Resolução SESA Nº 769/2019, que dispõe sobre a adesão dos municípios ao incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário nos municípios, destinado a aquisição de uma Ambulância de Suporte Básico, conforme Anexo I da Resolução SESA Nº 1.009/2021

Resolução 14:

Resolve: Aprovar *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde, em atendimento à Resolução SESA Nº 768/2019, que dispõe sobre o repasse financeiro para investimento na rede de serviços públicos de saúde, visando aquisição de equipamento de Ultrassom, conforme Anexo I da Resolução SESA Nº 1.010/2021, para qualificação da Atenção Primária, com viés na implementação da Rede Materno Infantil.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Resolução 15:

Resolve: Aprovar *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde a destinação de recursos provenientes da Resolução SESA Nº 765/2019 do Programa de Qualificação da Atenção Primária, para realização da obra de recuperação da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Guanabara (CNES: 2577720), conforme anexo I da Resolução SESA 932/2021.

Resolução 16:

Resolve: Ratificar a Declaração Técnica dos Convênios executados no ano de 2017 (n.º848525, n.º848526, n.º848527, n.º861635) e 2018 (n.º868139, n.º870020, n.º870024 e n.º877648) pelo Hospital Universitário de Londrina.

16.2.4 Deliberações do Conselho Municipal de Saúde – Gestão 2021

321ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 18 de fevereiro de 2021.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e aprovação da pauta da 321ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 320ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de setembro a dezembro/2020;• Apresentação do Teto Mac;• Apreciação do Relatório Quadrimestral;• Aprovação do Parecer do Tribunal de contas;• Aprovação de Lista de Equipamentos que serão adquiridos com saldo de Recursos Estaduais anteriormente recebidos;• Informes.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da pauta da 321ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 320ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Aprova a prestação de contas referentes aos meses de setembro a dezembro/2020;• Aprova o Parecer do Tribunal de Contas;• Aprova a Lista de Equipamentos que serão adquiridos com saldo de Recursos Estaduais anteriormente recebidos.

322ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 23 de março de 2021, *on line*

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e aprovação da pauta da 322ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a pauta da 322ª Reunião Ordinária do CMS e aprovada a Ata 321ª Reunião

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

<p>de Saúde e aprovação da Ata da 321ª Reunião Ordinária do CMS;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Teto MAC • Aprovação do Relatório Anual de Gestão-RAG- • <i>Demandas dos Conselheiros/Comissões;</i> • Apresentação da situação da Rede Municipal de Atenção em Saúde Mental (ALSM); • Aprovação de Lista de Equipamentos para utilização do saldo de recursos SESA • Informes: 	<p>Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do RAG 2020; • Aprovação da lista de equipamentos para utilização do saldo de recursos SESA.
---	--

323ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 22 de abril de 2021, on line

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 323ª Reunião Ordinária do CMS; • Análise e Parecer do Projeto de Lei nº 089/2020-CML; • Repactuação da Programação Anual de Saúde- PAS/2021; • Demandas dos Conselheiros/Comissões; • Apresentação da Situação da Rede Municipal de Atenção em Saúde Mental-ALSM; • Moção de apoio a CPI da covid 19 • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a pauta da 323ª Reunião Ordinária do CMS; • Aprovação da moção de apoio a CPI da COVID-19; • Aprovação o parecer ao PL 089/2020; • Aprova a <i>Repactuação da Programação Anual de Saúde (PAS/2021).</i>

324ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 20 de maio de 2021, on line.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 324ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 323ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Apresentação e Apreciação do Relatório Quadrimestral; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a pauta da 324ª Reunião Ordinária do CMS e Ata 322ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Fluxo da Rede de Saúde Mental;• Demandas Dos Conselheiros/Comissões;• Informes.	
---	--

325ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 24 de junho 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e Aprovação da Pauta da 325ª Reunião Ordinária do CMS, e Aprovação das Ata da 323ª e 324ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Apresentação e Aprovação de proposta do recurso da fonte 340.• Apresentação do Teto Mac;• Aprovação das Diretrizes do Plano Municipal de Saúde 2022-2025 e Programação Anual de Saúde 2022;• Parecer das Comissões Referente aos Projetos de Lei nº 023 e nº 033 da CML;• Demanda De Conselheiros/Comissões;• Eleição da Comissão Eleitoral;• Informes.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada da pauta da 325ª Reunião Ordinária e das Atas da 323ª e 324ª Reunião Ordinária do CMS;• Aprova a proposta de utilização do recurso da fonte 340.• Aprova as quatro diretrizes do Plano Municipal;• Aprova o parecer do projeto de Lei 033/2021;• Aprova o parecer não favorável ao PL 023/2021.

326ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 22 de julho de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e Aprovação da Pauta da 326ª Reunião Ordinária do CMS, e Aprovação da Ata da 325ª da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2021;• Apreciação do PPA (2022-2025) e Apreciação do Plano Municipal de Saúde (2022-2025);• Demandas Dos Conselheiros/Comissões;• Aprovação do Regulamento para eleição da Comissão Executiva;• Informes.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da pauta da 326ª Reunião Ordinária e da Ata da 325ª Reunião Ordinária do CMS.• Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde;• Aprova o regulamento da eleição da Comissão Executiva Gestão 2021/2021

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

327ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 19 de agosto de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e Aprovação da Pauta da 327ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 326ª da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde e da Ata da Reunião Extraordinária do Dia 27/07/2021;• Apresentação e Aprovação de Recurso para Emenda da Urgência e Emergência;• Apresentação de Manifesto e Parecer da CISTT;• Demandas dos Conselheiros/Comissões;• Apresentação/Relato–Utilização de Recursos Destinados ao Programa de Residência Médica da SMS;• Recomposição das Comissões do CMS;• Apresentação do Cronograma de Licitações de Obras da Saúde;• Informes.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a pauta da 327ª Reunião Ordinária e da Ata da 326ª Reunião Ordinária do CMS e da Ata da Reunião Extraordinária do Dia 27/07/2021;• Aprova o Recurso para Emenda da Urgência e Emergência.

328ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 23 de setembro de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e Aprovação da Pauta da 328ª Reunião Ordinária do CMS;• Apresentação e Apreciação do Relatório Quadrimestral;• Análise e Parecer do Projeto de Lei nº 55/2021;• Apresentação COAPES;• Relato da Comissão de Ética;• Demandas Dos Conselheiros/Comissões;• Informes.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a pauta da 328ª Reunião Ordinária CMS.

329ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 21 de outubro de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e Aprovação da Pauta da 329ª Reunião Ordinária do CMS; e Aprovação da Ata da 327ª da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde,	<ul style="list-style-type: none">• Aprovadas a pauta da 329ª Reunião Ordinária do CMS;• Aprova Parecer desfavorável ao Projeto de Lei Nº 55/2021-CML.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de março e abril de 2021 - Sandra Silva; • Apresentação do Teto Mac; • Análise e Parecer dos Projetos de Lei nº 55/2021, Projeto de Lei nº109/2021e Projeto de Lei nº 029/2021; • Demandas Dos Conselheiros/Comissões; • Aprovação de Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde; • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprova a prestação de contas <i>Referente aos meses de março e abril de 2021</i>; • Aprova parecer favorável ao PL 109/2021; • Aprova parecer desfavorável ao PL 029/2021; • Aprova parecer favorável ao PL 109/2021.
--	--

330ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 18 de novembro de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e Aprovação da Pauta da 330ª Reunião Ordinária do CMS; e Aprovação da Ata da 327ª,328ª e da329ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Aprovação da Relação de Equipamentos para Reabilitação Multiprofissional para aquisição, conforme a Resolução SESA PR nº 870/2021, que institui incentivo financeiro na modalidade Fundo a Fundo, para a Rede de Atenção da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência e Reabilitação da Síndrome pós COVID-19; • Situação do FUNEAS e Plano de Atendimento para o Zona Norte sem o HZN Porta Aberta. • Apresentação do Relatório da Dengue; • Aprovação da prestação de contas dos convênios do HU dos anos 2017,2018 e 2019 junto ao MS • Demandas Dos Conselheiros/Comissões; • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a pauta da 330ª Reunião Ordinária e Aprovada as Ata da 327ª,328ª,329ª Reunião Ordinária do CMS; • Aprova a Relação de equipamentos • Aprovada prestação de contas dos convênios do HU dos anos 2017,2018 e 2019 junto ao MS.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

331ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 16 de Dezembro de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e Aprovação da Pauta da 331ª Reunião Ordinária do CMS; e Aprovação da Ata 330ª da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Apresentação e Aprovação das Resoluções nº013, nº014 e nº015.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a pauta da 331ª Reunião Ordinária e Aprovada a Ata 330ª Reunião Ordinária do CMS;• Aprovação das Resoluções nº013, nº014 e nº015.

Reunião Extraordinária Conselho Municipal de Saúde, 27 de julho de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
Eleição da Comissão Executiva do CMS-Gestão 2021-2022.	Aprovada a comissão executiva gestão 2021-2022

Reunião Extraordinária Conselho Municipal de Saúde, 16 de dezembro de 2021, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
Apresentação das Propostas para a Conferência Regional de Saúde Mental e Escolha dos Delegados.	Aprovada as propostas e os delegados para a Conferência Regional de Saúde Mental.

Art. 1º Ficam designados os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a gestão 2019-2023, conforme alteração na lei, abaixo nominados:

I. Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Carlos Felipe Marcondes Machado

Suplente: Rosilene Aparecida Machado

II. 17ª Regional de Saúde:

Titular: Maria Lúcia da Silva Lopes

Suplente: Joelma Aparecida Carvalho

III. Hospital Santa Casa de Londrina/ Hospital Infantil Sagrada Família:

Titular: Fahd Haddad

Suplente: Ana Paula Cantelmo Luz

IV. Associação Evangélica Beneficente de Londrina/ Hospital de Olhos - HOFTALON:

Titular: Lincoln Vieira Magalhães

Suplente: Luis Soares Koury

V. Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná:

Titular: Vivian Biazon El Reda Feijó

Suplente: Rita de Cássia Domansky

VI. Hospital Anísio Figueiredo (Hospital da Zona Norte)/Ignácio Eulalino de Andrade(Hospital da Zona Sul)

Titular: Reilly Alberto Aranda Lopes

Suplente: Geraldo Junior Guilherme

VII. Hospital do Câncer de Londrina-ICL:

Titular: Edmilson Garcia

Suplente: Manoela Germinari Pessoa

VIII. Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná – SINDPREVS:

Titular: Lincoln Ramos e Silva

Suplente: Luiz Alfredo Gonçalves

IX. Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná – SINDSAÚDE:

Titular: Sergio Luis Conojó

Suplente: Maria Celeste Vitorazzo

X. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina – SINDSERV:

Titular: Titular: Fábio Molim

Suplente: Pilar Nadir Alves Soldório

XI. Conselho Regional de Farmácia- CRF

Titular: Joice Mara Cruciol e Souza

Suplente: Ester Massae Okamoto Dalla Costa

XII. Conselho Regional de Psicologia-CRP

Titular: João Batista Martins

Suplente: Nadya Christiane Silveira Pelizzari

XIII. Grupo de Assistentes Sociais da Área de Saúde de Londrina:

Titular: Alexandra Aparecida de Jesus Moreira

Suplente: Ana Patrícia Pires Nalesco

XIV. Conselho Regional de Fisioterapia - CREFITO:

Titular: Fernando César Marcucci

Suplente: Flávia Guilherme Gonçalves

XV. Sindicato dos Bancários de Londrina e Região:

Titular: Eunice Tieko Myamoto

Suplente: Edvaldo Zanutto Laurito Porto de Lira Filho

XVI. Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas – SINDNAP:

Titular: Jurandir Pinto Rosa

Suplente: Jair Rodrigues Pereira

XVII. Central Única dos Trabalhadores – CUT:

Titular: Laurito Porto de Lira Filho

Suplente: Regina Ferreira de Souza

XVIII. União Geral de Trabalhadores – UGT:

Titular: Neide Aparecida Gonçalves Ferreira

Suplente: João Maria Cabral

XIX. Conselho Comunitário de Saúde e Assistência Social da Região Norte - CONSASLON / Centro de Direitos Humanos de Londrina - CDH:

Titular: Wagner Aguiar de Almeida

Suplente: Sonia de Oliveira Silva

XX. Conselho Regional de Saúde da Região Leste de Londrina / Conselho Regional de Saúde da Região Sul de Londrina

Titular: Edvaldo Vianna

Suplente: sem indicação

XXI. Conselho Regional de Saúde da Região Oeste de Londrina/Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde - ANEPS

Titular: João Victor Custódio Nery

Suplente: Marina Inês Bento Gimenes

XXII. Centro de Apoio e Assistência à Saúde - CEAAS/Movimento Popular de Saúde - MOPS:

Titular: Antônio Barrichello

Suplente: Livaldo Bento

XXIII. Conselho Regional de Saúde da Região Centro de Londrina

Titular: Silvia Aparecida Brazao

Suplente: Aílton de Souza

XXIV. Associação Londrinense de Saúde Mental - ALSM

Titular: André Akira Horiuchi

Suplente: Maria José Barbosa

XXV. Pastoral da Saúde:

Titular: Vaine Teresinha Pizolotto Marques

Suplente: Teresa Moreshi

XXVI. SETCEPAR:

Titular: sem indicação

Suplente: Alexandre Montezin de Souza

XXVII. Conselho Local de Saúde do Patrimônio Regina:

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

Titular: Faustino Aparecido de Abreu
Suplente: Alcides Antônio de Oliveira

XXVIII. União Municipal das Associações de Moradores de Londrina – UNIMOL

Titular: Ângelo Barreiros
Suplente: Monica Ap^a Cardoso

17. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

No ano de 2021 a pandemia pelo novo Coronavírus se manteve e, para enfrentá-la, também todas as medidas sanitárias do ano anterior, somadas a outras que se demonstraram eficazes para a desaceleração da incidência. Nenhum serviço foi descontinuado e a reorganização dos atendimentos e da assistência permitiu dar as respostas necessárias à coexistência das doenças prevalentes e as incidentes.

Como medida preventiva, foi mantido o Projeto Saúde do Trabalhador em Tempos de COVID-19, com treinamentos de forma remota em empresas do Município, tendo por público-alvo os trabalhadores de todas as categorias profissionais dos segmentos do comércio, indústria, construção civil e prestação de serviços, como clínicas, salões de beleza, cartórios, cooperativas de reciclagem, condomínios, shoppings centers, escolas, supermercados, bares e restaurantes, atividades desempenhadas pelos profissionais do Núcleo Ampliado em Saúde da Família (NASF) e Estratégias da Saúde da Família (ESF). A abordagem incluiu sinais e sintomas do COVID-19, fluxos de atendimentos em Londrina para sintomáticos respiratórios, serviço Disque Coronavírus, correta lavagem das mãos, uso adequado de máscara de barreira, distanciamento social e importância de evitar aglomeração em horários de descanso e alimentação. Além da videoconferência, o projeto encaminhou material de apoio para continuidade das práticas de prevenção. Os vídeos educativos produzidos pelos educadores físicos do NASF, foram mantidos no canal do *Youtube*, e beneficiaram a população geral, instruindo atividades físicas dentro do domicílio durante a pandemia, retomando gradativamente as atividades presenciais em grupos menores. As Unidades de Saúde de Atenção Primária, compostas por 42 UBS urbanas e 12 rurais, estão organizadas por equipes tanto da ESF, quanto da atenção básica e dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF) da Secretaria Municipal de Saúde, que estão promovendo as ações gerais e também específicas para síndromes respiratórias e imunização.

O serviço Disque Coronavírus (08004001234) foi mantido, para teleconsultas e central de resultados, recursos exclusivos do Município, assim como a Central de Monitoramento dos casos positivos e contatos. Foi implantada a oferta de Teste Rápido Antígeno para todos os contatos com suspeita ou positivas para COVID-19, e o monitoramento/rastreamento COVID-19 nas Instituições de Longa Permanência Idoso (ILPI), tanto para os residentes, como para os colaboradores.

O Plano Municipal de Imunização foi alinhado ao Plano Nacional de Imunização, dividido em quatro etapas e começou pelos grupos prioritários, mais vulneráveis ao vírus. Em janeiro teve início a imunização para pessoas idosas atendidas por Instituições de Longa Permanência (ILPI), profissionais de saúde e demais colaboradores que atuam nestes espaços. Para a aplicação da vacina, o Município adotou o cadastramento e agendamento *on line* pelo portal da Prefeitura de Londrina. Esta forma de organização transcorreu durante todo o ano e foi muito eficiente para o serviço e usuários, não havendo aglomerações, nem filas em nenhum ponto de vacinação. Em fevereiro foi realizada a ação no formato *drive thru*, no Parque de Exposições Governador Ney Braga, de forma

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

organizada e ágil e vacinou 3.763 idosos com mais de 85 anos e profissionais de saúde acima de 40 anos.

Entre os esforços para facilitar o acesso e disseminar a vacinação contra COVID-19 em Londrina, foram destinados 7 os locais exclusivos para aplicação das vacinas: seis UBS em diferentes áreas geográficas e o Centro de Imunização da Zona Norte (CCI Norte). O CCI Norte, com 22 boxes de vacinação, permitiu atendimentos simultâneos, resultando em 1.000 a 1.500 vacinações por dia.

No inverno, equipes da Saúde somaram-se a servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) para atuar na Operação Noite Fria, que ofereceu acolhimento, alimentação e agasalhos para a população em situação de rua por iniciativa da SMAS. Por meio dessa parceria, foi possível a realização de testes e vacinação contra COVID-19 àquela população. Conforme o resultado dos testes rápidos, os casos suspeitos e positivados foram encaminhados a um acolhimento específico, que permitiu o isolamento social pelo período adequado e com acompanhamento profissional.

Outra estratégia, como forma de incentivar a população a se vacinar, foram as campanhas temáticas, quando o público foi recebido nesse ambiente temático, decorado, interativo (Festa Junina, Olimpíadas, Balada da Vacina e Vacinatal) realizadas no CCI Norte. Cada campanha utilizou decoração própria, música, luzes de LED coloridas, canhão de luz e globo refletor no teto, etc. Na Balada da Vacina foram vacinados contra o COVID-19 5.768 jovens, com 25 anos ou mais, durante 36 horas ininterruptas em final de semana. As campanhas temáticas foram bem organizadas e contaram com o apoio da Guarda Municipal de Londrina e equipes da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e voluntariado.

No início do agendamento, aproximadamente 45 mil idosos já tinham sido vacinados com a primeira e segunda doses da vacina contra o novo Coronavírus em Londrina. A SMS liberou em setembro o agendamento para idosos (70 anos ou mais) e pessoas imunossuprimidas receberem a 3ª dose da vacina contra COVID-19.

A aplicação do reforço obedece alguns critérios de intervalo entre as doses, conforme o grupo de usuários.

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, causada pelo vírus da gripe, foi disponibilizada a crianças de 6 meses a menores de 6 anos de idade, gestantes, puérperas (mães no pós-parto até 45 dias) e, na sequência, a povos indígenas, trabalhadores da saúde, idosos e demais grupos prioritários, conforme orientação do Ministério da Saúde. Exceto nas UBS destinadas à vacinação exclusiva contra o COVID-19, todas as demais UBS urbanas e rurais vacinaram de 50 a 100 usuários diariamente, com agendamento prévio por telefone, medida que evitou aglomerações.

Foi realizada a Campanha de Multivacinação para o público de zero a menores de 15 anos, ampliando a cobertura e possibilitando a completude do esquema vacinal desse público, protegendo-o contra doenças graves como sarampo, pneumonia, hepatite, meningite, rubéola, caxumba, rotavírus e várias outras. As vacinas foram ofertadas com agendamento prévio pelos responsáveis nas UBS urbanas e rurais, com exceção das que são exclusivas para pacientes sintomáticos respiratórios e as que disponibilizam vacinação contra COVID-19.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

A vacina ACWY, destinada a adolescentes de 11 e 12 anos, para evitar quatro subtipos da meningite meningocócica, foi incluída no Programa Nacional de Imunizações (PNI) e passou a ser disponibilizada pelo SUS, sendo que o imunizante era disponibilizado apenas na rede particular até o ano anterior. A vacina previne meningites causadas pelas bactérias mais frequentes: meningococos A, C, W e Y.

Como medida de redução de danos, a SMS implantou o Serviço de Fisioterapia de apoio a atenção básica, como referência para casos moderados e/ou leves de síndrome pós COVID-19, que necessitem de reabilitação. O atendimento é realizado no Ambulatório de Fisioterapia no prédio da Policlínica, na região central do Município, a 20 pacientes por dia. Entre os equipamentos disponíveis no ambulatório há: esteira e bicicletas ergométricas, escada de canto, bolas (*Bobath*), caneleiras, halteres, *Theraband* e *Miniband*, além de recursos de eletroterapia como TENS e ultrassom.

As Unidades da Atenção Básica e do CAPS, em parceria com o Consultório na Rua e Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, juntos, fortalecem as ações de atendimento à saúde mental da população em situação de rua, com colaboração da Residência de Medicina de Família e Comunidade desta Secretaria.

Em 2021 a unidade voltada ao atendimento prestado por equipe multiprofissional a pacientes com dependência química, CAPS AD, ganhou nova sede na área central em ambiente mais confortável aos usuários e servidores, espaçoso, adequado às atividades, facilitando o acesso da população ao serviço. O mesmo local passou a sediar a equipe do Consultório na Rua e o Conselho Municipal de Política sobre Álcool e Drogas (COMAD). Ainda com a pandemia em curso, o CAPS AD manteve os atendimentos com as medidas sanitárias de segurança e a regulação para internação em comunidades terapêuticas com vagas contratadas pelo Município, bem como os demais serviços especializados de saúde mental, CAPS I e CAPS III.

Foi implantado o ambulatório multiprofissional para cuidado integral da saúde de pessoas trans e travestis em processo de hormonização, no Centro Integrado de Doenças Infecciosas (CIDI), na região central, com oferta de diversos serviços voltados a este público. O ambulatório multiprofissional executa um trabalho em rede com a Atenção Primária à Saúde (APS), pois o encaminhamento dos pacientes ao ambulatório é feito por médico ou enfermeiro das UBS e passa por regulação da Diretoria de Regulação em Saúde, de acordo com a prioridade de cada agendamento. No ambulatório são ofertados acolhimento e atendimento de enfermagem, realização de testes rápidos para rastreio de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), solicitação de exames laboratoriais e de imagem realizados em laboratórios conveniados com a Prefeitura, apoio do serviço social do CIDI proporcionando acompanhamento integral de saúde com médicos de família e comunidade, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais e farmacêuticos que receberam capacitação nesta temática.

No mês de outubro foi implantado o atendimento de prevenção para pré exposição (PrEP) ao HIV, disponibilizado de forma gratuita no Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA).

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

O público de interesse pôde realizar agendamento prévio de consulta inicial, pelo portal da Prefeitura, com acesso pelo link: <https://portal.londrina.pr.gov.br/agendamentos>.

O programa Saúde Visual na Estrada resultou da parceria entre o município de Londrina, Hospital de Olhos de Londrina (Hoftalon) e a ONG Renovation e atendeu 6 mil pacientes que estão na fila do SUS à espera de consultas e procedimentos oftalmológicos. Os atendimentos e diagnósticos em glaucoma, retina, catarata e refração foram realizados em uma unidade móvel, totalmente equipada, com muita segurança, seguindo rigidamente todos os protocolos sanitários.

Foi iniciada a construção do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência (CER), que ofertará atendimento interdisciplinar e reabilitação de aproximadamente 550 pessoas por mês, portadoras de deficiência intelectual, auditiva e/ou física, de natureza temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável, intermitente e contínua e será administrada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR). Será a 5ª unidade a ser implantada no Paraná e deverá beneficiar mais de 100 mil pessoas com deficiência que residem nos 21 municípios da Região de Saúde do Médio Paranapanema, de forma interprofissional e intersetorial. A equipe do CER será formada por 40 profissionais, aproximadamente, de diferentes áreas de atuação, incluindo fisioterapia, psicologia, nutrição, fonoaudiologia, medicina, enfermagem, serviço social, educação física, pedagogia, música e terapia ocupacional, entre outras.

Outra ação conjunta importante foram os treinamentos em parceria com a Brigada de Incêndio e Secretaria Municipal de Educação (SME), promovidos pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH)/Diretoria de Saúde Ocupacional (DSO), quando servidores da sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) receberam orientações em primeiros socorros, técnicas de reanimação cardiopulmonar e desobstrução de vias aéreas, atribuições do brigadista, prevenção e combate de incêndios.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) preza o bem-estar dos servidores e, neste sentido, inaugurou o espaço Cuidando do Cuidador, onde práticas integrativas e complementares são ministradas por servidores capacitados. São ofertadas práticas com finalidade terapêutica, aplicadas em até dez sessões, visando a melhora das queixas apresentadas pelo participante e consequente qualidade de vida. Entre os tratamentos disponíveis estão a acupuntura, auriculoterapia, ventosaterapia, Reiki, meditação, terapia Sujok e reflexologia podal. Esse espaço também ficou disponível para amamentação.

Mesmo com pandemia pelo SARS-CoV-2 prevalente, a Dengue se manteve no foco da Vigilância em Saúde. O Comitê Gestor Ampliado da Dengue manteve a apresentação de informativos referentes à situação da Dengue, bem como organização dos encaminhamentos para o enfrentamento da doença.

Na área de educação em saúde, foi realizada a 7ª Mostra Paranaense de Pesquisas e de Relatos de Experiências em Saúde, organizada pelo Instituto em Estudos em Saúde Coletiva (INESCO) com apoio da SMS, da qual servidores da Saúde participaram com a apresentação de trabalhos por eles desenvolvidos. O evento ocorreu em formato digital, com transmissões em tempo real. Houve 420 trabalhos apresentados por representantes com experiências e pesquisas aplicadas em mais de 50 cidades paranaenses, entre

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

os quais cinco foram vencedores no 6º Prêmio Inova Saúde Paraná, todos de autoria de servidores da SMS de Londrina, em três eixos: Políticas Públicas, Gestão e Avaliação na Saúde; e Educação e Formação em Saúde. Durante o ano a SMS, em conjunto com instituições de ensino se reuniram com o objetivo de debater a importância de aprimorar a integração do ensino-aprendizagem com a prática profissional dos estudantes de diversas áreas da saúde, fortalecendo a política de interação ensino, serviço e comunidade e a Gestão da Educação na Saúde, de acordo com Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES) e suas diretrizes.

Em 2021 foi entregue à população o Pronto Atendimento (PA) Adão Pinto Rosa, no Jardim Leonor. O serviço de urgência e emergência, localizado na região Oeste, funciona 24h, foi reconstruído e ampliado na atual gestão. A obra de 1.089,77 m² de área construída, equipada com o que há de mais moderno em equipamentos médico-hospitalares, com ambientes climatizados e mobiliário novo foi realizada com investimentos do Município e do Ministério da Saúde. O prédio dispõe de classificação de risco ao lado da recepção, salas para coordenação, administração, supervisão de enfermagem, rouparia, farmácia, quatro consultórios, espaço para pós-consulta com sala para encaminhamentos, e enfermarias feminina e masculina. Há, ainda, salas para isolamento de doenças infecciosas, sala para internação, procedimentos, inalação, hidratação, supervisão, vacina, para eletrocardiograma e sala para atendimentos de emergência. O espaço completo recebeu adequação de piso, paredes, telhas e calhas, novas esquadrias, portas e janelas, pintura, sinalização e comunicação visual. Os banheiros femininos e masculinos são adaptados para pessoas com deficiência, assim como foi instalado piso tátil em todo o entorno da unidade de saúde e as instalações elétricas e hidráulicas foram todas revitalizadas.

Em maio foi entregue a reforma da UBS São Luiz, a recepção recebeu uma proteção de barreira em vidro, para oferecer mais segurança contra COVID-19, todos os ambientes receberam mobiliário novo e planejado, o consultório odontológico teve os equipamentos substituídos por novos e foram instalados aparelhos de ar-condicionado nas salas de vacina, odontologia e farmácia.

No ano de 2021, a Maternidade Municipal Lucilla Ballalai (MMLB) rumo aos seus 30 anos, com um selo comemorativo e a inauguração da segunda fase do projeto de reforma e ampliação do prédio. Na 1ª fase da obra, com a entrega do novo centro cirúrgico e desativação do antigo, foi possível remanejar alguns ambientes, remover paredes e ampliar o número de quartos, que receberam mobiliário novo. Além do novo centro cirúrgico, que interliga o centro de parto normal ao centro obstétrico, foram construídas duas salas cirúrgicas, salas de recuperação pós anestesia e de esterilização, sala de costura, lavanderia e local para depósito de produtos. A ala inaugurada ao final do ano conta com uma Unidade de Recém Nascido (URN), enfermaria e 8 apartamentos de pré parto com instalações sanitárias adaptadas a PCD, 3 consultórios de admissão de pacientes, salas de triagem, cardiotocografia, ultrassom, reanimação de recém-nascido (RN), nutricionista, de utilidades, para coleta de leite materno, armazenamento de leite cru e pasteurizado; copa de distribuição, depósitos de equipamentos e de material de limpeza, rouparia, banheiros masculino e feminino, posto de enfermagem e quartos para plantonistas. Com a revitalização completa do Bloco 2, onde são realizados os atendimentos pré

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

parto, todas as salas foram entregues com bancadas de aço inox e mobiliário planejado, aparelhos de ar condicionado, substituição de piso, portas, janelas e campainhas, instalação de esquadrias de alumínio, foram reformados os banheiros, realizada pintura completa, comunicação visual, implantação de iluminação de emergência e aquisição de equipamentos de última geração. Assim, ficaram concluídos 80% da obra e a ampliação levou a área construída de 992,58m² para 3.335,14 m² e o investimento passou de seis milhões de reais.

A obra do SAMU Regional teve 50% da obra de reforma e ampliação concluídas, importante para unificar as bases e integrar as centrais de regulação municipal e regional, centro de treinamento com auditório e salas de apoio para estudo.

No ano foi concluído processo licitatório para dar continuidade à execução de serviços de recuperação de três Unidades Básicas de Saúde: Vivi Xavier, Vila Brasil e Lerroville.

Durante o ano foram cumpridas as reuniões mensais ordinárias, de forma virtual, com o Conselho Municipal de Saúde (CMS), assim como as Audiências Públicas de Saúde, ocasiões em que foram apresentadas as ações desenvolvidas e prestação de contas da Secretaria relativas ao ano de 2021.

Foram realizados testes seletivo simplificados para contratação por tempo determinado de diversos profissionais: 11 médicos clínico gerais plantonistas, 11 médicos pediatras plantonistas, 125 enfermeiros, 390 auxiliares de enfermagem e 36 assistentes de gestão em serviços de saúde, 03 veterinários, 07 técnicos em análises clínicas/patologia para garantir a assistência completa aos usuários em todos os serviços municipais de saúde.

Os serviços da Atenção Básica contaram com a contratação de horas de profissionais médicos, sendo 93.720 horas para profissional médico clínico geral, representando um aumento de 25% da oferta em 2021, além da contratação de 28.512 horas para profissional médico pediatra e 29.568 horas para médico ginecologista.

Já para o atendimento das unidades de urgência e emergência, maternidade municipal, bem como para os serviços de atendimento em saúde mental, a prestação de serviços de plantões médicos foi feita pelo contrato com o CISMEPAR, realizando o aumento do número de profissionais disponíveis de acordo com o período epidemiológico da pandemia do COVID-19, reforçando as escalas médicas, garantindo atendimento da população de forma humanizada.

17.1 RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para o ano de 2022, os desafios relacionados à pandemia ainda se mantêm no panorama da Saúde, no enfrentamento da doença COVID-19 causada por novas variantes surgidas no fim do ano de 2021 e que se disseminam entre a população. Outra necessidade, consequência da pandemia, é ampliação do atendimento para reabilitação da síndrome pós COVID/COVID longa que tem acometido parte significativa dos que se curaram da infecção. Assim, em 2022, quando coexistirão situações incidentes e decorrentes da COVID-19, a SMS deverá continuar combatendo a pandemia com a promoção e prevenção em saúde, aprimorando os cuidados na APS, mantendo a Urgência e Emergência aparelhada para qualquer aumento súbito de casos suspeitos e

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

confirmados, com uma Vigilância em Saúde alerta para quaisquer oscilações epidemiológicas. Os serviços próprios especializados e ou contratualizados devem absorver com resolutividade a demanda pós COVID. E, como é previsto que o SARS-CoV-2 permaneça circulante de forma endêmica, a Saúde deve retomar as ações de rotina que tiveram que ser desaceleradas em função da prioridade imposta pela pandemia.

Medidas e estratégias para aproveitamento melhor das consultas e exames especializados estão postas como desafio para a gestão, como resposta a isso será o desenvolvimento do Projeto Melhor Acesso. A reorganização das cirurgias eletivas e somado às novas necessidades que se apresentam no cotidiano exigem medidas mais complexas entre as esferas estaduais e federal, e do segmento prestador hospitalar e ambulatorial cirúrgico, onde a reclamação maior são os valores de procedimentos não reajustados há décadas.

A integração mais fortalecida entre a APS e saúde mental, com algumas ações iniciadas no ano de 2021, deverão ser implementadas (estratificação de risco em saúde mental, fluxo, PIC, fitoterápicos e Terapia comunitária, referência especializada em psiquiatria), a fim de atender a demanda de pessoas em sofrimento emocional que aumentou como consequência do contexto da pandemia em si, pelo grande número de pessoas com dificuldade de superar a perda de familiares e intensificado pelas demandas sociais e econômica.

Outra demanda emergente da política pública é o desenvolvimento desde a APS, passando por toda a rede SUS, capacitação dos profissionais e a preparação da rede, para dar condições e acesso aos cuidados paliativos. Com a pandemia, muitos se afastaram do ambiente presencial do serviço e isso teve reflexo em indicadores/metas estabelecidas, como a cobertura de coleta de exame de citopatologia para detecção precoce do câncer de colo de útero e de mamas.

Quanto à estrutura predial e das instalações dos serviços assistenciais da SMS, deve ser dada continuidade às ações para melhoria estrutural, de mobiliário e equipamentos em geral, concluindo as obras de reforma e ampliação da MMLB e SAMU e das reformas das UBS Vila Brasil, Vivi Xavier e Lerroville e construção da UBS Fraternidade. Ainda referente à estrutura física, na área da urgência e emergência recomenda-se buscar recursos para a UPA Centro Oeste e de uma estrutura na região leste.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2021

18. ANEXOS

18.1 RESOLUÇÃO Nº 004/2022



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

RESOLUÇÃO Nº 004/2022

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual da Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Londrina, relativas ao exercício de 2021, e prescreve as providências que enumera.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina - CMS, no uso de suas atribuições e competências conferidas pela Lei nº 4.911, de 27 de dezembro de 1991, acrescida das alterações constantes das Leis nº 8445 de 04 de julho de 2001, nº 9.806 de 19 de outubro de 2005 e nº 11.852 de 10 de junho de 2013, em sua 333ª Reunião Ordinária de 24 de março de 2022;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do Art. 4º da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990, o qual determina que para receber recursos de que trata o Art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e considerando o § 4º do Art. 33 da Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Orgânica da Saúde.

Resolve:

Aprovar o Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Londrina referente ao ano de 2021.

Londrina, 24 de março de 2022.


Laurito Porto de Lira Filho
Presidente do Conselho
Municipal de Saúde de Londrina


Carlos Felipe Marcondes Machado
Secretário Municipal de Saúde